



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

LUÍS FERNANDO PINTO DIAS

**DINÂMICA DE UM PROCESSO ASSOCIATIVISTA:
COOPERATIVA DE CONSUMO DOS SERVIDORES DA UEL
- SERVICOOOP**

Londrina
2014

LUÍS FERNANDO PINTO DIAS

**DINÂMICA DE UM PROCESSO ASSOCIATIVISTA:
COOPERATIVA DE CONSUMO DOS SERVIDORES DA UEL
- SERVICOOOP**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Geografia da Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Geografia.

Orientadora: Professora Dr^a Alice Yatiyo Asari.

Londrina
2014

**Catálogo elaborado pela Divisão de Processos Técnicos da Biblioteca Central da
Universidade Estadual de Londrina**

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

D541d Dias, Luís Fernando Pinto.

Dinâmica de um processo associativista : cooperativa de consumo dos servidores da UEL – SERVICOOOP / Luís Fernando Pinto Dias. – Londrina, 2014.
296 f. : il.

Orientador: Alice Yatiyo Asari.

Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual de Londrina, Centro de Ciências Exatas, Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2014.

Inclui bibliografia.

1. Cooperativa de Consumo dos Servidores da UEL – Teses. 2. Geografia econômica – Teses. 3. Servidores públicos estaduais – Economia solidária – Teses. 4. Universidades e faculdades – Londrina (PR) – Cooperativas de consumo – Teses. I. Asari, Alice Yatiyo. II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Ciências Exatas. Programa de Pós-Graduação em Geografia. III. Título.

CDU 911.3::33

LUÍS FERNANDO PINTO DIAS

**DINÂMICA DE UM PROCESSO ASSOCIATIVISTA: A COOPERATIVA
DE CONSUMO DOS SERVIDORES DA UEL – SERVICOOOP**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Geografia da Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Geografia.


BANCA EXAMINADORA



Prof.^a Dr.^a Alice Yatiyo Asari
Universidade Estadual de Londrina - UEL



Prof.^a Dr.^a Rosana Figueiredo Salvi
Universidade Estadual de Londrina - UEL



Prof.^a Dr.^a Ruth Youko Tsukamoto
Universidade Estadual de Londrina - UEL



Prof. Dr. Elpidio Serra
Universidade Estadual de Maringá - UEM



Prof.^a Dr.^a Vera Lúcia Salazar Pessoa
Universidade Federal de Goiás - UFG

Londrina, 05 de dezembro de 2014.

Dedico este trabalho a minha esposa e maior amiga e incentivadora Inamar Luiza. As minhas filhas Flávia Luísa, Ana Luísa e ao meu filho Guilherme Luís. A eles agradeço por serem a minha vida e ainda ajudarem a vivê-la. Cada conquista só foi possível graças ao amor que tenho por vocês e que sinto de vocês! Obrigado pelo apoio, incentivo, paciência, orações, exemplo, colo e amor. Eu me orgulho da família que formamos! AMO MUITO VOCÊS!

AGRADECIMENTOS

À Deus Pai de todas as coisas, que nos deu o dom da vida e a bênção cada dia.

A minha paciente orientadora professora Doutora Alice, pelo apoio, e por cada orientação, idéia, contribuição, dedicação, atenção, paciência e compreensão. Enfim, o meu sincero muito obrigado principalmente por confiar e acreditar em mim.

A Bárbara e ao Felipe, por serem parte e se constituírem como extensão da minha vida, pelo amor e carinho, pelo apoio e pela paciência.

Ao amigo, Carlos, sem me esquecer de toda a família, pelo apoio e presença em cada luta e em cada conquista.

As minhas irmãs, aos cunhados e cunhadas, aos sobrinhos e sobrinhas, aos tios e tias, aos primos, primas, e sogros, pelo apoio, colaboração, compreensão, paciência, torcida e orações.

Aos amigos e as amigas, servidores e aposentados, da Universidade Estadual de Londrina, pelo apoio, compreensão e participação. Vocês foram formidáveis no encorajamento constante.

Aos colegas de turma e aos docentes da Pós-Graduação em Geografia, pelos os momentos de convivência e crescimento, de apoio e aprendizado, de controvérsias e de diversão. Vocês foram excelentes profissionais e ótimos companheiros.

Aos servidores entrevistados, associados ou não da Cooperativa, a quem rendo os meus sinceros agradecimentos! Esta pesquisa só foi possível graças a vocês! Agradeço pela colaboração, disponibilidade, atenção e paciência durante a coleta das informações, tão importantes sem as quais não seria possível o desenvolvimento e resultado deste trabalho.

A vocês. O meu singelo e mais sincero, **MUITO OBRIGADO**, hoje e sempre!

A pessoa mais culta é aquela, em cuja presença, o maior número de pessoas se sente à vontade.

Tiberio López Fernández

DIAS, Luís Fernando Pinto. **Dinâmica de um processo associativista: a cooperativa de consumo dos servidores da UEL – SERVICOOOP**. 2014. 296f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2014.

RESUMO

Um grupo de servidores da UEL constituiu uma organização que promoveu a melhoria das condições de vida dos associados. Este processo associativista foi embasado na solidariedade e no voluntariado, realizando-se na ação democrática e de ajuda mútua. O enfrentamento à situação salarial, ao cenário econômico inflacionário e ingerência política motivou a criação da associação pró-cooperativa e posteriormente da cooperativa de consumo. Caracterizada pela ação voluntária e democrática, operava num modelo de aquisição em lotes de compras coletivas, realizada por meio de uma lista básica de produtos, conforme a necessidade de cada associado. Verificou-se a imediata redução do custo nas compras, promovendo a melhoria das condições de vida, cujos resultados foram: o desenvolvimento de ação de solidariedade, a construção, em sistema de mutirão, de um armazém de 675 m², a aplicação do modelo em outro grupo social e o sentimento de cada um marcando a história de suas vidas. A movimentação popular com a experiência do cotidiano e da luta pela sobrevivência promoveu o desenvolvimento e instigou a consciência dos participantes a se envolverem numa dinâmica de solidariedade, demonstrando que o comprometimento e envolvimento nas ações podem transformar as pessoas – podem transformar a sociedade. Sendo assim, o objeto deste trabalho é a dinâmica da movimentação das pessoas, num estudo de caso que descreve um modelo associativista.

Palavras-chave: Cooperação. Cooperativismo. Cooperativa de Consumo. Dinâmica da Movimentação de Pessoas. Mobilização. Solidariedade.

DIAS, Luís Fernando Pinto. **Dynamics of an associative process: the consumer cooperative of UEL servers – SERVICOOOP**. 2014. 296p. Thesis (Doctorate in Geography) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2014.

ABSTRACT

A group of servers from UEL constituted an organization that promoted an improvement in the life conditions of the associates. This associative process was based in solidarity and volunteering, performed in democratic action and mutual help. The confrontation against the salary situation, the inflationary economical scenario and political mismanagement, motivated the creation of a pro-cooperative association and, subsequently, the consumer cooperative. Characterized by volunteer and democratic actions, the cooperative operated in a model of acquisition of mutual purchased lots, through a basic list of products, as per the needs of each associate. It was noticed the immediate reduction in purchasing costs, promoting an improvement in life conditions, whose results were: the development of solidarity action, the building in joint effort of a 675m² warehouse, the application of the model in another social group and the feeling in each one marking the history of their lives. The popular movement, with the experience of daily basis and their fight for survival, promoted the development and instigated the conscience of participants to get involved in a dynamic of solidarity, showing that commitment and involvement in the actions may transform the people – may transform society. Therefore, the object of this work is the people's movement dynamics, in a case study that describes an associative model.

Keywords: Cooperation. Cooperativism. Consumer Cooperative. People's Movement Dynamics. Mobilization. Solidarity.

DIAS, Luís Fernando Pinto. **Dinámica de un proceso asociacionista: la cooperativa de consumo de los empleados de la UEL – SERVICOOOP**. 2014. 296f. Tesis (Doctorado en Geografía) - Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2014.

RESUMEN

Un grupo de empleados de la UEL constituye una organización que promovió la mejora de las condiciones de vida de sus asociados. Este proceso asociacionista se basó en la solidaridad y en el voluntariado, realizándose en la acción democrática y de mutua ayuda. El enfrentamiento a la situación salarial, al escenario económico inflacionario y a la injerencia política motivó la creación de la asociación pro-cooperativa y posteriormente la cooperativa de consumo. Caracterizada por la acción voluntaria y democrática, ésta operaba en un modelo de adquisición en lotes de compras colectivas, realizada por medio de una lista básica de productos, según la necesidad de cada asociado. Se verificó la inmediata reducción de los costos en las compras, promoviendo la mejora de las condiciones de vida, cuyos resultados fueron: el desarrollo de la acción de solidaridad, la construcción, en sistema de movimiento social, de un almacén de 675 m², la aplicación del modelo en otro grupo social y el sentimiento de cada uno de los participantes marcando su historia de vida. La movilización popular con la experiencia del cotidiano y de la lucha por la sobrevivencia promovió el desarrollo e instigó la consciencia de los participantes a involucrarse en una dinámica de solidaridad, demostrando que el compromiso y el involucramiento en las acciones pueden transformar las personas – pueden transformar la sociedad. Así, el objeto del presente trabajo es la dinámica del movimiento social, en un estudio de caso que describe un modelo asociacionista.

Palabras-clave: Cooperación. Cooperativismo. Cooperativa de Consumo. Dinámica de los Movimientos Sociales. Movilización. Solidaridad.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AAI	Assessoria de Auditoria Interna - UEL
ABCOOP	Associação Brasileira de Cooperativas
ACI	Aliança Cooperativa Internacional
ACIDUEL	Associação de Ação e Cidadania Pro Servidores da UEL
AHC	Ambulatório do Hospital de Clinicas - UEL
APUEL	Associação do Pessoal da UEL
ATI	Assessoria de Tecnologia de Informação - UEL
BC	Biblioteca Central - UEL
C.A.	Conselho de Administração da UEL
CCA	Centro de Ciências Agrárias - UEL
CCB	Centro de Ciências Biológicas - UEL
CCE	Centro de Ciências Exatas - UEL
CCH	Centro de Letras e Ciências Humanas - UEL
CCS	Centro de Ciências da Saúde - UEL
CDPH	Centro de Documentação e Pesquisa Histórica - UEL
CECA	Centro de Educação, Comunicação e Artes - UEL
CECRED	Cooperativa Central de Crédito Urbano
CEFE	Centro de Educação Física e Esporte - UEL
CESA	Centro de Estudos Sociais Aplicados - UEL
CODEL	Companhia do Desenvolvimento de Londrina
COOEMPAR	Cooperativa de Consumo dos Empregados do IAPAR
COM	Coordenadoria de Comunicação Social - UEL
COPS	Coordenadoria de Processos Seletivos - UEL
COU	Clínica Odontológica Universitária - UEL
CTNP	Companhia de Terras Norte do Paraná
CTU	Centro de Tecnologia e Urbanismo - UEL
C.U.	Conselho Universitário da UEL
DCE	Diretório Central dos Estudantes da UEL
DENACOOOP	Departamento de Cooperativismo e Associativismo Rural
DM	Diretoria de Material - UEL
EAAJ	Escritório de Aplicação e Assuntos Jurídicos – UEL
EDUEL	Editora da Universidade Estadual de Londrina

EPCT	Encontro de Produção Científica e Tecnológica
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FIDA	Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (ONU)
IAPAR	Instituto Agrônômico do Paraná
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBRE	Instituto Brasileiro de Economia – FGV
IES	Instituições de Ensino Superior do Paraná
IGP	Índice Geral de Preços - FGV
INPC	Índice Nacional de Preços ao Consumidor – IBGE
IPARDES	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
IPC	Índice de Preços ao Consumidor – FGV
IPPUL	Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Londrina
HU	Hospital Universitário – UEL
JUCEPAR	Junta Comercial do Paraná
LM	Laboratório de Medicamentos - UEL
LPM	Laboratório de Produção de Medicamentos da UEL
MUSEU	Museu Histórico de Londrina – UEL
NPD	Núcleo de Processamento de Dados – UEL
NUBEC	Núcleo de Bem Estar da Comunidade - UEL
NUPEM	Núcleo de Pesquisa Multidisciplinar
OCB	Organização das Cooperativas Brasileiras
OCE	Organizações Cooperativas Estaduais
ONUBR	Organização das Nações Unidas no Brasil
PCU	Prefeitura do Campus Universitário - UEL
PDI	Plano Desenvolvimento Institucional da UEL
PMA	Programa Mundial de Alimentos (ONU)
PML	Prefeitura de Município de Londrina
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PROAF	Pró-Reitoria de Administração e Finanças - UEL
PROEX	Pró-Reitoria de Extensão - UEL
PROPPG	Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós Graduação – UEL
PROGRAD	Pró-Reitoria de Graduação - UEL
PROPLAN	Pró-Reitoria de Planejamento – UEL

PRORH	Pró-Reitoria de Recursos Humanos – UEL
SAAEL	Sindicato dos Auxiliares em Administração de Ensino de Londrina
SEBEC	Serviço de Bem Estar da Comunidade – UEL
SDR	Secretaria de Desenvolvimento Rural
SEET	Secretaria Especial de Ensino Superior, Ciência e Tecnologia do Paraná
SERVICOOP	Cooperativa de Consumo dos Servidores da UEL
SESCOOP	Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo
SETA	Secretaria do Trabalho e Ação Social do Paraná
SINDIPROL	Sindicato dos Professores de Londrina
SINDAUDE	Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos de Serviços de Saúde de Londrina e Região
SUDESIL	Superintendência do Desenvolvimento Industrial de Londrina
TRT	Tribunal Regional do Trabalho do Paraná
UEL	Universidade Estadual de Londrina
UNASCO	União Nacional de Cooperativas
URP	Unidade de Referência de Preços
URV	Unidade Real de Valor

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Planos econômicos de 1986 a 1994	56
Quadro 2 - Padrões monetários do Brasil – 1970 até 2014	57
Quadro 3 - Reitor e Governador no período de 1987 a 1995.....	58
Quadro 4 - Principais pensamentos nos primórdios da cooperação	75
Quadro 5 - As contribuições dos precursores	86
Quadro 6 - Parâmetros das sociedades cooperativas e mercantis.....	96
Quadro 7 - Etapas do desenvolvimento da pesquisa de campo	111
Quadro 8 - Respostas sobre os aspectos gerais do cooperativismo	112
Quadro 9 - Como foi a divulgação da cooperativa na UEL	113
Quadro 10 - Aspectos gerais do cooperativismo pelos associados	114
Quadro 11 - Como ocorreu o conhecimento da cooperativa pelo associado.....	115
Quadro 12 - Roteiro para análise dos resultados da pesquisa	121
Quadro 13 - Motivos que levaram a participação dos associados	129
Quadro 14 - Roteiro do modelo do funcionamento com as responsabilidades	148
Quadro 15 - Totalizador – simulação de compras, projeção para 500 pedidos	173
Quadro 16 - Listagem da cotação de mercados e seleção da opção menor preço	174
Quadro 17 - Simulação: listagem das compras – 5 pedidos	175
Quadro 18 - Motivações que provocaram a dissolução da cooperativa.....	197
Quadro 19 - Outras justificativas para a dissolução da cooperativa	197
Quadro 20 - População do Município de Londrina.....	199
Quadro 21 - Quantidade de supermercados em Londrina por região	200
Quadro 22 - Índice Anual do INPC (IBGE) 1992 - 2013.....	202

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Índices anuais do INPC (IBGE) – 1987 a 1994.....	54
Tabela 2 - Índices do INPC de 1986 a 1994 - período de maio a abril	54
Tabela 3 - Valor dos salários mínimos de 1988 a 1994	55
Tabela 4 - Média salarial da UEL - valores atualizados em reais	63
Tabela 5 - Salário mínimo - base maio de cada ano.....	64
Tabela 6 - Distribuição por porte das propriedades rurais dos cooperados das cooperativas agropecuárias no Brasil .ano base 1995/96.....	97
Tabela 7 - Participação das cooperativas agropecuárias Brasileiras na produção nacional ano base 1995/96	98
Tabela 8 - No Brasil, total de cooperativas, total do número de associados, por Ano de 2001 a 2012	98
Tabela 9 - No Brasil, cooperativas no ramo agropecuário, o número de cooperativas e numero de associados, por ano de 2001 a 2012.....	99
Tabela 10 - No Brasil, cooperativas no ramo de crédito, o número de cooperativas e numero de associados, por ano de 2001 a 2012.....	99
Tabela 11 - No Brasil, número total de cooperativas e de consumo de 1990 a 2000.....	100
Tabela 12 - No Brasil, número total de cooperativas, número de cooperativas de consumo e suas médias de associados – 2001 a 2012.....	101
Tabela 13 - Local de moradia dos associados da Servicoop por Região em 1998.....	115
Tabela 14 - Local de moradia em 2014 dos servidores e dos cooperados por região.....	116
Tabela 15 - Distribuição dos associados da cooperativa e dos servidores da UEL, por gênero.....	118
Tabela 16 - Cooperados do sistema Brasileiro, base 2010, por gênero	118
Tabela 17 - Distribuição dos associados da cooperativa e dos servidores da UEL, por categoria	119
Tabela 18 - Distribuição dos associados da cooperativa e dos servidores da UEL, por faixa etária, com base no ano 1988.....	119

Tabela 19 - Resultado da simulação de compras – seleção de pedidos	176
Tabela 20 - Margem de economia na compra entre o menor preço X opção mercado base 2014	177

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 -	Robert Owen.....	81
Figura 2 -	Homenagem a George Jacob Holyoake	89
Figura 3 -	Imagem do armazém de Toad Lane	91
Figura 4 -	Organograma funcional da cooperativa	127

LISTA DE FOTOS

Foto 1 -	Construção do Campus da Universidade em 1968.....	44
Foto 2 -	Campus, área urbanizada: ocupação predial da UEL em 2007.....	46
Foto 3 -	Início da construção do prédio sede da cooperativa.....	142
Foto 4 -	Construção do prédio sede com estrutura pré moldado	144
Foto 5 -	Prédio construído como sede da cooperativa	145
Foto 6 -	Os associados trabalhando no sábado na entrega das compras	162
Foto 7 -	Produtos armazenados no anfiteatro do CCB	166
Foto 8 -	Servidores da UEL – associados descarregando os produtos	167
Foto 9 -	Produtos organizados para a distribuição.....	168

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 -	Localização de Londrina em relação ao Paraná e o Brasil	40
Mapa 2 -	Distribuição das regiões na cidade de Londrina	42
Mapa 3 -	Localização das moradias dos cooperados e servidores por região	117
Mapa 4 -	Localização da UEL e suas unidades nas regiões de Londrina.....	134
Mapa 5 -	Localização dos setores no Campus da UEL	136

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	22
INTRODUÇÃO	26
1 O LOCAL, O CENÁRIO E O OBJETO ASSOCIATIVISTA	38
1.1 O MUNICÍPIO DE LONDRINA E A UEL	39
1.2 CENÁRIO ECONÔMICO E POLÍTICO NACIONAL DE 1986 A 1989	47
1.3 CENÁRIO POLÍTICO NA UEL DE 1987 E 1988	58
1.4 O ESPAÇO GEOGRÁFICO E O ESPAÇO COOPERATIVO	65
2 O MOVIMENTO COOPERATIVO E SUAS CARACTERÍSTICAS	69
2.1 AS PREMISSAS DE AÇÕES COOPERATIVISTAS	74
2.2 OS PRECURSORES DO COOPERATIVISMO	76
2.3 OS PENSADORES E DIFUSORES DO COOPERATIVISMO	87
2.4 FILOSOFIA, PRINCÍPIOS E VIRTUDES DO COOPERATIVISMO	90
2.5 OS NÚMEROS DO COOPERATIVISMO NO BRASIL	97
2.6 CONSIDERAÇÕES SOBRE AS AÇÕES DO COOPERATIVISMO	102
3 O PROCESSO ASSOCIATIVISTA NA UEL E A SUA DINÂMICA	109
3.1 O ESTUDO DA DINÂMICA DO PROCESSO ASSOCIATIVISTA	110
3.2 A GÊNESE E A CONSTITUIÇÃO DA SERVICOOOP	122
3.3 AÇÃO DE ESTRUTURAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DA SERVICOOOP	129
3.4 A PARTICIPAÇÃO NA MOBILIZAÇÃO DOS ASSOCIADOS	134
3.5 REPRESENTAÇÃO E SETORIZAÇÃO DOS ASSOCIADOS	135
3.6 OS ASSOCIADOS E AS REUNIÕES	137
3.7 A CONSTRUÇÃO DA SEDE PRÓPRIA	140
4 O MODELO DE OPERAÇÃO DA SERVICOOOP	146
4.1 O FUNCIONAMENTO DA COOPERATIVA	148
4.2 ORGANIZAÇÃO DAS LISTAS E OS PEDIDOS DE COMPRAS	156
4.3 A PESQUISA E A FORMAÇÃO DO PREÇO DOS PRODUTOS	159
4.4 DISTRIBUIÇÕES E ENTREGA DAS COMPRAS	161

4.5	O ARMAZENAMENTO, A DISTRIBUIÇÃO E O TRANSPORTE DOS PRODUTOS.....	165
4.6	AS SOBRAS - PRODUTOS NÃO RETIRADOS	171
4.7	SIMULAÇÃO DO PROCESSO DE COMPRA	172
5	OCORRÊNCIAS E RESULTADOS DA DINÂMICA ASSOCIATIVISTA	179
5.1	A DINÂMICA DA MOVIMENTAÇÃO DAS PESSOAS.....	181
5.2	A OCORRÊNCIA DE RESULTADOS	184
5.3	FATOS QUE MOTIVARAM A DISSOLUÇÃO	196
5.4	SERIA VIÁVEL A OCORRÊNCIA DO PROCESSO E DO MODELO HOJE?	205
5.4.1	Os que Não Acreditam e as Suas Argumentações	206
5.4.2	Discussões de Adaptações no Processo e no Modelo.....	209
5.4.3	Demonstração de Confiança no Processo e no Modelo	212
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	214
	REFERÊNCIAS	222
	APÊNDICES	230
APÊNDICE A –	Instrumento inicial de coleta de dados.....	231
APÊNDICE B -	Boletim de retorno da pesquisa inicial	233
APÊNDICE C –	Instrumento de coleta de dados – fase 2	236
APÊNDICE D –	Instrumento de coleta de dados – fase 3	237
APÊNDICE E -	Instrumento de coleta de dados – fase 4	238
APÊNDICE F –	Instrumento de coleta de simulação de compras	239
	ANEXOS	240
ANEXO A –	Cópia do ofício do grupo enviado em 10/1987 a SEET	241
ANEXO B –	Cópia do ofício 425/88 da SEET	242
ANEXO C –	Cópia do ofício 226/88 da SETA	243
ANEXO D –	Ata de constituição da Associação Pró-Cooperativa da UEL.....	244
ANEXO E –	Estatutos da Associação Pró-Cooperativa da UEL.....	249

ANEXO F –	Ata de constituição da Cooperativa de Consumo	266
ANEXO G –	Estatutos da Cooperativa de Consumo dos Servidores da UEL.....	269
ANEXO H -	Edital de convocação de assembléia geral ordinária	285
ANEXO I –	Termo de cessão de uso do terreno na UEL	286
ANEXO J –	Cópia do ofício-convite para inauguração da sede própria.....	291
ANEXO K –	Folha de pedido de compra de agosto de 1990.....	292
ANEXO L -	Anotação para ata da assembléia da associação -1989.....	293
ANEXO M –	Boletim de prestação de contas de março de 1993.....	294
ANEXO N –	Relatório do conselho fiscal da associação – 1988	295

APRESENTAÇÃO

Estou vinculado à Universidade desde 1981, primeiramente como discente do curso de administração, posteriormente ingressei em 1988, como servidor técnico administrativo concursado e em 1990 assumi também, por concurso, a cadeira docente do Departamento de Administração, ao qual permaneço vinculado, sendo que no ano de 1992 rescindi o contrato como técnico administrativo.

A minha formação humana nunca me permitiu ficar sem o envolvimento nas ações sociais. Enquanto aluno, participei ativamente do movimento estudantil, sendo eleito para o DCE; membro de comissão junto ao Conselho de Administração como representante discente e também contribuindo e atuando diretamente na organização de uma cooperativa de livros na UEL.

Na docência, sempre participei dos projetos de extensão, com o envolvimento com as microempresas formais e informais, nas incubadoras e nas ações de geração de renda. Participei ativamente da constituição e formação do ITEDES – Instituto de Tecnologia e Desenvolvimento Social, fazendo parte da primeira diretoria, que em síntese foi responsável pela sua efetiva implantação. Todavia minha ação e presença quando do período de servidor técnico administrativo, é que deu o mote para a realização e construção da tese intitulada: “Dinâmica de um Processo Associativista: a Cooperativa de Consumo dos Servidores da UEL - SERVICOOOP”, que tem como orientadora a professora doutora Alice Yatiyo Asari e que contou com importantes indicações e contribuições das professoras, doutora Rosana Figueiredo Salvi e doutora Ruth Youko Tsukamoto, quando da participação na banca de qualificação.

Trabalhei um tema envolvendo ações sobre o associativismo e o voluntariado, questões essas que sempre me motivou a participar, desde a juventude até os dias atuais. A partir da minha fé cristã e praticante de ações missionárias e pastorais junto às comunidades, com grupos de associações de moradores, sindicatos e até de partido político, sempre busquei formas e meios de participação e de colaboração com o processo de melhoria da vida e da sobrevivência das pessoas.

Tive envolvimento e atuação na formação de grupos de trabalhos, inclusive tendo organizado outros grupos cooperativos e associativos. No decorrer da minha vida profissional, fui funcionário de uma cooperativa de produção, a Valcoop, e que mais tarde, já atuando como docente da UEL, foi objeto de nosso trabalho de mestrado junto a UEM, sob orientação do professor doutor Elpídio Serra, pessoa da qual devo uma enorme gratidão pelos ensinamentos e pelo redirecionamento na linha de estudos e de conhecimento sobre o cooperativismo, principalmente com as suas orientações e as indicações bibliográficas utilizadas desde a época da dissertação até os dias atuais, e ao mencionar o meu mestrado não posso deixar de homenagear (in memoriam) pela colaboração e ensinamentos, o professor doutor Dalton Áureo Moro.

Oriundo de uma participação em grupos de jovens, que tiveram o crescimento no teor das discussões da “teologia da libertação”, a minha participação com fé e devoção na Igreja Católica sempre foi de presença contínua, tendo sido da coordenação em âmbito diocesano de Pastoral da Juventude, do Grupo dos Direitos Humanos e também da Pastoral Familiar, neste caso ainda sou membro ativo e atuo na minha comunidade franciscana e não deixo de participar, semanalmente do grupo de reflexão e quando necessário no de grupo de missionário, o que me mantém no exercício pleno do envolvimento de ações para transformar pessoas, locais e, conseqüentemente, o meio e a sociedade em que vivem.

No início de 1988, ainda como servidor técnico administrativo, tendo sido convidado a participar, havia uma semana que tinha assumido o cargo de administrador, juntamente com um grupo servidores que estavam discutindo a necessidade de atender as dificuldades causadas pela situação de arrocho salarial a que estávamos expostos, da qual também me incluía. Uma vez aceito a participar do grupo que coordenava as ações, logo fomos aprofundando as questões e nas reuniões, a pedido, fomos repassando as experiências acumuladas, o que por fim resultou numa grande mobilização e na feliz constituição e funcionamento da Cooperativa de Consumo, que aqui, serve como estudo de caso, fortalecendo a discussão sobre a dinâmica da movimentação de pessoas. Posteriormente, colaboramos na coordenação e fomos eleitos para compor a primeira diretoria, que foi a responsável pela sua implantação.

Confesso, com toda a sinceridade, que no grupo constituído não havia estudos e/ou tínhamos conhecimento detalhado sobre a filosofia e virtudes do cooperativismo, tampouco sobre sua origem e como foi o movimento em âmbito mundial. Havia sim muita discussão da forma e do modelo de organizar e mobilizar as pessoas, isto ocorrendo por meio de um conhecimento prático e de conceitos genéricos, mas entendíamos a sua importância e a forma de “ajuda mútua”, e, o que é vivenciar a solidariedade.

Posso assegurar que a necessidade faz acontecer, até porque quem tem ou passou alguma forma de necessidade, como eu, que por necessidade saí para trabalhar ainda na infância, pois sou, com muito orgulho, filho de pessoas que não tiveram a mínima condição de estudar - um bóia-fria, que se aposentou pelo Funrural (Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural), e de uma diarista/doméstica, que depois se tornou zeladora da Prefeitura, e ainda jovem veio a falecer num acidente na saída do trabalho - sabe muito bem, na prática e na vivência do dia a dia o que é “correr” atrás da própria sobrevivência.

Portanto, o tema do meu trabalho trata da “dinâmica”, que vem a ser a ação e modo do “processo” que dá a sequência quando se trata da realização de uma atividade “associativa” que indica a criação de uma associação/cooperativa, que utilizou a forma de “ajuda mútua”, no conceito da solidariedade, que indica uma relação de compromisso entre as pessoas ou ainda, uma ação de “compadecimento” com as dificuldades do próximo, caracterizando com isso, a movimentação das pessoas, neste caso, os servidores da UEL.

Foi descrita em síntese, a origem do município de Londrina, e também da Universidade, para um olhar das suas relações intrínsecas entre a cidade e a universidade, e ainda, o de conhecer o local onde atuam as pessoas envolvidas, os servidores da UEL, foco do estudo onde aconteceu a implantação da Cooperativa de Consumo.

Para formar a base teórica do trabalho e ampliar a compreensão do movimento cooperativo utilizamos informações coletadas em documentos, instituições e na leitura de diversos autores, mas com um olhar especial em três deles: George Holyoake e a sua obra considerada “bíblia de cooperativismo”, Os 28 tecelões de Rochdale; Gromoslav Mladenatz, na obra “História das doutrinas cooperativistas” e Charles Gide na obra “O cooperativismo”.

Para compor o material da pesquisa realizamos várias reuniões, assim como ocorria nas primeiras discussões que alimentaram o processo embrionário em tela, e buscamos entrevistar e questionar, um rol suficiente de pessoas que foram envolvidas na dinâmica da movimentação - algumas que já tínhamos contato, outros com um pouco mais de dificuldade para localizar, apesar de aposentadas, foram localizadas e envolvidas também no processo, as quais mantemos o sigilo absoluto das respostas proferidas. Registramos que, apesar do esforço, em alguns casos não foi possível a localização para abordagem, como era a intenção inicial, porém entendemos que a amostra é significativa.

Apesar de ter o conhecimento prático vivenciado, no trabalho utilizei a “interpretação” e a “percepção” quando do contato, sem, contudo, influenciar ou conduzir o retorno das respostas. Todos tiveram a abertura e a liberdade nas suas respostas, sendo respeitadas em todos os quesitos. Apontei e indiquei explicações no trabalho, utilizando-se das “N.A. – nota do autor”, procurando esclarecer alguns aspectos os quais julguei importantes.

Ao final é apresentado como resumo da obra, um modelo que foi utilizado por um grupo de pessoas, de forma solidária e que, por certo, recuperou, no período de sua atividade, um pouco as condições de dignidade na sobrevivência de muitas famílias, e que agora apresentamos junto ao Programa de Pós-Graduação de Geografia na Universidade Estadual de Londrina.

Defendo a tese de que as pessoas, quando em condições pela busca da sua sobrevivência ou expostos ao cenário adverso ou de pressão, se dispõem, se organizam e conseguem criar ou adaptar alternativas aplicáveis no campo da vida, da solidariedade e da economia, que promovem o desenvolvimento humano e transformam as suas condições, quer no seu local de trabalho, no seu cotidiano, enfim, na sociedade.

INTRODUÇÃO

O desenvolvimento da sociedade, na maneira como se representa no espaço geográfico e como são estabelecidas suas relações no tempo, é um incansável campo de estudo, face as suas singularidades e suas complexidades.

Esta tese buscou compreender a dinâmica da movimentação dos servidores da UEL no processo associativista. Um modelo solidário de ajuda mútua, por meio do estudo do caso sobre a existência da Cooperativa de Consumo dos Servidores - Servicoop.

A análise buscou respostas para as questões: Qual o motivo dos servidores da UEL para se organizar e formar uma cooperativa? Qual a importância da existência da Cooperativa, no tempo e no espaço ocupado? Como desenvolveu e funcionou a Cooperativa? O que provocou a desativação da Cooperativa? Quais expectativas tiveram êxito? Houve alguma frustração no processo? Quais as semelhanças do processo com as do movimento de criação do cooperativismo? E, ainda, a indagação: seria possível, hoje, constituir uma sociedade cooperativista de consumo, de forma solidária e no modelo de compras em comum?

No trabalho buscou-se um embasamento teórico sobre o movimento cooperativista, objetivando comparar historicamente as semelhanças e contradições ocorridas no processo local por meio da contextualização do cenário econômico e político, na perspectiva da organização e da movimentação dos servidores, com as do movimento que deu origem ao cooperativismo em 1844, conservando-se a devida proporção de escala e tempos dos fatos.

Foi analisada a dinâmica do processo e do modelo aplicado na existência da cooperativa de consumo, em um recorte histórico, com uma análise qualitativa, pela interpretação e pela ótica da percepção¹ das pessoas que vivenciaram e participaram do processo, ocorrido na Universidade Estadual de Londrina - UEL, que fica no município de Londrina, bem como demonstrando as adaptações ocorridas.

¹ N.A. (Nota do Autor) – A percepção é tratada como a capacidade de entender pelos sentidos, ou simplesmente como vemos e como descobrimos o mundo nas ações do cotidiano. Na Geografia, Tuan, Yi-Fu (1930), Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente, verificado na reedição 2012, da Eduel, traduzida por Livia de Oliveira, em que aprofunda suas análises, nessa abordagem, sobre a visão de mundo.

Para verificar as ocorrências e seus detalhes, houve a necessidade de se levantar os motivos que levaram os servidores da UEL a se organizar em sua própria Cooperativa; investigar a importância da sua existência, no tempo e no espaço ocupado; discorrer o modelo funcional desenvolvido na operacionalização da Cooperativa de Consumo dos Servidores da UEL, a Servicoop; comparar o processo associativista, com base nas suas ideias e constituição, com as do histórico do movimento de criação do cooperativismo; verificar os impactos sobre as pessoas envolvidas, a dinâmica ocorrida na ação da organização da cooperativa; compreender como se realizou o trabalho do grupo e a sua ação na definição do objetivo comum; investigar a reação das pessoas envolvidas, considerando as condições vividas na gênese do processo; analisar a possibilidade de se refazer o mesmo modelo e o mesmo processo associativista e, ainda, a ocorrência da transferência do conhecimento produzido, na implantação de outra unidade cooperativa.

Para a Geografia é importante o estudo sobre a dinâmica da movimentação das pessoas, ao que Santos (1996, p. 109) aponta que “é através do entendimento do conteúdo geográfico do cotidiano, que podemos, talvez, contribuir à necessária teorização dessa relação entre espaço e movimentos sociais”, mostrado no caso promovido pelo processo associativista desenvolvido pelos servidores da UEL, analisando da gênese até a dissolução da Cooperativa de Consumo, como um parâmetro da “ciência” oriunda da vivência popular e a capacidade de produzir ou adaptar alternativas para a sociedade sobreviver e evoluir.

A Geografia, com a utilização de métodos científicos, estuda a conjuntura e o recorte dos fenômenos humanos e suas dimensões socioespaciais e políticas, analisando ainda como estes fenômenos se inter-relacionam pesquisando o local, no seu cotidiano (onde acontece a vida das pessoas no seu dia a dia), e analisado sob o olhar de Santos (1996, p. 109) é um recorte e uma categoria, “mas temos que ter a precaução de saber que dentro de uma área as pessoas não tem a percepção do tempo e do espaço, objetivamente, de igual para igual”.

Na percepção e na interpretação da movimentação no espaço geográfico, não é possível dissociar o processo que é definido por Corrêa (2007, p. 29), “como uma ação que se realiza, via de regra, de modo contínuo, visando um resultado qualquer, implicando tempo e mudança” uma concepção do real ocorrido

com um olhar do investigador e assim concluída por Costa e Moraes (1984, p. 27), “método de interpretação é uma concepção de mundo normatizada e orientada para a condução da pesquisa científica; é a aplicação de um sistema filosófico ao trabalho da ciência”.

Por essa visão, de olhar um local (setor) do trabalho humano, como um espaço organizado e ocupado pelo homem, deve se considerar e analisar os fenômenos ocorridos como uma combinação de fatores importantes para o desenvolvimento humano e social, sendo assim definido por Santos (1978, p. 145), “espaço organizado pelo homem é como as demais estruturas sociais, uma estrutura subordinada-subordinante, e como as outras instâncias, o espaço, embora submetido à lei da totalidade, dispõe de uma certa autonomia”.

Na análise da movimentação das pessoas, - foco do trabalho -, em que um grupo de pessoas (servidores da UEL) que sem o conhecimento formal do sistema cooperativo, consegue reproduzir um fato, semelhante ao ocorrido na história em 1844, com a criação de uma cooperativa de consumo, a partir da sua necessidade de sobrevivência, gerada pelo momento econômico e político, evidencia que a mobilização dos servidores alterou e produziu, no tempo da existência da cooperativa, a dinâmica trabalho-consumo-produção a que eles estavam submetidos, produzindo efeitos e alterações no espaço ocupado.

A dinâmica do processo de consumo, (compra, troca e venda de produtos e serviços), que promove o desenvolvimento de uma região se baseia na concentração de polos, de constituição de megamercados de consumidores, visando apoiar um crescimento econômico e fortalecer o comércio expansionista, expondo vantagens, não muito visíveis, que se acontecerem, aumentarão o processo de migração, provocando uma aglomeração urbana ainda maior, mantendo a economia gerada como consequência da própria globalização.

Nesse contexto, a atuação promovida por uma cooperativa de consumo local, operando com gêneros de primeira necessidade, nos leva a pensar que apesar de pequena, ela pode provocar interferências no mercado, que por certo haverá reação, pois o mercado age de forma globalizada.

Essa dinâmica no consumo ocorre pela propagação de um grau de internacionalização econômica sob a égide do capital financeiro e do domínio do conhecimento e da tecnologia, fazendo com que o capital, nas mais diferentes

formas - comercial, produtivo, especulativo – atue livremente, efetuando seus investimentos nas mais diversas áreas, e assim ampliando a acumulação e valorização de riquezas de maneiras diversificadas e inovadoras, quantitativa e qualitativamente.

Nota-se que os efeitos da globalização sobre os países em desenvolvimento dissolvem as perspectivas de um equilíbrio sustentável, mudando as suas características, rompendo com as suas fronteiras territoriais, econômicas e culturais, acarretando um quadro sócio-econômico que reduz a figura do estado e de ações associativistas, solidificando a individualização social e de ocupação geo-espacial, contrariando a ótica de organizações sociais criadas pela sociedade, como as cooperativas.

As sociedades cooperativas, existentes em todo o mundo, presentes em muitos setores, mesmo com o impacto gerado pela globalização, ainda são preservadas, podendo ter variações nas normas de organização e funcionamento, pelo modo e cultura de cada país.

Desde a primeira cooperativa, o modelo cooperativista e sua base filosófica de pensamento, pretendia reformular o sistema econômico e social, evitando assim a globalização econômica, sendo que as cooperativas no início serviram para redesenhar a organização do espaço ocupado.

Observe-se que nos primórdios do cooperativismo, imperava o liberalismo econômico que reproduz duas lutas distintas: entre os “produtores”, que disputam entre si, eliminando ou absorvendo uns aos outros, não tendo espaço para as empresas marginais, dando origem progressivamente à constituição de grandes grupos monopolísticos e a outra luta, entre “trabalhadores”, em que, devido a concorrência ou a substituição de mão-de-obra passam a disputar o mercado de trabalho, sobretudo com a introdução da máquina no processo produtivo, provocando uma diversificação nas atividades do meio urbano e meio rural.

A teoria cooperativa nasceu em meio a um cenário em que a atividade econômica se caracterizava pela concorrência desenfreada de pequenas unidades de produção, pela gravidade das repercussões negativas da Revolução Industrial no meio operário, por crises cíclicas que agravavam as condições de vida dos trabalhadores, pela ausência de legislação trabalhista e previdenciária, pela

proibição de qualquer forma de associação de defesa profissional, determinando um cenário instável e de opressão aos trabalhadores.

A situação no desenvolvimento da pesquisa, assemelha-se ao cenário descrito, como fator motivador para o envolvimento das pessoas (servidores da UEL) na organização e na constituição da associação pró-cooperativa dos servidores, de encontro com a Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB (1998b, p. 21) que diz “a associação é uma maneira de participar da sociedade e é muito comum que as pessoas se reúnam para alcançar objetivos que, individualmente, seriam bem mais difíceis ou mesmo impossíveis de ser conseguidos”.

Na região norte do Paraná, onde se situa o município de Londrina, localiza-se a Universidade Estadual de Londrina, local da pesquisa, o conhecimento do cooperativismo está ligado umbilicalmente, às relações da colonização agrária, vocação e origem da região.

Portanto, quando se refere à cooperativa, no “imaginário” das pessoas, ela se vincula às cooperativas agropecuárias, motivo pelo qual, fazemos uma abordagem e um comparativo dos ramos de cooperativas, incluindo as agropecuárias, as de crédito e as de consumo.

As cooperativas² que se apresentam como alternativas, mas atuam como uma empresa econômica, sendo de acordo com Polonio (1998, p.34) um “tipo sui generis de sociedade, entretanto, subordina-se aos vários ramos de direito, não só em relação a sua estrutura orgânica, mas também, em relação às atividades que realiza”.

Para se alcançar os objetivos propostos, de analisar a dinâmica da movimentação das pessoas (servidores da UEL), na criação de uma cooperativa de consumo, buscando compreender toda a forma, estrutura, função e o processo ocorrido, comparando com surgimento do movimento do cooperativismo de 1844, procurou-se escolher uma forma de pesquisa qualitativa e utilizar uma abordagem interpretativa, a partir da percepção dos participantes sobre o fenômeno, permitindo

² N.A.– Entendo que são associações autônomas de pessoas, de livre constituição, de capital e composição variáveis, que, através da cooperação e entreatajuda de seus membros, com obediência aos seus princípios, se unem, sem fins lucrativos e voluntariamente, para satisfazer aspirações e necessidades econômicas, sociais e culturais comuns, atuam de forma coletiva e democraticamente, com valores éticos da honestidade, transparência, responsabilidade social e com a preocupação pelo seu semelhante.

analisar a dinâmica da movimentação das pessoas no processo associativista, no caso da Cooperativa de Consumo dos Servidores da UEL – Servicoop – analisando o período de 1988 a 1995.

A escolha da pesquisa qualitativa³ esta embasada em autores que indicam que por ela pode se resgatar o fenômeno ocorrido por meio da abordagem interpretativa e um dos procedimentos é o estudo de caso, e Matos e Pessôa (2009, p. 283) enfatizam que “cabe ao pesquisador estabelecer a técnica ou as técnicas que sejam mais adequadas ao seu objeto de estudo e com quais consiga alcançar os resultados para o desenvolvimento do estudo”.

Para o desenvolvimento do trabalho, conjugou-se técnicas de coleta de dados e também de abordagem, com a finalidade de se adequar o melhor processo, e segundo Alves (2008, p. 239), “a utilização de apenas um método para uma complexidade diversa, como é o caso do espaço geográfico, não dá conta ou suporte para o geógrafo”, obter as informações com o intuito de atingir os resultados desejados, e ainda o mesmo Alves (2008, p. 239), complementa, que “devido à resistência por parte de geógrafos em empregar dois ou mais métodos em uma pesquisa, algumas investigações deixam a desejar no que diz respeito à totalidade e a complexidade dos fenômenos”.

Como justificativa pela escolha, o fenômeno analisado tratou de um mecanismo social de proteção e de busca da sobrevivência das pessoas envolvidas. Buscou-se analisar o trabalho em partes para posteriormente visualizar o todo, assim como cruzar as várias áreas do conhecimento, como pano de fundo para a expansão dos saberes e de sua aplicação.

Da mesma forma, acreditamos que ao utilizar vários métodos e técnicas, independente do campo do estudo aplicado, deve ser uma ação para se obter sua legitimidade, pois segundo Ribeiro (2011, p. 249), a pesquisa e “as ciências são produtos sociais. Isto quer dizer que a gênese, a maturidade e o caso

³ N.A. – Neste estudo de caso, a pesquisa quantitativa é complementar, não necessitando de uma avaliação detalhada, pois o foco principal está na pesquisa qualitativa de interpretação e percepção. No entanto, a quantitativa teve sua base de coleta partindo de uma listagem com 947 pessoas definindo o número total possível de abordar, (uma listagem que possui mais de 20 anos existência, indicando o aumento da margem de erro), executamos o cálculo amostral, com um erro amostral de 10% e de confiança de 95%, o que estabeleceu uma amostra de 88 instrumentos. Podendo calcular utilizando o site: <<http://www.calculoamostral.vai.la>>.

das mesmas devem-se tanto aos esforços de seus representantes quanto às demandas colocadas pela vida social”.

Por tratar-se de um trabalho que se pauta na análise de um processo com um caso concreto já decorrido, a estratégia de pesquisa qualitativa adotada é o estudo de caso, técnica essa que trabalha e enfatiza a interpretação de um contexto, utiliza várias fontes de informações e busca um quadro real e completo, características da pesquisa, forma e escolha corroborada por Martins (2008, p. 22) que indica “em um estudo de caso a coleta de dados ocorre após a definição clara e precisa do tema, [...] bem como as opções por técnicas de coleta de dados”.

A execução do trabalho ocorreu com uma abordagem qualitativa e quantitativa, cujo foco é oriundo do desejo de se investigar e entender um fenômeno social ocorrido dentro de seu contexto real, em que à coletânea de evidências buscou-se demonstrar, de modo convincente, o fato, a motivação, a crença, as expectativas e o pensamento existente no período, e para evitar a redução e um melhor resultado conforme Oliveira (2007, p. 39), “adotar a prática de combinar técnicas de análise quantitativa com técnicas de análise qualitativa proporciona maior nível de credibilidade e validade aos resultados da pesquisa”.

Ao mesmo tempo em que os procedimentos e abordagens escolhidos podem favorecer mais de uma forma de análise, a utilização de mais de uma técnica possibilita que um resultado apoie a confiabilidade e veracidade do outro, ampliando assim seu suporte e validação, pois de acordo com Martins (2008, p. 80) “a confiabilidade de um estudo de caso poderá ser garantida pela utilização de várias fontes de evidências, sendo que a significância dos achados terá mais qualidade ainda se as técnicas forem distintas”.

Para o alcance dos objetivos de conferir e verificar como a movimentação das pessoas em torno do processo cooperativista em tela foi registrada, confirmando a realidade no tempo e no espaço, tem-se a utilização de duas técnicas de pesquisa: levantamento de dados e o instrumental da análise documental.

Vejamos que, a pesquisa de campo, na forma como foi estruturada buscou entender e compreender a realidade vivenciada naquele tempo, por isso a opção do contato direto para poder perceber e interpretar com coerência os fatos o

que segundo, Santos e Pessôa (2009, p. 124), “pois é, neste momento, que o pesquisador entre em contato direto com a realidade a ser estudada, interagindo com seus sujeitos/objetos”.

A análise documental ou a extração de informações está no “acesso a documentos escritos – sejam em forma de relatórios, artigos, jornais, revistas ou mesmo em livros e documentos mais aprofundados da realidade” (OLIVEIRA, 2007, p. 90), além de buscar compreender a “teoria econômica, das generalizações, legislação, estatutos e regimentos, para o entendimento das formas de organização popular e dos princípios da cooperação”. Oliveira (2007, p. 109), reduz a possibilidade de influência e aponta para os caminhos e decisões percorridas no período, o que auxilia a identificar e relacionar os fatos na forma concreta.

Com base nesta análise foi possível estabelecer o grupo de servidores, que trabalhavam no período em estudo, e, portanto vivenciaram e testemunharam o processo, em condições de descrever como eram as condições da UEL no âmbito econômico e social, como ocorreu o processo e sua dinâmica e como aconteceu a dinâmica da criação a partir da identificação do conhecimento existente na época sobre o sistema cooperativista.

A pesquisa por levantamento de dados ocorreu pela necessidade de informações com a delimitação do grupo determinante, formado pela caracterização básica, que possuía a interação capaz de participar na busca dos objetivos, cuja execução foi realizada por meio de abordagem direta, por meio de entrevistas e questionários, com questões fechadas e abertas, sendo que a aplicação escolhida variou de acordo com a necessidade instrumentalizada em cada grupo.

O grupo de participantes foi composto com base no universo de servidores e foi definido a partir da análise documental que possibilitou a identificação dos envolvidos na dinâmica a ser trabalhada.

O processo de pesquisa indicou servidores admitidos até o ano de 1988, e fez-se uma distribuição proporcional equitativa entre o número de servidores e o número de locais/setores de trabalho existentes na época. Foi realizada uma breve sondagem e registrados os servidores que manifestaram interesse em participar da entrevista e de responder aos questionários.

A coleta dos dados, prevista no projeto da pesquisa, foi estruturada a partir de contato com servidores e das leituras das anotações sobre a existência

da cooperativa. Isso permitiu a construção e registro de informações, definindo etapas do estudo, sendo elas: a) a análise documental, em que foram levantados os documentos relativos à constituição da cooperativa: atas e estatutos da Associação e da Cooperativa dos Servidores, Atas do Conselho de Administração da UEL, Boletim Notícia da UEL, ofícios emitidos e recebidos, boletins, jornais editados e outros documentos que registraram os fatos relativos ao objeto de estudo; b) pesquisa de campo, com as entrevistas que foram realizadas com um roteiro definido e na sequência, por intermédio de questionários desenvolvido em fases, que foram aplicados aos servidores da Universidade Estadual de Londrina, admitidos até o ano de 1988.

O desenvolvimento da pesquisa quantitativa com abordagem interpretativa iniciou com uma entrevista de forma estruturada com questões fechadas algumas de múltiplas escolhas, permitindo comentários, registrando-se todas as respostas, com um grupo de servidores da UEL, distribuídos de tal forma que cobriu o espaço ocupado pela Universidade, ou seja, servidores vinculados a todos os locais/setores de trabalho da instituição, o que corresponde com a indicação afirmativa de Alves (2008, p. 231), “no caso de uma pesquisa quantitativa com obtenção de dados tabulados, a melhor técnica é a entrevista estruturada com perguntas de múltiplas escolhas”.

No retorno desta fase, foi enviado aos participantes, um informativo com esclarecimentos e explicações sobre o sistema cooperativista, seus princípios e as suas virtudes, com o intuito de auxiliar na recuperação da dinâmica do processo ocorrido.

Encerrada esta etapa e de posse das entrevistas realizadas com base na análise das respostas, foram constituídos os grupos para a continuidade da investigação e ocorreu a aplicação de instrumentos de abordagem qualitativa. Para tanto foram aplicados três questionários em fases e momentos distintos, com perguntas livres, nas quais os participantes tiveram a liberdade de expressão e puderam responder de livre vontade no que realmente acreditavam, sentiam e quais eram as expectativas sobre a temática questionada, com base na época pesquisada. Note-se que Oliveira (2007) que o instrumento para coletar informações sobre sentimentos e ações vivenciadas e ainda suas expectativas pode ser o questionário.

Os questionários desenvolvidos levaram os pesquisados a responder como aconteceram suas atividades cotidianas, simplificadas por fatos, declarando como se sentiram ao viverem essa experiência da cooperativa, nas atividades cotidianas desenvolvidas no dia a dia e, ainda, abordados sobre o conhecimento adquirido a partir da prática em conformidade com a teoria cooperativista aplicada.

A pesquisa foi desenvolvida em fases, aguardando a conclusão de uma fase para o início da outra e os grupos seguiam o critério do nível de conhecimento e envolvimento com a participação de cada um no processo da Cooperativa, levando-se em consideração a indicação original das respostas na abordagem inicial, procurando assim, manter a veracidade dos fatos ocorridos, pois diz Demo (2008, p. 79), que, “como seres relativos que somos não realizamos a história, mas nossa versão passageira e é assim que nos tornamos referências concretas capazes de história própria”.

Assim, a aplicação e conjugação das várias técnicas de coleta de informações foi uma vertente encontrada que propiciou ir ao encontro das respostas para as questões que foram formuladas alcançando os objetivos definidos na pesquisa que foi desenvolvida, pois orientado por Ribeiro (2011, p. 248), acreditamos “ser plausível alegar que uma das funções dos estudos em torno do pensamento geográfico reside na análise da relação entre o discurso e a prática situados em seu contexto histórico”.

Ao término de toda a coleta foi desenvolvida uma projeção, simulando e prospectando um processo de compras em comum, nos moldes do que existiu no período em estudo, possibilitando a comprovação de haver um percentual de desconto nas compras, independente do que era provocado pelo processo inflacionário.

Ao trabalhar as informações percebemos que foi interessante e importante compreender e comparar o movimento de criação do sistema cooperativo e verificar a partir dele um modelo de “compras em comum” praticado por um grupo de servidores da UEL, e os resultados da dinâmica e do processo associativista serão discutidos na quinta seção do trabalho, tendo como premissa os conceitos, conforme Santos (1996), que existem nas ações do cotidiano, que são ações indissolúveis e contraditórias, e que atuam e interagem num momento único da

história e, Santos (1996, p. 111) ainda, afirma que “é assim que o espaço encontra sua dinâmica e se transforma”.

Desta forma, após a realização da pesquisa de campo, juntamente com a análise documental e as fontes secundárias, tabulado e analisado o material, estruturamos a tese em cinco seções, além da apresentação, introdução e considerações finais.

Na primeira seção é apresentada o histórico de Londrina e da implantação da UEL, suas correlações e importância, a relação de ambas na sua vinculação com a agricultura, mostrando como o estudo das pessoas em suas relações sociais, econômicas e políticas, interagem, convergindo e divergindo ao longo do tempo, para a promoção de suas ações, demonstrando a relação entre a UEL como promotora do desenvolvimento regional, os cenários, econômico e político e sua influência nos seus servidores. Consta ainda uma explanação sobre o espaço geográfico e cooperativo, dentro da análise da Geografia no processo de movimentação e mobilização dos cooperados da Cooperativa de Consumo dos Servidores da UEL – Servicoop.

Na segunda seção é historiado e caracterizado o movimento cooperativo, sua filosofia e princípios, suas contribuições para a sociedade, números do sistema cooperativista de produção e de consumo, desde o surgimento, seus precursores e pensadores, expansão e números atuais do sistema cooperativo no Brasil, buscando compreender a importância desse movimento.

Na terceira seção é analisada a mobilização das pessoas no processo de criação, implantação da Servicoop, destacando-se os resultados da pesquisa documental e de campo (reuniões, entrevistas e questionários), descrevendo o processo ocorrido na movimentação dos cooperados, desde a sua gênese, os objetivos, a aplicação dos princípios utilizados, o sentimento e a percepção das pessoas envolvidas, a motivação, a sua organização, até o processo da construção da sede própria.

Na quarta seção, descreve-se o modelo aplicado na operacionalização e no funcionamento da cooperativa dos servidores, explicando com base na prática e na vivência dos associados participantes da pesquisa, demonstrando todos os passos, do pedido, da compra e da entrega dos produtos, inclusive simulando e precificando, um processo de compra.

Na quinta seção, verificam-se as intercorrências da dinâmica na aplicação do processo associativo e na execução do modelo funcional da cooperativa, inclusive analisando os possíveis motivos da dissolução, incluindo uma verificação sobre as condições de uma reconstituição da mobilização nos mesmos moldes e no mesmo processo para os dias atuais.

Nas considerações finais, com uma releitura dinâmica ocorrida com base nas seções desenvolvidas e a partir dos objetivos propostos, conclui-se, que ao analisar o processo associativista que deu origem a Servicoop foi possível comprovar e demonstrar como os seres humanos nas relações, sociais, econômicas e políticas interagiram, convergiram e divergiram ao longo do tempo, em suas ações, na UEL. E, ainda, como essa mobilização ocorrida em torno da sua existência, pôde servir de exemplo para uma compreensão das dinâmicas das transformações sócio espaciais sob o olhar da Geografia, na forma solidária, aplicando os conceitos do associativismo e cooperativismo no enfrentamento das transformações provocadas pela cultura de mercado e da globalização.

1 O LOCAL, O CENÁRIO E O OBJETO ASSOCIATIVISTA

As pessoas se organizam em grupos, nos locais que ocupam e transformam o espaço em que vivem e se relacionam.

A relação homem-meio é o eixo epistemológico da geografia. Todavia, para adquirir uma feição geográfica, a relação homem-meio deve estruturar-se na forma combinada da paisagem, do território e do espaço. (CASTRO, 2007, p. 116).

Estudar a dinâmica da movimentação e da mobilização realizada de forma organizada e solidária das pessoas⁴ permite ao pesquisador compreender os seus reflexos tanto nas relações, sociais, econômicas e políticas, quanto na condução da evolução humana, desta forma:

A vida de cada pessoa, inegavelmente, faz parte dessa evolução. É importante perceber, como resultado da história, a nossa própria trajetória, onde as relações com a família, amigos e vizinhos acontecem. Precisamos estar atentos ao mundo que nos cerca e exercitar o sentimento de pertencer à sociedade, optando como dela participar e o que dela desejamos modificar. (ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS/SDR/DENACOOOP, 1998b, p. 9).

A movimentação é decorrente da relação das pessoas e o estudo busca compreender quais são os fatores determinantes em um grupo social para motivá-los a organizarem associações e cooperativas, e, como ocorre a definição dos objetivos comuns. Identificar qual era situação de exposição do momento, provocando a sua ação na constituição dessas organizações. Raffestin (1993, p. 160) assim aborda:

Mas a vida é tecida por relações, e daí a territorialidade poder ser definida como um conjunto de relações que se originam num sistema tridimensional sociedade-espaço-tempo em vias de atingir a maior autonomia possível, compatível com os recursos do sistema.

Para que isso ocorra, definimos um recorte temporal do fenômeno e assim analisar sua abrangência espacial, as ações e atividades humanas promovidas, sob determinadas perspectivas, do processo provocado e vivenciado entre o grupo, com suas movimentações e relações econômicas e sociais, pois

De acordo com a nossa perspectiva, a territorialidade adquire um valor bem particular, pois reflete a multidimensionalidade do vivido territorial pelos membros de uma coletividade, pelas sociedades em geral. Os homens

⁴ N.A. – Neste caso são os servidores da UEL, nas ações do cotidiano atuaram coletivamente.

vivem, ao mesmo tempo, o processo territorial por intermédio de um sistema de relações existenciais e/ou produtivistas. (RAFFESTIN, 1993, p. 158).

Portanto, o estudo dessa dinâmica é importante, apoiada no entendimento do processo como um todo, podendo-se utilizar e aplicar a metodologia desenvolvida em outros comparativos, produzindo novos conhecimentos sobre as relações homem-meio e a dimensão espacial.

Para tanto, faz-se necessária uma contextualização do local, sua origem e o cenário apresentado no período em que ocorreu o processo associativista, o que passamos a fazer nos itens a seguir.

1.1 O MUNICÍPIO DE LONDRINA E A UEL

Consideramos que é importante, para entender a dinâmica do trabalho em curso, expor, como e em que condições surgiram, o município de Londrina e a Universidade Estadual de Londrina, para termos uma localização geográfica, econômica e temporal, buscando uma correlação com o objeto em estudo⁵.

A Companhia de Terras Norte do Paraná – CTNP define o local, onde começa a instalar a sua base de trabalho, iniciando o seu projeto de expansão com o objetivo de colonizar suas terras. Assim,

Aparelhada já com um hotel para o pessoal e visitantes da futura Londrina e com um almoxarifado, a partir do fim do ano de 1929, a Cia. de Terras iniciou a sua grande obra. Compradores de terras começaram a vir para cá e a instalar-se em seus lotes rurais e nas datas urbanas, os primeiros em sua atividade agrícola e os segundos montando no patrimônio esboçado, suas casas comerciais. (PUPO, 1952, p. [40]).

E desta forma a CTNP, em 1929, tomou posse da terra e estabeleceu o povoado de Três Bocas, promoveu a região e começou então a surgir o município de Londrina.

A Companhia explicitaria a sua política: favorecer e dar apoio aos pequenos fazendeiros, sem por isso deixar de levar em consideração aqueles que dispunham de maiores recursos.

⁵ N.A. - A nossa região surgiu e ainda possui uma forte ligação com o campo e, na região norte do Paraná, o sistema cooperativo foi inicialmente introduzido pelas Cooperativas de Cafeicultores e posteriormente pelas Cooperativas Agropecuárias, portanto quando se pergunta sobre o conhecimento do cooperativismo, as pessoas ligavam a esta situação, pelas suas origens familiares.

Este sistema estimulou muito a concentração da produção – principalmente cafeeira, a explosão demográfica, a expansão de núcleos urbanos e o aparecimento de classes médias rurais.

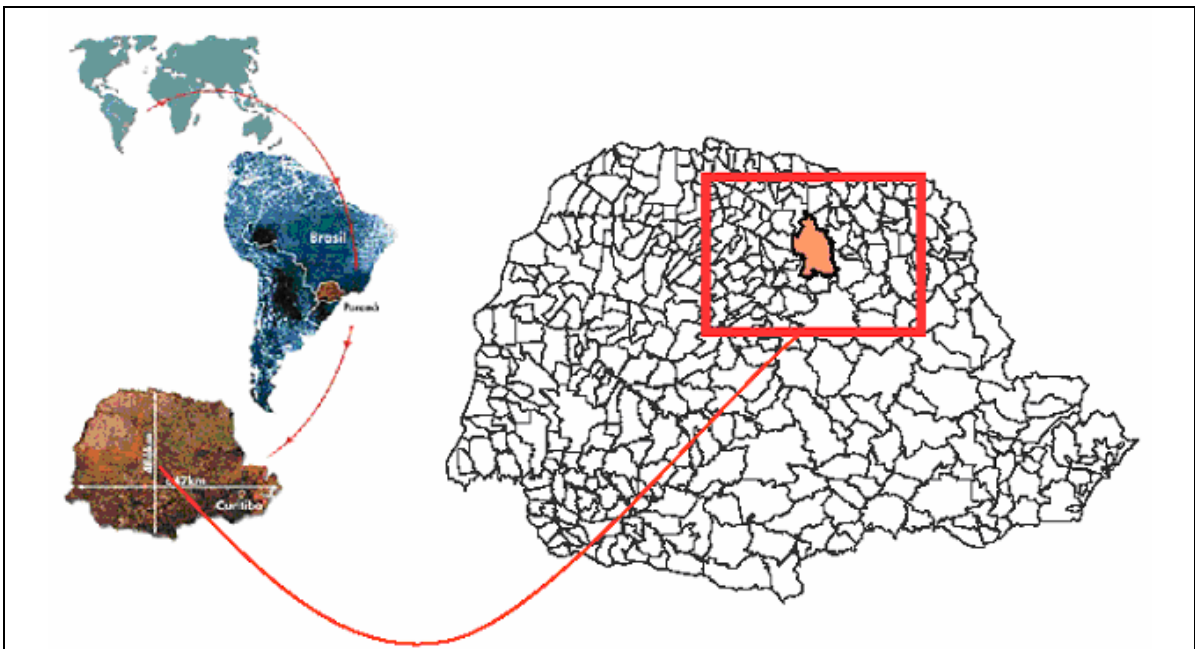
O projeto de colonização, além disto, trouxe outras inovações, como a propaganda em larga escala, transporte gratuito para os colonos, posse das terras em quatro anos, alguma assistência técnica e financeira, levantamento de toda a área e até o mapeamento do solo em algumas zonas.

Londrina surgiu em 1929, como primeiro posto avançado deste projeto inglês. Na tarde do dia 21 de agosto de 1929, chegou a primeira expedição da Companhia de Terras Norte do Paraná ao local denominado Patrimônio Três Bocas. (LONDRINA, 2013, p. 15).

Para definir melhor este espaço, segundo o IBGE a microrregião geográfica de Londrina, definida como Microrregião 011, é composta por seis municípios (Londrina, Cambé, Ibiporã, Pitangueiras, Rolândia e Tamarana), tendo-se a sua localização, conforme mapa 1:

A localização privilegiada de Londrina, no Terceiro Planalto de Guarapuava, mais se resalta quando se constata a presença de terras-roxas, de grande fertilidade e topograficamente favoráveis à utilização agrícola, que permitiram rápida ocupação da área e grande dinamismo na sua economia. A área territorial do Município é de 2.119Km², constituindo-se num dos de maior área do Estado, correspondendo a cerca de 1% da área estadual. Localiza-se a uma latitude de 23°18'39" e a uma longitude de 51°09'23". (ASARI; TUMA.1978, p. 47).

Mapa 1 - Localização de Londrina em relação ao Paraná e o Brasil



Fonte: Fávoro (apud MENDONÇA, 2007, p. 13).

O município teve um desmembramento ocorrido no ano de 1996, com a emancipação de Tamarana, reduzindo a área territorial, já atualizada

conforme as informações do “Perfil de Londrina, 2013” da Prefeitura de Londrina, que descreve as seguintes características geográficas:

Situado entre 23°08'47" e 23°55'46" de Latitude Sul e entre 50°52'23" e 51°19'11" a Oeste de Greenwich, o Município de Londrina ocupa, segundo a Resolução nº 05, de 10/10/02, do IBGE, 1.650,809 km², cerca de 1% da área total do Estado do Paraná. [...]A zona urbana de Londrina é de 217,95 Km² e a zona de expansão urbana é de 327,51 Km², totalizando 545,02 Km² (IPPUL, novembro 2012). A altitude da área urbana central da cidade é de 608m (na Catedral Metropolitana). [...]O ponto mais alto do Município tem uma altitude de 820 – 844 m e fica próximo a Lerroville, à leste, na estrada em direção à represa. Localiza-se em um espigão, não sendo perceptível, uma vez que não é um morro, mas apenas um ponto demarcado. [...] O Município de Londrina é constituído pelo Distrito Sede e pelos Distritos do Espírito Santo, Guaravera, Irerê, Lerroville, Maravilha, Paiquerê, São Luiz e Warta. (LONDRINA, 2014a, p. 26 - 27).

O município de Londrina foi criado em 1934, aonde muitos homens e mulheres vieram com a expectativa de ter um futuro promissor, pois as notícias da época eram de uma terra boa e generosa para quem nela trabalhasse.

Foi um intenso período de exploração da madeira e a cafeicultura foi a principal atividade de uma frente de expansão capitalista, um tipo de ocupação racional com ações planejadas para o campo e a criação de cidades... Londrina havia se firmado como núcleo urbano e centro irradiador de serviços para toda a região. (UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA, 2014a, p. 46).

As pessoas que se instalaram vieram então de diversas partes do mundo, de etnias diferenciadas e tinham como objetivo comprar o seu lote de terra.

À região chegavam caminhões de “paus-de-arara”, que se engajavam nas turmas de derrubada da mata para o plantio do café, sendo o objetivo de muitos juntar economias para adquirir um lote da CTNP. Muitos, após juntarem suas economias, procuravam a CTNP e manifestavam o desejo de adquirir um lote. Após visitas às glebas disponíveis, escolhiam seu lote e pagavam dez por cento do seu valor para assegurar a posse da propriedade. Dentro de 60 dias deveriam completar a entrada com mais vinte por cento do preço total e assinar o contrato de compromisso. O restante era pago em quatro anos: dez por cento ao final do primeiro ano de compra, por corresponder este ao período de abertura da propriedade, período este mais dificultoso, e vinte por cento ao final de três anos subsequentes, com juros de oito por cento ao ano. (ASARI; TUMA. 1978, p. 39).

Nos primórdios de sua colonização, a movimentação econômica era exclusivamente dependente da agricultura, que se restringia à monocultura cafeeira e a exploração dos recursos naturais.

O colono era geralmente nacional e assalariado, escoando-se a produção exclusivamente para São Paulo, sendo que as técnicas agrícolas e o regime de trabalho eram prolongamento das práticas tradicionais paulistas. (ASARI; TUMA, 1978, p. 29).

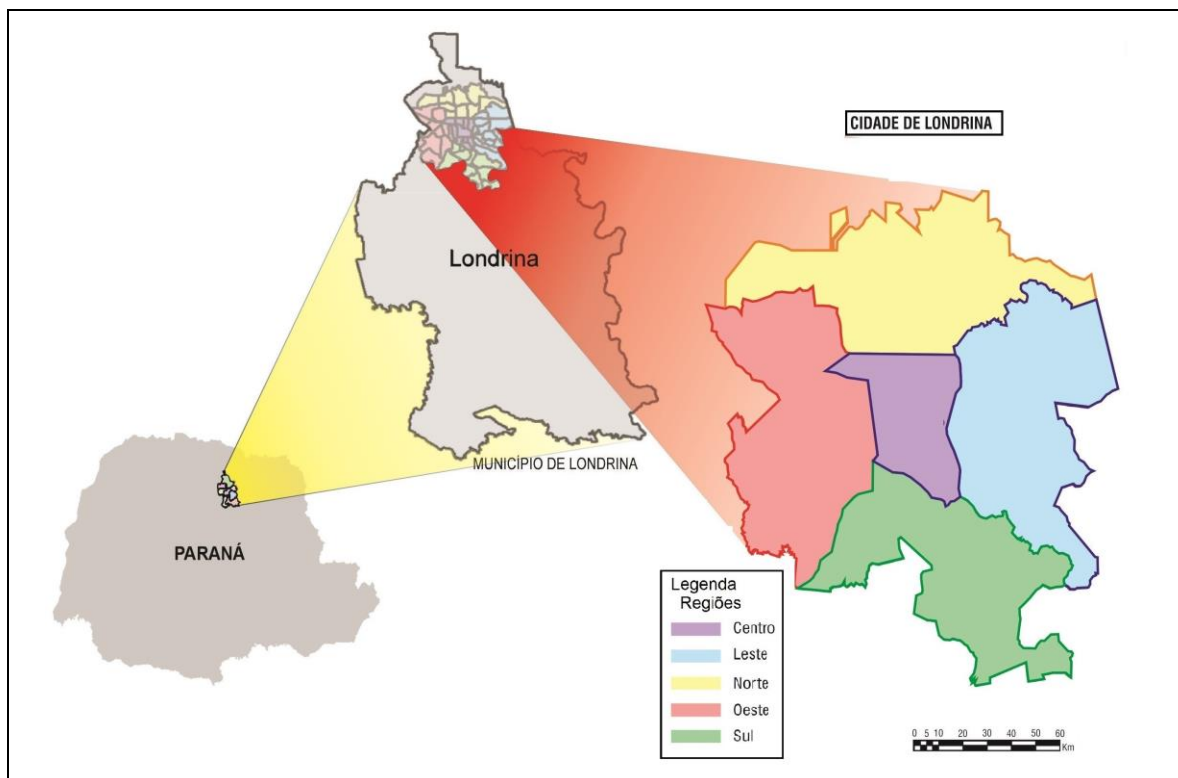
O crescimento de Londrina, conforme Asari e Tuma (1978, p. 28) e Pupo (1952), foi vertiginoso, pois a ocupação foi acima da expectativa:

O Norte do Paraná correspondeu às expectativas de rápido povoamento, pois houve rentabilidade na atividade agrária, acelerando o crescimento populacional e mais recentemente taxas elevadas de urbanização. (ASARI; TUMA, 1978, p. 28).

A cidade que com menos de 20 anos de idade, colocou-se em 3º lugar entre as mais populosas do Paraná e em 54º, entre as do Brasil, com 33.707 habitantes, sem contar a população rural. (PUPO, 1952, p. [40]).

Em pouco tempo, Londrina ficou conhecida no cenário nacional e até internacional, como a “capital mundial do café”, posto que perdeu devido a fatores climáticos, pela ocorrência da “geada negra” do ano de 1975 e pela modernização conservadora, havendo então uma expansão no processo já em desenvolvimento das plantações do binômio soja-trigo, provocando uma grande migração rural. Com essa ocupação, o município expandiu a sua área urbana, destacando cinco regiões, centro, norte, sul, leste e oeste, conforme mapa 2.

Mapa 2 – Distribuição das regiões na cidade de Londrina



Elaboração: Dias, Luís F. P.

Fonte: Instituto de Pesquisa d Planejamento Urbano de Londrina – IPPUL (2014)

A agropecuária mantinha uma participação significativa na economia da região, apesar da grande erradicação dos cafezais, visto que o norte do Paraná teve uma forma de ocupação e colonização que foi gerada segundo Nakagawara e Santana (1984), através de um processo,

[...] de concentração, resultado do capitalismo agrário e da situação político-econômica brasileira, fez com que os pequenos proprietários se descapitalizassem cada vez mais e não tivessem mais condições de continuar a sua atividade... Por outro lado, as relações de trabalho no campo passaram a se modificar substancialmente, com a promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural, na fase que antecedeu o violento processo de concentração fundiária da década de 70. Todos estes fatores que desorganizaram a vida rural, privilegiando cada vez mais as atividades que exigiam maior inversão de capital e menos mão-de-obra, levam a uma profunda reflexão sobre a necessidade de repensar e discutir a situação da vida agrária brasileira, reflexo da política sócio-econômica do Brasil. (NAKAGAWARA; SANTANA, 1984, p. 33),

Portanto, a transformação da área ocupada, com a substituição de culturas e também da migração das pessoas do campo para a cidade, já estava ocorrendo e a geada sacramentou a situação.

Essa concentração fundiária trouxe consequências sociais muito graves, para o Norte do Paraná, pois, esta região foi ocupada com base na pequena propriedade e na atividade cafeeira, cuja cultura é catalizadora de mão-de-obra durante todo o ano, e de forma mais intensa, por ocasião da colheita... As geadas de 1975 e 78, praticamente acabaram de dizimar os cafezais norte-paranaenses, resultando no desemprego e fluxo migratório intenso e sem precedentes. Outros fatores já tinham sido desencadeados há mais de uma década. (NAKAGAWARA; SANTANA, 1984, p. 32).

Londrina já apresentava uma boa oferta de cursos de nível superior e a situação apontou para um desenvolvimento “universitário”, fato que surgiu após a conjugação das forças sociais, políticas e intelectuais da cidade⁶, que conseguiram a aglutinação das faculdades existentes, direcionando as ações para a implantação da Universidade Estadual de Londrina, pelo Governo do Estado.

Enquanto ocorria a tramitação com a devida documentação sendo providenciada era encaminhado o processo de implantação e de construção do Campus da futura universidade (Foto 1), sendo que segundo Butarello (2011, p. 70) “em 18 de agosto de 1967, a Universidade viveu a solenidade de lançamento de sua

⁶ N.A - A cidade de Londrina ofertava vários cursos universitários em unidades isoladas e da junção de cinco faculdades: 'Faculdade Estadual de Direito de Londrina - Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Londrina - Faculdade Estadual de Odontologia de Londrina - Faculdade de Medicina do Norte do Paraná e Faculdade Estadual de Ciências Econômicas e Contábeis de Londrina', surgiu a Universidade Estadual de Londrina, conforme conta do seu PDI_2010_2015, p. 41.

Pedra Fundamental, porém a sua criação somente se deu em 28 de janeiro de 1970”.

Foto 1 - Construção do Campus da Universidade em 1968

UEL: *Campus Perobal - CCB em Construção (1968)*



Fonte: Universidade Estadual de Londrina (2014b)
Pró Reitoria de Planejamento (Plano Diretor - Maio de 2007 – slide 27)

E a efetivação da constituição da Universidade Estadual de Londrina foi,

[...] criada pelo Decreto nº 18.110, de 28 de janeiro de 1970, com sede e foro na cidade Londrina, Estado do Paraná, entidade de direito público, titular das prerrogativas de autonomia estabelecidas no artigo 207 da Constituição da República Federativa do Brasil. [...] tendo sido reconhecida por meio do Decreto Federal nº 69.324, de 07/10/1971. (UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA, 2014a, p. 41).

A Universidade Estadual de Londrina está localizada,

no município de Londrina, no Estado do Paraná, uma das maiores cidades do Sul do país e a segunda maior do Paraná com 515.707 habitantes (IBGE 2013) [...] em uma das regiões de maior dinamismo econômico do Estado do Paraná [...] O município teve seu crescimento inicial sustentado pela produção agrícola e sua comercialização e, em especial, a exportação do café. (UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA, 2014a, p. 45).

A instalação da Universidade Estadual de Londrina ocorre,

durante um período em que o município e a região de Londrina passam por profunda mudança na agricultura, decorrente da entrada de relações capitalistas no campo, resultantes do Estatuto do Trabalhador Rural (1963), da mecanização e de políticas econômicas de financiamento da atividade agrícola e da pecuária. Essa mudança provoca um maior êxodo rural e crescimento das cidades, especialmente de Londrina, acentuando os problemas urbanos e as desigualdades sociais. Nessa década, a mão de obra volante – os chamados boias-frias, trabalhadores residentes nas cidades que se deslocam, diariamente, para o campo – constitui um tipo novo de trabalho informal, caracterizando exclusão em relação às novas formas jurídicas que passaram a orientar as práticas capitalistas no campo, em substituição ao colonato. (UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA, 2014a, p. 48).

Como num processo, em que a cada ação contendo problemas, deve-se ter uma reação, o município de Londrina,

cria a SUDESIL (Superintendência do Desenvolvimento Industrial de Londrina), hoje incorporada à CODEL (Companhia do Desenvolvimento de Londrina), que iniciou um processo de industrialização induzido para o município, com ênfase no desenvolvimento de pequenas indústrias, criando o Parque das Indústrias Leves, apoiando o pequeno empreendimento que por sua característica, uso pouco intensivo de mecanização, era visto como gerador de empregos. (UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA, 2014a, p. 48).

Portanto, a UEL passa a ter uma vinculação muito grande com a cidade, tendo participado e atuado de forma direta para o desenvolvimento econômico, social e cultural dela e da região sob sua influência Sua criação, conforme diz Silva (2003, p. 37), foi determinante para criação de vínculo da cidade com o Estado com,

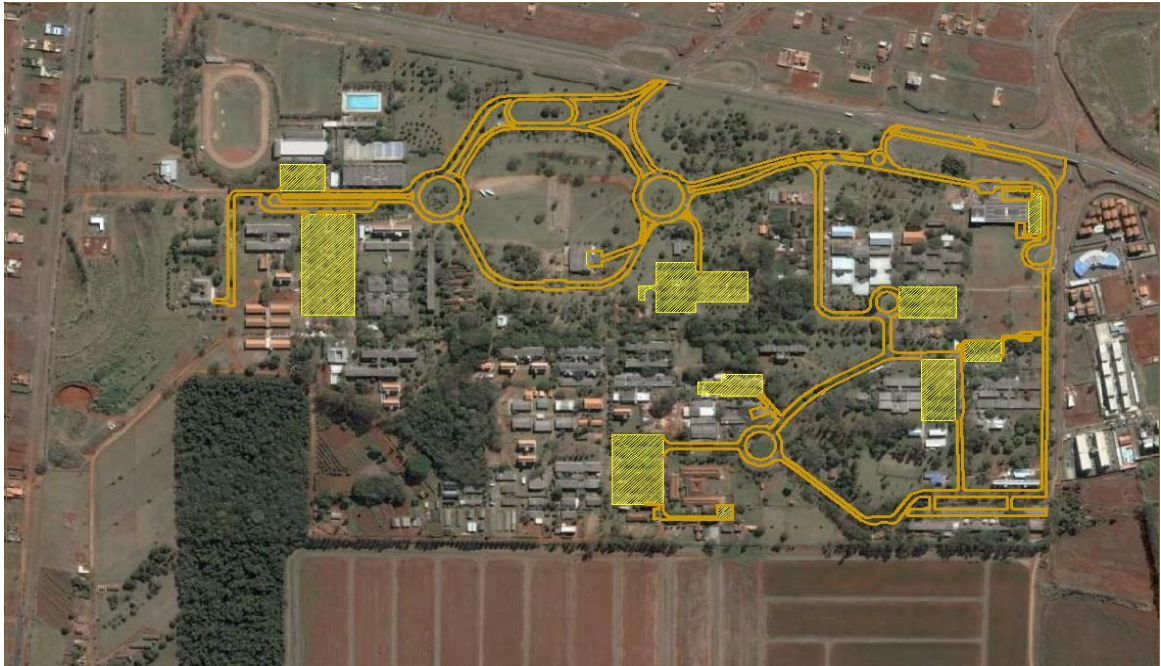
[...] Londrina. Enfim, esta cidade desempenhava um papel de importância considerável perante a rede urbana do Paraná, possuindo uma articulação com a capital desse estado, por vínculos político-administrativos, e com a capital do Estado de São Paulo, por vínculos econômicos, o que evidencia a herança do processo de (re)ocupação. (SILVA, 2006, P. 37).

Neste período, a cidade buscava a sua expansão, pautada num projeto de desenvolvimento industrial, e contava ainda com uma expansão universitária. A partir de então o município de Londrina expandiu e se transformou, pois

[...] é um Polo Regional de bens e serviços. Na década de 90 se tornou a terceira mais importante cidade do Sul do Brasil. A cada década, verifica-se que Londrina teve um crescimento constante, consolidando-se como principal ponto de referência do Norte do Paraná, exercendo grande influência e atração regional. Polo de uma região essencialmente agrícola, Londrina sempre foi beneficiada por um regime pluviométrico bem distribuído, durante todo o ano, sendo raríssimos os períodos de grandes estiagens ou chuvas prolongadas (UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA, 2014a, p. 50).

A UEL foi sendo construída e tornou-se uma realidade ocupando com rapidez a área inicialmente destinada de 6,714 alqueires paulistas equivalente a 16,248 hectares, instalando os centros de estudos e laboratórios, definindo suas ações por meio de um planejamento conforme mostra a Foto 2.

Foto 2 – Campus, área urbanizada: ocupação predial da UEL em 2007



Fonte: Universidade Estadual de Londrina (2014b, slide 8).

A descrição histórica indica que o município surgiu, pelo resultado da interação social das pessoas que buscaram aproveitar os recursos naturais disponíveis, atendendo as suas necessidades e vontades. Neste espaço e período surge a UEL, como resultado da conjugação de esforços políticos e econômicos, mas principalmente das relações humanas.

1.2 CENÁRIO⁷ ECONÔMICO E POLÍTICO NACIONAL DE 1986 A 1989

Este Item busca analisar e comparar as condições vivenciadas pelos trabalhadores no início do século XIX, com o cenário político e econômico, nacional e local, do período de 1987 a 1989. Nota-se que o cenário econômico e político do início do século XIX coincide com o período em que ocorreu o surgimento, a difusão e a consolidação do sistema cooperativo moderno. Desta forma, procura-se comparar a situação em que estavam expostos os servidores da UEL e buscar justificativa para que este grupo de pessoas se movimentasse e se mobilizasse para a constituição de uma cooperativa de consumo.

Portanto, buscando subsidiar a análise de motivos e das explicações sobre a mobilização dos servidores da UEL, discorreremos, a seguir, sobre os cenários: econômico nacional, as relações políticas e econômicas da UEL com o Estado e as condições salariais dos servidores, no período da constituição e da consolidação da cooperativa dos servidores da UEL.

Com o fim do regime militar no país, formalmente estabelecido com a posse de um civil na Presidência da República, em março de 1985, sob o comando do então presidente José Sarney, e auxiliado pelo ministro da Fazenda Dilson Funaro, o país teria de se defrontar com seus dilemas históricos. As reformas estruturais, que haviam sido dispensadas pelo golpe militar, ressurgiam no discurso dos novos dirigentes. Paralelamente, movimentos sociais se articulavam em torno das novas demandas políticas e sociais: reforma agrária, reforma sanitária, reforma da escola pública, garantia de direitos sociais aos trabalhadores e a convocação de uma assembleia constituinte.

Nesse contexto, o turbulento cenário econômico do primeiro ano da “Nova República” era um elemento a dificultar a transição esperada, corroendo a legitimidade do novo regime. O principal problema a ser enfrentado era conter a inflação, que atingia níveis acima “da casa” de dois dígitos ao mês. Por consequência, o poder de compra dos trabalhadores era fortemente diminuído e a

⁷ N.A. – Para a análise dos cenários econômicos, destacamos que o autor é graduado em administração de empresas atuando nas áreas administrativas e financeiras em diversos segmentos (assessorias e gerências), e é servidor da UEL desde 1988, exercendo ao longo de sua carreira profissional, várias funções, sempre nas áreas já citadas, além de uma atuação política com o exercício de mandato público, portanto acompanhando e vivenciando na teoria e na prática, os períodos econômicos e políticos apresentados.

acelerada transferência de renda acontecia para as classes detentoras das mercadorias, seja na fase da produção ou na fase da comercialização. Possuir dinheiro em espécie mostrava-se desvantajoso, pois seu valor era rapidamente consumido no cenário inflacionário.

O capital possuía formas de proteção do seu valor. O mercado financeiro oferecia àqueles que possuíssem reservas monetárias a possibilidade de aplicá-las no “overnight”⁸, proporcionando aos investidores a correção diária e a facilidade da liquidez imediata, já que o resgate dos ativos poderia ocorrer no mesmo dia em que fosse solicitado. Mas, os efeitos da “ciranda financeira”⁹ sobre a organização da produção mostravam-se negativos: a majoração dos preços acontecia em ritmo cada vez mais acelerado, chegando a ocorrer diariamente.

Com isso o risco de desabastecimento de mercadorias crescia, uma vez que se mostrava mais vantajoso guardar o produto armazenado do que realizar a venda à prazo, postergando o recebimento dos valores envolvidos na transação comercial.

Com o objetivo primordial de combater a inflação, no final do mês de fevereiro de 1986, o Governo Federal lançou um conjunto de medidas econômicas, denominado “Plano Cruzado”. A estratégia adotada consistia em realizar um choque de estabilização, mediante o congelamento dos valores monetários de preços e salários praticados na economia. Para “apagar” a herança inflacionária, uma reforma monetária foi engendrada.

O “cruzeiro”, padrão monetário já desgastado, foi substituído pelo “cruzado”, pela conversão de uma moeda em outra, na razão de 1000 para 1. E, para ampliar o controle governamental sobre o mercado, os preços de uma ampla gama de produtos tiveram seus valores máximos tabelados, e a observância desses limites foi exigida dos agentes privados sob pena de multa e eventual caracterização de crime contra a economia popular. A repressão às violações praticadas contra a ordem econômica foi atribuída à Superintendência Nacional de Abastecimento e, por

⁸ N.A. – Aplicações de recursos financeiros (dinheiro a vista) junto ao sistema financeiro, com o resgate programado para o dia seguinte.

⁹ N.A. – A engrenagem de rolar a dívida pública, e a inflação alta, provocavam as ações especulativas e o dinheiro não podia ficar parado pois a desvalorização era muito grande, e era aplicado no mercado financeiro, tirando os recursos do sistema produtivo e com isso o sistema ganhava muito com a diferença entre as taxas pagas nos valores captados e as taxas cobradas nos valores emprestados, em síntese é o giro financeiro com fins especulativos.

ser insuficiente o contingente de fiscais do órgão, a população foi chamada a participar, denunciando os estabelecimentos que majorassem os preços.

Depois dos 14,6% de variação do IPCA em fevereiro, espera-se queda do nível geral dos preços em março (deflação), tendo em vista a reforma monetária de 28 de fevereiro último. De fato, a manter-se o gradualismo na política de combate à inflação, tudo indica que fecharíamos o ano no clima de hiperinflação. As medidas do Governo de desindexação da economia formam um conjunto controlado e coerente. Entretanto, o congelamento de preços não poderá durar muito sem graves consequências para o abastecimento e para o curso normal da produção de bens. (INFLAÇÃO..., 1986, p. 2).

O impacto inicial do “plano cruzado” foi positivo. O congelamento de preços mostrou-se eficaz nos primeiros meses. Capitais antes imobilizados na “ciranda financeira” retornaram aos setores produtivos da economia, uma discreta distribuição de renda foi obtida, cresceu o nível de empregos no país e, com ele, a participação dos salários no produto interno bruto.

Restou o problema do desabastecimento da economia, já que, por um lado, ao aumento da demanda não correspondeu um imediato crescimento da produção e, por outro, setores produtivos que atuavam no mercado externo preferiam destinar sua produção à exportação, sonogando os produtos necessários ao abastecimento do mercado interno. Afora as intervenções de força do governo, mediante a utilização de mecanismos econômicos, mostrava-se necessária a realização de correções na política econômica, notadamente quanto às políticas cambial e fiscal e na reestruturação do crédito destinado ao mercado interno.

A reforma monetária cortou o componente inercial da inflação. Porém, a inflação brasileira, particularmente nos últimos 12 meses, vinha apresentando claros componentes de excesso de demanda, haja vista o crescimento vertiginoso do déficit público e do consumo pessoal nesse período. Há, portanto, que atentar também para esse lado do processo inflacionário. As restrições fiscais e monetárias são absolutamente necessárias para a manutenção do controle de preços e salários e para o sucesso da reforma. O risco atual reside na pressa do Governo em obter os ganhos políticos da estatização através da expansão da demanda agregada. (ALÉM ..., 1986, p. 2).

No entanto, a aproximação do calendário eleitoral criou uma conjuntura política desfavorável à adoção de medidas impopulares, paralisando a política econômica no que tange a ajustes que se mostravam necessários. Logo após as eleições de novembro de 1986, com a eleição em massa de governadores e parlamentares do partido governista, a inflação voltou a subir e o mecanismo de reajuste automático dos salários quando seus índices chegassem a vinte por cento

(o “gatilho salarial”) mostrou-se insuficiente para preservar o poder de compra dos trabalhadores. Embora contando com maciça aprovação da opinião pública, a política macroeconômica adotada encontrava seus limites estruturais:

O Plano Cruzado despertou enorme entusiasmo na população. Havia uma sensação de que a inflação realmente fora eliminada e que se iniciava uma nova era de prosperidade com a estabilização de preços. Em alguns meses, no entanto, a anestesia foi perdendo seus efeitos e os problemas se avolumando. Em primeiro lugar o congelamento (tabelamento) não poderia abarcar todos os preços da economia: era impossível fazê-lo, por exemplo, em relação aos produtos não padronizáveis, como vestuário e moradia (SANDRONI, 1999, p. 468).

Pouco tempo após as eleições, os índices inflacionários voltaram a subir, agravando o cenário de crise econômica, cujo principal traço era o desabastecimento de produtos de consumo básico. Por consequência, a legitimidade do Governo desmoronou e a opinião pública interpretou o desenrolar do “plano cruzado” como um “estelionato eleitoral.” O quadro econômico instável gerava um sentimento generalizado de indignação, multiplicavam-se os protestos e firmava-se um contexto de agitação social. Com a demissão de Dilson Funaro, o Governo Federal promoveu a mudança de comando no Ministério da Fazenda. Outro ministro, também ligado ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB, o sucederia no posto.

O novo choque era fundamentalmente heterodoxo, mas incorporava alguns elementos ortodoxos. As medidas mais importantes foram as seguintes: 1) congelamento geral de preços e salários por um prazo de noventa dias, com o propósito de baixar a inflação para patamares bem inferiores aos existentes; 2) após essa primeira fase do congelamento, o plano previa uma fase de flexibilização de preços com reajustes mensais de preços e salários, a fim de corrigir eventuais desequilíbrios herdados da fase anterior. (SANDRONI, 1999, p. 465).

Luiz Carlos Bresser Pereira assumiu o posto de Ministro da Fazenda com a missão de corrigir os rumos da política econômica. A estratégia adotada replicaria o congelamento de preços e salários, mas agora por um período menor, de apenas um trimestre. Buscava-se, num primeiro momento, o controle da “inflação inercial”¹⁰, para depois promover-se um realinhamento dos preços na economia:

¹⁰ N.A. - A inflação é a correção/atualização dos preços dos produtos e serviços, que acontecem pelo aumento da procura de um produto/serviço que é chamada de inflação de demanda, ou pela atualização dos valores despendidos na produção, que o industrial e o comerciante transferem ao preço de venda, essa é chamada de inflação de custos; a inflação inercial é a correção/atualização dos preços, dos serviços, inclusive dos salários de inflação acumulada num determinado período; hoje se aplica a correção monetária ou atualização econômica na forma anual, com o nome de equilíbrio econômico financeiro.

Sobre a chamada teoria inercial da inflação, cabe notar, inicialmente, que não se trata de ideia nova. Há muito se sabe que, quando instalada no organismo econômico, a inflação tende a se perpetuar através da criação, pelos agentes econômicos, de mecanismos formais e informais. A isso se dava, anteriormente, o nome de realimentação inflacionária, fenômeno presente em qualquer economia onde haja inflação. Não é *sui generis*, portanto, a situação da economia brasileira sob este aspecto. (OS MITOS..., 1988, p. 9).

Não obstante a forte intervenção governamental na economia, os resultados alcançados mostravam-se insuficientes e não logravam controlar a inflação:

Em junho de 1987 foi editado o Plano Bresser, com novo congelamento de preços e salários, com o aumento dos preços públicos e com a promessa de controlar a demanda por vias monetária e fiscal. Em dezembro desse ano, entretanto, a inflação voltava vigorosamente, com taxa de 16%. (GIAMBIAGI, 2005, p. 246).

O flagrante insucesso no objetivo de controlar a inflação foi a causa de uma nova mudança no comando da equipe econômica do Governo Federal. Maílson da Nóbrega sucedeu a Bresser Pereira, adotando um discurso de baixa intervenção na economia e controle dos gastos públicos. O novo ministro expressava o entendimento de que a estabilização das taxas inflacionárias dependeria de ajustes nos mecanismos de mercado, em especial da regularização da oferta de bens de consumo. Segundo essa concepção, os preços correntemente praticados no mercado deveriam expressar o equilíbrio alcançado entre os níveis de demanda e de oferta dos bens cambiados.

Na segunda metade dos anos de 1980, descontrole fiscal e carência de financiamento externo acarretaram surtos de hiperinflação, moratória externa e sucessivos fracassos de programas heterodoxos de estabilização. As tentativas de desindexação estimulavam a expansão dos gastos de consumo e investimento que, sem o ajuste fiscal ou o financiamento externo requerido, em poucos meses, causavam o retorno à tendência explosiva da inflação. No início dos anos de 1990, o congelamento dos ativos financeiros buscou restaurar a eficácia da política monetária e propiciar alívio fiscal. Ambos os resultados, contudo, foram efêmeros para impedir a volta da indexação e dos surtos hiperinflacionários. Às vésperas do Plano Real, em junho de 1994 a inflação do IGP-DI em 12 meses ultrapassou os 5 000%. (IBGE, 2006, p. 514 - 515).

A “política de feijão-com-arroz” - iniciando em janeiro de 1988 -, logrou êxito no controle da inflação. Se, de um lado, intervenções heterodoxas na economia tinham se mostrado ineficazes, de outro a capitulação da política econômica governamental frente às forças oligopolizadoras do mercado nacional resultava em um cenário de crescente incerteza. Diante de tal quadro, o

funcionamento da economia foi marcado pela emergência de uma espiral inflacionária, que elevou os índices de inflação a patamares antes desconhecidos.

A inflação ameaça explodir exigindo do Governo a substituição do “feijão com arroz” da economia por uma política mais eficaz. É a Nova República, que já tem quadro ministros da Fazenda, caminha também para a terceira moeda, com o “plano real”. (CARDÁPIO..., 1988, p. 30).

Durante todo o ano de 1988, a inflação permaneceu em índices mensais altos, chegando a superar 20% ao mês, e se apresentava de forma crescente e constante, até que em janeiro de 1989 chegou ao patamar de 70,28%. Fracassavam as tentativas de celebrar-se um “pacto social” entre governo, empresários e trabalhadores.

O Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas informa que o índice geral de preços (disponibilidade interna) referente a junho acusou uma alta de 20,83, o IGP acumula uma taxa de 187,79%, o que equivale a uma expansão média mensal de 19,26% - quer dizer, aos poucos vai se tornando mais agudo o processo inflacionário brasileiro que, a prosseguir nesse ritmo, aponta para uma inflação anual ao redor de 730%. (POLÍTICA..., 1988, p. 18).

O quadro econômico-social do país voltava a ser de crise permanente. O poder de compra dos trabalhadores era constantemente corroído pela inflação e as pessoas tinham de adaptar-se ao novo contexto.

A remarcação constante dos preços promovida pelos estabelecimentos comerciais correspondia à estratégia de compras imediatas por parte dos consumidores. Mais uma vez, frente a impossibilidade de preservar o valor de compra da moeda, a população adotava a estratégia de armazenar produtos não perecíveis, convertendo o mais rapidamente possível os ganhos salariais em mercadorias.

O problema dessa estratégia era que ela funcionava como um fator de pressão inflacionária, já que intensificava a demanda por bens de consumo, criando maiores oportunidades para a especulação de mercado e a majoração abusiva de seus preços. Conforme o IBGE (2006), 1988 a 1994 foi um período de crise econômica.

Os períodos de crise, definidos como aqueles em que o PIB per capita permaneceu por três ou mais anos consecutivos abaixo do seu pico prévio são 1902-1905, 1908-1911, 1914-1919, 1930-1932, 1963-1965, 1981-1984 e 1988-1994. Segundo esses critérios, 9 dos últimos 20 anos do século foram de crises que se destacaram pela severidade e duração. A crise de 1981-1984 foi a mais severa com queda de 12% do PIB per capita e a crise

de 1988-1994 a mais prolongada, com duração de oito anos. (IBGE, 2006, p. 511).

Conforme a lógica dos agentes de mercado, tanto a constante majoração dos preços quanto o desabastecimento dos produtos de consumo populares tinham a mesma causa. Segundo afirmavam os empresários, os custos de produção do mercado interno não se encontrava em patamares adequados e não propiciavam margens atrativas de retorno financeiro ao investimento produtivo. Ao detentor de capitais, melhor parecia investir no mercado financeiro, obtendo-se o retorno de taxas de juros elevadas. Parcelas crescentes do capital nacional eram imobilizadas no setor financeiro, sem que tivessem aproveitamento econômico real, levando o país a momentos de estagnação econômica:

O último triênio dos anos de 1980, por sua vez, é uma fase de desajustes domésticos e, à medida que se avança na década, hiperinflação reprimida. O período começa com a súbita aceleração inflacionária que se seguiu ao fracasso do Plano Cruzado, em boa medida associada à plena utilização da capacidade de produção industrial. A partir daí inaugura-se uma série de ciclos de curta duração até nova recessão no início da década de 1990. (IBGE, 2006, p. 405).

Numa última tentativa de controlar a inflação, em janeiro de 1989, o Governo Federal realizou nova intervenção na economia. O “Plano Verão” produziu outra reforma monetária, extinguindo os cruzados em circulação e substituindo-os pelo cruzado novo, mais uma vez na razão de 1000 para 1. Em seus fundamentos, o novo plano econômico reeditava as estratégias adotadas nos planos que o antecederam:

Anunciado em 15/1/1989, foi o terceiro choque econômico e a segunda reforma monetária do governo Sarney, depois de a inflação ter acusado um índice acumulado de 933,62% em 1988... o Plano Verão teve a mesma concepção dos pacotes anti-inflacionários aplicados anteriormente no Brasil e em outros países. (SANDRONI, 1999, p. 471).

O cenário econômico era adverso, pois a inflação corroía o poder de compra de forma rápida e severa, gerando a chamada “ciranda financeira”, que ia além da correção dos preços dos produtos de forma especulativa, as pessoas buscavam também uma “proteção do dinheiro” disponível num processo de aplicações junto ao sistema financeiro, denominada “overnight”. Podemos observar, na tabela 1, os índices chegando a quase 2500% ao ano, caso do ano de 1993.

Os índices de inflação do período, com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), calculado pelo IBGE, registrou para o período os seguintes percentuais, conforme demonstra a tabela 1.

Tabela 1 – Índices anuais do INPC (IBGE) – 1987 a 1994.

mês/ano	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994
Janeiro	16,82%	18,97%	35,48%	68,19%	20,95%	25,92%	28,77%	41,32%
Fevereiro	13,94%	15,81%	16,35%	73,99%	20,20%	24,48%	24,79%	40,57%
Março	14,40%	18,09%	5,90%	82,18%	11,79%	21,62%	27,58%	43,08%
Abril	20,96%	18,33%	8,06%	14,67%	5,01%	20,84%	28,37%	42,86%
Mai	23,14%	18,24%	16,67%	7,31%	6,68%	24,50%	26,78%	42,73%
Junho	21,30%	22,28%	29,40%	11,64%	10,83%	20,85%	30,37%	48,24%
Julho	9,93%	23,02%	27,40%	12,62%	12,14%	22,08%	31,01%	7,75%
Agosto	5,09%	20,63%	33,18%	12,18%	15,62%	22,38%	33,34%	1,85%
Setembro	7,15%	26,93%	36,35%	14,26%	15,62%	23,98%	35,63%	1,40%
Outubro	10,88%	26,69%	38,76%	14,43%	21,08%	26,07%	34,12%	2,82%
Novembro	14,93%	28,15%	48,47%	16,92%	26,48%	22,89%	36,00%	2,96%
Dezembro	13,97%	28,43%	51,28%	19,14%	24,15%	25,58%	37,73%	1,70%
Total Inflação	394,62%	993,29%	1863,56%	1585,18%	475,11%	1149,05%	2489,11%	929,32%

Elaboração: Dias, Luís F. P.

Fonte: Conjuntura Econômica (2014)

Para entender o impacto do processo inflacionário, Para os trabalhadores assalariados, temos maio como mês base para a correção do salário mínimo, para tanto a inflação deve ser calculada pelo intervalo, de maio do ano anterior até abril, conforme dados que podemos verificar na tabela 2.

Tabela 2 – Índices do INPC de 1986 a 1994 no período de maio a abril

mês/ano	1986/87	1987/88	1988/89	1989/90	1990/91	1991/92	1992/93	1993/94
Mai	1,08%	23,14%	18,24%	16,67%	7,31%	6,68%	24,50%	26,78%
Junho	0,97%	21,30%	22,28%	29,40%	11,64%	10,83%	20,85%	30,37%
Julho	0,84%	9,93%	23,02%	27,40%	12,62%	12,14%	22,08%	31,01%
Agosto	1,12%	5,09%	20,63%	33,18%	12,18%	15,62%	22,38%	33,34%
Setembro	1,19%	7,15%	26,93%	36,35%	14,26%	15,62%	23,98%	35,63%
Outubro	1,43%	10,88%	26,69%	38,76%	14,43%	21,08%	26,07%	34,12%
Novembro	3,29%	14,93%	28,15%	48,47%	16,92%	26,48%	22,89%	36,00%
Dezembro	7,27%	13,97%	28,43%	51,28%	19,14%	24,15%	25,58%	37,73%
Janeiro	16,82%	18,97%	35,48%	68,19%	20,95%	25,92%	28,77%	41,32%
Fevereiro	13,94%	15,81%	16,35%	73,99%	20,20%	24,48%	24,79%	40,57%
Março	14,40%	18,09%	5,90%	82,18%	11,79%	21,62%	27,58%	43,08%
Abril	20,96%	18,33%	8,06%	14,67%	5,01%	20,84%	28,37%	42,86%
Total Inflação	117,99%	417,01%	924,34%	6554,52%	370,45%	676,28%	1326,96%	3894,81%

Elaboração: Dias, Luís F. P.

Fonte: Conjuntura Econômica (2014)

Ao analisar a tabela 2, verificamos uma situação em que o índice inflacionário destoava e muito; o período de maio de 1989 a abril de 1990, foi

realmente alarmante, pois atingimos uma marca de 6.554,52% de inflação no intervalo de doze meses.

Para fazer um pequeno exercício de comparação, é uma variação de 65 (sessenta e cinco) vezes o valor original, ou uma média superior a 5(cinco) vezes o valor base dentro de mês, ou seja, o que valia NCz\$ 10,00 no início de um mês valeria ao final do mesmo mais de NCz\$ 50,00, o que era insuportável em termos de desvalorização da moeda.

Em contrapartida, o salário mínimo de maio de 1989 era de NCz\$ 81,40 (oitenta e um cruzados novos e quarenta centavos), e mesmo com os gatilhos de proteção existentes na época, em abril de 1990 era de Cr\$ 3.674,06 (três mil seiscentos e setenta e quatro cruzeiros e seis centavos), ou seja, a correção foi de 4.413,59%. O valor de maio/1989 (NCz\$ 81,40) se fosse atualizado pelo INPC, atingiria o valor de Cr\$ 5.416,78. Isto demonstra que o salário mínimo, no período, sofreu uma redução no seu poder de compra em 47,43%, fator que podemos conferir, comparando com os valores históricos apresentados dos salários mínimos na tabela 3.

Tabela 3 – Valor dos salários mínimo de 1988 a 1994

Mês / Ano	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994
janeiro	Cz\$ 4.500,00	NCz\$ 63,90	NCz\$ 1.283,95	Cr\$ 12.325,60	Cr\$ 96.037,33	Cr\$ 1.250.700,00	CR\$ 32.882,00
fevereiro	Cz\$ 5.280,00	NCz\$ 63,90	NCz\$ 1.283,95	Cr\$ 15.895,46	Cr\$ 96.037,33	Cr\$ 1.250.700,00	CR\$ 42.829,00
março	Cz\$ 6.240,00	NCz\$ 63,90	Cr\$ 3.674,06	Cr\$ 17.000,00	Cr\$ 96.037,33	Cr\$ 1.709.400,00	URV 64,79
abril	Cz\$ 7.260,00	NCz\$ 63,90	Cr\$ 3.674,06	Cr\$ 20.000,00	Cr\$ 96.037,33	Cr\$ 1.709.400,00	URV 64,79
maio	Cz\$ 8.712,00	NCz\$ 81,40	Cr\$ 3.674,06	Cr\$ 23.131,68	Cr\$ 230.000,00	Cr\$ 3.303.000,00	URV 64,79
junho	Cz\$ 10.368,00	NCz\$ 120,00	Cr\$ 3.857,76	Cr\$ 23.131,68	Cr\$ 230.000,00	Cr\$ 3.303.000,00	URV 64,79
julho	Cz\$ 12.444,00	NCz\$ 149,80	Cr\$ 4.904,76	Cr\$ 23.131,68	Cr\$ 230.000,00	Cr\$ 4.639.800,00	R\$ 64,79
agosto	Cz\$ 15.552,00	NCz\$ 192,88	Cr\$ 5.203,46	Cr\$ 36.161,60	Cr\$ 230.000,00	CR\$ 5.534,00	R\$ 64,79
setembro	Cz\$ 18.960,00	NCz\$ 249,48	Cr\$ 6.056,31	Cr\$ 42.000,00	Cr\$ 522.186,94	CR\$ 9.606,00	R\$ 70,00
outubro	Cz\$ 23.700,00	NCz\$ 381,73	Cr\$ 6.425,14	Cr\$ 42.000,00	Cr\$ 522.186,94	CR\$ 12.024,00	R\$ 70,00
novembro	Cz\$ 30.800,00	NCz\$ 557,33	Cr\$ 8.829,55	Cr\$ 42.000,00	Cr\$ 522.186,94	CR\$ 15.021,00	R\$ 70,00
dezembro	Cz\$ 40.425,00	NCz\$ 788,18	Cr\$ 8.836,82	Cr\$ 63.000,00	Cr\$ 522.186,94	CR\$ 18.760,00	R\$ 70,00

Elaboração: Dias, Luís F. P. * ¹¹

Fonte: Conjuntura Econômica (2014)

Portanto, no período de março de 1985 a dezembro de 1994, o Brasil foi governado por três Presidentes, e contou com a participação de doze Ministros da Fazenda. O Presidente José Sarney, governou de 15/03/1985 a 15/03/1990 e

¹¹ Conforme Tabela 2 da página 54, conforme os símbolos, estas são as moedas: Cz\$ = Cruzado; NCz\$ = Cruzado Novo; Cr\$ = Cruzeiro; CR\$ = Cruzeiro Real; URV = Unidade de Real de Valor; e R\$ = Real.

teve quatro Ministros da Fazenda (Francisco Dorneles, Dílson Funaro, Bresser Pereira e Maílson da Nóbrega). O Presidente Fernando Collor governou de 15/03/1990 a 02/10/1992 e teve dois Ministros da Fazenda (Zélia Cardoso e Marcílio Moreira) e o Presidente Itamar Franco governou de 02/10/1992 a 31/12/1994 e teve seis Ministros da Fazenda (Gustavo Sobrinho, Paulo Haddad, Eliseu Resende, Fernando Henrique, Rubens Ricupero e Ciro Gomes). Para melhor visualização, No período em estudo, de 1986 a 1994, tivemos os planos econômicos a seguir (Quadro 1):

Quadro 1 – Planos econômicos de 1986 a 1994

Data Inicio	Presidente	Ministro	Plano	Moeda
28/02/1986	José Sarney	Dílson Funaro	CRUZADO	Cruzado
22/11/1986	José Sarney	Dílson Funaro	CRUZADO 2	Cruzado
12/06/1987	José Sarney	Bresser Pereira	BRESSER	Cruzado
16/01/1989	José Sarney	Maílson da Nóbrega	VERÃO	Cruzado Novo
16/03/1990	Collor de Mello	Zélia Cardoso	COLLOR 1	Cruzeiro
31/01/1991	Collor de Mello	Zélia Cardoso	COLLOR 2	Cruzeiro
28/02/1994	Itamar Franco	Fernando Henrique Cardoso	REAL	URV

Elaboração: Dias, Luís F. P.

Fonte: Folha de São Paulo (2014).

E, completando a informação no quadro 1, que ocorreu neste período a implantação de duas moedas, o “Cruzeiro Real – CR\$” com início em 01/08/1993 até 30/06/1994 e que era a moeda oficial no período da URV – Unidade Real de Valor, uma forma de manter a valorização da moeda, funcionando como uma estabilização econômica com a variação diária de preços, e era convertida em “cruzeiro real” no momento da transformação para moeda corrente, e, a moeda oficial e atualmente em vigência, o “Real – R\$”, estabelecido a partir 01/07/1994.

Ainda, para visualizar e comparar melhor as condições do cenário econômico nacional analisado, tem-se que num período de 16 anos, de 1970 a 1986, o Brasil conviveu com uma moeda, o cruzeiro, e no período de apenas oito anos passamos por 5 (cinco) mudanças de moeda nacional, conforme quadro 2.

Quadro 2 - Padrões monetários do Brasil – 1970 até 2014

Vigência	Moeda Representação	Conversão
de: 15/05/1970 até: 27/02/1986	Cruzeiro Cr\$	Cr\$ 1
de: 28/02/1986 até: 15/01/1989	Cruzado Cz\$	Corte de três zeros Cr\$ 1.000 = Cz\$ 1
de: 16/01/1989 até: 15/03/1990	Cruzado Novo NCz\$	Corte de três zeros Cz\$ 1.000 = NCz\$ 1
de: 16/03/1990 até: 31/07/1993	Cruzeiro Cr\$	NCz\$ 1 = Cr\$ 1
de: 01/08/1993 até: 30/06/1994	Cruzeiro Real CR\$	Corte de três zeros Cr\$ 1.000 = CR\$ 1
de: 01/07/1994 até: 2014	Real R\$	Conversão CZ\$ 2.750 = R\$ 1

Organizador: Dias, Luís F. P

Fonte: Banco Central do Brasil¹² (2014; 2014b). .

Analisando o contexto, durante a segunda metade da década de 1980 os trabalhadores brasileiros viviam sob a constante ameaça de rebaixamento do poder de compra de seus salários, por força da espiral inflacionária que tomava conta do cenário econômico¹³.

Esta análise também ocorre no espaço em que está localizada a Universidade Estadual de Londrina, onde a situação dos servidores, no período contextualizado, era de extrema insegurança e a sua subsistência estava fragilizada, pois as condições econômicas nacionais refletiam na realidade salarial: muitos dos servidores estavam tendo dificuldades de sobrevivência.

Portanto, tinham o enfrentamento com o Governo Estadual na luta pela questão salarial buscando a manutenção do valor real dos salários, mas também com o mercado local, pois sofriam com o poder de compra (salários defasados) em relação à valorização dos produtos, estando num processo de negociação constante. Destaque-se que,

¹² N.A. – Para a organização deste quadro, os dados associados, foram coletados em dois sites do Banco Central, sobre padrões monetários: <http://www.bcb.gov.br/?padmonet> e de vigência das moedas: <http://www.bcb.gov.br/?moedasbc>.

¹³ N. A. - As correções estipuladas para o valor dos salários pagos, em especial o salário mínimo oficialmente estabelecido, não acompanhavam as majorações de preços das mercadorias e o trabalho do mês já não assegurava às famílias o atendimento de suas necessidades básicas de consumo.

A primeira vista, o valor, como outros conceitos da Economia Política, parece ser uma propriedade das coisas. Observando os fenômenos da troca, podemos ver que, no mercado, cada coisa é trocada por uma certa quantidade de outra coisa qualquer, ou – em condições de troca desenvolvida – é trocada por uma certa quantidade de dinheiro (ouro), com que se pode comprar qualquer outra coisa no mercadão (dentro dos limites dessa soma de dinheiro, obviamente). Essa soma de dinheiro, ou preço das coisas, modifica-se quase que diariamente, segundo as flutuações do mercado. Hoje, havia uma escassez de tecido no mercado, e o seu preço subiu. (RUBIN, 1987, p. 78).

Este cenário, político e econômico foi o motivo que provocou mecanismos de mobilização, e propiciou a fundação da cooperativa de consumo pelos servidores da Universidade Estadual de Londrina.

1.3 CENÁRIO POLÍTICO NA UEL DE 1987 E 1988

Na sequência dos fatos expostos, pesquisados na técnica da análise documental, podemos demonstrar a forma e a atuação da administração da UEL, dos servidores e das organizações existentes, principalmente as sindicais, num período de muita turbulência.

Para melhor relacionar o período de 1987 a 1995 do sistema de poder e sua relação, do Reitor eleito com o Governador eleito, em cada momento, temos o quadro 3, que assim dispõe.

Quadro 3 – Reitor e Governador no período de 1987 a 1995

Período	Reitor	Governador
01/01/1987 a 15/03/1987	Jorge Bounassar Filho	João Elísio F Campos
15/03/1987 a 09/06/1990	Jorge Bounassar Filho	Alvaro Dias
10/06/1990 a 15/03/1991	João Carlos Thompson	Alvaro Dias
15/03/1991 a 02/04/1994	João Carlos Thompson	Roberto Requião
02/04/1994 a 09/06/1994	João Carlos Thompson	Mário Pereira
10/06/1994 a 01/01/1995	Jackson Proença Testa	Mário Pereira
01/01/1995 a 31/12/1995	Jackson Proença Testa	Jaime Lerner

Elaboração: Dias, Luís F. P.

Fonte: Universidade Estadual de Londrina(2014c) Casa Civil do Paraná(2014).

Estando num período de dificuldades na questão econômica, o Governo do Estado, passa a dar justificativa e faz referência a UEL, cujos gestores

consideraram uma afronta e a defenderam ampliando o atrito já existente em função da situação salarial, o que fez a comunidade universitária reagir.

Diante do pronunciamento do Governador Álvaro Dias feito no último dia 26, a comunidade universitária da UEL manifestou publicamente seu descontentamento frente aos dados irreais apresentados com relação a Universidade de Londrina [...] Diante do exposto, não paire dúvidas sobre a seriedade com que a Universidade Estadual de Londrina encara o seu papel de instituição comprometida com o ensino, com a investigação científica e com a extensão de seu trabalho para a comunidade regional. (COMUNIDADE ..., 1987, p. 3).

Após este fato, ampliou-se a discussão pela comunidade, através das entidades representativas e, aliada a situação econômica do país e as condições salariais em que se encontrava a instituição, o assunto que conduzia todo o processo de unificação das forças internas era o da autonomia universitária.

Autonomia é uma conquista. Não se dá e nem se tira. A Universidade Estadual de Londrina continua mobilizada em defesa da autonomia. Na página 4, membros da comunidade universitária dão depoimentos sobre a questão, esclarecendo os aspectos legais e o real significado da autonomia para a universidade (AUTONOMIA..., 1987, p. 1).

Na assembleia em que se analisava a situação do Governo que não autorizava a inclusão do reajuste de 70,16% na folha de pagamento dos servidores, apesar da aprovação do Conselho de Administração da UEL. O Governo do Estado ainda publicou o decreto 248 que retirava das IES o poder de decidir sobre os salários. Os professores aprovavam uma assembleia para o dia 24 de abril, com um indicativo de greve.

Nessa assembleia ficou definido que, a partir de agora, a UEL levará duas lutas paralelas: a questão salarial (orientada pelos Sindicatos) e a questão da autonomia, encaminhada pelas associações dos docentes e funcionários e DCE. (NOVO INDICATIVO..., 1987 n. 433, p. 2).

A discussão sobre a autonomia ganhou corpo, gerando uma mobilização, ampliando o debate e, por fim,

Após 20 dias de mobilização [...] universitária, ameaçada pelo decreto 248 [...]. Foi aprovada pela Assembleia Legislativa, [...] a emenda número 56 da reforma administrativa reafirmando a autonomia assegurada no Artigo 138 da Constituição Estadual. (AUTONOMIA ..., 1987, p. 1).

Ainda neste período, a universidade dá mais um passo na democratização e nas garantias aos cidadãos, pois o direito ao ensino gratuito é aprovado pelos Conselhos da Universidade.

Depois de passar por 10 horas de exaustiva discussão e cuidadoso estudo pelos Conselhos de Administração e Conselho Universitário, a antiga reivindicação de ensino gratuito na Universidade de Londrina está prestes a ser assegurada. É que o C.U. numa reunião extraordinária no dia 24 aprovou a gratuidade do ensino a partir de fevereiro de 88. (UM PASSO..., 1987, p. 2).

Observa-se que o momento político na Universidade era de instabilidade, pois havia várias frentes de luta acontecendo, com a participação ativa da comunidade universitária. As entidades sindicais dos servidores técnicos do ensino, técnicos da saúde e dos docentes continuavam a sua luta por recuperação salarial, sendo que o cenário econômico nacional refletia diretamente nas negociações dificultando todo o processo e o quadro político ficava cada vez mais instável, com as notícias que preconizavam a manchete de que a “UEL pode parar”:

Tanto por parte dos servidores em suas respectivas assembleias, como dos sindicatos que representavam – SAAEL, SINDIPROL e Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos de Saúde – ficou claro que a greve foi aprovada como solução emergência, com vistas a conseguir o reajuste pretendido. (UEL..., 1987, p. 4).

E esta situação apontada veio a se confirmar, a greve aconteceu de 06 de maio até 17 de junho, a mais longa que a Universidade tinha vivenciado até o momento, que foi suspensa com uma trégua, no entanto, o cenário ainda não apontava, com clareza, para uma solução.

Esperando que durante a trégua de 15 dias, Universidade e Governo cheguem a um denominador comum, o presidente do SAAEL reafirmou a disposição dos funcionários de retornar à greve [...]. O reitor da UEL avalia também que “esse movimento reafirmou uma postura de administração democrática” (GREVE..., 1987, p. 3).

A luta dos servidores por intermédio de seus sindicatos continuava a permear o processo interno de mobilização na Universidade e as reuniões continuavam, “entre a administração da UEL e os três sindicatos”, segundo consta da matéria “Tem início a campanha 87/88”. do Boletim Notícia da UEL (nº 439, p. 2, de 23/07/1987).

Como as discussões não chegaram a um bom termo para as partes envolvidas há um novo indicativo de greve.

Funcionários e professores da UEL reunidos em assembleias distintas no último dia 15 decidiram aprovar indicativo de greve como forma de pressionar tanto a administração da universidade quanto o Governo do Estado a agilizarem o processo de negociação do acordo coletivo 87/88. (ASSEMBLEIAS..., 1987, p. 2).

E em nova assembleia, “no último dia 25, decretaram greve para segunda-feira (5)” segundo a matéria (Funcionários decretam greve. professores fazem nova assembleia no Boletim Notícia da UEL, nº 446, p. 2, de 28/09/1987), que tem fim por decisão dos juízes do TRT, com um parcelamento muito aquém do reivindicado.

Enquanto os funcionários, no último dia 20, assistiram o desfecho da campanha salarial 87/88, os professores, que iniciaram o movimento grevista numa data posterior, estavam reunidos avaliando o pedido dos juízes do TRT para que voltassem ao trabalho no dia seguinte – quarta-feira, 21, quando seria julgado o dissídio coletivo. (TRT..., 1987, p. 5).

No ano de 1988 o quadro que se estabelecia, já no primeiro trimestre, apontava para a manutenção do clima de insatisfação, por causa das questões salariais, e da movimentação das categorias por meio de suas entidades sindicais.

Embora a data base dos dissídios coletivos das duas categorias seja em setembro, funcionários e professores da Universidade de Londrina, entraram no mês de março ensaiando a campanha salarial. (SERVIDORES..., 1988, p. 3).

No final do mês de março, tem-se o mesmo cenário político do ano anterior, mantendo a discussão da questão salarial e a retomada do tema da autonomia, que vem à tona porque o Governo do Estado havia apresentado a proposta de criação de um conselho diretor, que restringia o poder decisório das IES.

Durante esta semana deve ocorrer a reunião do Conselho Universitário que deverá avaliar e estudar as formas de encaminhamento às decisões tomadas na Assembleia Universitária realizada no último dia 17 para discutir formas de luta contra a proposta governamental de criação de um conselho diretor para as instituições de ensino superior estadual. (C.U. DEVE.... 1988, p. 4).

Começaram as discussões de uma possível greve, em conjunto com os funcionários da UEL, com os servidores do Estado, pois seriam afetados também pela decisão do Governo.

O não pagamento do reajuste salarial do mês de março com base na Unidade de Referência de Preços – URP – como determina a atual política salarial do país – pode definir uma greve do funcionalismo público do Estado. (FUNCIONALISMO..., 1988, p. 3).

Por meio de lutas travadas com a mobilização da comunidade universitária, através de suas entidades representativas, conforme já ocorrido no ano

de 1987, acontece o mesmo processo: um grupo organiza a mobilização e atua numa frente como forma de ação sobre a questão da autonomia, o outro grupo na questão salarial junto com os sindicatos, que sem outra solução indicam paralisações, visto que o cenário econômico e salarial continua igual.

Impetrar mandado de segurança preventivo imediatamente, estudar formas de acionar judicialmente o governador Álvaro Dias pelas informações veiculadas na imprensa estadual e pedir à Assembleia Legislativa o engavetamento do anteprojeto de lei que retira a autonomia das instituições de ensino superior até que se esgote toda a discussão em torno de uma política para o ensino superior já em andamento. (GOVERNO..., 1988, p. 3).

Os funcionários da UEL devem paralisar suas atividades a partir da próxima segunda-feira, dia 11, caso até essa data o Governo Estadual não tenha efetuado o repasse referente ao reajuste salarial do mês de março com base na Unidade de Referência de Preços – URP. (UEL PODE..., 1988, p. 3).

Como a realidade é um complexo de fatos e ações, que ocorrem sucessivamente, hierarquizados e da mesma forma independentes entre si, conclui-se em análise a esta sequência exposta que o cenário político vivenciado na Universidade no período, era de instabilidade e de insegurança, o que realmente acabava afetando a vida das pessoas que dela faziam parte, com isto interferindo na condição social, pessoal e econômica dos servidores, passando a ocorrer problemas na sua manutenção e no provimento de suas necessidades básicas, principalmente para aqueles que percebiam os menores salários.

Para uma melhor visualização do cenário econômico e das condições salariais, pesquisou-se as médias salariais vigentes no período, atualizando e aplicando a correção do INPC, para efeitos de comparação, aos valores em Real (R\$) de maio/2014, como demonstrado na tabela 4.

Tabela 4 - Média salarial da UEL - valores atualizados em reais¹⁴

Mês Ano	Nº Servidores	Média - Moeda	Média em R\$ - 2014. INPC
Maio 87	3464	18.393,93	4.973,45
Maio 88	3675	65.083,36	3.393,05
Maio 89	3717	755,30	3.844,13
Maio 90	3856	35.841,36	2.696,61
Maio 91	3996	133.550,82	2.135,82
Maio 92	3978	1.072.635,61	2.209,80
Maio 93	4254	21.934.930,71	3.166,83
Maio 94	4755	910.116,28	3.289,19
Maio 95	5212	884,13	3.248,24
Maio 96	5391	991,82	3.082,19
Maio 97	5383	1.429,57	4.105,70

Elaboração: Dias, Luís F. P.

Fonte: Universidade Estadual de Londrina – PRORH

Na tabela 4, podemos perceber que existe uma redução nos patamares da média salarial dos servidores da UEL, no período em análise, ficando demonstrada a situação abordada no cenário e a real necessidade vivenciada pelas pessoas e por consequência de suas famílias.

Na sequência da nossa análise, em relação as condições do cenário econômico, construímos a tabela 5, desta feita com base nos valores dos salários mínimos do País no período em discussão, com a finalidade de visualizar as variações ocorridas e entender os efeitos da ação da política econômica na massa trabalhadora.

Comparando a situação da questão salarial, nos anos de 1990 e 1991, as tabelas 4 e 5 apresentam uma drástica redução em relação aos anos anteriores e apontam uma retomada nos anos à frente, corroborando com as condições expostas e mostrando de forma relevante os apontamentos colocados como motivação dos servidores da UEL, na sua movimentação em busca de melhores condições de vida.

¹⁴ N.A. - A fonte consultada dos valores foi a UEL/Prorh, e a forma utilizada para a elaboração da tabela, foi a de encontrar a média dos salários, na divisão da massa salarial de maio pelo número de servidores, e depois para atualizar, foi executada a aplicação da correção do INPC da data de origem até o mês de maio 2014, tornando possível uma comparação nos valores, pois desta forma ficaram equivalentes.

Tabela 5 - Salário Mínimo – base maio de cada ano¹⁵

Mês Ano	Salário Mínimo Valor Efetivo	Valor S.M. Atualizado pelo INPC em R\$
Maio 87	1.641,60	443,71
Maio 88	8.712,00	454,19
Maio 89	81,40	414,28
Maio 90	3.674,06	276,42
Maio 91	17.000,00	271,87
Maio 92	230.000,00	473,83
Maio 93	3.303.300,00	476,91
Maio 94	121.534,37	439,23
Maio 95	100,00	367,39
Maio 96	112,00	348,04
Maio 96	120,00	344,63

Elaboração: Dias, Luís F. P.

Fonte: IBGE (2014a)

Considerando estes dados, apresentado nas tabelas 4 e 5, verifica-se que os servidores da UEL estavam vivenciando condições difíceis, por causa do cenário econômico do país, agravado pela situação de instabilidade política na instituição, estes encontravam-se sujeitos à própria sorte.

Nesse cenário, qualquer proposta que fosse apresentada, desde que com fundamentos, mostrando algum caminho, que pudesse socorrer, reduzir ou melhorar as condições de vida dos servidores seria bem vista e, no caso concreto foi fomentada a criação de um processo alternativo, a criação de uma cooperativa, situação comparável ao cooperativismo, sendo esta uma ação coletiva, conforme apontam Onofre e Suzuki (2009).

Por causa da exploração capitalista, a classe trabalhadora, tentou romper com os capitalistas, organizando sua força coletiva, ou seja, por meio da cooperação. Com a união em força coletiva, os trabalhadores elaboraram um movimento, pressupondo amenizar os traumas econômicos e sociais que os assolavam. Esse movimento ficou conhecido como “Cooperativismo”, surgindo junto com a Revolução Industrial, com o objetivo de assegurar os direitos dos trabalhadores, com a criação de princípios justos de produção e repartição dos rendimentos. (ONOFRE; SUZUKI, 2009, p. 4).

As explicações neste caso eram que as cooperativas são, na sua lógica de funcionamento, uma alternativa ao sistema capitalista, mas em contrapartida atuam no mesmo mercado e, portanto, tem que conseguir manter-se em funcionamento. Como a base do cooperativismo está nas pessoas e não no

¹⁵ N.A. - Para a elaboração da tabela foram utilizados os valores do salário mínimo nacional, fonte IBGE, e atualizando, sempre na base de maio, aplicando o índice acumulado do INPC, até maio de 2014, para uma visão comparativa, da sua evolução, em bases iguais para análise.

capital, é considerada uma organização que visa cumprir os objetivos “sociais”, sendo que estes são definidos coletivamente e deliberados democraticamente.

Portanto, no cenário econômico exposto e nas condições em que se encontravam os servidores da UEL, esta proposta passou a ser uma possibilidade considerada capaz de solucionar ou amenizar os problemas vivenciados, buscando com a criação de uma cooperativa de consumo, melhorar a manutenção e a sobrevivência dos envolvidos.

A movimentação desencadeada objetivava criar o espírito comunitário e solidário junto às pessoas, para a ideia ganhar vida, pois se necessitava de

Um conjunto planejado de ações, contemplando as várias dimensões das necessidades vitais de uma população. O que caracteriza o vigor comunitário para o desenvolvimento é a sequência articulada de esforços e eventos-chave, dirigidos para o gradativo bem-estar econômico e social, a partir da adesão e do compromisso dos próprios cidadãos com a execução das ações planejadas e orientadas para a melhoria da qualidade de vida dos habitantes. (FLEURY, 1983, p. 15).

Após a verificação dos cenários e análises, no caso concreto em foco, temos que a cooperativa surgiu para evitar a precarização total das necessidades básicas e buscou melhorar as condições de vida, pela situação exposta em relação às condições salariais, oriunda do modelo econômico vigente, fruto do sistema capitalista.

1.4 O ESPAÇO GEOGRÁFICO E O ESPAÇO COOPERATIVO

O espaço ocupado mesmo que de forma planejada, quando é possível, depende da cultura, que pode ser entendida como um dos elementos destinados à satisfação das necessidades humanas. As sociedades cooperativas apresentam filosofia e princípios determinantes para uma ação do homem no conceito coletivo e organizado, podendo levar pessoas a se despojarem pelo idealismo e, mesmo assim, não conseguir sobreviver no local e no tempo, por causa dos efeitos da globalização.

Sabe-se que as ações das sociedades cooperativas buscam uma forma de melhoria das condições de vida, mas a filosofia do cooperativismo num ambiente globalizado, principalmente no processo do consumo, tem dificuldades de

manutenção, pois as condições econômicas envolvendo a sobrevivência familiar preenchendo os níveis de sustento pelo consumo dos gêneros de primeira necessidade podem e alteram-se em função de não haver mais a ligação no aspecto sócio comunitário, premissa de funcionamento de um sistema solidário e associativista.

A globalização, no sistema econômico busca novos mercados consumidores ampliando a competitividade, e isso se alterou ao longo do tempo, pois as formas de comercialização dos produtos, com a introdução de novos conceitos de marketing, de logística e de dinâmica na produção, expandindo os pontos e locais de vendas, ampliando as vantagens para os seus clientes/consumidores, oferecendo um leque maior de produtos, preços e condições mais acessíveis e mais próximos das suas necessidades de compra, fruto da concorrência, tem provocado a fuga dos associados do sistema cooperativista de consumo.

Nesse contexto, as cooperativas, em função do novo arranjo produtivo provocado por essa expansão mercadológica de forma globalizada, têm dificuldades em atender as necessidades de seus associados, pois o mercado maior oferta produtos e locais de distribuição (supermercados). Portanto, para sobreviverem nesse modelo, devem adequar sua gestão e organização, como forma de atender as necessidades de seus cooperados, mas não devem alterar o seu princípio, sua identidade, baseado no pressuposto cooperativo do sistema solidário do associativismo.

O sistema cooperativista de consumo entra em xeque com a situação globalizada, pois passa a não preencher as necessidades e anseios de seus associados e desta forma não consegue manter a funcionalidade, pois a adequação à nova realidade no processo de concorrência aumenta o seu custo de manutenção dificultando ainda mais a sua existência, vindo a acontecer o processo de dissolução, situação facilmente verificada pela redução no número de cooperativas de consumo na última década. Conforme citação de Schneider (1981).

É preciso, portanto, sem negar ou desmerecer as boas intenções de muitos defensores e propagadores do cooperativismo, elevar a análise do funcionamento deste sistema ao patamar dos fatos concretos, medir a distância que vai entre o idealizado e o observado e, finalmente, tentar compreender as condições materiais concretas que determinam essa distância. (SCHNEIDER, 1981, p. 12).

No processo de análise da existência de uma cooperativa de consumo, com todas as suas informações na percepção das pessoas que vivenciaram este processo, num determinado período e num espaço definido, com as possíveis adaptações ocorridas, torna-se importante o estudo realizado, com o olhar da ciência geográfica, pois:

Forma, função, estrutura e processo são quatro termos disjuntivos associados, a empregar segundo um contexto do mundo de todo dia. Tomados individualmente, representam apenas realidades parciais, limitadas, do mundo. Considerados em conjunto, porém, e relacionados entre si, eles constroem uma base teórica e metodológica a partir da qual podemos discutir os fenômenos espaciais em totalidade. [...] Em outras palavras, forma, função, processo e estrutura devem ser estudados concomitantemente e visto na maneira como interagem para criar e moldar o espaço através do tempo. (SANTOS, 1985, p. 52).

A cooperativa nos termos citados por Santos (1985), passando a ser detalhada por Corrêa (1991), com a seguinte explicação:

[...] a noção de função implica uma tarefa, atividade ou papel a ser desempenhado pelo objeto criado. [...] Assim, este tem um aspecto exterior, visível - a forma - e desempenha uma atividade - a função, habitar, viver o cotidiano, a vida em sua facetas [...] A relação entre forma e função, é em princípio, direta: uma determinada forma é criada para desempenhar uma ou várias funções. [...] Estrutura é a natureza social e econômica de uma sociedade em um dado momento do tempo. Por sua vez, processo é definido como uma ação que se realiza continuamente, visando um resultado qualquer, implicando tempo e mudança. [...] Com isso, estamos dizendo que processo é uma estrutura em seu movimento de transformação. (CORRÊA, 1991, p. 76-77).

A análise, independente da escala, utiliza no estudo a Cooperativa e o conjunto das suas relações econômicas e sociais como um objeto construído na mobilização provocada pelos servidores da UEL que viabilizaram a sua constituição, desenvolvido um modelo solidário de ajuda mútua.

O modelo e seus objetivos são definidos nas relações das pessoas, num processo democrático, e, analisada pela função desempenhada no período da sua existência.

A estrutura se verifica no detalhamento da funcionalidade e operacionalidade da cooperativa quando esta se torna efetiva e realizadora, no alcançar da expectativa das pessoas, a partir da sua criação e do desempenho das suas atividades.

O processo se liga à dinâmica promovida pela movimentação das pessoas na sua criação, desde a ideia até a materialização e constituição da

cooperativa, implicando numa mudança e transformação do cotidiano e do espaço ocupado pelos associados. Assim,

O mérito do conceito de formação sócio-espacial, ou simplesmente formação espacial, reside no fato de se explicitar teoricamente que uma sociedade só se torna concreta através de seu espaço, do espaço que ela produz e, por outro lado, o espaço só é inteligível através da sociedade. Não há, assim, por que falar em sociedade e espaço como se fossem coisas separadas que nós reuniríamos a *posteriori*, mas sim de formação sócio-espacial. (CORRÊA, 2007, p. 26).

A importância do sistema cooperativista, criado e utilizado para o desenvolvimento econômico e social, aplica-se tanto no ramo da produção, quanto no ramo da comercialização, é verificada basicamente ao analisar as categorias dos estudos geográficos numa análise geoespacial, e são relacionados com um todo, o que neste caso é determinante para definir como objeto de estudo.

Por outro lado, não se trata de refutar a validade intrínseca da ideia da cooperação, no seu sentido mais amplo, isto é, como princípio aglutinador de interesses comuns de grupos e classes sociais. O que se coloca é a necessidade objetiva de compreender quais são, em última análise, os interesses veiculados por esse tipo de cooperativismo que aí está e até que ponto o seu funcionamento, no caso do Brasil, é compatível com o caráter transformador e socialmente progressista atribuído a este sistema, no contexto particular de uma sociedade periférica dependente. (SCHNEIDER, 1981, p.12).

Ao analisar a cooperativa, nos aspectos da sua forma, função e estrutura de operacionalização, que ocorre na dinâmica da movimentação de pessoas a partir das suas necessidades e da ocupação do espaço produzido, constata-se que,

os processos ocorrem no âmbito de uma estrutura social e econômica e resultam das contradições internas das mesmas. Em outras palavras, processo é uma estrutura em seu movimento de transformação. Ressalte-se que se considerarmos apenas a estrutura e o processo estaremos realizando uma análise a-espacial, não geográfica, incapaz de captar a organização espacial de uma dada sociedade em um determinado momento, nem a sua dinâmica espacial. (CORRÊA, 2007, p. 29).

Mesmo assim, essa estrutura tem que atuar dentro das regras de mercado existente, portanto com a integração ao sistema produtivo e enfrentando as condições e fenômenos da globalização.

2 O MOVIMENTO COOPERATIVO E SUAS CARACTERÍSTICAS

Para inserção e imersão na temática da discussão posta em tela, discorreremos sobre o sistema cooperativista e suas características, tendo como premissa verificar as condições, cenários e motivações para o seu surgimento, e ainda quais foram os personagens e as formas e os papéis exercidos na dinâmica da sua difusão e expansão.

Sobre a importância da abordagem do tema, não nos resta dúvida quanto a essa questão, principalmente por entender que a participação comunitária exerce um fator decisivo no desenvolvimento humano e social, isso é, torna-se um fato de abordagem e estudo, a exemplo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, que incluiu na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD, o envolvimento das pessoas com o associativismo.

Em 1988, a pesquisa suplementar da PNAD sobre o associativismo visou a medir a participação da população em “organizações coletivas” enquanto locais privilegiados de integração de interesses comuns, de discussão e resolução de questões atinentes à vida das comunidades e mesmo em importantes canais de expressão e exercício da cidadania. (IBGE, 2006, p. 63).

As relações de trabalho cooperativistas foram rompidas por uma nova estrutura global de movimentações financeiras, baseada na concentração de polos de aglomeração virtual para a constituição de megamercados de consumidores, apoiado no crescimento econômico e no fortalecimento do comércio expansionista, como consequência da chamada globalização.

Os efeitos dessa globalização nos países em desenvolvimento interferem nas suas fronteiras territoriais, econômicas e culturais, mudando suas características. Eles rompem as perspectivas de equilíbrio acarretando mudanças no seu quadro sócio-econômico, banalizando a figura humana e seus arranjos sociais, dentre as quais as ações associativas, estabelecendo como contraponto a solidificação da individualização social e do espaço geográfico, contrariando a ótica e os princípios de organizações sociais criadas na sociedade, tais como as cooperativas.

As sociedades cooperativas, existentes em todas as partes do mundo, nos seus diversos setores, muitas enfrentando ou atuando no processo de globalização, ainda são consideradas como meio alternativo ao sistema,

principalmente pela sua característica de sociedade de homens e não sociedade do capital.

O surgimento da primeira cooperativa, no ramo do consumo, ocorrido na Inglaterra, em Rochdale, é descrita por Holyoake (1933), como um movimento de característica socialista utópica, com a visão de mudar o mundo, com neutralidade religiosa e política, indicada assim quando da sua constituição, promovida por um grupo excluído socialmente, que conseguiu-se espalhar por todas as regiões, redesenhando a organização geo-espacial e econômica existente à época.

Conta a história dos 28 tecelões de Rochdale, que trata da origem e fins da sociedade que vieram a constituir, que o local em que viviam os operários de Rochdale, no final ano de 1847, era de prosperidade para as indústrias da flanela, mas a classe operária era mal remunerada.

Dessa forma, já estava colocado o conflito, pois não estava ocorrendo o diálogo,

[...] assumpto, muito fácil em teoria, tornava-se, na pratica, de difícil solução. Nem sempre os patrões são cortezes e os operários frequentemente, são inábeis diplomatas. Os tecelões não tinham o habito de tratar por escrito com os seus superiores: uma entrevista constitue quase sempre o expediente adoptado para a lucta, entrevista que os operários impõem e que os patrões suportam [...] Numa assembleia, convocada para tratar a respeito, decidiu-se nomear uma comissão para entrevistar-se com os industriaes. (HOLYOAKE. 1933, p. 12).

Para melhor entender essa ação, esses operários tinham um grande dilema: quem iria fazer parte da comissão? A visão do momento era muito clara, qualquer um que se posicionasse, estaria negligenciando o trabalho, que resultaria em demissão. Mas, designou-se um grupo e “alguns industriais preferiram fechar suas fabricas a ceder”. (HOLYOAKE, 1933, p. 14).

[...] os que quiseram trabalhar nas condições anteriores foram vencidos pela maioria, que preferiu a greve. Um ou outro espirito reflectido e sensato tinha defendido a prudência, mas na classe trabalhadora se encontra sempre uma maioria decidida a considerar trahidor aquelle que vota pela moderação. Os tecelões deixaram escapar uma magnifica ocasião de aumentar os seus salários e si os patrões conseguiram vencer, não foi por terem o direito ao seu lado, mas porque os seus adversários foram demasiados violentos. (HOLYOAKE. 1933, p. 14).

O individualismo e o liberalismo dos filósofos do século XVIII significavam, na prática e na doutrina econômica, o princípio da livre concorrência, do *laissez-faire*, da franquia temporária. Isso levou a uma nova organização da vida econômica, ao capitalismo moderno. (MLADENATZ. 2003, p. 23).

O debate estava ocorrendo na Inglaterra, no período conhecido como revolução industrial inglesa (marcada pela transformação do processo fabril artesanal para o manufatureiro), começando a ascensão da sociedade capitalista, momento que ocorriam nas relações das pessoas, uma desintegração dos laços sociais. O desenvolvimento do processo de produção industrial se impunha aos artesãos, pois o trabalho era mais rápido, fazendo com que os salários fossem “congelados”, apoiados pelas teorias do liberalismo¹⁶, aumentando a riqueza para a burguesia e a miséria para os trabalhadores.

O processo produtivo dinamiza-se pela substituição progressiva da energia orgânica pela anorgânica (máquinas a vapor, depois a eletricidade), o que dismantela o sistema de produção artesanal realizado em pequenas unidades de produção – oficinas. O novo modo de produção fabril ou em série, realizado em grandes, formais e complexas unidades – as fábricas – onde às vezes até milhares de operários trabalham sob o mesmo teto e o mesmo patrão, orienta-se para o processo de crescente divisão do trabalho. [...] Essa força de trabalho nova e despreparada enfrenta, durante um século, as mais cruéis e desumanas condições de vida. Oficialmente proibidos, nesse período, de se organizarem em associações para a defesa dos seus interesses de trabalho, os operários são geralmente vítimas da mais desapiadada exploração. (SCHNEIDER, 1999, p. 34).

Neste contexto histórico, com a visualização dos cenários econômico e social, podemos então verificar o enfrentamento e as dificuldades de criar e fomentar o movimento cooperativista, com ideias ou mesmo tentativas acontecidas, mas não na forma prática e aplicada como este processo ocorreu. As condições a que estavam expostas as pessoas eram de total enfrentamento, e a sua organização e discussão acontecerem em reuniões, que indicavam um movimento pacifista, assim, descrita por Schneider (1981) e Polonio (1998).

O cooperativismo surgiu, em meados do século passado, como uma proposta de superação “pacífica” do sistema capitalista e suas mazelas, evidenciadas de forma tão drástica com o desencadeador da Revolução Industrial. (SCHNEIDER, 1981, p. 11).

O movimento cooperativo teve início na Inglaterra, no século XIX, com a intensificação da luta dos trabalhadores, durante o movimento cartista, em pleno regime de economia liberal, com a fundação da Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale (Rochdale Society of Equitable Pioneers), em 1844. (POLONIO, 1998, p. 20)¹⁷.

¹⁶ N.A. – Propõe a livre iniciativa, sem intervenção estatal, com o livre trânsito de pessoas e de produtos.

¹⁷ N.A. – O movimento operário dos anos 30 a 40 do século XIX, denominado “cartismo”, em virtude da “Carta do Povo” de William Lovett de 1838.

O sistema cooperativo criado tem a sua base de formação no agrupamento de pessoas, portanto uma associação de pessoas, com livre ingresso e participação, de construção do seu capital pelas pessoas que se somaram, com o seu objetivo focado na entreatajuda de seus associados que declaram seguir os princípios estabelecidos, buscando com isso alcançar os objetivos propostos: sociais, econômicos e culturais, tendo a sua filosofia baseada nos valores fundamentais do homem, da ética, da honestidade, da transparência, da sustentabilidade e responsabilidade social e do apoio ao seu semelhante, conforme nos explica Serra (1986) e Polonio (1998) .

Como sistema universal, o cooperativismo prega o auxílio mútuo e a ação conjunta, objetivando conquistar para seus seguidores o bem-estar social. Dentro deste objetivo maior, uma série de definições existem para caracterizar o que é cooperativismo. (SERRA, 1986, p. 12).

[...] os movimentos cooperativistas eram estruturados em determinados princípios que até os dias de hoje, vivificam o espírito cooperativista. É de se perceber, desses breves comentários, o caráter social que inspirou o surgimento das cooperativas. (POLONIO, 1998, p. 20).

No Brasil, a Lei 5764 de 16 de dezembro de 1971, “define a Política Nacional de Cooperativismo” traz em seus artigos que é uma “atividade econômica, de proveito comum, sem objetivo de lucro” e ainda:

Art. 4º As cooperativas são sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeitas a falência, constituídas para prestar serviços aos associados, distinguindo-se das demais sociedades pelas seguintes características.

I – adesão voluntária, com número ilimitado de associados, salvo a impossibilidade técnica de prestação de serviços. (BRASIL, 1971).

O sistema brasileiro, conforme indica Schneider (1981) sua legislação regulamenta o funcionamento e apontando a sua caracterização,

A legislação cooperativista brasileira (Lei 5.764), em vigor desde dezembro de 1971, embora se limite efetivamente a caracterizar e regulamentar o funcionamento do cooperativismo tipicamente prestador de serviços, não apresenta restrições explícitas a organizações não-convencionais, deixando em aberto, na verdade, a caracterização das novas modalidades que venham a surgir. (SCHNEIDER, 1981, p. 39).

No processo e na dinâmica do sistema cooperativo, temos evidências, que promovem a movimentação econômica no campo, e por meio do valor da diferença (promovida e arrecadada) entre a compra (dos produtos depositados pelos cooperados) e venda (desses produtos), possibilitaram a muitas

delas tornar-se grandes complexos empresariais, verticalizando o seu sistema de produção e, neste prisma, entre os seus cooperados, muitos ascenderam à condição de “empresários do campo” e (por intermédio das cooperativas) se tornaram proprietários também do sistema de transformação da produção agrícola – matéria prima -, ampliando a participação no mercado globalizado o que segundo Serra (1986), estimula a concorrência,

Ao se transformarem em empresas, as cooperativas de agricultores se distanciaram da filosofia do que se convencionou chamar de “sistema cooperativista universal”, passando a agir segundo a realidade política e econômica de cada espaço e de cada tempo. Houve uma quebra da unidade do “sistema” e a partir daí as cooperativas, em contra-senso à finalidade de substituir o estado de competição por um regime de livre associação “que providencie, de uma maneira equitativa, a distribuição das riquezas”, passaram elas próprias a abrir concorrência entre si e a estimular o individualismo entre os produtores rurais, baseado em conquista de lucros imediatos, de curto prazo. (SERRA, 1986, p. 238).

No caso das “grandes cooperativas” que necessitavam da manutenção de negócios globalizados, estas dependiam da verticalização da produção e de uma relação rápida na dinâmica de mercado, pois a velocidade da produção exigia a mesma velocidade no encaminhamento das decisões, provocando alteração na sua identidade e, em muitos casos, passam a ser vistas como empresas e não como cooperativas, para conforme Schneider (1981):

[...] ajustar às condições estruturais quando estas favorecem o desenvolvimento e a expansão da organização enquanto empresa, configurando-se então a primazia do econômico sobre o social. De outro lado, este mesmo sistema cooperativista revela-se incapaz de neutralizar os condicionamentos estruturais hostis a uma atuação compatível com o conteúdo social da doutrina e dos princípios em que se apoia. (SCHNEIDER, 1981, p. 31).

Uma leitura histórica, indica que no início da idealização do cooperativismo aqueles mesmos tecelões criadores do sistema, já eram sabedores, raciocinavam sobre a sua situação e compreendiam, por meio de ensinamentos, que tinham recebido de Robert Owen:

[...] tanto os patrões como os operários são escravos da organização comercial e industrial... que operários de hoje chegassem a serem patrões amanhã, procederiam da mesma maneira... portanto, o que se deve reformar é o conjunto do ambiente social. (HOLYOAKE, 1933, p. 15).

Por outro lado, entendemos que isto também é um conflito, pois os anseios e as aspirações das pessoas ao se associarem numa dinâmica

cooperativista, também visam sair da situação em que se encontram ou, como se diz, “melhorar de vida”.

Devido a lógica do sistema econômico globalizado, da competitividade do mercado e em função dos padrões internacionais de comercialização, produção e consumo, as cooperativas buscam constantemente uma adequação no sistema de organização e funcionalidade para realmente competir no meio empresarial e produtivo, visando a sua sobrevivência, aumentando ou melhorando o seu poder de troca, com maximização do seu capital, o que acarreta altos custos de investimento, através principalmente da ampliação da área plantada, da concentração de terras e da verticalização da produção e sua industrialização, assim explica Pinho (2012):

A economia capitalista do mercado, ao priorizar, sobretudo o lucro, a competição, a intermediação nos negócios e o consumismo, cria um ambiente desfavorável à cooperação, [...] Então, na prática as cooperativas tendem a abandonar o conteúdo doutrinário do cooperativismo e a adotar as técnicas do êxito econômico e financeiro das empresas capitalistas. (PINHO, 2012, p. 8).

As ações humanas, no caso concreto, por meio das cooperativas, tornam-se objeto de estudos, pelo conjunto de atividades produtivas e da dinâmica na mobilização das pessoas, pois de forma direta ou indireta, geram o desenvolvimento humano, econômico e social, a partir da sua atuação nos mais variados ramos (agropecuário, crédito, habitacional, consumo, e outros), caracterizando a vasta participação e o envolvimento do sistema cooperativista.

2.1 AS PREMISSAS DE AÇÕES COOPERATIVISTAS

Quando ocorre uma aplicação de ideia, ou o alcance de um ideal, não é possível imaginar o quanto foi pensado e trabalhado, ou mesmo quais tentativas foram feitas até surgir efetivamente, isto é, conseguir atender aos anseios e expectativas de um grupo, ou da junção de vários grupos.

Conforme relata Mladenatz (2003, p.18), “encontram-se, em diferentes autores, algumas indicações sumárias e secundárias, sobre as formas primitivas de cooperativas”, descrevendo o período caracterizado pela escravatura, em que a livre associação não era permitida. Porém, existiram organizações na pré-história do cooperativismo, apresentadas no quadro 4.

Quadro 4 – Principais pensamentos nos primórdios da cooperação

Professor Hans Muller	Acridita que os babilônios conheceram organizações semelhantes às nossas agremiações de arrendamento de terras.
Economista Lujó Brentano	Considera os ágapes dos primeiros cristãos – uma forma primitiva de cooperativa de consumidores porque o consumo ocorria em comum.
Gregos e Romanos	Existiam sociedades de funerais e de seguros de pequenos artesãos – base de ajuda mútua.
Otto Gierk, jurista alemão	Na vida agrícola - “Die Genossenschaft ist urdeutsch (a cooperativa é pré-alemã)” – por exemplo, as associações de drenagem, de irrigação, de repesamento, para exploração das florestas com serrarias comuns.
Professor Johann Friedrich Schar	Pioneiro do cooperativismo suíço de consumo, em suas memórias da infância passada no meio de uma cooperativa primitiva.
Erivan (Armênia)	Uma forma particular de leiteria cooperativa que data de tempos pré-históricos
Luis de Brouckère (Bruxelas)	Na Idade Média as áreas “comunais” (campos, bosques, pastagens), exploradas em comum pelos moradores das terras senhoriais em uma fase quase igualitária.
George Staehr	Artels (associações de artesãos) - Sobre a origem, a história, a natureza e importância da Artel russo: uma contribuição para a história cultural e econômica do povo russo.

Organizador: Dias, Luís, F. P.

Fonte: Mladenatz (2003)

Mladenatz (2003) cita e relata ainda algumas das experiências, que ocorreram em vários momentos e com vários povos, apresentando variadas formas de ação e de grupos:

No povo romano da pastagem comunal, da floresta comunal, na criação em comum do gado, em outros países temos os grupos de pescadores com associações de trabalho, a criação de ovelhas em associações coletivas e econômicas e grupos de camponeses transformando o leite nos Alpes suíços, italianos e franceses, e também na Inglaterra [...] Na França, as queijarias, associações de fabricantes de queijo das regiões do Jura e da Savoie, são consideradas as mais antigas associações de caráter cooperativo [...] Os povos eslavos com as comunidades agrícolas coletivas, os sérvios com a “zadruga” e os russos com o “mir” [...] os povos cristãos, desenvolveram as organizações econômicas dos mosteiros, que do ponto de vista da economia, eram uma espécie de cooperativa integral [...] No mundo do artesanato das cidades, as corporações, que eram organizações para a defesa dos interesses profissionais [...] de caráter econômico, em benefício dos membros da corporação. (MLADENATZ, 2003, p. 19-22).

Neste cenário, até o surgimento da cooperativa, considerada a origem do sistema e do modo aplicado pela corrente cooperativista, surgiram muitas formas de ações coletivas, além de pessoas que estudaram e/ou reproduziram

esses modelos, utilizando o senso comum, isto é, na base da “tentativa-erro-tentativa-acerto” ou então a partir do “imaginar/sonhar/criar” um modelo que preenchesse as dificuldades, trazendo o bem estar aos membros do grupo ou da comunidade.

Etimologicamente cooperação (do verbo latino cooperari, de cum e operari – operar juntamente com alguém) significa a prestação de auxílio para um fim comum. E cooperativismo é a doutrina que visa a renovação social através da cooperação. Do ponto de vista sociológico, cooperação é uma forma de integração social e pode ser entendida como ação conjugada em que pessoas se unem de modo formal ou informal, para alcançar o mesmo objetivo. A cooperação, quando organizada segundo estatutos previamente estabelecidos, dá origem a determinados grupos sociais. Dentre tais grupos as cooperativas representam aqueles que visam, em primeiro lugar, a fins econômicos e educativos. A doutrina que deu base teórica às realizações cooperativistas constitui o cooperativismo. Portanto, cooperação e cooperativismo não são palavras sinônimas. (PINHO, 1966, p. 7).

Os trabalhadores enfrentavam uma situação difícil, o período era de pós-revolução industrial vinculada a ampliação da visão individualista fomentada pela classe política, como o liberalismo e a mínima intervenção do Estado, gerando riqueza para alguns e deixando à mercê da “sorte” os operários, que assim eram obrigados a buscar alternativas para melhorar sua condição de vida.

Por isso, daí resultou diferenças sociais maiores entre as classes e os grupos, e distâncias maiores nas condições ditadas pela sorte. Sempre existiram ricos e pobres. Mas nunca o enriquecimento ou o empobrecimento foi tão rápido quanto no presente. (MLADENATZ, 2003, p. 25).

Com esta situação, os operários começam a reivindicar melhores salários e condições de trabalho, pressionando os patrões, que por sua vez, não abriam o diálogo e não cediam estabelecendo alguns conflitos e também gerando dispensas de trabalhadores.

2.2 OS PRECURSORES DO COOPERATIVISMO

Peter Cornélius **Plockboy**, citado por Mladenatz (2003), era inglês, de origem holandesa, com influência na moral cristã, publicou em 1659 um panfleto intitulado:

Ensaio sobre um método para tornar felizes os pobres desta nação e os dos outros povos, reunindo certo número de homens competentes em uma pequena associação econômica ou pequena república na qual cada um conservará sua propriedade e poderá, sem recorrer à força, ser empregado no gênero de trabalho para o qual tem mais aptidão. O meio de livrar esta nação, assim como as demais, não somente dos preguiçosos e dos

malvados, mas também das pessoas que buscaram e encontraram o meio de viver à custa do trabalho dos outros. Como anexo, publica-se um convite a esta associação ou pequena república. (MLADENATZ, 2003, p. 28).

Sonhava e queria uma associação de famílias ou de pequenos grupos de agricultores, artesãos, marítimos e mestres das artes e das ciências, em que as pessoas poderiam ter sua propriedade, mas não utilizassem da exploração do homem, com o objetivo de estabelecer dentro de uma economia coletiva a ligação do campo com a cidade, periodicamente transferindo as famílias visando desenvolver e ampliar o conhecimento da vida no campo. Isso resultaria numa ligação entre a agricultura e a indústria.

No consumo aconteceria uma redução dos preços e o trabalho seria mais fácil e vantajoso e afirmava, segundo Mladenatz (2003, p. 30), "Enquanto os industriais de fora oprimem seus operários, impondo-lhes trabalhos pesados e só lhes oferecem salários reduzidos, entre nós ocorre o contrário: o lucro do empreendedor será empregado para o bem e a recreação do operário".

A justificativa dada por Plockboy é baseada nos ensinamentos da moral cristã. Plockboy teria até fundado, com alguns outros associados, uma colônia semelhante em Nouvelle-Hollande, mas ela foi dissolvida em 1664 por ordem do governador britânico. (MLADENATZ, 2003, p. 30).

John Bellers, inglês, buscou organizar as cooperativas de trabalho, segundo Mladenatz (2003, p. 31), da seita religiosa de puritanos ingleses, denominada "filhos da luz"; publicou em 1695 a "Proposta para criação de uma associação de trabalho de todas as indústrias úteis e da agricultura". Seu sistema baseava-se nas "colônias cooperativas de trabalho (a Colledge of Industry)".

O seu Colégio¹⁸ aplica o desenvolvimento a partir da força de trabalho, apresenta vantagens econômicas, reduzindo os custos básicos, e com o abatimento nas despesas pessoais, propõe a aproximação da agricultura e indústria, racionalizando o uso da terra. Vender-se-iam as sobras (além do necessário pelas famílias) e no final do ano seria repartido entre os participantes proporcionalmente ao capital de cada um, buscando-se a exclusão do dinheiro no colégio, afirmando que o fundamento era o trabalho e não o dinheiro.

Referindo a Bellers, Karl Marx faz outro comentário interessante quando fala da cooperação do trabalho, afirmando que, por um concurso de forças de

¹⁸ O sistema de Bellers baseia-se nas "colônias cooperativas de trabalho" (a Colledge of Industry). (MLADENATZ, 2003, p. 31).

trabalho, não somente se consegue um aumento da força individual de produção, mas também – acrescenta Marx – se cria uma força produtiva que por si só, deve ser uma força coletiva. (MLADENATZ, 2003, p. 34).

Bellers, conforme Mladenatz (2003, p. 34), entendia que os comerciantes são necessários e úteis, mas não em excesso, e que: “Os comerciantes podem enriquecer, enquanto a nação empobrece em consequência dessa prodigalidade”. A sua obra teve influência junto a Robert Owen, por isso é parte da concepção do cooperativismo moderno.

William King, médico inglês, dedicado ao cooperativismo de consumo, citado por Mladenatz (2003, p. 44), partilhava da ideia de que a grande riqueza resultava do comércio. Portanto quem tinha a necessidade de produtos, deveria se organizar e os operários seriam os mais beneficiados, sendo que o dinheiro gasto em “greves” poderia ser usado na criação de cooperativas.

Desenvolveu na prática a sua teoria e criou a cooperativa de consumo de Brighton em 1827. A partir desse modelo, rapidamente surgiram mais de 300, conforme Mladenatz (2003, p. 44): “em 1831 houve até um congresso dessas cooperativas”. Mas, não teve oportunidade e não obteve os resultados práticos, pois não definiu regras de funcionamento, além de ter um número limitado de associados e, não distribuindo os excedentes, desestimulava os associados, mas foi de grande influência para o sistema de Rochdale.

Porque foi em Brighton, em julho de 1827, que o doutor King fundou a sociedade The Cooperative Trading Association, a qual deu origem a centenas de cooperativas. Verdade é que, como flores demasiado precoces da primavera que as geadas destroem, esse movimento aborta e não se reinicia senão 17 anos mais tarde, com os Pioneiros de Rochdale. Por isso é que a estes últimos estará reservada, sem dúvida, a honra do primeiro centenário, Mas não é adequado que os que triunfaram façam esquecer os que fracassaram. (GIDE, 2008, p. 186).

Afirmava ainda que só era possível socorrer as pessoas do estado de miséria pela ação da cooperativa, que daria uma vida de liberdade econômica, assim consolidando a associação.

Como outra sociedade – sociedades de socorro mútuo (benefit clubs), sindicatos (trade societies) e caixas de poupança (saving banks) -, a cooperativa visa a se premunir contra certos inconvenientes a que estão expostos os homens quando agem isoladamente e a obter certas vantagens das quais se privariam de outro modo. Os inconvenientes que a cooperativa é chamada a combater são os mais graves a que estão expostos os homens, a saber, as grandes e crescentes dificuldades que enfrentamos quando tentamos obter, para nós e nossas famílias, os meios de subsistência, e os perigos da miséria e do crime aos quais estão sujeitos, se não conseguimos superar essas dificuldades. (MLADENATZ, 2003, p. 45).

A origem e seu desenvolvimento foram norteados pelo espírito cristão, afirmando que também deveria se atender as necessidades espirituais dos membros.

Minhas visões consistiam em ter fé que um dia os princípios morais do Cristo, como são incluídos na verdadeira cooperativa, seriam aplicados na prática. As virtudes cotidianas, recomendadas pelo Evangelho, são o fundamento da vida de família e da vida cooperativa. (MLADENATZ, 2003, p. 47).

François Marie **Charles Fourier** nasceu na França, citado por Mladenatz (2003, p. 51), que teve na França a mesma importância de Owen na Inglaterra, também diferenciando-se quanto ao predomínio da ideia sobre as cooperativas de produção.

O socialismo e o cooperativismo são irmãos de origem, no sentido de que ambos tiveram os mesmos pais, Roberto Owen na Inglaterra, Charles Fourier na França. Cresceram juntos e durante muito tempo até nem se podiam distinguir; um mesmo nome servia para designar aos dois. Os Pioneiros de Rochdale e os operários franceses de 1848 se diziam indistintamente socialistas ou cooperadores. Pode-se dizer que marcharam juntos de mãos dadas, até 1879, até esse Congresso de Marselha. (GIDE, 2008, p. 46).

Para ele, a situação social seria resolvida com a criação de grupos de vida em comum, mas não somente de operários, ao contrário, que os resultados seriam melhores com a participação de todas as classes, e a isso deu o nome de “falange”, que é instalada em uma colônia; nesse espaço é construído o palácio social, onde os membros moram, sendo que pelo processo harmônico, os chefes são eleitos e tem atribuições honoríficas, sem um poder administrativo, o salário é suprimido e a remuneração vem do excedente, com valores diferentes entre as diferentes séries de membros, e haveria a manutenção da propriedade individual, pois o segundo Mladenatz (2003, p. 52) “falanstério não é, pois, uma colônia comunista e sim de vida coletiva”¹⁹.

Então, com o anúncio Fourier, os homens dirão; nossa terra, nossa casa, nosso armazém, nossa fábrica; e, sim, podem ao pronunciar esse formoso pronome possessivo coletivo Nós - que empregam todas as majestades - sentir a mesma alegria antes experimentada, ao empregar o pronome possessivo pessoal: minha casa, meus bens, pois bem, essa única palavra indicará que se cumpriu um grande progresso moral. (GIDE, 2008, p. 92).

¹⁹ - N.A. – Fourier(Mladenatz (2003, p. 52) indicava a criação de “falanges”, que eram grupos econômicos, com membros de todas as classes que participavam da vida em comum, e a colônia onde se instalava a “falange” era denominada de “falanstério”.

Vejam os que a previsão do capital para investir seria externo, sem a participação dos membros, e seria recompensada com um terço das sobras, mas não aconteceu, pois,

Fourier atribuiu-lhe uma parte bastante significativa do excedente: um terço. Fourier esperou em vão, durante toda a sua vida, o filantropo que deveria adiantar os fundos – evidentemente consideráveis – necessários à realização de seu falanstério. (MLADENATZ, 2003, p. 55).

Conde de **Saint-Simon**, citado por Mladenatz (2003, p. 60), originário da nobreza francesa, inspira-se na ideia do amor ao próximo, de origem cristã e luta para que não exista a exploração humana pelo próprio homem. Não pensa em associações e sim numa sociedade futura, de organização estatal, onde não haveria mais direito de herança, conforme citado por Mladenatz (2003) e por Gide (2008).

Mas “o direito individual de propriedade só pode ser fundado na utilidade comum e geral do exercício desse direito, utilidade que pode variar conforme os tempos” [...] a cada um segundo a sua capacidade e cada capacidade segundo suas obras. (MLADENATZ, 2003, p. 60).

Numa classe, mesmo a mais parasitária por sua natureza, a dos ociosos “que vivem nobremente”, como dizia Saint Simon, podem encontrar-se, seguramente alguns homens que prestaram a seus concidadãos mais serviço, do que receberam em forma de rendas. E, inversamente, na classe, por exemplo, em aparência mais isenta de parasitismo, entre os trabalhadores manuais, ninguém duvida que haja parasitas, quer dizer, homens que, em troca do salário recebido, não somente não entregaram algo equivalente, mas até destruíram certa quantidade de riqueza, sabotando seu trabalho. (GIDE, 2008, p. 146).

Philippe **Buchez** nasceu na Bélgica, citado por Mladenatz (2003, p. 60), um discípulo de Saint-Simon, indicava para as gerações, as cooperativas de produção, constituída por membros livremente associados de uma mesma profissão, e que a classe operária deveria ajudar a si mesma, sem nenhuma ação do Estado ou de filantropia. Também preconizou a criação de um “Banco Estatal do Trabalho”.

De acordo com os princípios que difundia, Buchez fundou duas cooperativas de produção: uma de marcenaria (liquidada pouco tempo depois de sua criação, em 1832), e outra de artífices em metal dourado (criada em 1834, e que durou até 1873). Essas cooperativas reservaram para o fundo inalienável 1/7 de seu lucro líquido, o resto era distribuído: a metade destinada a um fundo de reserva e a outra metade, aos membros da cooperativa. (MLADENATZ, 2003, p. 63).

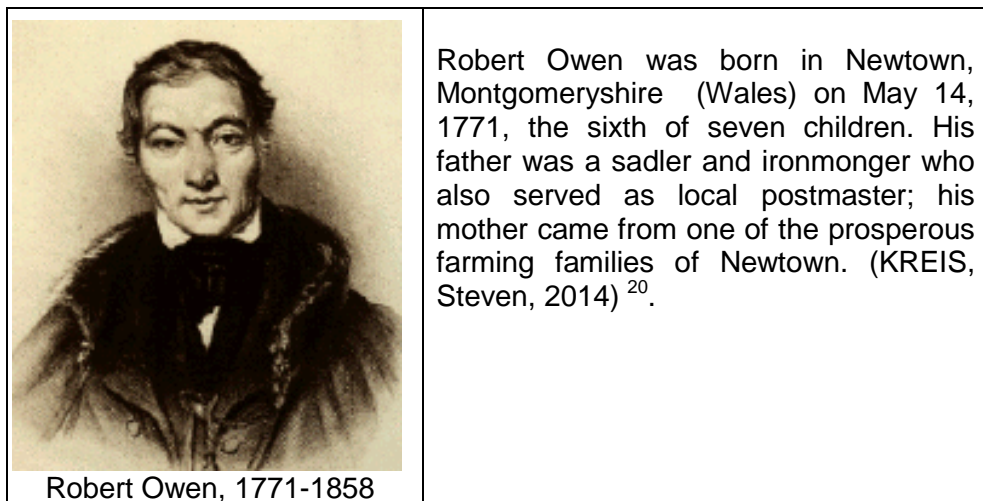
Louis Blanc, de origem francesa, citado por Mladenatz (2003, p. 64 e 65), mais realista, dirigia-se à massa de operários da grande indústria com uma linguagem simples e direta, e, seguindo os ideais de Saint-Simon, defendeu a

liberdade baseada na educação. Expos sua visão na obra: “L’organisation du travail”, com várias edições principalmente na 9ª edição de 1950, “A solução do problema social da ordem econômica moderna deve ser buscada pela associação na organização do trabalho”, lembrando que na França, o termo cooperativo não era usado e sim associação, e ele insistia na ideia de que:

O fato de admitir-se que o homem, para ser verdadeiramente livre, precisa do poder de exercer e de desenvolver suas faculdades implica que a sociedade deve a cada um de seus membros a instrução, sem a qual o espírito humano não pode expandir-se, e os instrumentos de trabalho, sem os quais a atividade humana não pode desenvolver-se. (MLADENATZ, 2003, p. 66).

Roberto Owen de origem inglesa (Figura 1), um dos mais importantes socialistas utópicos da Inglaterra, pensador com forte paixão pela leitura, viveu entre 1771 e 1858, e conforme (Mladenatz, 2003, p. 35), “é considerado o pai da cooperação inglesa bem como do cooperativismo moderno em geral...”, contribuiu da maneira mais importante para a formação da ideia cooperativa.

Figura 1 – Robert Owen



Organizador: Dias, Luís F. P.

Fonte: Kreis (2014).

Começou a trabalhar aos 10 anos, como aprendiz em Stamford (Lincolnshire), e em 1787 mudou-se para Manchester, no início da revolução

²⁰ N.A. - Robert Owen nasceu em Newtown, Montgomeryshire (País de Gales) em 14 de maio de 1771, o sexto de sete filhos. Seu pai era um seleiro e ferreiro que também serviu como chefe do correio local; sua mãe veio de uma das prósperas famílias agricultoras de Newtown. (KREIS, Steven, 2014 - Tradução de Dias, Luís F. P.)

industrial. S\u00e9rio e met\u00f3dico, com conhecimento de varejo, onde come\u00e7ou suas atividades com algod\u00e3o, em 1792 tornou-se gerente da nova f\u00e1brica de fia\u00e7\u00e3o de Peter Drinkwater, a Piccadilly Mill, tornando-se gestor de sucesso nas f\u00e1bricas de Manchester, deixando em 1795. A partir dai, passou a desenvolver v\u00e1rios projetos com parceiros, aplicando seus ideais:

Owen was approached by Samuel Marsland who intended to develop the Chorlton estate in Manchester, but instead he found partners in two young and inexperienced businessmen, Jonathan Scarth and Richard Moulson, who undertook to erect cotton mills on land bought from Marsland, and the three partners were assisted by Marsland.

In 1796, the financial basis of the company was broadened with the inclusion of Thomas Atkinson, thus constituting the Chorlton Twist Company, which in 1799 negotiated the purchase of David Dale's New Lanark mills.

The industrial community at New Lanark had been planned by Richard Arkwright and David Dale in 1783, to take advantage of the water power of the Falls of Clyde deep in the river valley below the burgh of Lanark, twenty-four miles upstream from of Glasgow. In 1800, there were four mills making New Lanark the largest cotton-spinning complex in Britain, and the population of the village (over 2000) was greater than that of Lanark itself. Dale was progressive both as a manufacturer and as an employer, being especially careful to safeguard the welfare of the children²¹. (KREIS, 2014, p. 1).

Desenvolveu os seus projetos de reforma social, aplicando os seus ideais, comovido pelo estado de mis\u00e9ria e de condi\u00e7\u00f5es de trabalho, que os oper\u00e1rios e principalmente as crian\u00e7as passavam nas f\u00e1bricas de forma geral.

Logo observei, disse ele em algum lugar, com quanto cuidado s\u00e3o tratadas as m\u00e1quinas inertes e com quanta neglig\u00eancia e desprezo s\u00e3o tratadas as m\u00e1quinas vivas. Owen come\u00e7ou ent\u00e3o a agir afim de melhorar o estado material e cultural da massa oper\u00e1ria. Reduziu o n\u00famero de horas de trabalho de 17 para 10 por dia e, al\u00e9m disso, aumentou os sal\u00e1rios. Proibiu o trabalho de crian\u00e7as de menos de 10 anos nas oficinas e fez com que lhes fosse dado o ensino gratuito. Dirigia-se aos pr\u00f3prios industriais, a fim de envolv\u00ea-los em seus projetos de pol\u00edtica social. [...] Owen esfor\u00e7ou-se para

²¹ N.A. - Tradu\u00e7\u00e3o de Dias, Lu\u00eds F. P. - Owen foi abordado por Samuel Marsland com a inten\u00e7\u00e3o de desenvolver a fazenda Chorlton em Manchester, mas em vez disso ele encontrou parceiros em dois empres\u00e1rios jovens e inexperientes, Jonathan Scarth e Richard Moulson, que se comprometeram a construir moinhos de algod\u00e3o nas terras compradas por Marsland; e os tr\u00eas s\u00f3cios foram orientados por Marsland.

Em 1796, o capital da empresa foi ampliado com a inclus\u00e3o de Thomas Atkinson, constituindo assim a Companhia de Tor\u00e7\u00e3o Chorlton, que em 1799 negociou a compra dos moinhos de New Lanark, de David Dale.

A comunidade industrial em New Lanark havia sido planejado por Richard Arkwright e David Dale em 1783, para tirar proveito do poder de \u00e1gua das Cachoeiras do Clyde no fundo do vale do rio abaixo do burgo de Lanark, 24 milhas a montante de Glasgow. Em 1800, haviam quatro f\u00e1bricas, fazendo de New Lanark o maior complexo de fia\u00e7\u00e3o de algod\u00e3o na Gr\u00e1-Bretanha, e a popula\u00e7\u00e3o da vila (mais de 2000) era maior do que a da pr\u00f3pria Lanark. Dale foi progressista tanto como um fabricante e como empregador, tendo um cuidado especial para salvaguardar o bem-estar das crian\u00e7as.

oferecer aos operários, a preços razoáveis, alojamentos saudáveis, bem como os artigos necessários a seu consumo familiar. [...] Os resultados dessas medidas, que no início amedrontavam os associados desse filantropo louco, atraíram a admiração após alguns anos. O estado material, físico e moral dos operários melhorou rapidamente, de maneira inesperada e, ao mesmo tempo, a empresa alcançou resultados maravilhosos. (MLADENATZ, 2003, p. 35 - 36).

Progressista, suas ideias foram formadas pelo iluminismo. Como membro da sociedade literária e filosófica, o caráter da sua base teórica era formado pelo efeito do ambiente sobre o indivíduo, portanto era necessária a educação e um ambiente saudável para o desenvolvimento humano. Passou a se envolver com assuntos públicos, principalmente a educação, e em 1813/14 publicou “Uma nova visão da sociedade”.

At New Lanark, Owen involved himself in the public affairs of the day, the most important being education, factory reform, and the improvement of the Poor Laws. His first public speech was on education (1812) and was elaborated upon in his first published work, *The First Essay on the Principle of the Formation of Character* (1813). Together with three further essays (1813-1814), this comprised *A New View of Society*, which remains Owen's clearest declaration of principles²². (KREIS, 2014, p. 1).

Owen acreditava que o cenário social existente poderia ser resolvido com a aplicação de seus ideais, de novas comunidades de ações coletivas que visassem o bem comum suprindo as suas próprias necessidades.

Essas comunidades eram, pois, uma espécie de “cooperativas integrais” em que a produção e o consumo efetuavam-se em comum... Toda a propriedade privada seria abolida. Não somente a produção mas também o consumo seriam feitos em comum. Em cada comuna, haveria uma construção central em que morariam todos os membros da comuna, por famílias.²³ (MLADENATZ, 2003, p. 37).

Para Owen, a solução do problema social estava na aplicação do método da associação econômica. Esta devia suprimir o lucro sobre as mercadorias [...] transmitiu à massa operária trabalhadora esta simples fórmula: a competição (concorrência) deve ser substituída pela cooperativa. (MLADENATZ, 2003, p. 39).

Owen foi um homem que em pouco tempo, tornou-se rico, segundo conta, pela sua capacidade e habilidade de negociador, conforme podemos interpretar pela sua biografia.

²² N.A. - Tradução por Dias, Luís F. P. - Em New Lanark, Owen envolveu-se nos assuntos públicos diários, sendo os mais importantes à educação, a reforma da fábrica, e a melhoria das Leis dos Pobres. Seu primeiro discurso público foi sobre a educação (1812) e foi elaborado analisando o seu primeiro trabalho publicado, *O Primeiro Ensaio sobre o Princípio da Formação do Caráter* (1813). Juntamente com mais três ensaios (1813-1814), este compõe *Uma Nova Visão da Sociedade*, que permanece como a clara declaração dos princípios de Owen.

²³ N.A. – Comuna, aqui na citação do texto, são as comunidades – “cooperativas integrais”.

As a financier, Owen's methods were sophisticated. He had relatively little capital of his own, yet his skilful management of partnerships enabled him to survive and become a wealthy man before leaving New Lanark in 1828.²⁴ (KREIS, 2014, p. [1]).

Pela sua presença no meio dos empresários da época e com a coragem de difundir suas ideias, inclusive no desenvolvimento, fazendo campanha e palestras sobre a associação econômica, tendo a visão clara e expondo sobre a eliminação dos intermediários no sistema comercial, principalmente no consumo, “pode ser considerado o precursor da cooperativa de consumo”, pois os “tecelões de Rochdale” eram seus seguidores, conforme Holyoake (1933, p. 79), “Nº. 1 — Jayme Standring; tecelão partidário das ideias de Roberto Owen” e Holyoake (1933, p. 15) cita ainda, “alguns lembraram-se, então, das ideias de Roberto Owen. Os socialistas tinham prestado o grande serviço de ensinar os operários a raciocinar sobre a sua situação”.

Depois de um tempo, aconteceu o seu desligamento de New Lanark, mas os seus ideais permaneceram e, com o seu conhecimento, a abrangência e dinamismo, sua obra foi expandida até para fora do país e do continente, criando “comunidades econômicas” em Orbiston no Reino Unido e nos Estados Unidos da América aplicando os seus ideais ao fundar-se em Indiana, a New Harmony, tentando implantar projetos semelhantes, sem o mesmo sucesso.

A avaliação sobre o desenvolvimento geral dos esforços de Owen é altamente reconhecida, a ponto de ser considerado o “pai do cooperativismo”, mas encontramos uma avaliação que indica falhas na condução do processo em escala, apontando as mudanças ou reformas que seriam realizadas.

Owen failed in voluntary co-operation as had failed in State Socialism, and for exactly the same reason. Flattered by the attentions of ministers, nobles, kings, he fondly imagined that a sudden social reformation could be brought about by foreign potentates and English magnates. He refused to countenance the reform movement; he appealed with confidence to a government of landlords and capitalists to introduce a Factory Act; and he imagined that individual landlords or employers would be the founders of successful co-operative communities. He had not grasped the significance of democracy as form of association whereby the whole body of the people

²⁴ N.A. – Tradução de Dias, Luís F. P. - Como um financiador, os métodos de Owen eram sofisticados. Ele teve relativamente pouco capital próprio, no entanto, sua hábil gestão de parcerias permitiu-lhe sobreviver e tornar-se um homem rico antes de deixar New Lanark em 1828.

acquires a collective life – the internal Will to transform institutions preceding the external act of reform.²⁵ (WEBB, 1891, p. 30).

Nos seus projetos de comunidades econômicas, os pressupostos do desenvolvimento na ação de grupo coletivo, indicam que há necessidade do surgimento de vontade “de dentro” e, ainda, que no processo instituído deve ocorrer a “democracia”.

Our Owen failed because not poet enough to understand that all thing living develop from within. He saw the goal, but mistook the means. He ignored time, and he despised democracy – the essential condition, and the indispensable instrument for the progressive and abiding co-operative organization of society.²⁶ (WEBB, 1891, p. 31).

Mas, o ideal de Owen objetivado e construído por seu dinamismo e coragem, independente da sua condição ou situação vivenciada para aquele momento e suas contribuições, ainda serão motivos de estudos e avaliações por muito tempo.

Such was Robert Owen's co-operative ideal: an ideal which we find, in more or less mutilated form, in the contemporary and immediately succeeding cooperative magazines and periodicals, and with still lingers in the pages of de cooperative news. It was an ideal with required for its realization a science which had arisen, a character which had not been formed, economic and legal conditions existing nowhere in the purely aristocratic societies of Europe. Above all, unless it were to be subjected to an iron-bound tyranny, such a community would necessitate the development of an administrative system, of the nature of which even Owen himself had formed no conception, and which could only originate in a pure enlightened democracy²⁷. (WEBB, 1891, p. 29).

²⁵ N.A. – Tradução por Dias, Luís F. P. - Owen falhou na cooperação voluntária como havia falhado no socialismo de Estado, e pela mesma razão. Lisonjeado com as atenções dos ministros, nobres, reis, ele carinhosamente imaginou que uma reforma social abrupta poderia ser provocada por poderosos estrangeiros e magnatas Ingleses. Ele recusou a aprovação do movimento de reforma; ele apelou com confiança a um governo de latifundiários e capitalistas para introduzir uma Lei da Fábrica; e ele imaginou que os proprietários individuais ou empregadores seriam os fundadores das bem-sucedidas comunidades cooperativas. Ele não havia compreendido o significado da democracia como forma de associação através da qual um corpo todo de pessoas adquire uma vida coletiva - a vontade interna para transformar as instituições precedendo o ato externo de reforma.

²⁶ N.A. – Tradução por Dias, Luís F. P. - Nosso Owen falhou porque não poetizou o suficiente para entender que toda coisa viva se desenvolve a partir de dentro. Ele viu o fim, mas confundiu os meios. Ele ignorou o tempo, e ele desprezou a democracia - a condição essencial, e o instrumento indispensável para a organização da sociedade cooperativa progressiva e permanente organização cooperativa da sociedade.

²⁷ N.A. – Tradução por Dias, Luís F. P. - Assim era o ideal cooperativo de Robert Owen: um ideal que nós encontramos, de certa forma mutilado, nas revistas e periódicos contemporâneos e de sucesso imediato das cooperativas, e que ainda perdura nas páginas de notícias das cooperativas. Era um ideal que requer para a sua realização uma ciência que já tinha surgido, um personagem sem a formação, condições econômicas e jurídicas sem lugar nas sociedades puramente aristocráticas da Europa. Acima de tudo, exceto sendo submetida a uma tirania ferrenha, tal comunidade

Com base no material verificado, temos o quadro 5 das contribuições dadas pelos precursores do cooperativismo moderno.

Quadro 5 – As contribuições dos precursores

Sequência	Plockboy e Bellers	Robert Owen, W. King, Fourier, Saint-Simon, Buchez e Blanc
1	A ideia – bem desenvolvida – autoajuda aos miseráveis, tendo em vista a vida humana.	A cooperativa realiza a associação das forças econômicas na busca do fim comum – organização dos interesses do trabalho.
2	Realização - por associações pequenas e livres	A cooperativa é uma ação de emancipação das classes trabalhadores da nação.
3	Economias coletivas - ligação da produção e consumo são obtidas em comum.	É uma ação de auto assistência, bem distinta da ação filantrópica e da ação pública em defesa dos fracos (econômico).
4	Estruturas democráticas dessas associações.	A cooperativa conclama o homem para que ele se associe com seus semelhantes
5	Ideia de supressão dos intermediários não úteis à vida econômica.	A cooperativa representa uma economia coletiva. Funções econômicas são assumidas por uma empresa comum.
6	Relações orgânicas entre produção e consumo.	As cooperativas não são isoladas, se consideram uma célula de uma grande organização.
7	Passaram dos ideais para realizações práticas.	Essa organização é considerada perpétua, os fundos vão contribuir para o futuro do movimento.

Organizador: DIAS, Luís F. P.

Fonte: Mladenatz (2003)

No quadro 5 demonstra ações que foram desenvolvidas a partir de sonhos e anseios, ideias e projetos, alguns postos em prática, com ou sem sucesso, num determinado período, apontando o caminho que foi decidido pelos “realizadores de Rochdale”.

necessitaria o desenvolvimento de um sistema administrativo, de uma natureza que até o próprio Owen não tinha concepção formada, e que poderia somente originar em uma democracia pura e iluminada.

2.3 OS PENSADORES E DIFUSORES DO COOPERATIVISMO

Charles Gide, francês, economista e professor universitário, fundador da escola de Nimes e, conforme define o ex-professor da Universidade de Paris, Dante Cracogna, no prólogo do livro “o cooperativismo”, ressalta a sua importância por ser um difusor, por seus ensinamentos e de seus eloquentes discursos nos congressos em defesa do cooperativismo.

Quantas convicções cooperativistas suscitaram estas conferências desde que foram pronunciadas, as primeiras das quais faz quase quarenta anos: em 1889. Não se conta na literatura cooperativista francesa nenhuma obra famosa como estas páginas. Com a História dos Probos Pioneiros de Rochdale de Holyoake, traduzida para o francês por Godin, elas constituem há quase meio século a base essencial da propaganda em favor da nova ideia. (GIDE, 2008, p. 8).

Ele foi um dos responsáveis pela execução do II Congresso das Cooperativas de Consumo da França, conforme consta em Pinho (1977, p. 101): “depois dos discursos oficiais do prefeito de Lyon e do presidente do comitê, falou o presidente de honra – Charles Gide, incumbido de pronunciar o discurso- programa do cooperativismo”.

Considerado o fundador da doutrina francesa, foi na realidade o grande incentivador da expansão das cooperativas de consumo, dessa forma apontado em Lavergne (2010).

Foi Charles Gide, quem ofereceu uma análise substancial desse mecanismo e elaborou o primeiro esboço da doutrina cooperativa. Depois de ter publicado, em 1900, o texto de suas doze conferências sobre a cooperação brindou a primeira aproximação da doutrina cooperativa em seu livro ‘Les Sociétés coopératives de consommation’. (LAVERGNE, 2010, p. 52).

Durante a primeira fase do desenvolvimento da cooperação de consumo na França, uma vez que o cooperativismo ainda era uma modalidade nova, até aproximadamente 1914, todas as ilusões eram justificadas, por isso o fundador da doutrina cooperativista da França, Charles Gide, afirmou com esperança que as cooperativas de consumo teriam capitais suficientes para ocuparem um lugar de domínio. (LAVERGNE, 2010, p. 73).

Por isso, acredita-se que foi o principal responsável pela sistematização das ideias e doutrinas cooperativistas e o mais destacado líder do cooperativismo de consumo, citado por Maurer Junior (1966).

Também na França, o campeão do movimento cooperativo e o seu primeiro grande pensador, Charles Gide, reflete a influência profunda daquele velho sonhador do socialismo utópico que fora Charles Fourier. (MAURER JUNIOR, 1966, p. 183).

[...] umas das mais preciosas contribuições do movimento cooperativo para o saneamento moral da sociedade: enquanto tantas organizações representativas de classe defendem interesses parciais de grupos limitados, criando oposições e cisões no seio da imensa família universal, as cooperativas convidam a pensar simplesmente no homem, antes que em nossa classe, em nossa raça, em nossa religião e em nosso credo. (MAURER JUNIOR, 1966, p. 187 - 188).

Conforme podemos perceber foi passando por um processo de difusão dos pensamentos e, segundo Pinho (1977, p. 101), “tornando-se muito conhecido, graças à clareza e elegância de seu estilo e também da influência que a França exercia, na época, como o principal centro de difusão cultural”. Citando Pinho (2012, p. 5).

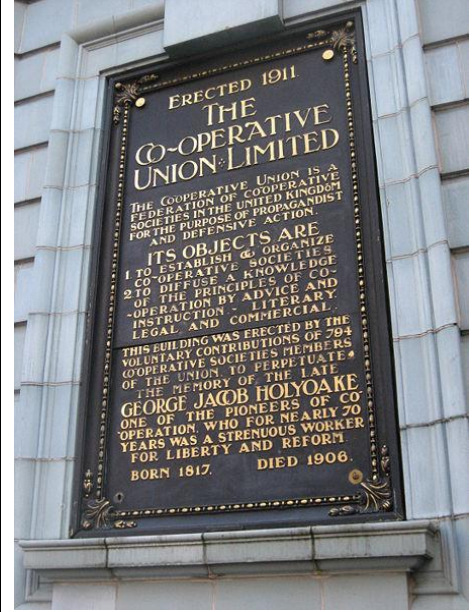
Então, os docentes das Faculdades de Direito não tiveram dificuldade em adotar os dois importantes manuais de Charles Gide a que nos referimos, e que depois foram traduzidos e reeditados sucessivamente, durante mais de vinte anos... Na área governamental, entretanto, as informações sobre Cooperativismo de autoria de Charles Gide chegaram ao Brasil por outra via - seus famosos e eloquentes discursos, especialmente aqueles que exaltavam as virtudes do Cooperativismo, as vantagens das cooperativas e as propostas da Escola de Nimes (por ele fundada).

O tema cooperativismo de consumo encontrou força e animo no economista e professor Gide segundo a sua biografia, conforme dados de Charles (2014, p. [1]), que apresenta e lista as suas principais obras publicadas:

Os Princípios de Economia Política (1883), que alcançou sucesso extraordinário e formaram o núcleo do Cours d'économie politique maior (1909). Entre outras obras de Charles Gide são dignos de lembrança, La cooperação (1900), Economia social (1905), Histoire des doutrinas économiques, em colaboração com Rist (1909); Les instituições du progrès sociaux (1920), d'économie politique noções premières (1921).

George Jacob Holyoake dedicou-se à promoção do movimento cooperativista e de ajuda-mútua dos trabalhadores. Participou e presidiu o primeiro dia do primeiro congresso em 1887 e foi orador na festa de inauguração do novo armazém, em 1867. Ele escreveu a História dos Pioneiros de Rochdale (1857, atualizado em 1892), e da Cooperação na Inglaterra (1875 a 1879; revisto em 1906), e o Movimento cooperativo de hoje (1891). Após a sua morte, o movimento cooperativista homenageou (Figura 2) e construiu a Holyoake House, inaugurada em 1911.

Figura 2 – Homenagem a George Jacob Holyoake

	<p>Erguido em 1911. A União Cooperativa Ltda.</p> <p>A União Cooperativa é Federação de Sociedades Cooperativas no Reino Unido, com a proposta de ação propagandista e defensiva. Seus objetivos são:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1 – Estabelecer e organização sociedade cooperativas 2 – difundir um conhecimento dos princípios da cooperação por conselhos e instrução literária, legal e comercial. <p>Este prédio foi elevado pelos contribuidores voluntários de 794 membros de sociedades cooperativas para perpetuar a memória de GEORGE JACOB HOLYOAKE, um dos pioneiros da cooperação, que por quase setenta anos foi vigoroso trabalhador da liberdade e reforma.</p> <p>Nascido em 1817. Falecido 1906.</p>
<p>Rochdale Pioneers Museum and National Co-operative Archive – Manchester</p>	<p>Museu dos Pioneiros de Rochdale e Arquivo Nacional de Cooperativa – Manchester</p>

Tradução: Dias, Luís F. P.

Fonte: Petticrew (2014)

Holyoake wrote extensively. Among his more widely read books are 'The History of the Rochdale Pioneers' (1857, updated later to 1892); 'The History of Co-operation' (1875 and 1879; combined and revised in 1906), 'The Co-operative Movement of To-day' (1891) — all of which deal with the history of the Co-operative movement... Collections of Holyoake's papers, diaries and other publications are held at the Bishopsgate Library and at the Co-operative Union, Holyoake House, Manchester.²⁸ (PETTICREW, 2014, p. 1).

Archimedes Taborda, no Rio de Janeiro escreveu em 1932: Rochdale foi o “berço”, o livro de Holyoake é a “Bíblia”, do cooperativismo, e ao fechar o prefácio da versão traduzida em 1933, afirmou:

[...] confesso que era tão ardente o meu desejo de saber, em detalhes, a história dos rochdaleanos, que senti uma alegria indescritível quando deparei, no fim da obra, com urna bella versão hespanhola da "Historia dos Probos Pioneiros de Rochdale", de Holyoake. [...] Holyoake foi contemporaneo dos “28 tecelões”, conheceu-os, privou com elles, a tal ponto que, como elle mesmo o diz neste livro, foi um dos oradores, na festa de inauguração do novo armazém, em 1867. [...] Ler a narração minuciosa que ele escreveu, trinta anos depois da fundação da cooperativa é ter a impressão de transportar-se áquella época, de viver com celebres “28 tecelões de Rochdale” os dias de trabalho, de abnegação, de heroísmo que

²⁸ N.A. – Tradução de Dias, Luís F. P. - Holyoake escreveu extensivamente. Entre seus mais lidos livros são "A História dos Pioneiros de Rochdale" (1857, atualizado depois para 1892); "A História de Cooperação" (1875 e 1879; combinado e revisto em 1906), "O Movimento Cooperativo de Hoje" (1891) - que lida com a história do movimento cooperativo... coleções de papéis de Holyoake, diários e outras publicações são encontradas na Biblioteca Bishopsgate e na União Cooperativa, Holyoake House, Manchester.

foram a pedra básica do cooperativismo universal. [...] Si a obra dos rochdaleanos, conhecidas as proporções a que attingiu o desenvolvimento das suas cooperativas, me assombrara, a vida dos “Pioneiros”, pela grandeza maravilhosa dos seus sacrifícios, pela sua dedicação, energia e tenacidade postas ao serviço da mais bella de todas as causas, obrigou-me a reconhecer que os homens que fundaram a Wholesale, por mais formidável que ella seja, eram ainda maiores do que ella... (HOLYOAKE, 1933, p. 8 - 9).

Gide e Holyoake se dedicaram ao seu trabalho, na sua luta para a difusão do pensamento cooperativista, entendendo que poderiam equacionar ações e melhorar as condições dos operários no sistema econômico. Por meio de agrupamento dos operários, buscavam explicar a cada um, a aplicar e adotar um método para recuperar a sua condição de subsistência de vida, conforme podemos perceber na definição desenvolvida por Pinho (1966, p. 8).

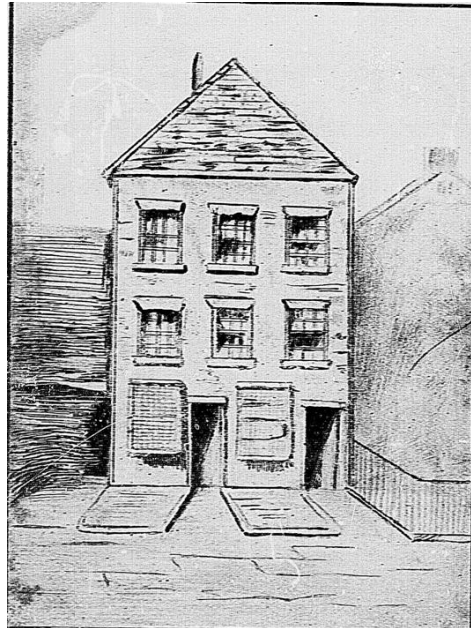
Cooperativismo no sentido de doutrina que tem por objeto a correção do social pelo econômico através de associações de fim predominantemente econômico, ou seja, as cooperativas; cooperativas no sentido de sociedades de pessoas organizadas em bases democráticas, que visam não só a suprir seus membros de bens e serviços como também a realizar determinados programas educativos e sociais. (PINHO, 1966, p. 8).

Com o seu trabalho, ampliaram o conhecimento e promoveram a expansão do cooperativismo, influenciando decisivamente até os dias atuais.

2.4 FILOSOFIA, PRINCÍPIOS E VIRTUDES DO COOPERATIVISMO

A construção da filosofia do cooperativismo, na sua forma primária, ocorreu com a avaliação dos “acertos e erros” de vários projetos iniciados e vivenciados até 1844, com a situação e conjuntura econômica e social experimentada até então, conforme relatado anteriormente, mas que tem a sua concretude com a organização dos “Pioneiros de Rochdale” e o surgimento do “armazém de Toad Lane” (Figura 3), que conforme Holyoake (1933, p. 24) foi “numa tarde triste de inverno, a mais longa do ano, a 21 de dezembro de 1844, os probos pioneiros inauguraram as suas operações”.

Figura 3 – Imagem do armazém de Toad Lane



Fonte: Holyoake (1933, p.3)

Portanto, para conhecer a filosofia, os princípios e as virtudes aplicadas no sistema cooperativista, temos que considerar a capacidade de síntese e de aglutinação promovida pelos “pioneiros” nas suas orientações, que ocorre a partir do surgimento da “Cooperativa dos pioneiros e sua história”, dos “pensadores e precursores”, considerando que o processo já ocorria na soma de vários momentos, discussões e experiências. Segundo Schneider, (1999), vários dos princípios isoladamente não são inovadores, mas é o conjunto e sua evolução que orientam a vivência das cooperativas.

Portanto, a cooperativa ou movimento cooperativo que quer ser fiel ao espírito dos pioneiros, deve abraçar o conjunto de princípios por eles formulados e depois redefinidos pelas instituições herdeiras de Rochdale, segundo as necessidades de cada época. São princípios que, isoladamente, pouco expressam, mas tomados em bloco, apresentam uma grande lógica e coerência interna e uma grande eficácia. (SCHNEIDER, 1999, p. 48 - 49).

Portanto, no ano de 1843, os “28 tecelões” começaram a se reunir e a discutir a situação em que se encontravam, vivendo o desgosto e o desalento, quase sem mantimentos e isolados socialmente, vendo que os comerciantes tinham os produtos, as provisões necessárias para o trabalho e para o sustento, e os industriais, tinham as máquinas, as fábricas, que formavam o capital. Os tecelões

não possuíam nenhum dos dois recursos, então se perguntavam o que poderiam ou deveriam fazer. Essa era a grande questão e que parecia sem resposta.

Após muita reflexão, decidiram que iriam à “luta pela vida”, com o sentimento de que eles eram comerciantes e industriais também, porém, no momento não possuíam o capital, mas que poderiam conseguir por meio de ação de auxílio mútuo. Começaram a coletar “acionistas” e após algumas semanas não tinham o suficiente para comprar nem os sacos de farinha, pois os sócios eram poucos e aí começaram a experimentar o desânimo.

Depois de várias assembleias, em que os grupos se posicionavam, o Teelotallers²⁹ pela vida sóbria, os Cartistas pelo meio político,

os socialistas propuseram, pois que os tecelões se unissem, numa acção conjunta” e lançassem mão dos meios que estavam ao seu alcance para melhorar a sua situação, sem deixar de ser, por isso, Cartistas ou Teelotallers. Este último critério prevaleceu. (HOLYOAKE, 1933, p. 19).

Esse foi o momento importante em que definiram pelo cooperativismo, sendo realizadas algumas reuniões secretas que concluíram por abrir um armazém cooperativo de consumo.

Nossos tecelões, cujo o número era de vinte e oito, número que chegou á celebridade no armazém de Rochdale, estabeleceram as bases da Sociedade[...] A sociedade foi registrada em 24 de outubro de 1844, sob este título: Rochdale Society of Equitable Pioneers: Sociedade dos Problos Pioneiros de Rochdale (acts. Of Parliament, 10th., Geo. IV c. 56 and 4th, William IV, c.40). Por mais maravilhoso que seja o exito actual, o sonho dos fundadores, no começo da Sociedade, era ainda mais extraordinário. Com efeito, aspiravam a transformação do mundo. (HOLYOAKE, 1933, p. 20 - 21).

Na decisão de fundar o armazém, relatam quais fins deveriam nortear suas atividades e estas foram assim decididas com o objetivo de melhorar as condições pessoais e sociais de seus membros. São relatadas por Holyoake (1933, p. 20): “Os fins dos Pioneiros estão expostos nas proposições abaixo; a estes fins adheriram os sócios com unanimidade” e definem sua operacionalidade:

A sociedade tem por objeto realizar uma utilidade pecuniária e melhorar as condições domésticas e sociaes de seus membros, mediante a economia formada por acções de uma libra esterlina, para levar a pratica os seguintes projectos:

Abrir um armazém para a venda de comestíveis, roupa, etc.

²⁹ N.A. – Pessoas que praticam ou promovem a abstinência de bebidas alcóolicas.

Comprar ou construir casas para os membros que desejam ajudar-se mutuamente, com o fim de melhorar o seu próprio estado doméstico e social.

Iniciar a fabricação dos artigos que a sociedade julgar conveniente para proporcionar trabalho aos membros que não tiverem ocupação ou que estiverem sujeitos a continuas reduções nos seus salários.

Adquirir ou arrendar campos para serem cultivados pelos membros desocupados ou por aqueles cujo trabalho não receba a devida remuneração.

Logo que seja possível, a Sociedade procederá a organização das forças da produção, da distribuição, da educação e do seu próprio governo; ou, em outros termos, estabelecerá uma colônia indígena, na qual os interesses serão unidos e comuns. A Sociedade auxiliará as demais sociedades cooperativas a fundar outras colônias semelhantes.

Com o fim de propagar a sobriedade, a Sociedade estabelecerá numa de suas casas um salão de temperança. (HOLYOAKE. 1933. p. 20 - 22).

Desta forma, começa o processo de expansão do modelo cooperativo, pois passamos a ter um conjunto de normas, que dão o sentido de organização das pessoas e estabelece seus parâmetros na execução dos trabalhos.

O cooperativismo surgiu, historicamente, como um sistema formal, porém simples, de organização de grupos sociais com objetivos e interesses comuns, estando o seu funcionamento amparado, basicamente, nos princípios de ajuda mútua e de controle democrático da organização, pelos seus membros. Daí o caráter *sui generis* deste tipo de organização, da qual os associados seriam, ao mesmo tempo, proprietários e usuários. (SCHNEIDER, 1981, p. 32).

Como o próprio cooperativismo sugere, a troca de ideias deve ser sempre promovida na busca de alternativas para os problemas vivenciados no dia a dia e para o desenvolvimento do sistema. Na sua fase inicial, as reuniões das pessoas e associações, envolvidas em cada temática foram acontecendo, buscando a evolução e discutindo o futuro; em vários pontos e momentos, conforme citação de Gide (2008, p. 35), descrevendo uma “conferência”³⁰ com os representantes de quase toda a sociedade de Paris e arredores; discutindo o futuro da cooperação sendo que a “conferência foi organizada por três sociedades cooperativas de consumo de Paris: a de Beroy, a de Bel-air e a de Piepus, para 13 de maio de 1886”.

Nesta sequência, a normalização do sistema cooperativista, vem logo a seguir; de acordo com a Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB -, aconteceu em 1886, em Lyon, o segundo Congresso das Sociedades Cooperativas

³⁰ - N.A. – Muito comum no movimento, era a reunião de pessoas, representantes de organizações ou grupos, de várias regiões, sempre discutindo um tema.

de Consumidores da França, tendo sido foi aprovado pelos participantes – associados, trabalhadores, professores e estudantes – as “doze virtudes” da doutrina cooperativista que se mantêm atuais até hoje:

Viver melhor - Através da solução coletiva dos problemas.

Pagar a dinheiro - Este sadio hábito evita o endividamento que gera a dependência.

Poupar sem sofrimento - A satisfação das necessidades dos cooperados deve ser prioritária, isso é importante para a definição do que pode ser feito com as sobras.

Suprimir os parasitas - Afastar os atravessadores na compra e na venda de produtos e serviços.

Combater o alcoolismo - Viver de maneira sadia, evitando os vícios e enfrentando a realidade com coragem.

Integrar as mulheres nas questões sociais - Ressalta a importância da participação feminina.

Educar economicamente o povo - A educação é uma ferramenta para o desenvolvimento do homem.

Facilitar a todos o acesso à propriedade - É essencial unir esforços para conquistar os meios de produção.

Reconstituir uma propriedade coletiva - Para ter acesso à propriedade, o passo inicial é investir em um patrimônio coletivo.

Estabelecer o justo preço - O trabalho tem de ser remunerado e os preços definidos sem intenção especuladora.

Eliminar o lucro capitalista - O objetivo da produção é a satisfação das necessidades humanas.

Abolir os conflitos - As disputas diminuem pelo fato de que o associado é dono e usuário da cooperativa. (ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS, 2012b, p. 17).

A Aliança Cooperativa Internacional – ACI – durante o congresso do seu centenário, em 1995, reunindo os seus representantes, discutiu as questões sobre o seu fortalecimento e aprovou o princípios do cooperativismo, de forma a atualizar os princípios dos “pioneiros de Rochdale” como estratégia de desenvolvimento do sistema cooperativo, que conforme consulta junto a OCB, continuam atuais.

¹⁰ - Adesão voluntária e livre - as cooperativas são organizações voluntárias, abertas a todas as pessoas aptas a utilizar os seus serviços e assumir as responsabilidades como membros, sem discriminações de sexo, sociais, raciais, políticas e religiosas.

2º - Gestão democrática - as cooperativas são organizações democráticas, controladas pelos seus membros, que participam ativamente na formulação das suas políticas e na tomada de decisões. Os homens e as mulheres, eleitos como representantes dos demais membros, são responsáveis perante estes. Nas cooperativas de primeiro grau os membros têm igual direito de voto (um membro, um voto); as cooperativas de grau superior são também organizadas de maneira democrática.

3º - Participação econômica dos membros - os membros contribuem equitativamente para o capital das suas cooperativas e controlam-no democraticamente. Parte desse capital é, normalmente, propriedade comum da cooperativa. Os membros recebem, habitualmente, se houver, uma remuneração limitada ao capital integralizado, como condição de sua adesão. Os membros destinam os excedentes a uma ou mais das seguintes finalidades:

- desenvolvimento das suas cooperativas, eventualmente através da criação de reservas, parte das quais, pelo menos será, indivisível;
- benefícios aos membros na proporção das suas transações com a cooperativa; e
- apoio a outras atividades aprovadas pelos membros.

4º - Autonomia e independência - as cooperativas são organizações autônomas, de ajuda mútua, controladas pelos seus membros. Se firmarem acordos com outras organizações, incluindo instituições públicas, ou recorrerem a capital externo, devem fazê-lo em condições que assegurem o controle democrático pelos seus membros e mantenham a autonomia da cooperativa.

5º - Educação, formação e informação - as cooperativas promovem a educação e a formação dos seus membros, dos representantes eleitos e dos trabalhadores, de forma que estes possam contribuir, eficazmente, para o desenvolvimento das suas cooperativas. Informam o público em geral, particularmente os jovens e os líderes de opinião, sobre a natureza e as vantagens da cooperação.

6º - Intercooperação - as cooperativas servem de forma mais eficaz aos seus membros e dão mais força ao movimento cooperativo, trabalhando em conjunto, através das estruturas locais, regionais, nacionais e internacionais.

7º - Interesse pela comunidade - as cooperativas trabalham para o desenvolvimento sustentado das suas comunidades através de políticas aprovadas pelos membros. (ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS, 2013a).

Vejamos que formalmente os valores são mantidos até hoje e sua constituição em relação as empresas e as organizações do sistema econômico apresenta algumas formas diferentes, apesar de “competirem” no mesmo espaço globalizado, onde acontece o processo de consumo e de produção, estabelecendo-se algumas diferenças entre as sociedades cooperativistas e as do sistema mercantil, como se visualiza no quadro 6.

Quadro 6 - Parâmetros das sociedades cooperativas e mercantis

Sociedade Cooperativista	Sociedade Mercantil
Centro é o Homem	Centro é o Capital
Cooperante é dono e usuário da sociedade Um homem um voto	Sócios vendem seus produtos e serviços aos consumidores Uma ação e/ou quota um voto na assembleia
Controle democrático	Controle financeiro
Sociedade de pessoas que funciona democraticamente Quotas não transferíveis a terceiros	Sociedade de capital que funciona hierarquicamente Quotas transferíveis a terceiros
Afasta o intermediário	São, muitas vezes, os intermediários
Resultados retornam aos sócios proporcionalmente às operações Aberta a novos cooperantes	Dividendos retornam aos sócios proporcionalmente ao nº de ações Limitado o número de acionistas
Valoriza o trabalho, suas condições e vida	Controla o trabalhador como força de trabalho
Defende preços justos	Defende maior preço possível
Promove integração entre cooperativas	Promove concorrência entre sociedades
Compromisso educacional, social, econômico	Compromisso econômico

Organizador: Dias, Luís F. P

Fonte: Organização das Cooperativas Brasileiras (1998c, p.11)

Conforme o quadro 6, fica evidenciado que a sociedade mercantil tem o capital como centro e como base da sua funcionalidade e que a cooperativa é baseada no agrupamento de pessoas e nas suas condições de vida.

As regiões e a cultura existentes podem permitir algumas variações no processo e na dinâmica de funcionamento, podendo inclusive algumas destas mudanças estarem organizadas formalmente, mas via de regra todas seguem os mesmos padrões estabelecidos.

2.5 OS NÚMEROS DO COOPERATIVISMO NO BRASIL

Segundo dados publicados em 2012, da Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB, no ano de 2010, os ramos agropecuária, crédito e consumo, totalizam 23%, 16% e 2% do número de cooperativas existentes no Brasil respectivamente, entretanto os mesmos três ramos de cooperativismo no Brasil: agropecuária, crédito e consumo, superam os 80% em número de cooperados ativos no sistema.

Encontramos no ramo agropecuário a distribuição do tamanho de propriedade declarada por seus associados junto às suas cooperativas. Apresentada na tabela 6 que mostra que o sistema é, na sua ampla maioria, formado por cooperados que trabalham com pequenos lotes rurais.

Tabela 6 – Distribuição por porte das propriedades rurais dos cooperados das cooperativas agropecuárias no Brasil – ano base 1995/96.

Áreas	%
Até 10 hectares	29,3%
De 10 a 50 hectares	38,0%
De 50 a 100 hectares	11,3%
De 100 a 500 hectares	14,2%
Acima de 500 hectares	5,1%
Sem declarar	2,2%

Organizador: Dias, Luís F. P.

Fonte: Organização Das Cooperativas Brasileiras (2014a, p. 42)

Em síntese, a origem do associativismo/cooperativismo é a busca por melhores condições de vida e de retorno no processo, não importando o ramo e, no caso da agropecuária com as dificuldades na produção em um lote de pequeno porte, sua viabilização se amplia quando se agrupam.

A tabela 7, a seguir, mostra a importância do sistema cooperativista, no desempenho da produção agropecuária no Brasil. Listamos algumas culturas e a participação das cooperativas.

Tabela 7 - Participação das cooperativas agropecuárias brasileiras na produção nacional – ano base 1995/96

Produtos	Participação
Trigo	62,19%
Cevada	44,19%
Leite	39,70%
Aveia	39,21%
Algodão	38,91%
Suínos	31,52%
Soja	29,40%
Café	27,97%
Milho	16,68%
Arroz	11,36%
Feijão	11,18%

Organizador: Dias, Luís F. P.

Fonte: Organização das Cooperativas Brasileiras (2014a p. 41).

Os dados da tabela 7 demonstram a importância do sistema no processo produtivo e o potencial de produção executada pelo cooperativismo agropecuário, com números expressivos, mesmo sendo basicamente composto por pequenas propriedades rurais.

Para termos uma visão do sistema cooperativista no Brasil e os seus quantitativos, apresentamos a tabela 8 onde se mostra o número de cooperativas, quantos associados estão envolvidos e as suas médias, assim verificando-se com o cruzamento dos dados a dimensão e a importância no contexto do desenvolvimento econômico.

Tabela 8 - No Brasil, total de cooperativas, total do número de associados, por ano, de 2001 a 2012.

Ano	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Total coop Brasil	7026	7549	7355	7136	7518	7603	7672	7682	7261	6652	6586	6603
Total (mil) assoc BR	4779	5259	5763	6160	6791	7393	7688	7888	8252	9017	10009	11082
Média	680	763	837	952	983	1011	1002	1027	1137	1355	1520	1678

Organizador: Dias, Luís F.P

Fonte: Organização das Cooperativas Brasileiras (2014b, p. 1).

Com as tabelas 7 e 8 apresentadas, podemos constatar que o cooperativismo agropecuário é o ramo do sistema cooperativo brasileiro mais definido e conhecido, como também o mais estável e que encontra espaço no campo, pois aponta um crescimento no número de associados e no quantitativo de cooperativas, conforme tabela 9.

Tabela 9 - No Brasil, cooperativas no ramo agropecuário, o número de cooperativas e número de associados, por ano, de 2001 a 2012.

Ano	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
N. coop Agropecuária	1587	1624	1519	1398	1514	1549	1544	1611	1615	1548	1523	1561
N. Assoc. coop Agropecua. (mil)	822	865	940	865	879	886	879	968	942	943	969	1006
Média – coop Agropecuária	518	533	619	619	581	572	570	601	583	609	637	645

Elaboração: Dias, Luís F. P.

Fonte: Organização das Cooperativas Brasileiras (2014b, p.1).

Podemos observar e analisar³¹ pelos números que, nos últimos 12 anos, o ramo das cooperativas agropecuárias – tabela 9 - teve 22,3% de expansão quanto ao número de associados, mas com uma redução de 1,6% na quantidade de organizações no mesmo período. Ainda assim, o sistema cresceu na média de associados por cooperativa em 24,5%. Porém, ao comparar com os números totais – tabela 9 -, a sua redução de 1,6% foi menor que o total de 6% em quantidade de organização instaladas, mas o seu crescimento foi muito inferior no número de total de associados que expandiu-se em 131,8%; a média nacional por cooperativa foi de 146,7%, o que consideramos um número expressivo.

Os dados da tabela 9 mostram que o ramo está consolidado e de forma geral estabilizado.

Tabela 10 - No Brasil, cooperativas no ramo de crédito, o número de cooperativas e número de associados, por ano de 2001 a 2012.

Ano	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
N. Coop Crédito	1038	1066	1114	1068	1101	1102	1148	1113	1100	1064	1047	1042
Assoc credito (mil)	1059	1128	1439	1891	2164	2463	2851	3216	3498	4020	4673	5487
Média do Crédito	1021	1058	1292	1770	1955	2235	2484	2889	3180	3778	4463	5266

Elaboração: Dias, Luís F.P

Fonte: Organização das Cooperativas Brasileiras (2014b, p. 1)

Ao analisar o crescimento dos ramos das cooperativas, nota-se que o sistema cooperativo nacional – tabela 8 - cresceu 131,8%, na soma de todas as cooperativas brasileiras. Temos o ramo de cooperativismo de crédito que se apresenta com praticamente o mesmo número de cooperativas, com um

³¹ N.A. – As análises dos percentuais a seguir, são extraídos dos próprios quadros, verificando o percentual de crescimento ou redução, do ano de 2001 para o ano de 2012, com um intervalo de 12 anos.

crescimento vertiginoso no número de associados no período dos últimos 12 anos, superando os 400%. No quesito número de cooperados, apresentava pouco mais de 1 milhão de associados em 2001 e mais de 5,4 milhões em 2012, representando uma grande difusão e expansão no sistema cooperativista do Brasil.

Na análise dos dados das tabelas 9, 10 e 11, os ramos agropecuário e de crédito, apontados pelos números como os dois maiores do sistema cooperativista brasileiro, com 23,% e 16% respectivamente do total das cooperativas no Brasil e, demonstrando-se consolidados, ainda apontam que, com trabalho e dinamismo podem crescer quanto ao número de cooperados atendidos nas suas unidades.

Os estudos efetuados por Schneider(1981), indicavam que havia um discurso de desenvolvimento do sistema cooperativista, mas na prática só ocorria em alguns setores, a exemplo do agropecuário e do crédito, áreas que possuíam apoio e estímulos, sendo um direto na produção e o outro a serviço da produção.

Dando sequência à discussão, buscando os dados sobre o ramo do cooperativismo de consumo, tem-se na tabela 11 uma sequência sobre este ramo do sistema, que apresenta uma redução drástica no quantitativo, que operava em 1990 com um total geral no Brasil de 3.440 unidades de cooperativas, em que 344, 10% do total, eram do ramo de consumo e, no final de 2000, enquanto houve um crescimento no total de cooperativas na ordem de 76,8% atingindo 6084 cooperativas, as de consumo somavam 184 unidades ficando com 3% do sistema, com uma redução no período da ordem de 46,5%.

Tabela 11 - No Brasil, número total de cooperativas e de consumo de 1990 a 2000

Ano	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Total Coop	3440	3529	3548	3608	3701	3928	4316	4851	5102	5652	6084
N. Coop Consumo	344	335	327	311	261	256	241	233	193	191	184
% Coop Consumo	10%	9%	9%	9%	7%	7%	6%	5%	4%	3%	3%

Elaboração: Dias, Luís F. P.

Fonte: Organização das Cooperativas Brasileiras (2014a, p. 26 - 65)

Verificamos que o cooperativismo de consumo, há mais de vinte anos atrás, possuía um quantitativo e um percentual significativo no total de cooperativas brasileiras, porém ao longo dos anos teve uma redução muito alta.

Na tabela 12, a análise sobre as cooperativas de consumo indica que o quantitativo de unidade continua reduzindo-se, ficando a menos de 2% do total de cooperativas no Brasil, considerando-se 112 cooperativas ativas em 2012. Porém, mesmo reduzindo as suas unidades, ocorre um crescimento no número de associados no ramo do consumo. Nos últimos 12 anos apresenta uma marca significativa 93%, que é inferior ao crescimento do sistema total que percentualmente cresceu 131,04% no mesmo período. Em 2001 tinha 1.4 milhões de cooperados, e em 2012 superava os 2,8 milhões de cooperados no ramo do consumo, portanto, cresceu no período de 12 anos, tendo de média de associados por cooperativa de consumo 226,7%, contra 146,7% da média de cooperados por cooperativas no sistema do Brasil.

Tabela 12 - No Brasil, número total de cooperativas, número de cooperativas de consumo e suas médias de associados – 2001 a 2012

Ano	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
N. Coop	189	170	158	144	147	156	141	138	128	123	120	112
Assoc. (mil)	1467	1702	1920	1821	2181	2385	2468	2316	2305	2297	2710	2842
Média	7764	10014	12154	12643	14837	15288	17506	16783	18006	18677	22587	25372
Total Coop Br	7026	7549	7355	7136	7518	7603	7672	7682	7261	6652	6586	6603
Total (mil) assoc Br	4779	5259	5763	6160	6791	7393	7688	7888	8252	9017	10009	11082
Média Br	680	763	837	952	983	1011	1002	1027	1137	1355	1520	1678

Organizador: Dias, Luís F. P.

Fonte: Organização das Cooperativas Brasileiras (2014b, p1)

No caso do cooperativismo de consumo, o crescimento da média de participantes por cooperativa e a redução do número de unidades demonstra que o seu crescimento obedeceu a mesma lógica do comércio e do sistema econômico, pois cresce quem apresenta maiores e melhores condições, o que é uma dificuldade para a maioria das cooperativas de consumos, citado assim por Schneider (1981),

A evolução histórica deste sistema não se deu, entretanto, à revelia da complexidade crescente da organização econômica e social das formações sociais em cujo contexto o movimento se inseriu e expandiu. Antes, ele se ajustou à dinâmica própria destas sociedades que na maioria dos casos, testemunharam a consolidação do capitalismo como modo de produção dominante. (SCHNEIDER, 1981, p. 32).

Neste sistema globalizado as cooperativas de consumo também tem que atuar de várias formas para poder competir com o mercado, motivo pelo qual

podemos até concluir que as cooperativas que se mantiveram e expandiram utilizaram a mesma estratégia do processo globalizante, ou seja, os grandes crescem enquanto os pequenos sucumbem.

2.6 CONSIDERAÇÕES SOBRE AS AÇÕES DO COOPERATIVISMO

O sistema cooperativista possui uma estrutura e organização que envolve representação em todas as escalas de poder, (mundial, nacional, estadual), sendo representado mundialmente pela Aliança Cooperativa Internacional – ACI.

[...] a predominância axiológica da hegemonia do consumidor, que se verificou depois do I Congresso Internacional de Cooperativismo, realizado em Londres, em 1895. A partir daí, todo o conteúdo doutrinário-econômico do cooperativismo reflete essa tomada de posição, que passou a ser defendida, aliás, pela Aliança Cooperativa Internacional então criada. (PINHO, 1977, p. 89).

A ACI fundada em Londres, em 1895, é uma instituição não governamental, com sede em Genebra e que possui uma ligação com a Organização das Nações Unidas – ONU, mostrando, desde o seu início, sua ampla relação institucional abrangendo todos os países.

Essa forma de organização abre a discussão sobre a escala de poder que deve ser analisada com a amplitude necessária, pois além do conceito de democracia (forma filosófica de gerir o poder interno junto à associação), temos que incluir a interferência, conforme a força exercida pelo grupamento seja por sua abrangência territorial ou condições econômicas na área ou ramo de atuação.

Considera-se que as escalas geográficas de poder e gestão caracterizam um procedimento metodológico que contribui para a compreensão da dinâmica territorial do desenvolvimento. Esta metodologia permite observar como os atores locais/regionais – sociedade civil, Estado e mercado – articulam-se entre si e com as demais escalas de poder e gestão, com vistas à promoção do desenvolvimento de seu território. (RAMBO; RÜCKERT, 2008, p. 100).

Demonstrando o poder que o sistema cooperativo adquire pela sua importância, a Organização das Nações Unidas - ONU indicou o ano de 2012, como o ano Internacional das Cooperativas e justificou a indicação, destacando:

A ação das cooperativas agrícolas é um importante mecanismo de garantia de segurança alimentar e redução da pobreza. Elas beneficiam diretamente o pequeno agricultor ao aumentar seu poder de negociação e capacidade de compartilhar recursos, informou a Organização das Nações para Agricultura e Alimentação (FAO). A agência lançou na última segunda-feira

(31/10) o Ano Internacional das Cooperativas 2012, em parceria com o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA) e o Programa Mundial de Alimentos (PMA). (AGÊNCIAS..., 2012).

Essa análise sobre o “poder” está diretamente vinculada ao potencial econômico executado e desenvolvido pelas cooperativas (muitas conseguem competir no sistema globalizado, mesmo sendo uma estrutura de ajuda mútua), e, ainda pela abrangência e capacidade de articular os produtores (cooperados do ramo da agropecuária) organizando e estimulando a produção de alimentos.

A Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB (2012), historiando sobre o ano de 2012, indica que a ACI defendendo os seus interesses e, mostrando que o “sistema cooperativista tem como objetivo comum buscar o desenvolvimento econômico sustentado, a mitigação da pobreza e a intercooperação”, incentiva e promove a Resolução A/RES/64/136, da ONU, que instituiu o ano comemorativo de 2012, como o “Ano Internacional das Cooperativas”, divulgando o “slogan” escolhido para nortear as ações: “Cooperativas constroem um mundo melhor”.

Seguindo a orientação do “slogan”, destaca que o tema reflete não apenas o “espírito cooperativista, mas também o compromisso de desenvolvimento global”, e prossegue indicando que, com isso a ONU sugeriu encaminhamentos de “ações sobre o empoderamento feminino, a inclusão de jovens no mercado de trabalho e ao empreendedorismo”, e mostra o “cooperativismo como instrumento para a geração de renda e, conseqüentemente a redução da pobreza”.

Numa demonstração de que o sistema é integrado e interligado, a Cooperativa Central de Crédito Urbano criou o sistema CECRED, que desenvolveu um “site” – eucoopero - que orienta suas ações e indicações e por meio dele divulgou e promoveu junto às suas coligadas a iniciativa da ONU, que de forma inédita considerava o sistema cooperativo em âmbito mundial de grande importância para o desenvolvimento socioeconômico e, ainda, informou os objetivos do ano internacional das cooperativas, - ano de 2012:

Aumentar a consciência pública sobre as cooperativas e suas contribuições para o desenvolvimento.

Promover a formação e o crescimento das cooperativas.

Incentivar os governos a estabelecer políticas, leis e regulamentos propícios para a formação, crescimento e estabilidade das cooperativas. (COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO URBANO, 2014, p. [1]).

A OCB, na divulgação e instruções para a celebração do “Ano – 2012”, informou que o sistema cooperativista trabalhou disponibilizando as informações que indicava o seguinte sobre as cooperativas:

Cooperativas são empreendimentos de sucesso baseados em valores e princípios geridos por seus próprios membros. Se os membros são consumidores, empregados ou proprietários todos tem poder equitativo de voz e são empreendimentos que compartilham seus excedentes. [...]No mundo, pessoas utilizam o modelo cooperativista que cria empregos e propriedades para ele mesmo enquanto trabalha os problemas do mundo real como pobreza e praticas comerciais de curto prazo. [...]Como um empreendimento dirigido por valores que não objetivam o lucro, cooperativas compartilham princípios internacionais e agem em conjunto para construir um mundo melhor por meio da cooperação. (ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS, 2012a. p. [1]).

A OCB, aponta e demonstra o seu trabalho contínuo, no qual indica que atua na promoção e na defesa dos interesses das cooperativas:

A Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) é o órgão máximo de representação das cooperativas no país. Foi criada em 1969, durante o IV Congresso Brasileiro de Cooperativismo. A entidade veio substituir a Associação Brasileira de Cooperativas (ABCOOP) e a União Nacional de Cooperativas (Unasco). A unificação foi uma decisão das próprias cooperativas. [...]Entre suas atribuições, a OCB é responsável pela promoção, fomento e defesa do sistema cooperativista, em todas as instâncias políticas e institucionais. É de sua responsabilidade também a preservação e o aprimoramento desse sistema, o incentivo e a orientação das sociedades cooperativas. (ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS, 2013b. p. [1]).

Portanto, dentro da forma de atuação, o sistema no Brasil conta com a Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB, que é a entidade representativa do cooperativismo, com 26 organizações estaduais, além daquela que representa o Distrito Federal; para facilitar os trabalhos e ter uma maior proximidade entre as cooperativas, foram criadas as Organizações Cooperativas Estaduais – OCEs – e, conforme seu “site”:

As 27 OCEs surgiram para ser o elo entre a entidade nacional e a realidade de cada município brasileiro onde o Cooperativismo está presente. A partir delas o sistema pôde ter a exata dimensão das necessidades do movimento no tempo, no momento e no ritmo certos. Por meio das OCEs, a OCB dimensionou cada passo a ser dado, cada decisão a ser tomada. [...]Estas OCEs passaram a ser os agentes políticos e representativos que zelam e divulgam a doutrina cooperativista, defendendo os interesses do movimento em seus estados. (ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS, 2014a. p. [1]).

Para uma melhor atuação e organização, o sistema atua em 13 setores (agropecuário, consumo, crédito, educacional, especial, habitacional, infra-

estrutura, mineral, produção, saúde, trabalho, transporte, turismo e lazer)³², que são os ramos do cooperativismo, conforme a OCB estabeleceu,

Eles se baseiam nas diferentes áreas em que o movimento atua. As atuais denominações dos ramos foram aprovadas pelo Conselho Diretor da OCB, em 4 de maio de 1993. A divisão também facilita a organização vertical das cooperativas em confederações, federações e centrais. (ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS, 2014a. p. [1]).

As cooperativas são organizadas e operam em uma área de abrangência, com localização geográfica; nesse espaço exerce uma influência direta (através de suas próprias ações) e indireta (através das pessoas que se tornam associados) relacionando sua ação ao desenvolvimento e transformação, variando a atuação e a forma, dependendo de seu ramo e da própria região e da cultura das pessoas que são associadas.

Podemos ter a percepção do espaço geográfico, e que a ação e seu efeito nele provocada, são relativamente associadas às múltiplas funções, não sendo possível dissociar uma das outras, por causa do processo e da dinâmica de movimentação a que for submetida, pois este espaço, “é definido como uma ação que se realiza, via de regra, de modo contínuo, visando um resultado qualquer, implicando tempo e mudança” (Corrêa, 2007, p.29) então é dependente do processo, que será analisado em todos os conceitos sociais, econômicos, disponíveis e em ação e intensidade de ocorrência.

Isso somente reforça a importância e o contraponto que o sistema de organização das pessoas exerceu e ainda exerce na sociedade urbana e rural, independente do modelo e da área de atuação.

Os problemas são das pessoas, dos homens na sua luta pela sobrevivência de acordo com sua cultura, sua história, seu desenvolvimento econômico e o quadro natural do lugar em que vivem. E as pessoas com seus problemas estão localizados num determinado lugar. Mas as explicações, as causas, os motivos não são encontrados apenas no local, nem no momento atual apenas. Devem ser buscadas também noutros níveis maiores, mais distantes, mais amplos e complexos. (CALLAI, 2001, p. 60).

Na dinâmica do cooperativismo, o processo de participação não ocorre de forma singular, e sim no contexto coletivo, ou seja não é somente se associando ou se cadastrando que se participa de uma associação ou cooperativa.

³² N.A. – O turismo e lazer são considerados um setor.

É com a mudança de comportamento e de cultura que ocorre o envolvimento na dinâmica. Comprar ou utilizar dos serviços colocados à disposição em comum é um fato do qual se tem a efetivação de estar envolvido na ação coletiva, mas frequentar ativamente as reuniões é que torna o fato singular e único, participar efetivamente da ação em prol do associativismo.

A estruturação, evolução e expansão do sistema cooperativista é possível quando inspira as pessoas e elas vêem que a sua participação pode trazer uma perspectiva de crescimento, seja ele pessoal, social ou econômico, mudando ou não o sistema existente.

The co-operators, inspired by Robert Owen, added to this self-assertive, instinct of oppressed but energetic people a high ideal of communal life, a tenderness for vested rights, a conception of social service and social welfare wide enough to include honest citizens of all ranks. Nevertheless, whether we examine into the petty attempts and unnoticed failure of the early co-operators, or whether we watch the great sustained effort of the modern co-operative movement, it will be borne in upon us that co-operators have succeeded or have failed exactly in so far as they have accepted or denied the principles, possessed or lacked the qualities, essential to all forms of democratic self-government.³³ (WEBB, 1891, p. 39).

O cooperativismo atuante, por ser um modelo de ajuda mútua, traz inúmeras vantagens para quem participa e para a sociedade em geral, pois vincula seus objetivos a atividades sociais e humanitárias sendo voltada para o eixo solidário e direcionada à promoção da vida humana, incluindo as ações de conscientização em todos os planos.

A sociedade de forma geral teve o legado originado na Inglaterra em 1844, que além de criar e estabelecer uma organização que funciona e é constituída legalmente como uma “sociedade econômica”, foi pensada e atua primordialmente como uma “sociedade de pessoas”, contrapondo a lógica do sistema econômico brasileiro e ainda mobilizou as pessoas criando condições de aumento do poder de compras, promovendo a melhoria das condições de vida.

³³ N.A. - Tradução de Dias, Luís F. P. - Os cooperadores, inspirados por Robert Owen, acrescentaram neste instinto auto-assertivo de um povo oprimido mas vigoroso, um ideal de vida comunitária, uma sensibilidade por direitos adquiridos, na concepção de serviço social e de bem-estar social amplo o suficiente para incluir os cidadãos honestos de todos os escalões. Não obstante, caso examinarmos dentro das tentativas mesquinhas e das despercebidas falhas iniciais dos cooperadores, ou caso assistirmos o grande esforço sustentado do movimento cooperativo moderno, isto vai ser custeado entre nós cooperadores que tiveram sucesso ou falharam exatamente naquilo, na medida em que tenham aceitado ou negado os princípios, possuindo ou não as qualidades essenciais para todas as formas de um autogoverno democrático.

Além desse legado, é de ressaltar a forma visionária como foi criada a organização, que executava os objetivos propostos respondendo aos anseios e necessidades dos seus associados e isto a fortificava. Mas pensando num processo de continuidade e expansão do sistema, eles investiram em educação, destinando parte dos excedentes na instituição de um fundo educacional, que foi responsável pelo surgimento de uma biblioteca disponibilizada para o uso coletivo e mantida até hoje como um dos valores do cooperativismo.

Uma cooperativa normalmente é fundada por um grupo de pessoas que tem necessidades comuns, para cuja satisfação se empenha em atuar, agindo em comum e de maneira orgânica. Este empenho deve ser particularmente forte quando se refere a uma parte da vida e da atividade cotidiana. Em muitas cooperativas agrícolas ou de pesca o vínculo dos associados com a cooperativa é forte, porque essa é a garantia efetiva de trabalho e renda para as pessoas, além de ser com frequência também uma importante instância de abastecimento de bens e de serviços. Para poder sobreviver de forma decente e digna, as pessoas se unem em torno de um empreendimento coletivo. (SCHNEIDER, 2007, p. 76).

Tem-se ainda que, a partir dos pensadores, os organismos de controle do sistema cooperativismo foi sendo estudado, aperfeiçoado e organizado, buscando a própria expansão. Após configurado, o modelo foi difundido, originalmente pelo cooperativismo de consumo, posteriormente nos vários ramos.

Essa disseminação aconteceu conforme as necessidades das pessoas e da cultura de região e, ainda, segundo as condições impostas pela modernidade e pela sociedade, visando a sua própria sobrevivência enquanto sistema, procurando não perder a essência na forma de atuação, o que demonstra uma fragilidade, pois para se manter deve se adequar ao sistema econômico, operando enquanto empresa comercial, conforme citado por Schneider (1981).

Em outras palavras, na medida em que a organização cooperativa se expande enquanto empresa e consolida sua sobrevivência em meio a uma ordem essencialmente competitiva, ela tende a se descaracterizar como cooperativa, portanto inviabiliza um dos princípios básicos que a definem como tal. (SCHNEIDER, 1981, p. 32).

Para Schneider, pois as cooperativas crescem utilizando a mesma lógica da globalização, expandindo ou incorporando outras unidades, ampliando sua área de atuação ou de produção, com isso estão cada vez mais próximas do sistema mercantil e assim mais distantes dos seus cooperados.

Na visão do sistema econômico, as cooperativas são agentes inovadores e principalmente estabilizadores nas relações sociais e econômicas, o

que pode parecer um paradoxo, mas acabam por exercer um papel “regulador” tanto no sistema de produção, como no de preços praticados, pois envolvem nas suas fileiras todos os agentes na dinâmica do mercado.

Desta forma, fica evidenciado que o processo ocorrido na dinâmica e evolução do cooperativismo e dos agentes envolvidos, provocou mudanças no meio e na natureza onde atuaram. A partir de outra concepção eles, nas suas relações pessoais e sociais, por meio do sistema da ajuda-mútua, buscaram executar suas atividades produtivas, proporcionando à sociedade conhecer uma opção coletiva de organização, que possui valores e princípios eficazes, diferentes dos praticados na estrutura econômica global.

3 O PROCESSO ASSOCIATIVISTA NA UEL E A SUA DINÂMICA

No desenrolar desta seção busca-se descrever como aconteceu a dinâmica da mobilização e como ocorreu o envolvimento das pessoas no processo da idealização e criação da cooperativa, que só poderia ser feita com a participação daqueles que internalizaram a filosofia e os objetivos de uma ação coletiva para minimizar os efeitos danosos da economia vigente no país que penalizava, principalmente, os menos favorecidos.

As pessoas que participaram da organização contam que o fato motivador era propiciar a manutenção básica dos servidores, pois o período era muito difícil, os salários eram considerados baixos³⁴, não estavam conseguindo suprir as necessidades dos servidores. A divulgação da cooperativa veio pelo órgão oficial de notícias da própria universidade, o Boletim Notícia da UEL.

Driblar a inflação e baratear o consumo. Este é o objetivo imediato da nova associação da UEL, criada no último dia 16. (CRIADA..., 1988, p. 2).

Quando o grupo começou a trabalhar na perspectiva de organizar uma cooperativa, alguns fatos foram apreciados, como se depreende dos depoimentos³⁵:

Surgiu com o intuito de beneficiar os cooperados, para que tivessem bens de consumo de primeira necessidade, a preços baixos, com qualidade e facilidade na coleta dos produtos solicitados, o grande viés que se apresentava como objetivo era o de baratear os produtos necessários através de um pensamento muito simples, comprar numa escala maior e a oferta seria através de um preço menor. (R9).

Ao mesmo tempo, o órgão de informações da UEL argumentava:

[...] ela pretende intermediar compras, para conseguir melhores preços no mercado, evitando os “atravessadores” e, conseqüentemente, baratear o custo de uma cesta básica com produtos alimentícios e de limpeza. (CRIADA..., 1988, p. 2).

³⁴ N.A. – Para exemplificar, podemos ver a justificativa relatada por (R11): *“Dada à necessidade de baratear os custos dos produtos da cesta básica. Os baixos salários praticados pelo estado à época”*.

³⁵ N.A. - Os relatos e depoimentos dos participantes da pesquisa estão transcritos no trabalho, na forma de citação, com recuo, em itálico (como forma de facilitar a leitura diferenciando das demais citações independente do número de linhas) e registrado com a indicação da letra “R” de resposta e um número atribuído de acordo com a ordem de recebimento dos questionários variando de 1 a 46, sendo que algumas questões não foram respondidas.

Destaca-se que havia contatos com outras instituições, que estavam buscando a mesma forma de organização e, pelas informações que tinham à época, o sistema seria vantajoso:

Através do conhecimento de outras associações já existentes e de conhecimento de algumas pessoas e do desejo de propiciar benefícios aos servidores da UEL, pela diferença de preço que poderia ser conseguido, adquirindo-se os produtos da lista de compras, diretamente com os atacadistas e distribuidores. (R12).

Dessa forma, o caminho apresentado no grupo foi viável. O problema estava em como desenvolver um modelo de operacionalização e encaminhar o processo de implantação, conforme o depoimento de um dos associados.

Inicialmente, pela iniciativa de alguns servidores da UEL, surgiu a ideia de se constituir um grupo voluntário de trabalho de servidores com o objetivo de elaborar uma lista básica de produtos alimentícios e de higiene; fazer pesquisa de preços no mercado atacadista, fazer a compra e a entrega dos produtos, e processar o desconto em folha de pagamento, no sentido de ajudar os servidores mais carentes, por conta dos altos índices inflacionários que vigorava na época e que “corroíam” os salários. A proposta de compras no atacado garantia um menor preço pelo volume de aquisição ao mesmo tempo em que mantinha o preço estável até o pagamento, pelo servidor interessado. (R8).

O modelo começa a ser indicado pelos participantes, conforme constatado no relato, em que um modelo de compras com base em uma lista de produtos básicos de gênero alimentício e de higiene, e também em grupo e numa ação de forma voluntária, apontando o caminho construído. Nesta seção passaremos à sua descrição.

3.1 O ESTUDO DA DINÂMICA DO PROCESSO ASSOCIATIVISTA

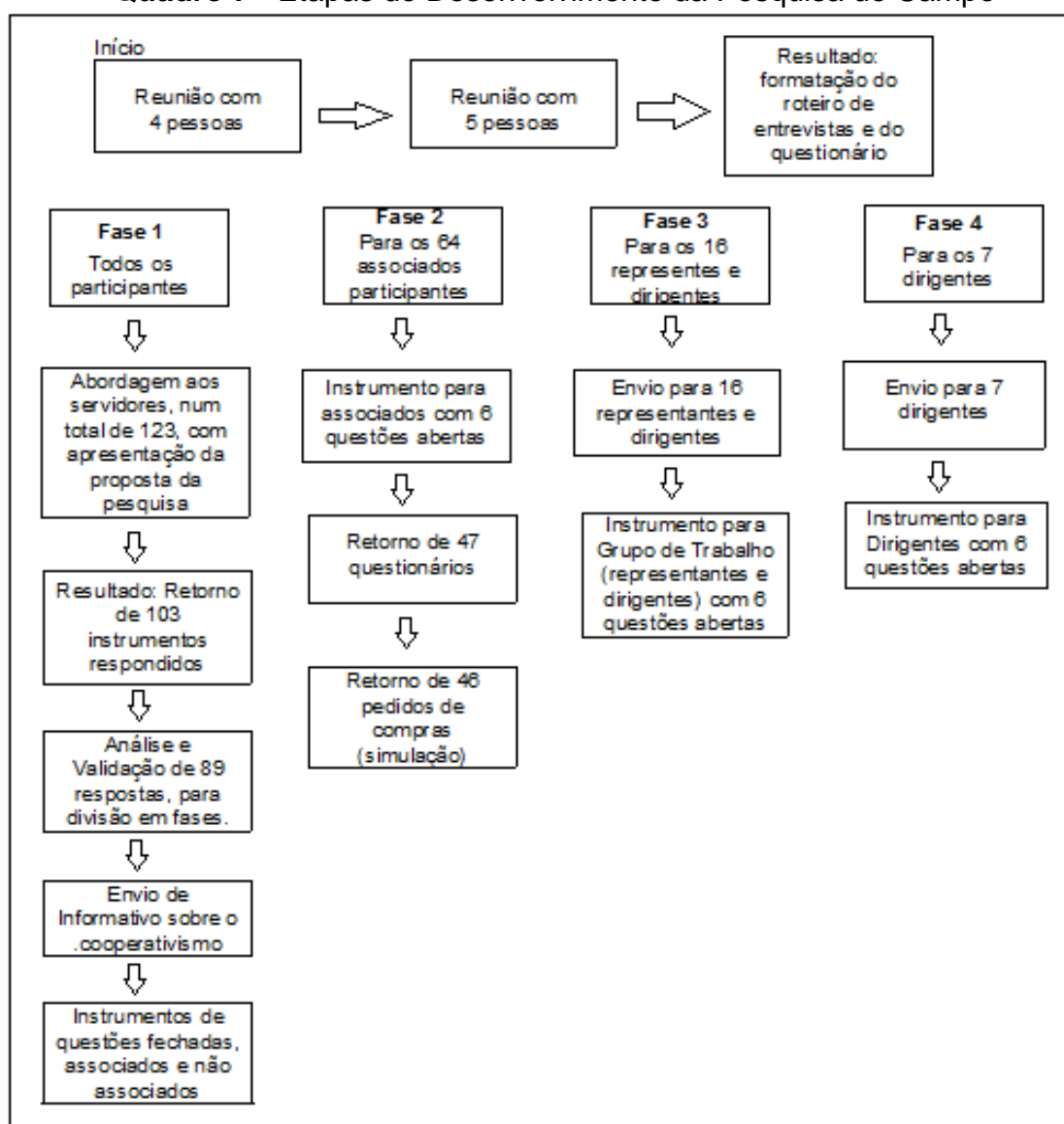
A dinâmica do estudo³⁶ seguiu um roteiro demonstrado no quadro 7 e assim seguiu: antes de iniciar o trabalho de campo, foram organizadas e realizadas duas reuniões: uma com quatro e outra com cinco pessoas, que participaram do processo inicial da cooperativa, objetivando relembrar, localizar e

³⁶ N.A. - O desenvolvimento ocorreu com uma fase inicial de questões fechadas, envolvendo servidores, associados ou não, na fase 2 foram aplicadas somente a servidores associados, na fase 3 dirigidas aos associados que participaram como representantes e diretores, e na fase 4 somente para os diretores, sendo que nas fases 2, 3 e 4, o questionário era composto de 6 questões cada e respondida de forma livre e aberta.

coletar material buscando construir um base de informações, que instruiu a análise documental e auxiliou na formatação do roteiro das entrevistas (Apêndice A).

A partir do instrumento definido, as entrevistas foram realizadas, ocorrendo o preenchimento do instrumento por parte do entrevistado. Essa coleta foi trabalhada como uma avaliação geral primária, tendo como meta atingir um número de 100 servidores (atuais e aposentados). Para isto foram consultadas e abordadas 123 pessoas. Após uma sequência de tentativas de consultas, em que era apresentada a proposta do desenvolvimento da pesquisa, seus objetivos e suas etapas, deixando as pessoas avaliarem com liberdade, permitindo a sua participação ou não, obteve-se 103 instrumentos respondidos.

Quadro 7 - Etapas do Desenvolvimento da Pesquisa de Campo



Elaboração: Dias, Luís F. P.

Fonte: Informações da Pesquisa

Com o resultado em mãos, passamos a validar os instrumentos, com um critério: cruzar uma das questões com o material documental coletado, a listagem dos associados que havia sido recuperada, objetivando ter disponíveis as informações de forma mais precisa possível. Ao realizarmos esta checagem, identificamos 89 aplicações validadas e o descarte de 14 instrumentos que, por falha na resposta ou lapso da memória, não puderam ser devidamente aproveitados.

Com estes números assim definidos, passamos então a executar a base inicial do processo de análise dando sequência aos trabalhos, obtendo o resultado, que passamos a discorrer.

Na análise com questões que avaliaram o cooperativismo de forma geral, os participantes apresentaram visões positivas acerca do tema (Quadro 8), e os dados são apresentados a seguir.

Quadro 8 - Respostas sobre os aspectos gerais do cooperativismo

Você conhece o sistema cooperativista?
84% conhecem o sistema cooperativista, sem definir ou ser questionado de que forma ou quanto.
Você conhece Robert Owen?
80% não sabem ou conhecem a figura de Robert Owen, considerado o pai do cooperativismo.
Você conhece os princípios e virtudes do cooperativismo?
71% conhecem ou tem noções dos princípios e das virtudes do cooperativismo.
Você acredita no sistema cooperativo?
96% declaram que acreditam no sistema cooperativo.

Elaboração: Dias, Luís F.P

Fonte: Informação da Pesquisa

Conforme o quadro 8, a ampla maioria dos participantes declarou que conhece e acredita no sistema, sendo que um percentual de 71% afirmou que conhece os princípios e virtudes do cooperativismo, porém um a questão nos chamou a atenção: 80% não ouviram falar de Robert Owen, que é considerado o pai do cooperativismo, sendo uma citação sempre indicada em qualquer curso, em estudos ou uma orientação formal sobre o sistema cooperativo, seus princípios e virtudes. Tal fato aponta que a maioria não participou de estudos do sistema e o seu conhecimento deve-se pelo “ver” ou “ouvir” sobre uma cooperativa, portanto um conhecimento popular.

Na continuidade da análise, questionado sobre a Cooperativa na UEL, se tiveram conhecimento e como aconteceu, no quadro 9 constam as contribuições para o trabalho.

Quadro 9 – Como foi a divulgação da cooperativa na UEL

Como você teve conhecimento da cooperativa da UEL?
11% responderam que não conheceram.
89% responderam que tiveram conhecimento.
42% participaram de reunião de grupos.
39% tiveram conhecimento por intermédio de seus colegas de trabalho.
8% viram por meio de divulgação e panfletos.

Elaboração: Dias, Luís F. P.

Fonte: Informação da Pesquisa

Na questão sobre ter se associado ou não, o resultado das entrevistas apontou que 72% se associaram e 28% não tiveram o interesse, necessidade ou não conheceram.

Segmentando as respostas para análise e trabalhando nas respostas do grupo que não se associou, constatou-se que apesar de 76% declararem que não conhecem ou sabem do sistema cooperativista, uma expressiva maioria (84%) declarou que acredita no sistema na sua forma geral, mostrando a importância do cooperativismo no meio social e como instrumento de desenvolvimento pela sua credibilidade, dentro do senso comum.

Dos participantes da pesquisa que não se associaram, 8% responderam que participaram de reuniões, mas as suas condições não permitiram ou algum outro membro da família se associou, 8% colocaram que ainda eram solteiros ou sozinhos, 36% afirmaram que não tiveram vontade ou necessidade de se associar, mas apenas 4% declararam que não acreditaram na cooperativa.

Vejamos que isso também foi registrado pelo informativo da UEL, conforme relatado por um diretor da cooperativa, quando perguntado sobre o quantitativo de associados:

Ele explica que o número é bom, embora pareça pequeno ante o fato de que a UEL, têm mais de 4 mil servidores. “Existem muitos casais que trabalham aqui, dos quais, obviamente, só um cônjuge é sócio. E muitos sócios fazem compras em nome de outros servidores, que preferem não se associar para não ter que pagar a taxa de inscrição”. (ORELHA..., 1991, p. 5).

Este relato expõe uma informação importante, pois demonstra que o objetivo era de “ajuda mútua” e não de arrecadação com as “taxas”. Como o modelo era de compras em grupo e com listagem antecipada, este casos de pessoas comprando para um grupo de famílias, também interessava, pois aumentava o quantitativo de produtos a ser comprado.

Isto também deixa muito claro que a expansão da ideia transformada em projeto e depois desenvolvida, foi muito dinâmica e atingiu todos os espaços na sua área de abrangência, sustentando a lógica da participação das pessoas.

Um dado interessante para a resposta dada sobre o processo de dissolução, em que 46% tem a percepção e clareza de que o fato ocorreu por causa do surgimento de outras opções.

Partiu-se para analisar o grupo dos associados, que foi definido para participar da segunda etapa. Nas questões que avaliaram os dados na forma geral, o quadro 10 detalha os resultados.

Quadro 10 - Aspectos gerais do cooperativismo pelos associados

Você conhece o sistema cooperativista?	87,5% conhecem o sistema cooperativista, sem definir de que forma ou quanto.
Você conhece Robert Owen?	78% não sabem ou conhecem a figura de Robert Owen, considerado o pai do cooperativismo.
Você conhece os princípios e virtudes do cooperativismo?	76,6% conhecem ou tem noções dos princípios e as virtudes do cooperativismo.
Você acredita no sistema cooperativo?	100% acreditam no sistema cooperativo.

Elaboração: Dias, Luís F. P.

Fonte: Informação da Pesquisa

A variação, em comparação com os dados no geral, não é significativa, até mesmo no grupo que participou da mobilização e se associou à cooperativa, que declarou acreditar no cooperativismo, mas quase um quarto deles ainda não conheciam as virtudes e princípios, isto sem contar que esta resposta sobre o tema é dita por pessoas que vivenciaram, ou seja, este número era ainda maior quando ocorreu o processo, isto a mais de duas décadas atrás.

A questão sobre o “conhecer Robert Owen”, foi para verificar se havia ou não a ocorrência de dinâmicas ou cursos sobre cooperativismo, ficando

evidenciando que não aconteceu, mas, contrasta com o percentual de 76% que tem noções dos princípios e virtudes, o que demonstra um senso comum sobre o tema.

No grupo participante da pesquisa, dos que foram associados, os dados do quadro 11 explicitam as respostas apresentadas.

Quadro 11 – Como ocorreu o conhecimento da cooperativa pelo associado

Como você teve conhecimento da cooperativa da UEL?
55% até participaram de reunião de grupos.
38% tiveram conhecimento por intermédio de seus colegas de trabalho.
7% souberam por meio de divulgação e panfletos.

Elaboração: Dias, Luís F. P.

Fonte: Informação da Pesquisa

Nestes resultados percebemos que a setorização por locais de trabalho e as reuniões repercutiram no desenvolvimento e na expansão do projeto cooperativa, em que 92% conheceram e entenderam a dinâmica e foram envolvidos por este método participativo e aberto.

Ao pesquisar sobre a região da cidade em que residia no ano de 1988, buscando visualizar uma distribuição geo-espacial por moradias, obtivemos os dados constantes na tabela 13, e no mapa 3.

Tabela 13 – Local de moradia dos associados da Servicoop por região em 1988.

Região	% de Associados
Centro	48,3%
Oeste	26,6%
Leste	7,8%
Sul	4,7%
Norte	6,3%
Outras Localidades	6,3%

Elaboração: Dias, Luís F.P

Fonte: Informação da Pesquisa.

O trabalho de pesquisa documental proporcionou, por meio da análise dos relatórios e de registros disponíveis, apurar e listar o número de 947 associados com os seus códigos de cooperados, de um total de 1038 possíveis, isto em decorrência do procedimento que era adotado, pois quando o associado pedia

demissão (por qualquer motivo), era retirado do registro que se emitia a listagem de sócios ativos e foi exatamente esta listagem que foi pesquisada³⁷.

No levantamento produzido, a partir da análise dos endereços dos associados da cooperativa – 947 associados - e dos servidores da UEL, constante do sistema de folha de pagamento do ano de 1988, - em que foram registrados 3.935 servidores -, foi efetuado um detalhamento e demonstrados os dados na tabela 14, visualizada no mapa 3, sendo eles: o local de residência dos servidores e dos associados por região da cidade de Londrina e demais localidades.

Tabela 14 – Local de moradia em 2014 dos servidores e dos cooperados por região

Região -	% Servidores da UEL 1988	% Cooperados
Centro	31,54%	32,21%
Oeste	21,86%	22,49%
Leste	14,21%	12,78%
Sul	12,40%	14,15%
Norte	9,28%	7,71%
Outras Localidades	10,72%	10,66%

Elaboração: Dias, Luís F. P.

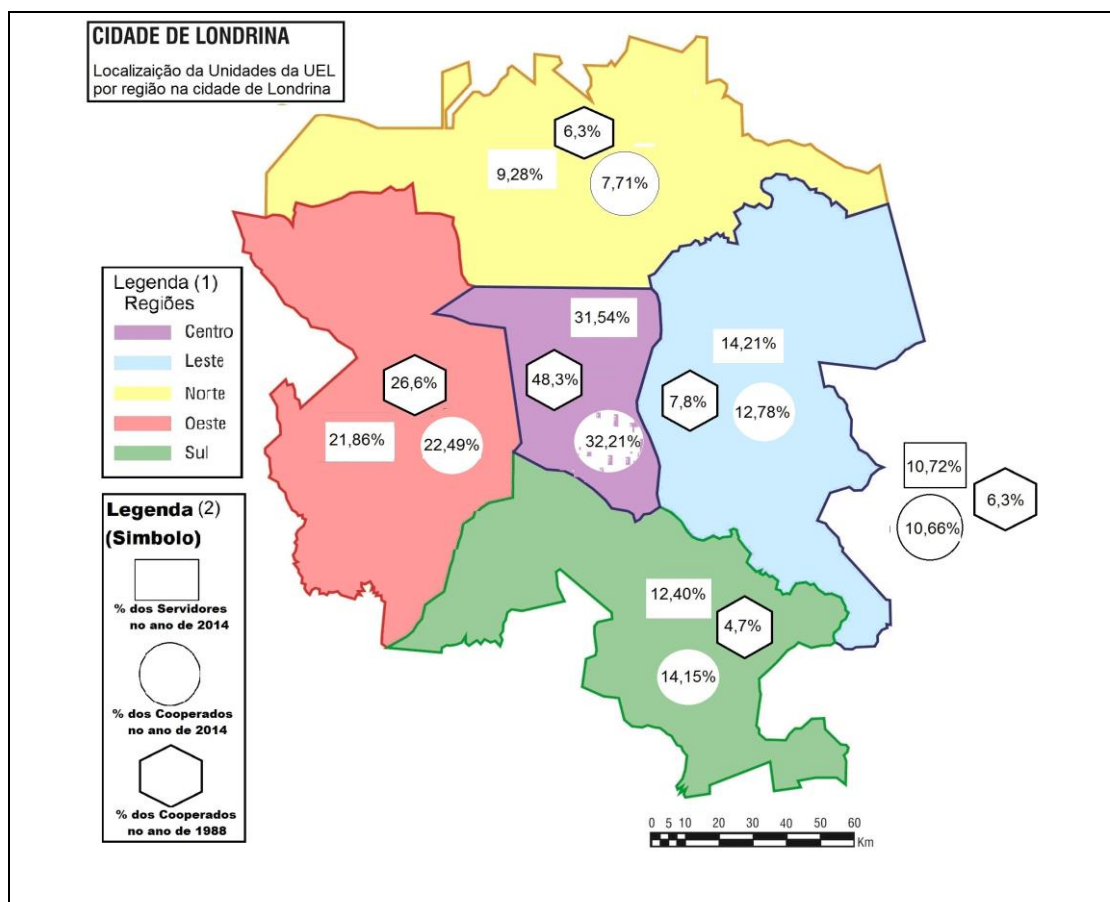
Fonte: Informações da Pesquisa - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA /Prorh

Verifica-se uma proporcionalidade equânime na distribuição percentual por local de moradia entre o quadro geral de servidores e o quadro de associados da Cooperativa, que pode ser resultante da forma como foi o processo de criação e expansão, com uma ação setorizada por locais de trabalho, atingindo a todos.

Para uma melhor visualização da localização das moradias demonstrando sua distribuição por região na cidade de Londrina, apresentamos o mapa 3.

³⁷ N.A. – Não identificamos maiores detalhes, pois se trata da pesquisa sobre uma organização que deixou de existir a quase 20 anos e os seus arquivos foram extraviados, possivelmente quando ocorreu o processo de transferência da sua sede para utilização por parte da UEL.

Mapa 3 – Localização das moradias dos cooperados e servidores por região



Elaboração: Dias, Luís F. P.

Fonte: Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Londrina - IPPUL (2014)

Interessante é perceber uma movimentação de percentual na localização de moradias dos cooperados, pois no ano de 1988 havia uma concentração de 75% nas regiões centro e oeste, - lembrando que a UEL se localiza na região oeste. Em 2014 passou a ter a soma de 55%, no caso da região central ocorreu uma redução de 48% para 32%, demonstrando um deslocamento das pessoas principalmente para a região sul, que antes era 4,7% e agora são 14%, observando que nesse período aconteceu uma expansão imobiliária na região sul da cidade de Londrina.

Partindo do cruzamento dos nomes componentes da listagem disponível com o número de 947 associados e do sistema folha de pagamento da UEL, com o registro de 3.935 servidores no ano de 1988, foram apontados alguns dados conforme a distribuição efetuada nas tabelas 16, 18 e 19.

A tabela 15 demonstra que apesar de na UEL a composição de servidores ser em sua maioria de servidores homens, com o levantamento foi

possível verificar que no caso dos associados da cooperativa a questão se invertia, sendo que as mulheres formavam a maioria do quadro de cooperados, o que leva a pensar que elas sentiam mais a situação de manutenção na compra dos alimentos ou eram as responsáveis por este quesito nos seus lares.

Tabela 15 – Distribuição dos associados da cooperativa e dos servidores da UEL, por gênero

Gênero	Cooperativa	UEL- 1988
Mulheres	54,17%	47,65%
Homens	45,83%	52,35%

Elaboração: Dias, Luís F. P.

Fonte: Informações da Pesquisa – UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA /Prorh

Para efeitos de comparação com o sistema cooperativo brasileiro – tabela 16 -, verificando a questão de composição das cooperativas por gênero, temos que a cooperativa dos servidores tem um grande contraste com o percentual de distribuição do sistema brasileiro. Enquanto a média do Brasil e do sul do Brasil as cooperadas mulheres perfazem 27%, na Cooperativa da UEL esse quadro atingiu 54%, sendo que no período elas somavam 47% do total de servidores da UEL.

Tabela 16 – Cooperados do sistema Brasileiro, base 2010, por gênero

Gênero	Brasil	Região Sul do Br
Mulheres	27,6%	27,0%
Homens	72,4%	73,0%

Elaboração: Dias, Luís F. P.

Fonte: Organização das Cooperativas Brasileiras (2014a, p. 29)

Outro parâmetro que foi conferido na análise refere-se a distribuição dos sócios nas suas categorias de trabalho junto a UEL, podendo-se verificar na tabela 17 a distribuição dos percentuais de técnicos e docentes, que é compatível com a dos associados na cooperativa, isto porque não temos como precisar a variação da relação familiar existente (marido, mulher, irmãos e parentes).

Tabela 17 - Distribuição dos associados da cooperativa e dos servidores da UEL, por categoria

Servidores	Cooperativa	UEL – 1988
Técnicos	73,28%	80,64%
Docentes	26,72%	19,36%

Elaboração: Dias, Luís F. P.

Fonte: Informações da Pesquisa – UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA /Prorh

Numa outra perspectiva de análise dos dados, foi possível construir uma distribuição das faixas etárias, tomando-se como base a idade, no ano de 1988, (Tabela 18), mostrando a representatividade da faixa dos 21 aos 40 anos demonstra um quadro associativo relativamente novo, proporcionalmente ao quadro de servidores da UEL.

Tabela 18 - Distribuição dos associados da cooperativa e dos servidores da UEL, por faixa etária, com base no ano 1988

Faixa Etária	Cooperativa	UEL – 1988
Até 20 anos	1,37%	2,34%
21 a 30 anos	28,09%	29,35%
31 a 40 anos	42,55%	37,99%
41 a 50 anos	22,18%	20,76%
51 a 60 anos	5,39%	7,58%
Acima de 60 anos	0,42%	1,98%

Elaboração: Dias, Luís F. P.

Fonte: Informações da Pesquisa – UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA /Prorh

Após o término do levantamento das entrevistas³⁸, houve uma separação, preparando a segunda fase da coleta de dados que foi iniciada com o envio de um informativo sobre o sistema cooperativo (Apêndice B), a todos que participaram da entrevista de forma geral.

Na sequência, após o retorno da confirmação de leitura do material enviado como informativo sobre o cooperativismo (Apêndice B), foi desenvolvida a coleta da segunda fase com a abordagem dirigida para 64(sessenta e quatro) participantes que se declararam associados e que constavam da listagem extraída dos arquivos, aplicando um questionário (Apêndice C) com 6(seis) questões em

³⁸ N.A. – A primeira fase foi desenvolvida por meio de entrevista com um roteiro em forma de questionário com questões fechadas e anotações explicativas.

aberto, em que a orientação foi para responder com a máxima clareza, e preenchimento de uma simulação do pedido de compras numa planilha previamente disponibilizada.

No questionário desta fase, as perguntas foram direcionadas aos associados, buscando informações sobre o funcionamento, a organização, a construção e a percepção sobre a possibilidade de retomada do processo hoje.

O retorno dos questionários, no prazo previsto, foi de 47 respostas validadas, que passaram a ser tabuladas e analisadas.

Para a terceira fase de coleta de dados, por meio do segundo questionário (Apêndice D), com um grupo mais restrito, foram selecionados 16(dezesseis) participantes – pessoas que declararam ter participado como representante ou dirigente da cooperativa. Todos responderam a 6(seis) questões abertas, de forma livre e espontânea, orientados mais uma vez para serem claros e com o máximo de detalhe possível.

Neste questionário as questões foram mais direcionadas às pessoas que mobilizaram e participaram na dinamização da cooperativa, envolvendo a forma de representação, a participação nas reuniões, a montagem e divulgação do processo e puderam fornecer uma descrição mais efetiva do funcionamento.

A quarta e última fase da coleta de dados ocorreu por meio do terceiro questionário (Apêndice E), com um grupo de 7(sete) pessoas participantes – pessoas que declararam ter sido dirigentes da cooperativa. Todos responderam a 6(seis) questões abertas, finalizando a pesquisa empírica.

No questionário da quarta fase, o direcionamento foi mais específico aos que dirigiram a cooperativa, abordando as formas de realizar as pesquisas de preços e o processo de compras, a montagem do preço final e a definição das listas básicas.

No retorno do material, as questões aplicadas, independente do grupo que respondeu, foram analisadas numa perspectiva ampliada e reagrupadas de acordo com a abordagem e o foco nas necessidades do trabalho, direcionando e visando encontrar as respostas das indagações lançadas nos objetivos da pesquisa, nas análises e nos resultados. Apresentamos os tópicos a seguir, de acordo com o roteiro que disponibilizamos no quadro 12:

Quadro 12 - Roteiro para análise dos resultados da pesquisa³⁹

<p>I – Analisar como foi a constituição e o processo da criação Descrever como surgiu efetivamente a SERVICOOOP. Como foi definida a lista básica de produtos da SERVICOOOP. O trabalho de divulgação e ampliação dos sócios após a criação da SERVICOOOP.</p>
<p>II – Analisar a participação e organização das pessoas Como era o trabalho de representante de setores de trabalho na SERVICOOOP. Como era a participação nas reuniões ou assembleia da SERVICOOOP. Você lembra como foi o processo de construção do prédio da SERVICOOOP?</p>
<p>III – Analisar o funcionamento da cooperativa Descrevendo como funcionava a SERVICOOOP. Como era o trabalho de distribuição e coleta das listas de compras dos associados. Após a coleta das listas de compras dos associados como era para formação dos lotes. Como eram realizadas as compras junto aos fornecedores. Como eram realizadas as pesquisas de preços junto aos mercados Como era formado o preço final dos produtos na SERVICOOOP. Como era a distribuição e entrega das compras aos sábados na SERVICOOOP: Quais os locais utilizados para o armazenamento e a distribuição dos produtos. Como era o transporte das compras na SERVICOOOP, se havia entrega em domicílio. O que era feito com os produtos não retirados.</p>
<p>IV – Analisar o sentimento da existência da organização Acredita, que da mesma forma, hoje seria possível constituir e funcionar de novo?</p>
<p>V – Promovendo uma simulação do processo de compras: Preenchimento do pedido de compra, com os mesmos itens oferecidos pela SERVICOOOP, porém utilizando como base a necessidade atual de cada família. Cotação em três mercados de diferentes regiões, utilizando os mesmos locais que as cotações eram realizadas pela cooperativa.</p>
<p>VI – Considerações sobre o processo de transformação ocorrido: Análise dos relatos e fatos ocorridos no período em que foi associado à SERVICOOOP.</p>

Elaboração: Dias, Luís F. P.

Fonte: Informação da Pesquisa

O roteiro descrito foi construído e executado como forma de recuperar todas as informações para entender a dinâmica do processo associativista realizado na UEL.

³⁹ N.A. - Os relatos e depoimentos estão em forma de citação, com recuo e em itálico.

3.2 A GÊNESE E A CONSTITUIÇÃO⁴⁰ DA SERVICOOOP

A Cooperativa de Consumo dos Servidores da UEL, segundo (R4)., surgiu: “*de um grande sonho de um grupo de amigos comprometidos e preocupados com os menos favorecidos*”, podendo afirmar que se transformou em uma realidade e existiu com grande intensidade num determinado tempo.

Vivia-se um período turbulento, o cenário nacional era de instabilidade econômica e financeira, com hiperinflação, remarcação de preços, e para a manutenção, mesmo que parcial do poder aquisitivo dos salários, existia um gatilho salarial de 20%. Estamos nos referindo ao ano de 1987, período de uma efervescência social, em que muitas pessoas – servidores da UEL - tinham participação efetiva nos sindicatos dos professores – SINDIPROL - dos servidores administrativos – SAAEL - e dos servidores da saúde - SINSAÚDE -, e atuantes nos grupos de origem cristã, alguns ligados às pastorais da igreja católica e, ainda, outros ligados às ações comunitárias, pois:

O estado tem uma política perfeitamente definida e não abriu mão de sua negativa em pagar este aumento, porque como disse o governador, ele não concorda com este aumento. Além do Estado não ter recursos, este aumento traria uma grande disparidade como em todo o funcionalismo estadual. Esta questão foi um ponto definido já antes da greve e não depois... Assim, o Estado vai pagar os gatilhos de 20 por cento e não tem condições de pagar mais nada. (SECRETÁRIO..., 1987, p. 5).

Neste cenário, tem-se as reuniões, discussões e o surgimento das ações para auxiliar o coletivo a superar as dificuldades como relatam os entrevistados, de acordo com os relatos a seguir:

No final da década de 80, quando eu ainda era diretor do SAAEL e coordenador da pastoral operária da arquidiocese de Londrina, numa época em que se discutia muito em associações de moradores e comunidades de bases a criação de feiras comunitárias, feira de produtores e cooperativa em nível de estado. (R6).

Através de reuniões sindicais, ainda com a participação de alguns associados em movimentos sociais ligados as igrejas cristãs. (R2).

A maioria deles ou de nós, tínhamos um trabalho voluntário na comunidade naquela época, em movimentos de igreja e sociais. (R4).

Neste período, a UEL estava passando por um sério problema para dialogar com o Estado para a manutenção dos pagamentos salariais, com a

⁴⁰ N.A. - A descrição da constituição da Cooperativa foi desenvolvida com a combinação de respostas das questões das Fases 2, 3 e 4.

ocorrência de paralisações e greves, conforme se evidencia nos noticiários da imprensa.

A possibilidade de uma nova paralisação na Universidade Estadual de Londrina só existe como justificativa de atuação do Comando de Greve. Esta é a opinião do Secretário de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior. (SECRETÁRIO..., 1987, p.5).

Apesar disto, o Secretário entende que a decisão de retornar às atividades após 43 dias de greve não tem relação nenhuma com qualquer tipo de acerto ou acordo com o Estado. Eles voltaram às aulas porque houve um entendimento entre a administração da universidade e seus servidores. Não houve participação nenhuma do Estado com relação a esta volta. (SECRETÁRIO não acredita que UEL volte à greve. 1987, p.5).

Assim, as relações conflituosas com o Governo do Estado provocaram as ações relatadas a seguir:

A Cooperativa surgiu da consolidação de uma Ação Entre Amigos para a compra de gêneros de 1ª necessidade para os servidores da UEL. Ao final da 1ª greve de professores e servidores técnico-administrativos da UEL, algumas lideranças do movimento avaliaram a necessidade da existência de uma cooperativa para enfrentar a truculência do governo estadual da época, que deixou de repassar os salários devidos no final do mês, como forma de pressão para que os servidores (principalmente os de menor renda) retornassem ao trabalho. (R11).

Neste momento, um grupo de pessoas começou a sentir a necessidade de uma organização que pudesse apoiar e minimizar os reflexos do que estava ocorrendo aos servidores da UEL, com a dificuldade de sua manutenção pessoal e familiar.

As duas semanas seguintes à suspensão do pagamento, exigiu do Comando de Greve e do Sindicato dos Professores de Londrina (SINDIPROL) uma ação desgastante para a coleta de gêneros de 1ª necessidade aos servidores de menor renda (que não dispunham de cheque especial ou cartão de crédito) para fazer frente às despesas comprometidas com o pagamento não recebido, principalmente com alimentação. Por outro lado, o mutirão formado para arrecadar fundos e gêneros alimentícios para os companheiros menos favorecidos, independentemente de ideologia ou partido político, fez com que os grevistas fortalecessem sua convicção da legitimidade do movimento, respaldando o Comando de Greve, para continuar a luta por melhores salários e condições de trabalho. (R11).

Tal fato foi motivo para o debate, após uma das greves, com a ameaça de suspensão do pagamento dos salários dos servidores e segundo (R5): “Veio com o advento de uma greve onde fazíamos coleta para ajudar os mais necessitados”, tendo inclusive ocorrido um processo de busca de alternativas, para o atendimento de alguns dos servidores menos favorecidos, como o relato a seguir:

Vivenciando a experiência na minha própria casa, onde meu pai era daqueles que andava quilômetros pesquisando preços mais baratos de arroz, feijão óleo etc. E onde encontrava comprava logo uma quantidade boa para evitar um pouco aquela inflação penosa que era na virada dos meses. Foi então nesta época que me despertou o desejo de se criar uma cooperativa de consumo na UEL. Levei a ideia para dentro do sindicato e começamos a discutir as possibilidades de implantação com alguns companheiros. (R6).

Quando isto aconteceu, alguns membros do sindicato foram encarregados de estudar o formato ou os meios que poderiam ser desenvolvidos para o assunto colocado. Iniciou-se então o debate, de forma interna sobre a temática da constituição de uma cooperativa:

Inicia-se com conversas paralelas e também a preocupação de alguns líderes em melhorar a qualidade de vida dos funcionários, com a crescente alta de preços e inflação, salário baixo, acredito eu que motivou a alavancar a cooperativa. (R7).

O grupo fomentou a ideia, inclusive para difundir para outros campos, pois além do problema de manutenção da condição básica alimentar, ou seja, o consumo, alguns chegaram a pensar no acesso à habitação e até no custeio pessoal que seria o crédito. Outro associado, assim se referiu as discussões iniciais:

Levei esta discussão para o SINDIPROL onde tive de pronto a simpatia dos professores, que já queriam discutir também uma cooperativa habitacional na UEL e juntamente com alguns companheiros do SAAEL, formamos um grupo que se reunia à noite no SAAEL no Ed. Autolon. Começamos a discutir e a organizar todas estas ideias.(R6).

Neste período, o grupo de sindicalistas chegou a definir uma proposta de instalação de uma cooperativa, fazendo contatos com várias entidades e órgãos, inclusive com representações institucionais, tendo até um esboço de projeto arquitetônico prevendo uma construção de sede para as futuras instalações da organização.

Estes fatos estão materializados nos ofícios enviados ao então Secretário Especial do Ensino Superior, Ciência e Tecnologia do Paraná e também ao Senado Federal, datados de 29 de outubro de 1987 (Anexo A), solicitando a colaboração e a possibilidade de conseguir recursos para tornar realidade a Cooperativa, anexando e apresentando um projeto arquitetônico da “COOPESUEL”, um orçamento do material, indicando que 40% do custo seria de mão de obra e informava que o mesmo aconteceria em regime de mutirão.

Já em outro ofício da mesma data endereçado à Assembleia Legislativa do Paraná, fazia agradecimento citando a discussão e o projeto da “Cooperativa dos Servidores da UEL - COOPESUEL”, indicando que era idealizada por servidores da UEL, apontando o grande valor social e os beneficiários ou seja os servidores e seus familiares. Também constava, em anexo, a cópia do projeto arquitetônico e o orçamento da obra.

Em abril de 1988, o grupo que encabeçava a questão do projeto para construção, recebeu o ofício 425/88 da SEET (Anexo B), informando que havia encaminhado a solicitação recebida para análise da Secretaria do Trabalho e Ação Social e que a resposta era de impossibilidade de atender a demanda, conforme o ofício 226/88-CDC (Anexo C), datado de 25 de março de 1988.

Paralelamente, outras discussões eram realizadas:

Algumas lideranças formadoras de opinião no âmbito da UEL, lançaram a ideia de constituir um grupo cooperativo no âmbito da UEL, composto por servidores da UEL (docente e técnico) com a finalidade de realizar aquisição de produtos alimentícios e correlatos por atacado para consumo próprio. (R13).

O grupo começou a ser ampliado, isto já em 1988, e as reuniões, foram se tornando mais abrangentes, até que com uma formatação básica começou-se a elaboração do estatuto.

Nos relatos, anotações e registros que consolidam estas informações, vimos que no esboço dos estatutos discutido nos debates, constava a “Cooperativa de Consumo dos Servidores da Universidade Estadual de Londrina Ltda. – COOPSUEL”, mostrando o processo de discussão e de debate que ocorria, pois já apresentavam alterações, a exemplo da sigla a ser adotada e que estava aberta para a consulta e propositura dos membros participantes.

Demonstrando o procedimento adotado pelo grupo, de reuniões e de debates, resultando em outro ofício, dirigido novamente ao Secretário do Ensino Superior, datado de 29 de fevereiro de 1988, relata que “se encontra em andamento o projeto de criação da Associação Pró-Cooperativa”, o que apresenta nova mudança, produto claro do processo ocorrido, pois há uma alteração de cooperativa para associação⁴¹.

⁴¹N.A. – Segundo a Organização das Cooperativas Brasileiras (1998b, p. 11 - 19) - SDR/Denacoop, entende-se que: ambas são sociedade de pessoas, com objetivos comuns, sem fins lucrativos, as decisões são em assembleia e cada pessoa vale um voto, mas a **cooperativa** tem capital social

No decorrer das discussões sobre as normas e funcionamento surgiram as propostas para seu início. Para isso seria mais adequado o formato de uma associação e não uma cooperativa, pela praticidade e até pelo custo de implantação e manutenção, tendo sido aprovada e constituída, surgindo a Associação Pró-Cooperativa de Consumo dos Servidores da Universidade Estadual de Londrina, com a finalidade de:

Art. 2 [...] atender aos associados, através da aquisição em grupo, de mercadorias de primeira necessidade ou que tenham aceitação geral, nas melhores condições de qualidade e de preço, [...] Paragrafo único: a Associação não terá fins lucrativos, e deverá tornar possível a geração de condições para a criação da Cooperativa de Consumo dos Servidores da UEL. (ASSOCIAÇÃO PRÓ-COOPERATIVA DE CONSUMO DOS SERVIDORES DA UEL, 1988b, p.3v).

A associação iniciou suas atividades com a devida aprovação numa reunião ocorrida às 18 horas do dia 16 de setembro de 1988, no auditório do Centro de Ciências Biológicas - CCB, conforme consta da ata de constituição (Anexo D), que assim diz:

Aos 16(dezesseis) dias do mês de setembro do ano de um mil novecentos e oitenta e oito, às dezoito horas, no auditório do Centro de Ciências Biológicas, [...]com o objetivo de constituir uma associação pró-cooperativa, [...]com os objetivos de atender aos associados através da aquisição, em grupo, de mercadorias de primeira necessidade ou que tenham aceitação geral, nas melhores condições de preço, livrando-os do comércio intermediarista. (ASSOCIAÇÃO PRÓ-COOPERATIVA DE CONSUMO DOS SERVIDORES DA UEL, 1988a, p. 1).

No Estatuto Social (Anexo E) da Associação pró-cooperativa de Consumo dos Servidores da UEL (1988b, p. 10v) consta o Artigo 54; “Os cargos efetivos ou de nomeação não terão remuneração a qualquer título” e, ainda, o Artigo 2, parágrafo único, que define a finalidade não lucrativa da associação. Diferentemente das condições propostas pela Cooperativa, permitia até o pagamento aos diretores, porém essa foi uma situação que não aconteceu.

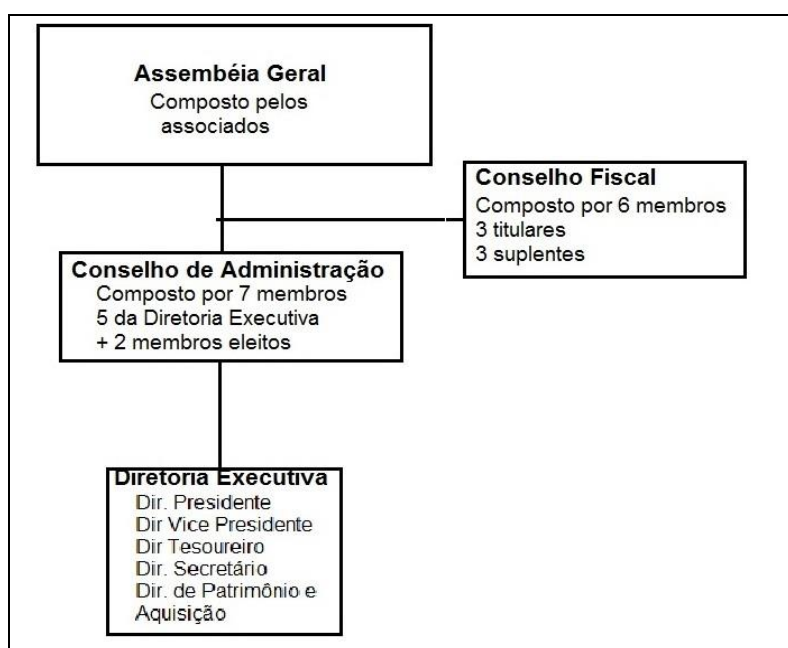
Somente os membros da Diretoria Executiva, que forem colocados a disposição da Cooperativa pela Universidade Estadual de Londrina, sem ônus para esta, farão jus a honorários mensais, que serão equivalentes a remuneração, que percebiam na instituição. (COOPERATIVA DE

formado por quotas-partes, com a finalidade de desenvolver atividade comercial de forma plena, seus dirigentes podem receber pró-labore e os seus resultados são divididos de acordo com a movimentação de cada associado, e a **associação** não possui capital social e tem finalidade de representar e promover, podendo ter atividade comercial se for seu objetivo, seus dirigentes não podem receber pró-labore e os seus resultados são aplicados na própria associação para a consecução dos objetivos.

CONSUMO DOS SERVIDORES DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA LTDA – “SERVICOOP”, 1989, p. 9).

Na definição dos Estatutos da Associação, bem como nos Estatutos da Cooperativa (Anexo G), a estrutura e forma da administração são semelhantes, constando como órgão máximo a Assembleia Geral, que elege os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal. Para execução dos trabalhos é eleita uma Diretoria Executiva, conforme demonstra a figura 4.

Figura 4 – Organograma funcional da cooperativa



Elaboração: Dias, Luís F. P.

Fonte: Estatutos da Cooperativa (Anexo G)

O trabalho da constituição dependia em atingir os possíveis associados, pois a UEL em 1988, contava nos seus quadros com quase 4.000 servidores entre técnicos e docentes. As pessoas que faziam parte do grupo tinham a expectativa de atingir um quadro em torno de 400 associados inicialmente, diante das dificuldades momentâneas de local para armazenagem e de capital financeiro. O informativo da UEL apresentava a organização recém-implantada:

[...] a cooperativa dos funcionários, uma ideia que surgiu no ano passado e que agora começa a ser experimentada nos moldes de uma associação. A expectativa da diretoria eleita em assembleia de fundação é que dentro de um ano seja possível à operacionalização da cooperativa. Para isso a associação vai procurar criar um capital de giro, cujo investimento possibilite a criação da cooperativa. (CRIADA..., 1988, p. 2).

Iniciou-se então o processo de organização e funcionamento, sendo que após um período de trabalho, de muitas consultas e reuniões, veio a surgir de forma consensual o nome **SERVICOOP** entre tantas outras denominações apresentadas. Numa assembleia, atingindo o ápice da concretude da ideia, ou sonho inicial, ocorrida no auditório do Centro de Ciências Biológicas - CCB, no final da tarde de 28 de agosto de 1989, com a participação de 36 pessoas, era constituída a Cooperativa de Consumo dos Servidores da UEL – **SERVICOOP** - conforme a Ata de Constituição e Estatuto, registrado na JUCEPAR sob nº 414.0000201.2 em 20/10/1989. Tendo sido indicada como fato importante, assim ficou registrado na ata do Conselho de Administração da UEL:

[...] que se registrasse o quão importante e útil é a implantação da cooperativa dos servidores da UEL que acaba de ser criada. (UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA, 1988a, p. 61v).

O trabalho, ao que parecia para o grupo, estava apenas começando, porque eles precisavam buscar como executar, por em prática a ideia, pois

[...] é um primeiro passo para a criação da cooperativa dos funcionários, uma ideia que surgiu no ano passado e que agora começa a ser experimentada nos moldes de uma associação. (CRIADA...,1988, p. 2).

Segundo um dos entrevistados, a concretização da cooperativa teve as seguinte etapas:

Pela ideia de um grupo de servidores que se reuniram e discutiram, montando uma proposta e um estatuto. Foram convidadas pessoas de todos os setores para participarem e divulgarem nas unidades da UEL, convidando os servidores para se associarem. Após este trabalho foi feita uma assembleia de constituição da cooperativa. (R10).

Precisava-se ampliar o grupo e ao mesmo tempo apresentar algo mais palpável para materializar o projeto. Foi então que começou-se a discutir as normas, procedimentos e estatutos para a constituição, surgindo um grande problema do capital inicial:

O capital inicial necessário para a formação do primeiro estoque foi obtido através da aquisição de cotas da cooperativa, que dava o direito dos servidores se associarem, e também mediante a doação voluntária de servidores da UEL, o capital de giro para as compras posteriores era obtido com base na arrecadação das vendas do mês anterior. (R8).

Os associados participantes passaram a expor o tema e a buscar novos participantes, solicitando também ajuda, indo a outras instituições e verificar como elas funcionavam, pesquisando quais seriam as formas mais viáveis para

organizar as pessoas, inclusive as que estavam chegando ao grupo. Como em todo o projeto alguns aceitavam e outros não:

Abracei logo de começo pela importância do trabalho coletivo visando reduzir os custos da cesta básica de todos os servidores. É interessante relatar que no início havia alguma resistência de alguns funcionários em aderir à SERVICOOOP, porém, quando os colegas, já associados, contavam o valor que pagavam pelas mercadorias, aqueles, até então resistentes em pagar a taxa de adesão, mudavam de ideia e se tornavam também associados. (R1).

O relato demonstra o envolvimento, o voluntariado e a forma coletiva com que eram realizados os trabalhos para o surgimento da organização.

3.3 AÇÃO DE ESTRUTURAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DA SERVICOOOP

Para analisar o envolvimento e a aceitação dos servidores na proposta que estava apresentada quanto a criação de uma cooperativa de consumo, apresentamos o levantamento executado na pesquisa, coletada de forma direta e com respostas fechadas, em que se questionou os motivos da participação na cooperativa. Foi permitida a múltipla resposta (Quadro 13), devendo-se então levar em consideração, como base de cálculo, o número de participantes e o número de respostas em cada item:

Quadro 13 – Motivos que levaram a participação dos associados

O que o levou a se associar na Cooperativa da UEL?
86% pela economia e vantagem financeira apresentada na proposta.
59% por querer participar de um projeto de caráter solidário.
59% por acreditar no sistema cooperativista.
36% porque acreditavam nas pessoas que apresentavam o projeto.

Elaboração: Dias, Luís F. P.

Fonte: Informação da Pesquisa

As motivações declaradas pelas pessoas envolvidas são direcionadas para atender as necessidades dos participantes, apontando que o sistema seria alternativo.

O debate sobre a ideia, ou melhor, sobre o projeto cooperativa entrou numa fase de aceitação e, neste caso concreto, as pessoas teriam que se envolver pois seriam atores na associação, enquanto cooperados. Assim relata um dos entrevistados:

Foi assim que esta ideia se espalhou por toda a UEL, e não foi difícil conquistar a simpatia e confiança a esta proposta porque o discurso era bem simples, se você vai a um mercado fazer uma compra você paga um preço, se fizer 200 ou 300 compras consegue um preço bem melhor, além do que em grandes quantidades as compras podem ser feitas diretamente das fábricas melhorando ainda mais os preços. (R6).

As explicações e o convite para se associar tiveram que ser no corpo a corpo e com a justificativa já adotada pelo grupo: se nós juntarmos uma grande quantidade, o preço será inevitavelmente melhor e assim todos sairiam ganhando, como se visualiza a seguir:

Como se adquiriria grande quantidade de produtos a cooperativa garantiria aos seus associados preços de produtos inferiores aos praticados no mercado. A ideia ganhou corpo e aceitação no âmbito da UEL, haja vista os benefícios que os associados obteriam, sendo instituída e constituída a SERVICOOOP, composta por servidores da UEL, que a ela se associavam de livre e espontânea vontade. As deliberações da SERVICOOOP ocorriam por reuniões e assembleias. (R13).

Há que se observar que havia um outro mecanismo utilizado por servidores da UEL, mas não tão abrangente quanto uma cooperativa:

Naquela época aqueles servidores que eram filiados à APUEL faziam suas compras através de requisições de compra junto ao Supermercado Viscardi que tinha convênio com a APUEL. Mas não eram todos os servidores que eram associados e tinham grandes problemas para fazer o rancho⁴² todos os meses, além do que a inflação era muito grande e a solução para adequar toda essa situação foi a criação da cooperativa, que tinha o lema de comprar mais barato e fornecer com menor preço do que o supermercado. (R15).

Para que a organização se consolidasse foi desenvolvido um trabalho de setorização, dividindo o grupo inicial com a responsabilidade de visitar e reunir em pequenos grupos em todas as unidades da UEL, pois, “para isto precisava levar esta ideia e fazer um grande trabalho de convencimento entre os funcionários e professores na UEL, e isto foi feito!”, começando pela clínica odontológica. (R6).

E assim, ocorreu:

Após sua implementação e dos seus rápidos resultados positivos em relação aos objetivos propostos houve grande adesão dos funcionários da UEL à SERVICOOOP. Notícias e notas sobre a Cooperativa eram divulgadas pelo Boletim da UEL. (R16).

A definição dos produtos componentes da cesta básica, ou seja, a lista de produtos que seriam ofertados ocorreu de forma consultiva, participativa e aberta:

⁴² N.A. – Na linguagem popular, rancho é comida, daí a “hora do rancho”.

Foram realizadas consultas entre os associados/interessados sobre quais os produtos de maior interesse (R5).; e

Pesquisa junto aos associados para ver a realidade das compras dos mesmos. (R6).

Houve nas primeiras reuniões do grupo inicial de organização da cooperativa a sugestão de ampliação do grupo, assim com a sua viabilização apareceu a sugestão de que cada participante pudesse elaborar a sua lista de itens de compras com a orientação de que fossem produtos não perecíveis e básicos, para alimentação, higiene e limpeza:

Produtos de primeira e segunda linha mais consumidos; produtos não perecíveis e com valor de compra nas condições dos associados. (R1).

Com o retorno dessas indicações, houve uma avaliação das várias indicações e conseguiu-se gerar uma lista prévia:

Através de uma pesquisa prévia entre todos os cooperados. A lista definitiva contemplava os itens de principal interesse da maioria dos associados. (R2).

Com esta lista prévia, os organizadores foram divididos e responsabilizados a realizar pequenas reuniões nos centros e nas unidades, abrindo o processo de orientação e de consulta:

Foi feita uma pesquisa junto aos associados sobre os produtos que cada um gostaria que compusesse a lista definitiva e depois casadas as informações, para a composição da lista básica. O pedidos que mais repetiram fizeram parte da lista básica. (R3).

As consultas tinham o objetivo de verificar a aceitação e as possíveis alterações dos produtos, permitindo sugerir ajustes nas marcas e nas medidas, em alguns casos abrindo para mais de uma opção, com a indicação que haveria uma avaliação final e decisiva para o fechamento.

Inicialmente foi elaborada uma lista com vários itens, a título de sugestão, para avaliação dos cooperados. Posteriormente a lista foi sendo ajustada conforme as sugestões dos cooperados, até se chegar a uma versão final. Ao longo do tempo ocorreram alterações na lista, tanto por solicitação dos cooperados, quanto por adequações às ofertas dos produtos pelos fornecedores atacadistas e/ou fabricantes. (R4).

E assim ocorreu, após o retorno das primeiras reuniões setoriais, inclusive com a formalização de representantes setoriais, que vieram participar desta etapa juntos, mais uma vez num processo aberto, houve a definição da listagem de produtos.

Ao longo da existência aconteceram mais dois momentos de alterações e adaptações na lista de itens oferecidos, que também ocorreram pela necessidade dos próprios associados e participantes do processo, numa decisão do coletivo:

Através de reuniões setoriais, com pesquisa de opinião de pessoas interessadas e, em seguida, numa reunião geral conjunta, com a participação de representantes dos diversos setores da UEL. (R7).

Para exemplificar o trabalho e novamente mostrar o envolvimento nas discussões, a ideia original era de apresentar uma lista com aproximadamente 40 itens de produtos e, no processo, a lista básica que foi indicada pelo grupo para consulta juntos aos locais/setores de trabalho, partiu 47 produtos, e, no final, para o início dos trabalhos foi aprovada e listada uma planilha com 72 itens, que eram compostos de 70 produtos encontrados no mercado, dois eram de produtos domo-sanitários⁴³ que eram produzidos na própria UEL: o alvejante e o amaciante em embalagens de 5 litros.

Em 1990, após a construção da sede própria, com melhores condições de armazenar, a planilha foi alterada novamente com a inclusão de novos itens totalizando 96 produtos, (Anexo K), e em 1993 houve mais um acréscimo na lista de oferta de produtos, passando para 106 itens como relatado no Notícia UEL, “quanto mais gente comprar, menores serão os preços e maiores as chances de se aumentar as listas de itens [...] devendo passar para 96 dentro de alguns dias”. (PREÇOS..., 1990, p. 6)

O processo de divulgação e ampliação dos sócios foi desenvolvido de forma setorial, com visitas e reuniões em todas as áreas e unidades da UEL, mas também com informações em boletins e mensagens e segundo (R15): “*Divulgação através de cartaz. E por mensagem no holerite*”.

A divulgação ocorreu de boca em boca, através de colegas de trabalho que comentavam sobre a criação da SERVICOOB, que na verdade foi a consolidação da proposta que já vinha sendo posta em prática, inicialmente, de modo informal e outra forma de divulgação foi através de reportagens publicadas no jornal oficial da UEL (Boletim Notícia da UEL). Os servidores interessados preenchiam uma ficha de filiação que ficava a disposição nas secretarias dos centros e diretorias, com os representantes, e depois eram enviadas para a diretoria da SERVICOOB. (R8).

⁴³ N.A. – produtos saneantes destinados à higienização, desinfecção ou desinfestação, neste caso eram produzidos pelo LPM da UEL em embalagem de 5 litros.

Na fase inicial, logo após a assembleia de constituição, os membros indicados como representantes das unidades/setores da UEL, com base nas cópias do estatuto conversavam com os colegas de trabalho e explicavam como seria o funcionamento.

Foi um trabalho de esclarecimento junto aos servidores (docentes e técnicos) em reuniões, visando esclarecer a importância da cooperativa, especialmente na questão dos preços dos produtos a serem adquiridos. A adesão foi muito grande. (R1).

Trabalho fundamental, além de ter alguns associados ligados ao movimento sindical e com compromissos sociais, os resultados palpáveis das primeiras compras demonstraram a viabilidade. (R2).

O argumento maior era a economia de preço, mas muitos diziam que se para associar tivessem que trabalhar seria um impedimento, sempre colocando a falta de tempo para ajuda nos dias de entrega das mercadorias. (R14).

Na assembleia de criação, houve um indicativo de “abrir” um prazo até o dia 30 de setembro para que os servidores pudessem se associar, nas mesmas condições dos presentes, e que após essa data o quadro de associado seria fechado até uma próxima avaliação. Assim,

Para fazer parte da associação os servidores – professores ou funcionários – devem procurar os representantes nos setores (ver quadro), preencher uma ficha de inscrição e pagar uma taxa [...]. Isto até o dia 30, pois após esta data a associação “fecha” seu número de associados para ver como funcionará na prática a sua proposta. Em novembro será discutida a abertura para novos associados. (CRIADA..., 1988, p. 2).

Foi aprovado a data de 30(trinta) de setembro como prazo máximo para finalização na associação, sendo que após esta data ficam suspensas as inscrições, que somente serão reabertas após a avaliação que será feita em assembleia a se realizar no mês de novembro próximo vindouro. (ASSOCIAÇÃO PRÓ-COOPERATIVA DE CONSUMO DOS SERVIDORES DA UEL, 1988a, p.2).

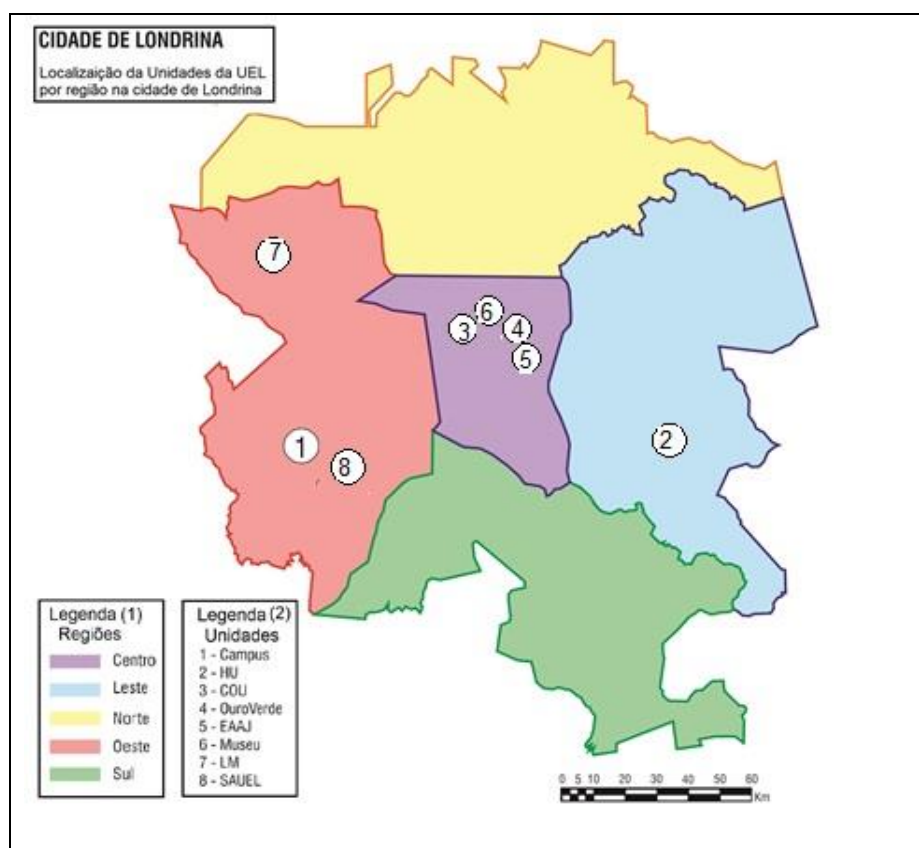
Foi estabelecido um prazo para que muitos se associassem pelo valor da quota atribuída aos cotistas fundadores da cooperativa. Depois desse prazo, os novos associados pagariam o valor ajustado (bem maior) do que o valor inicial. (R3).

O trabalho ocorreu de forma bem estruturada, pois no dia 19, três dias depois, já havia 180 sócios, (conforme consta da matéria CRIADA Associação Para Baratear Compra no Boletim Notícia da UEL, nº 464) e totalizaram 499 associados no prazo estabelecido, superando as expectativas iniciais.

3.4 A PARTICIPAÇÃO⁴⁴ NA MOBILIZAÇÃO DOS ASSOCIADOS

Para analisar a participação dos servidores da UEL, envolvidos na mobilização para a constituição da cooperativa e sua implementação, foi necessária a segmentação conforme ocorreram as ações dos grupos de trabalho. Desenvolveu-se uma setorização (a UEL é composta pelo Campus e demais unidades espalhadas pela cidade de Londrina, mapa 4, legenda 2), com representantes e cada um utilizou uma forma de atuação, era a democracia dos debates e reuniões, com as decisões colegiadas e o trabalho em prol da realização e da construção da sede própria.

Mapa 4 – Localização da UEL e suas unidades nas regiões de Londrina



Elaboração: Dias, Luís F. P.

Fonte: Instituto de Pesquisa E Planejamento Urbano de Londrina - IPPUL (2014)

Ao verificarmos o mapa 4 temos a distribuição geográfica das unidades da UEL, estando localizadas em três regiões da cidade: região oeste, região centro e região leste, o que demonstra que a Universidade tem uma ampla

⁴⁴ N.A. - A participação foi analisada com a combinação de respostas das questões das Fases 2 e 3 da pesquisa.

área de relacionamento local, em termos de espaço ocupado, com a cidade de Londrina.

3.5 REPRESENTAÇÃO E SETORIZAÇÃO DOS ASSOCIADOS

Ao verificarmos o desenvolvimento da Associação/Cooperativa, encontramos um elemento agregador que fluía e agia entre os dirigentes e os associados, que eram os representantes dos locais/setores de trabalho e não aparecem na organização formal, não constam da Ata e nem dos Estatutos.

Porém existiam e atuavam como um verdadeiro elo que sustentava o processo de ida e retorno das informações entre diretoria e associados, grupo de fundamental importância para a dinâmica que foi criada. No início eram 13 pessoas, chegando ao total de 19, contemplando todas as áreas e unidades da UEL, que visualizamos nos mapas 4 e 5.

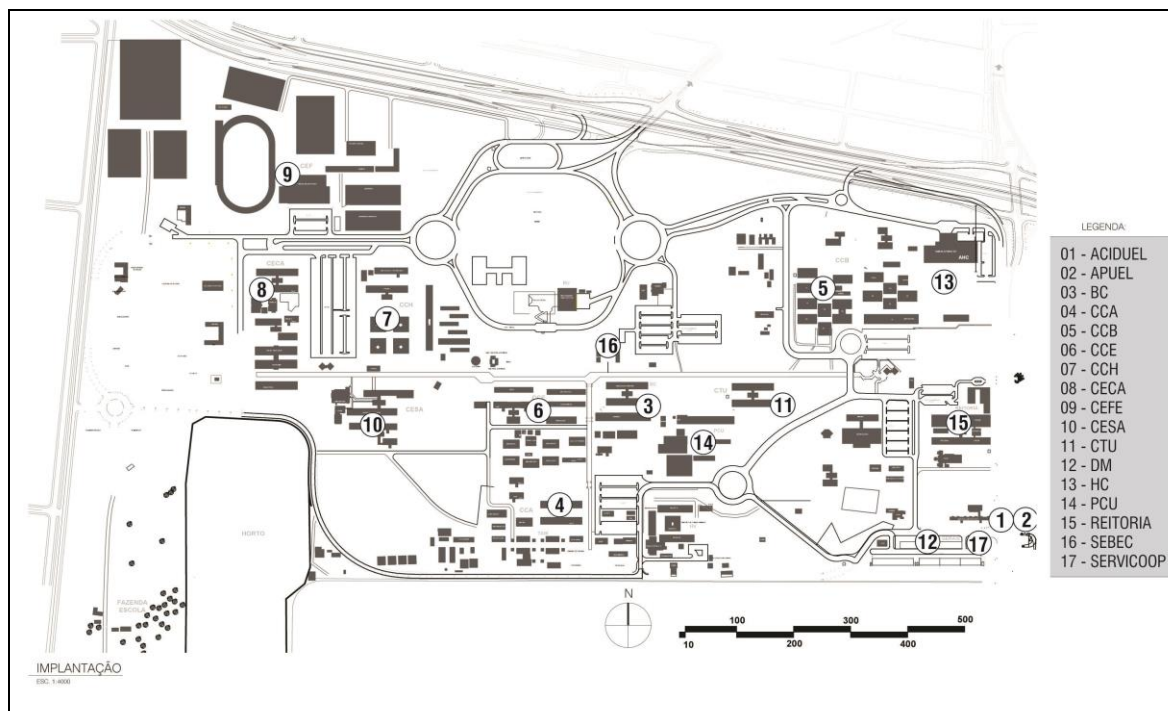
O esquema vai funcionar da seguinte forma: os representantes da associação nos diversos setores do campus e do Hospital Universitário apresentarão uma lista de cerca de 40 itens entre produtos de alimentação e limpeza para os servidores associados, que irão escolher o que comprar e em que quantidade, o representante manda as listas para a diretoria. (CRIADA Associação Para Baratear Compras. 1988, nº 464, p. 2).

Os representantes setoriais contribuíram efetivamente para o sucesso da organização, pois eram os interlocutores nos seus locais de trabalho:

Nosso trabalho era o de fazer a ponte de ligação entre a diretoria da SERVICOOOP e os associados. Entregávamos a lista de compras, recolhíamos e depois enviávamos, via malote, para os responsáveis pela pesquisa de preços e compra. Também fazíamos a escala para participar do trabalho de entrega das compras. (R1).

Os Centros de Estudos e as antigas Coordenadorias tinham representantes da SERVICOOOP, que faziam o elo de ligação entre a cooperativa e os servidores da UEL. A indicação, na maioria das vezes, era informal, com base na liderança e interesse de alguns servidores em ajudar a Cooperativa. (R8).

Mapa 5 – Localização dos setores no Campus da UEL



Fonte: Universidade Estadual de Londrina (2014b)

As pessoas indicadas pelos próprios colegas, ou mesmo que se ofereciam para esta atividade, executavam de forma colaborativa, mas com muita responsabilidade e tinham a consciência do papel que executavam e da sua importância. Algumas “falas” melhor explicam a ação desses representantes:

O representante era o elo direto com a cooperativa, participava das reuniões e procurava viabilizar a entrega dos pedidos de compra, repassar os avisos necessários. (R14).

O principal trabalho era o de distribuir com antecedência as listas aos demais associados e depois coletá-los para fazer a totalização dos pedidos, com os quantitativos de cada item listado. Também cabia aos representantes a indicação e convocação dos associados de cada Centro/setor para a tarefa de organizar a coleta e entrega das compras para o mês seguinte. (R3).

Primeiramente era muito corrido, pois tínhamos prazo para a entrega das listas, mas independente disso os associados colaboram bem. (R7).

Os representantes contribuíam com a distribuição e recebimento das listas de compras, bem como com o auxílio na convocação dos associados para trabalharem no dia da entrega das compras. (R10).

Considerada como a maior dificuldade enfrentada pelos representantes, conforme relatos, a convocação e obtenção de voluntários para os sábados, nas entregas das compras, também se mostrava com motivo para a

dificuldade na angariação de associados, que relutavam com esse encaminhamento por parte da associação/cooperativa, como noticiou o órgão oficial da UEL:

Muitas vezes os funcionários relutam em se associar porque precisam oferecer um dia de serviço de cooperação e “assim acaba perdendo a oportunidade de comprar mais em conta. (COOPERATIVA..., 1991, p. 4).

Veja-se a seguir, os relatos de outras atividades realizadas pelos representantes:

Importante porque além de apelar para a filiação de novos associados, ainda distribuía, recolhia e encaminhava as listas de compra à centralização. (R2).

O representante explicava como era o funcionamento da associação, procurando estimular a vinculação de novos interessados. (R12).

Pelo que recordo estes representantes auxiliavam na veiculação de informações da SERVICOOOP aos associados, assim como, recebiam reivindicações dos associados para serem discutidos no âmbito da SERVICOOOP. Parece que eles também auxiliavam distribuição e coleta das listas de compras. (R13).

Nada difícil: distribuir, recolher e encaminhar as listas de compras; comunicar dia e local da entrega etc. (R16).

Portanto, fica evidenciado que os associados que ocuparam as funções de representantes setoriais, exerciam outras atividades, sempre com o objetivo de difundir as ações da associação/cooperativa.

3.6 OS ASSOCIADOS E AS REUNIÕES

O processo e a dinâmica dos trabalhos passavam por discussões e reuniões, entre os diretores, entre os representantes e num espaço maior sempre chamando e abrindo a participação para os que estivessem interessados em opinar e aderir ao trabalho:

Discutíamos os trabalhos a serem executados e quem os faria. (R5).

As reuniões eram bem produtivas, com o acatamento das nossas sugestões. (R7).

As reuniões de diretoria tinham, normalmente, a participação efetiva de seus diretores, porém nas assembleias a participação era moderada. (R10).

Tínhamos uma diretoria constituída e a maioria das tomadas de decisões era feita por esta diretoria. Também lembro pouco de ter participado de reuniões. (R11).

Participava das reuniões da Diretoria, para tomarmos as decisões em conjunto. (R12).

Para demonstrar o modelo que estava em vigor, temos na constituição da Associação Pró-Cooperativa, comissões de trabalho, cada uma com uma responsabilidade e com liberdade para buscar associados interessados em colaborar com a SERVICOOOP:

Foi aprovado para funcionamento da Associação, a estruturação das seguintes comissões de trabalho, coordenadas pelo Conselho de Administração: Comissão de Pesquisa de Preços – responsável pela pesquisa dos preços de mercados: Comissão de Compras – responsável pela tomada de preços e aquisição: Comissão de Distribuição – responsável pela distribuição dos lotes de produtos adquiridos: Comissão de Controle de Pedidos – responsável pela coordenação e coleta dos pedidos para formação do lote para aquisição: Comissão de Controle de Dados – responsável pela coordenação dos dados de aquisição e controles da Associação e Comissão de Sede e Projeto – responsável pelos encaminhamentos de arrecadação de recursos para a construção e estruturação da sede. (ASSOCIAÇÃO PRÓ-COOPERATIVA DE CONSUMO DOS SERVIDORES DA UEL, 1988a, p. 1v).

As comissões de associados, com atividades específicas, assim como os representantes setoriais, eram colaboradores do sistema de suma importância no funcionamento, auxiliando diretamente a diretoria e o conselho de administração, mas não constavam dos estatutos.

Por meio dessas reuniões as modificações eram realizadas, seja para melhorar as ações da organização, seja para agregar associados:

As reuniões deliberativas contavam sempre com a participação dos representantes. Nessas reuniões eram avaliadas as ações ocorridas na última entrega para melhorar a eficiência dos serviços. Eram removidos itens de gêneros em que a competitividade da Cooperativa era reduzida, acrescentados outros por solicitação dos associados e traçadas as estratégias gerais para arregimentar mais sócios e estruturar a Cooperativa. (R3).

Com um processo de características democráticas e de livre participação, em que constantemente era oportunizada a participação, também havia, em vários momentos, uma participação por conveniência, ou somente daqueles que realmente se motivavam. Serra (1986, p. 24) alertava para “a ausência de associados na vida da cooperativa fere a essência do sistema,” como se segue:

A participação dos associados nas reuniões / assembleias era pequena, a maioria só queria se beneficiar dos preços baixos das mercadorias, não havia comprometimento. A diretoria participava em sua grande maioria, pois eram lembrados constantemente pelos seus pares dos dias de reuniões. (R4).

Embora fosse possível a participação de todos os servidores cooperados nas assembleias, o comparecimento infelizmente era de poucas pessoas, comparativamente ao total de cooperados. (R15).

Porém, temos que ressaltar que havia pessoas de boa vontade, participando ativamente e de forma clara a contribuir com o processo; conforme os relatos coletados:

Eu procurava participar de todas as reuniões marcadas, nas assembleias participavam aqueles que mais colaboravam, os associados nem sempre compareciam. (R14).

Particpei de algumas reuniões durante o processo de criação e implantação da SERVICOOOP. Nelas, os presentes discutiam os assuntos da pauta e davam o encaminhamento segundo o consenso da maioria. (R16).

Nos registros verificados, constam anotações sobre uma reunião no Centro de Ciências Biológicas, às 16 horas e trinta minutos do dia 30 de setembro de 1988, contando com a presença de diretores e representantes, em que foram tratados assuntos relativos a coleta e registro das fichas de inscrições, na qual foi informado o problema de que muitos servidores não tinham o dinheiro para a inscrição e, por a solicitação, foi aprovada uma prorrogação das inscrições até o dia 03 de outubro.

Foi solicitado nesta reunião que os diretores deveriam relacionar os seus bens e entregá-los na secretaria, a comissão de obras expôs o detalhamento do projeto de construção, inclusive apontando ajustes para baratear o processo construtivo. Foi informado também que estavam em busca de outras fontes de recursos. Outro ponto em debate foi sobre o rol de produtos oferecidos: com a lista distribuída aos representantes, obteve-se então a lista definitiva. E, por fim, resolveu-se criar uma comissão de transporte, pois muitos associados argumentavam que não tinham como transportar as mercadorias. O grupo da comissão de transporte ficou encarregado solicitar à reitoria a cessão de caminhão para ajudar na solução do problema.

O edital de convocação da assembleia geral da associação (Anexo H), datado de 14 de fevereiro de 1989, convocando para o dia 24, apontava como ordem do dia: prestação de contas de 1988, criação da cooperativa, construção da sede, compras no período de construção, entrega de compras, novos sócios, contratação de funcionário e outros assuntos de interesse geral.

Na ata da assembleia de 24 de fevereiro de 1989, consta uma prestação de contas, com o parecer do Conselho Fiscal (Anexo N), em que mostrava uma receita total, em 1988, de Cz\$ 25.159.128,73 e uma despesa para o período de Cz\$ 23.028.732,56, obtendo uma sobra de Cz\$ 2.130.396,17 e mais um estoque de Cz\$ 867.932,66 ⁴⁵. O Conselho Fiscal recomendou que fosse autorizada a absorção, pela Associação, das perdas de mercadorias decorrentes de manuseio ou transporte até um máximo de 1%(um por cento) do valor global das mercadorias adquiridas e indicou a aprovação das contas, por não acusar nenhuma irregularidade.

Também ficou registrado que a associação seria transformada em cooperativa tão logo a documentação estivesse disponível, (Anexo L). A contratação de um funcionário seria encaminhada e as escalas de trabalho para as compras passariam a ser feitas pelos representantes e decidido que, a partir de 04/03/1989, não haveria entrega domiciliar por falta de condições, cabendo a cada grupo de representação organizar formas alternativas entre os próprios associados.

Pelo que lembro, as decisões da SERVICOOP eram colegiadas, mediante deliberações ocorridas em assembleias. As deliberações ocorriam por aclamação da maioria dos associados presentes nas reuniões. As assembleias ocorriam para deliberar assuntos de interesse coletivo da SERVICOOP, em datas previamente definidas pelos seus dirigentes, eleitos dentre os associados efetivos por intermédio de assembleias. (R13).

Houve o registro de uma Assembleia Geral Ordinária realizada no dia 16 de fevereiro de 1992, ocasião em que foi escolhida e empossada uma nova Diretoria, de acordo com os estatutos, conforme o Boletim Informativo aposto no Anexo M, que fazia um relato de prestação de contas de suas atividades da situação financeira e patrimonial do período de quatro anos.

3.7 CONSTRUÇÃO DA SEDE PRÓPRIA

Os trabalhos iniciados pela Comissão de Sede e Projeto foram importantes, mas após muitos contatos alguns tiveram respostas negativas, visto o of. nº 425/88/GAB – SEET de 08 de abril de 1988, do Secretário Especial do Ensino

⁴⁵ N.A. – Colocando o mesmo texto, somente atualizando os valores de pelo INPC (IBGE), de dezembro/1989 para outubro/2014, ficando desta: forma: “uma receita total em 1988, de R\$ 296.694,29 e uma despesa para o período de R\$ 271.571,14, obtendo uma sobra de R\$ 25.123,14 e mais um estoque de R\$ 10.235,28”.

Superior, Ciência e Tecnologia⁴⁶, que informava a abertura do protocolo 419.400-4 que tinha o retorno da Secretaria do Trabalho e da Ação Social pelo of. nº 226/88-CDC de 25 de março de 1988 (Anexo C), comunicando que “a SETA não dispõe de rubrica orçamentária que possibilite a construção do barracão para a instalação da Cooperativa de consumo da UEL”, mas isso não desanimava o pessoal e continuavam os contatos com outras entidades e pessoas.

Na assembleia de 24 de fevereiro de 1989, foi tratado o assunto da sede e houve uma autorização para a diretoria negociar com o pessoal do IAPAR⁴⁷, que queria auxílio para estruturar uma cooperativa nos mesmos moldes e possuíam um local próprio e estariam disponibilizando uma parceria. Foi comunicado que a reitoria estava para confirmar a cessão de uma área para a construção do prédio, futura sede da cooperativa, em espaço próximo ao almoxarifado⁴⁸. Em contato com a Prefeitura de Londrina foi conseguida a doação de 10.000 tijolos e mais a terraplenagem do terreno. Assim,

Criada a pouco mais de seis meses, a Associação Pró-Cooperativa de Consumo dos Funcionários da UEL, já está se articulando para construir sua sede própria e sua transformação em Cooperativa. (PRÓ-Cooperativa. 1989, nº 478, p. 7).

[...] a solicitação, da Cooperativa dos Servidores da Universidade, de destinação de um terreno de cerca de 1.000 m² para construção de um barracão para a cooperativa no campus. O Reitor respondeu que o local já está sendo definido, por que o Conselho já deu implicitamente a autorização ao aprovar o acordo que possibilitou a constituição da Cooperativa. (UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA, 1989b, p. 104).

Nesta assembleia, começaram tratar dos custos de construção da sede da cooperativa e os meios de como angariar esses recursos. Para isso foram apresentados formas de conseguir os recursos. Sugeriu-se que os sócios contribuiriam com uma cota de NCz\$ 15,00 divididos em duas vezes, podendo usar o seu saldo de quotas. Seria provocada a abertura para novos sócios até a data de

⁴⁶ N.A. – A UEL, tem suas ações no Estado vinculadas a Secretaria de Ensino Superior, Ciência e Tecnologia, por esse motivo a comissão foi procurar apoio, porém a secretaria encaminhou a solicitação para a Secretaria do Trabalho, por entender que o assunto era pertinente àquela pasta, por se tratar de apoio às condições dos trabalhadores.

⁴⁷ N.A – A negociação com o “pessoal do IAPAR”, está explicada na seção “DISCUSSÃO DE RESULTADOS”, pois houve a constituição de mais uma cooperativa de consumo.

⁴⁸ N.A. – O almoxarifado é vinculado a Diretoria de Material da UEL (PROAF), e fica localizada na quadra ao sul, próxima à Reitoria da UEL, e o prédio da antiga sede da Cooperativa, fica ao seu lado leste.

15 de março, com a contribuição de NCz\$ 18,00 divididas em três parcelas. Os depoimentos a seguir explicam estas medidas:

Consoante seu Estatuto, mensalmente um pequeno percentual correspondente ao valor total da compra de cada cooperado era descontado e revertido ao mesmo em Cotas de Participação, passível de restituição em caso de desfiliação e segundo os resultados contábeis da Cooperativa. Este era o fundo financeiro para investimento na infraestrutura necessária ao progresso e independência da Cooperativa. Com estes recursos é que foi possível a edificação de um prédio próprio planejado em terreno cedido pela UEL, composto em sua maior parte de uma área adequada ao recebimento, armazenagem e distribuição das mercadorias e mais um mezanino para a área administrativa. (R10).

Da sua construção participaram voluntários, mão-de-obra contratada e apoio da Universidade, uma vez que o Estatuto da SERVICOOOP previa a incorporação do patrimônio da Cooperativa à Instituição em caso de sua extinção, o que acabou acontecendo, após muitos anos de funcionamento. (R10).

Com um planejamento mais apurado e a previsão de custos de execução do projeto mais definida, faltava a localização para um melhor detalhamento, o que acabou ocorrendo em 03 de maio de 1989, quando foi definida uma área para ser construída a sede da futura cooperativa (Foto 3), com a orientação do pessoal da Prefeitura do Campus da UEL – PCU.

Foto 3 - Início da construção do prédio sede da cooperativa



Fonte: Arquivo pessoal do Prof. Laerte Matias

Posteriormente, este prédio abrigou a sede no campus da Associação de Pessoal da UEL – APUEL e a sede da Associação de Cidadania da UEL – ACIDUEL, esta última, fruto da ação desenvolvida pelos sócios da cooperativa. A ata do Conselho de Administração e as memórias dos associados melhor qualificam os fatos relatados:

Apreciação da proposta de locação da Cooperativa do Pessoal da UEL. Discutido o assunto, o Conselho autorizou que se faça uma cessão de direito real de uso com a cooperativa, para a sua instalação no terreno da Universidade localizado no lado esquerdo do almoxarifado, numa área de aproximadamente 850m², constando cláusula estabelecendo que, em caso de dissolução da cooperativa, as benfeitorias que forem feitas no terreno serão incorporadas ao patrimônio da Universidade. (UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA, 1989c, p. 110).

Pelo que me recordo, o prédio da SERVICOOOP era acoplado a atual Secretaria de APUEL e nele hoje está alocado a ACIDUEL, Cursinho Pré-Vestibular e parte da Divisão de Fiscalização do Patrimônio. Também pelo que me recordo sua construção envolveu esforços de lideranças da SERVICOOOP, inclusive na captação de recursos. Salvo engano parte da mão-de-obra foi do pessoal da PCU. (R8).

Nessa época, a Cooperativa já era um sucesso de aceitação e o número muito grande de cooperados exigia um local para a guarda do estoque das mercadorias. Havíamos eleito o primeiro Reitor através do voto paritário proporcional e as entidades além de respaldar o processo eleitoral possuíam respeitabilidade junto à Administração da UEL. Me lembro quando no conselho de administração aprovamos o apoio institucional à Cooperativa destinando o local para ser construída a sede. Acredito que naquela época sem um apoio institucional a sede demoraria muito tempo para ser construída, contando apenas com nossos recursos humanos. (R11).

A construção foi feita com recursos da cooperativa e com ajuda da Prefeitura Municipal de Londrina. A mão de obra, em muitos casos, era cedida pelos próprios funcionários da PCU e ajuda de muitos voluntários. (R16).

A Universidade cedeu o espaço e os associados e voluntários construíram o prédio. Foi passado um “Livro Ouro” para arrecadar dinheiro para a compra dos materiais de construção. (R32).

Os servidores voluntários doavam recursos financeiros, materiais de construção e outros ajudavam com a própria mão de obra na construção do depósito. (R36).

A UEL sempre participou na realização da feira de exposição agropecuária que acontece em Londrina todos os anos e, quando da sua realização, alguns dos servidores, trabalhando na feira, tiveram a informação de que uma empresa de Maringá, fabricante estruturas pré-moldadas, para facilitar a comercialização do produto, instalou um barracão em pré-moldado, que, ao final do evento, não foi comercializado.

Ocorre que a empresa tinha que retirar e levar a estrutura montada de volta, mas os custos inviabilizaram e geraram um problema. Os diretores da associação foram avisados do fato e contataram a empresa para uma “conversa”, realizando uma avaliação do negócio. Como nesse período já havia um terreno comprometido pela UEL, com a terraplenagem executada, a conjugação dos fatos tornou possível a compra da estrutura pré-moldada.

Antes, foi consultado o grupo e plenamente aprovado por todos e, dessa forma, foi autorizada a instalação, iniciando as obras com a aquisição de uma estrutura de construção de barracão em material pré-moldado (Foto 4), com a cobertura de uma área de 600 m². Com uma adaptação na execução de um mezanino de 75 m², a área total construída foi de 675 m².

Foto 4 - Construção do prédio sede com estrutura pré-moldado



Fonte: Arquivo pessoal do Prof. Laerte Matias

Imediatamente, junto com a instalação dos pré-moldados, foi providenciada a cobertura, pois facilitaria em muito os trabalhos. A seguir foi organizado, em regime de mutirão nos finais de semana, a execução da obra com a orientação de um mestre de obras. Veja-se a seguir, os detalhes dessa construção:

Primeiro, foi vista uma área dentro do Campus que comportasse o prédio. Em seguida foi feita uma consulta a empresas que trabalhavam com pré-moldados para barateamento dos custos de construção. Passada essa fase e, após a compra dos pórticos, foram comprados os materiais para erguê-lo usando-se parte dos valores integralizados com as compras feitas pelos

associados. Utilizou-se mão-de-obra no sistema de mutirão, nos finais-de-semana e/ou feriados. (R44).

Salvo minha falha de memória, sua estrutura pré-moldada foi adquirida do fabricante que o havia montado em uma exposição na cidade de Maringá (PR) a preço inferior do praticado no mercado, pois exigiu seu desmonte, transporte e remontagem onde hoje se localiza. (R10).

Após muito trabalho, mais uma etapa estava realizada, seis meses após a aquisição da estrutura pré-moldada, pois na noite de sábado do dia 21 de outubro de 1989, às 19 horas era inaugurado, oficialmente, o prédio da sede própria da Cooperativa (Foto 5), num ato solene e às 20 horas era realizado um grande forró no seu salão, conforme cópia do convite no Anexo J e, ainda, noticiado por um jornal londrinense:

No último final de semana, a Servicoop – Cooperativa de Consumo de Servidores da UEL – inaugurou, depois de um ano de existência, sua sede própria, no Campus Universitário, e faz planos para crescer. (UMA COOPERATIVA contra a crise, 1989, p 3).

Foto 5 - Prédio construído como sede da cooperativa⁴⁹



Fonte: Arquivo pessoal do autor

Para finalizar o trabalho de comissão e da diretoria na responsabilidade da construção da sede, em 26 de abril de 1990, é assinado o Termo de Cessão de Uso, (Anexo I), entre a UEL e a SERVICOOOP, conforme já havia sido aprovado pelo Conselho de Administração da UEL.

⁴⁹ N.A. - Hoje, utilizado pela APUEL, ACIDUEL, Diretoria de Materiais e Cursinho da UEL.

4 O MODELO DE OPERAÇÃO DA SERVICOOOP

Ao descrever o modelo de operação e de funcionamento da associação e da cooperativa, observa-se que este remonta a um processo oriundo do pensamento inicial de criação: “aquisição em grupo”, pois, na lógica do varejo e do atacado, ao se comprar uma unidade, o preço é um, ao se comprar muitas unidades do mesmo produto, o preço é outro, e, para isso acontecer, o grupo teria que construir uma fórmula e aplicar de forma a encontrar o que seria comprado e para quem, quanto comprar e por quanto comprar, e depois distribuir, receber e pagar o que foi comprado. A seguir, destacam-se, os depoimentos de cooperados sobre o funcionamento da organização:

A SERVICOOOP consistia em grupo cooperativo composto por servidores da UEL (docentes e técnicos) que se agruparam para realizar a aquisição de produtos alimentícios e correlatos por atacado para consumo próprio. O servidor da UEL, por livre e espontânea vontade, associava-se à SERVICOOOP e passava a ter direito às compras de produtos alimentícios e de limpeza pessoal que compunham a lista de mercadorias da Cooperativa. A referida lista era estabelecida mediante consulta junto aos associados e contemplava uma boa variedade e qualidade de produtos. (R8).

A SERVICOOOP surgiu pela iniciativa de alguns servidores da UEL com a proposta de oferecer produtos alimentícios básicos com menor preço. Os servidores interessados em participar se associavam à SERVICOOOP e mensalmente preenchiam uma lista com os produtos de seu interesse, conforme um cadastro prévio. Com base nessa lista, a SERVICOOOP fazia a pesquisa de preços junto ao mercado atacadista e adquiria os produtos. Depois, no início de cada mês, aos sábados, providenciava-se o arranjo dos produtos, na mesma sequência em que aparecia na lista, e se fazia a entrega aos associados. Inicialmente a SERVICOOOP, por não ter uma sede, fazia as entregas em locais disponibilizados pela UEL, como o espaço do Laboratório de Medicamentos, por exemplo. Posteriormente, foi construído um barracão com aproximadamente seiscentos metros quadrados, ao lado da Diretoria de Material da UEL para manter o estoque dos produtos e fazer a entrega dos mesmos aos associados. A SERVICOOOP era gerida, graciosamente, por uma Diretoria, composta por servidores da UEL. (R15).

Para analisar e compreender, é necessário se desvincular do pensamento simples e comum que conhecemos de compra e venda, pois não é uma organização similar à de um mercado ou supermercado.

Um supermercado convencional tem o seu rol de produtos definido de acordo com as regras do retorno financeiro (demanda e oferta, incentivando e induzindo o consumo por meio da propaganda). Com base nisso, faz as compras e organiza o estoque, acrescenta a sua margem de lucro e disponibiliza os produtos

aos clientes, realizando as vendas, recebendo e pagando os fornecedores, porém quem decide toda essa dinâmica é o proprietário, o dono.

Na Servicoop, o processo de funcionamento é diferente. O rol de produtos segue o princípio da necessidade, e a aquisição é em grupo; portanto o processo e a dinâmica não seriam tão simples, e teriam que ser construídos e de forma coletiva, como relatam alguns dos associados:

O formato de cooperativa, idealizado naquela época, exigia que algumas providências administrativas fossem tomadas, como a constituição societária, sede, estatutos e diretoria, conforme previa a legislação vigente. Como dirigente sindical e parte integrante do grupo idealizador da cooperativa, fazíamos parte do grupo que entendia que esse modelo deveria ser testado antes das providências burocráticas para a implementação da cooperativa de consumo propriamente dita. (R11).

Inicialmente fizemos várias reuniões, visando a sua criação. Destas reuniões foram nomeadas pessoas da UEL, para que fossem seus dirigentes. Paralelamente foi criada nessas reuniões, uma lista de produtos para compra dos cooperados, abriram-se as inscrições para angariar cooperados e, após essa fase, já com os cooperados inscritos, a lista de compras era deixada à disposição dos interessados, os quais faziam os seus pedidos de compras do mês. De posse das listas de compras, fazíamos o somatório dos produtos a serem adquiridos, fazíamos cotações de preços com atacadistas. O Associado integralizava um valor mensal, chamadas cotas, visando à manutenção da SERVICOOOP. (R44).

Seguindo a lógica do princípio democrático, o processo foi discutido em grupo, e o formato adotado foi a de um sistema de compras comum ou grupo de compras, em que se consulta o que se necessita e depois se compra. Essa lógica foi apresentada no jornal da cidade:

O funcionamento da Servicoop é baseado na compra unificada dos produtos. Ou seja, a cooperativa recebe antecipadamente o pedido de cada associado e somente a partir disso é que efetuará as compras junto a fornecedores que apresentarem o menor preço de cada produto. (UMA COOPERATIVA contra a crise, 1989, p. 3).

Um dos associados relatou o processo de compras:

Lembro-me que a SERVICOOOP desenvolvia um trabalho participativo, imenso, pois ela levantava, em toda a UEL, qual a demanda geral ouvindo todos os interessados, os cooperados. Isso feito, a SERVICOOOP planejava as compras, também, após pesquisar onde poderia realizar aquela compra coletiva, grande, de todos. (R31).

Os relatos confirmam e passam a explicar o modelo instituído para a operação e funcionamento da associação/cooperativa.

4.1 O FUNCIONAMENTO DA COOPERATIVA

Na sequência, passamos a descrever o modelo de operacionalização adotado pela cooperativa, passo a passo, mas antecipamos, para acompanhamento e melhor entendimento da análise, um roteiro das principais funções indicando os responsáveis pela efetivação da tarefa (Quadro 14).

Quadro 14 - Roteiro do modelo de funcionamento com as responsabilidades⁵⁰

Diretoria	Representante	Associado
<p>1 - Emitir as Listas de Compras e encaminhar para os representantes.</p> <p>5 - Receber as listas de compras preenchidas, totalizar e emitir o lote de compras.</p> <p>6 - Providenciar a pesquisa de preços nos três mercados.</p> <p>7 - Efetuar as compras de acordo com a pesquisa e na quantidade do lote de compras.</p> <p>11 - Receber os produtos comprados, calcular os preços e emitir as listas de entrega dos produtos para o sábado.</p> <p>12 - Organizar em conjunto com os representantes o sábado de entrega.</p> <p>13 - Realizar (diretoria, representantes e voluntários) as entregas e receber os valores dos produtos.</p> <p>15 - Efetuar os pagamentos dos fornecedores e organizar o estoque para o mês seguinte.</p> <p>16 - Reunir diretores e representantes para a avaliação do mês.</p>	<p>2 - Receber as listas de compras e distribuir para os associados.</p> <p>4 - Recolher as listas de compras dos associados e encaminhar para a diretoria.</p> <p>8 - Organizar e convocar os associados para o sábado da entrega.</p> <p>10 - Enviar para a diretoria a listagens do voluntário para o sábado.</p> <p>12 - Organizar em conjunto com os representantes o dia do sábado de entrega.</p> <p>13 - Realizar (diretoria, representantes e voluntários) as entregas.</p> <p>16 - Realizar a reunião de diretores e representantes para a avaliação do mês.</p>	<p>3 - Receber a lista de compras, preencher conforme sua necessidade e devolver para o representante.</p> <p>9 - Receber a convocação de trabalho e ajustar o turno da atividade voluntária.</p> <p>13 - Realizar (diretoria, representantes e voluntários) as entregas.</p> <p>14 - Retirar e pagar as suas compras.</p>

Elaboração: Dias, Luís F. P.

Fonte: Informação da Pesquisa

O funcionamento começa no processo de gerar as compras em grupo, pois havia a necessidade de saber o que se deveria comprar, e o primeiro

⁵⁰ N.A. - Este quadro apresenta um roteiro do funcionamento do modelo em estudo. A numeração indica a ordem de execução das ações, que estão dispostas na coluna segundo a responsabilidade de sua execução. Dessa forma, fica demonstrado o fluxo das atividades, quem executa cada uma delas, em qual ordenamento de execução.

passo foi definir o rol de produtos, a lista de compras, que já foi descrito anteriormente. De posse da lista de oferta de produtos, foi criada a dinâmica de como executar, tal como relataram três associados:

A SERVICOOOP funcionava como uma cooperativa dos servidores da UEL (docentes e funcionários). Foi criada em um período de inflação alta, a qual corroía o poder aquisitivo dos salários. Com a criação da cooperativa foi possível comprar, no atacado, grandes quantidades de mercadorias, proporcionando aos associados da SERVICOOOP preços mais baratos dos produtos. (R3).

Se não me engano, existia na diretoria uma comissão responsável pela realização das compra, sendo que o cooperado tinha um prazo para a apresentação do pedido, por meio da quantificação dos itens desejados, de uma lista dos produtos disponibilizados na cooperativa. (R4).

Após a criação e a fixação de uma lista básica de produtos, foram utilizados a representação em cada centro de estudos, para novas filiações, e ainda o aproveitamento da estrutura de malotes, na época existente, para o recolhimento das listas e a centralização com o secretário e o comprador, que os relacionavam e somavam, para uma reunião com os vendedores, praticamente um pregão presencial. (R6).

Destaque-se que foi desenvolvido por um associado um programa em microcomputador para o gerenciamento e o controle do sistema gerencial da cooperativa. Nele constava um banco de dados com o cadastro dos sócios (código do sócio, nome, setor de trabalho), o cadastro de produtos (código do produto, produto etc.), o cadastro de fornecedores (código do fornecedor, nome, produtos), cadastro de pedido (código do sócio, código do produto, quantidade). Esse programa era importante ferramenta de controle, de armazenamento de dados, de impressão das listas, pedidos, etiquetas e relatórios, gerando as condições mínimas para o funcionamento da cooperativa.

Na primeira quinzena do mês, era emitida uma lista de compras, com o nome do associado, setor de trabalho e representante. Essa lista era enviada ao representante, para a distribuição e posterior coleta dos itens de compra de cada sócio, com uma data máxima para entrega, que era definida de forma que se tivesse tempo adequado para a entrega, a distribuição/entrega aos cooperados, no primeiro sábado de cada mês, conforme atestam os seguintes relatos:

Havia um formulário próprio (lista de compras) onde escolhíamos os produtos que queríamos, e após pesquisa de mercado, a cooperativa adquiria os produtos em grandes lotes, com melhores preços aos associados. (R22).

O pouco que lembro é que tinha uma data limite para cada servidor associado fazer seu pedido e, no sábado, uma vez ao mês era feita a entrega/distribuição dos produtos. (R43).

Os pedidos eram digitados e totalizados na listagem de compras necessárias para atender a demanda dos cooperados, conforme lembrou um associado:

Os cooperados preenchiam uma lista de compra com os itens os quais desejavam adquirir, nós digitávamos as listagens para termos a quantidade de produtos a serem adquiridos. (R2).

Em seguida, vinha a fase de consulta de preços nos mercados e nos fornecedores para a compra efetiva dos produtos, programando a entrega para a semana que antecedia o sábado de distribuição para os associados.

Após a realização das compras e conferido o recebimento das mercadorias, tinha-se o preço de custo dos produtos e, com base em outra pesquisa junto aos mercados, eram então calculadas as quotas e a taxa de retenção para despesas administrativas, que somadas ao preço de custo do produto geravam o preço final de cada item. O depoimento a seguir detalha os procedimentos realizados:

Mensalmente os cooperados faziam seus pedidos via formulário próprio, até uma determinada data, para que a direção formulasse a compra do mês perante os fornecedores cadastrados. O trabalho de aquisição dos produtos era desenvolvido com a participação de todos os fornecedores, em horários diferenciados por tipo de mercadorias, visando à concorrência entre eles, para obter o menor preço. (R16).

Novamente no sistema, digitava-se o preço final, gerando uma lista de compras, constando o nome do associado, cada item de produto, sua quantidade e o valor unitário e total, e no final o total geral, que seria utilizado no processo de distribuição no sábado.

Os representantes eram acionados para convocar os associados para o trabalho de distribuição e entrega que ocorria sempre no primeiro sábado após o pagamento. A seguir, os depoimentos de três associados detalham essas “tarefas” voluntárias:

A SERVICOOOP funcionava com base no trabalho voluntário de alguns servidores, tanto para entrega da relação de mercadorias solicitadas quanto no dia previamente definido nas dependências da cooperativa. (R25).

Marcava-se um final de semana, próximo ao pagamento, para a entrega das mercadorias e o recebimento era feito em dinheiro ou cheque para desconto à vista. Assim podíamos honrar o compromisso feito com nossos cheques

pré-datados. Ficou estabelecido naquela primeira compra que os cooperados não pagariam exatamente o valor de aquisição da mercadoria. Seria considerado o valor de custo + 50% da diferença entre o custo e o valor do produto nos supermercados locais. O restante dessa diferença seria para formar o patrimônio da cooperativa que deveria no futuro possuir sede, equipamentos e algum estoque. Outro critério para a escolha dos gêneros era o da qualidade (Leite Ninho, arroz agulhinha Tio João, maionese Hellmans, dentre outros) para atender também aos mais exigentes. (R11).

Na época, cada setor tinha um servidor responsável que era o contato da Cooperativa. Esse servidor passava para nós cooperados a lista de compras, nós preenchíamos com antecedência e encaminhávamos para a cooperativa. No dia marcado para a entrega, nós buscávamos a compra ou pedíamos para que fosse entregue em domicílio. Uma vez por ano, nós cooperados doávamos um dia de trabalho para a cooperativa, eu, por exemplo, trabalhei apenas dois dias, durante todo o tempo que eu fui associada. As compras eram entregues em um sábado por mês. (R18).

No sábado, os itens disponíveis, que haviam sido comprados e recebidos - pois determinados fornecedores, às vezes, não entregavam alguns produtos por algum problema, principalmente pelo desabastecimento ou a perspectiva de alta nos preços - eram organizados na sequência da ordem da lista de compra, como informava o jornal oficial da UEL:

A maior luta nos últimos meses tem sido manter a lista de compras na totalidade, uma vez que os fornecedores escondem os produtos a qualquer perspectiva de alta. Este mês, por exemplo, a Servicoop não pode oferecer a margarina. “Já havíamos feito o pedido, mas o fornecedor não entregou, sob o argumento de que havia acabado o estoque. Mas sabemos que é porque vai subir. Outro produto que foi garantido em fevereiro, mas está para desaparecer, é o café. Como foi tabelado com margem maior em São Paulo, o preço deve ser revisto no Paraná e, enquanto isso, os fornecedores deverão reter o produto. (COOPERATIVA..., 1991, p. 4).

Os associados chegavam ao local, retiravam a sua lista de compras, acertavam o valor à vista, com dinheiro ou cheque. Em alguns casos havia a autorização de pré-datar os cheques, e podiam retirar os seus produtos, como é relatado por dois entrevistados:

Após a organização da cooperativa, distribuía-se lista aos cooperados com os produtos disponibilizados para aquisição, recolhia as listas, digitava as quantidades e, de posse do montante a ser adquirido de cada item da lista, fazia-se consulta em vários mercados, confirmando a aquisição pelos de melhores preços. Emitia-se uma lista em nome do cooperado com os itens solicitados, com os preços e valor final. Definia-se o dia da entrega e cada cooperado retirava os seus produtos na cooperativa pagando em dinheiro ou cheque. Havia também o serviço de entrega nas residências, mas o cooperado precisava ir até a cooperativa para separar sua lista. Contava-se com o trabalho voluntário escalonado na maior parte das atividades da cooperativa, mas algumas eram remuneradas, principalmente quando o número de cooperados tornar-se significativo e as compras volumosas. (R13).

Funcionava num galpão ali perto do Material. Os produtos ficavam ali para serem pegos. A quantidade era informada antes do dia da compra. Tinha carrinho para se colocar as compras e levá-las para o carro. Pagava-se com cheque ou dinheiro e os produtos eram bem mais em conta que nos supermercados. Vivíamos um período de altas inflações e salários bem baixos. Tinha bastante associado na época em que funcionou. (R23).

Os associados eram orientados a trazer sacolas ou algum meio para empacotar, e a cooperativa disponibilizava as caixas e embalagens dos produtos que haviam sido entregues, que eram também utilizados pelos associados. Cada um transportava as suas próprias mercadorias, após cada usuário “coletar” os produtos da lista, como se relata a seguir:

A recordação que tenho é que preenchíamos uma intenção de compra e tínhamos o dia certo para buscar as mercadorias que estavam organizadas em prateleiras simples e por vezes até mesmo em caixas. Os próprios usuários se serviam dos mantimentos solicitados. (R14).

Ao chegar à Servicoop, nós, associados consumidores, encontrávamos os produtos distribuídos por categorias (limpeza, higiene pessoal, alimentos – grãos, laticínios). Da esquerda para a direita e com a lista na mão, seguíamos o fluxo coletando os produtos encomendados. Sempre havia uma pessoa controlando a entrega do outro lado do “balcão” (na verdade, acho que os produtos mais pesados ficavam empilhados no chão). Não havia sacolinhas descartáveis e as caixas de papelão que acondicionavam os produtos adquiridos pela cooperativa eram reutilizadas por nós, para levarmos nossas compras. Trazíamos, também, nossas sacolas de casa. (R45).

Na semana seguinte eram realizados os pagamentos dos fornecedores, verificando e totalizando o que sobrou e o que poderia ser disponibilizado para o sistema de assistência social, vinculado ao Núcleo de Bem Estar da Comunidade – NUBEC, que organizava um processo de atendimento aos servidores com extrema necessidade, conforme noticiava o informativo da UEL:

Sem contar que os produtos da quebra são aproveitados parcialmente e enviados ao NUBEC, que repassa aos servidores carentes. (COOPERATIVA..., 1991, p. 4).

Há que se ressaltar a coragem e a determinação, baseadas no acreditar e “apostar”, de que estavam no caminho certo, pois foi efetuada a primeira entrega, no anfiteatro do CCB, no dia 05 de novembro de 1988, superando todas as expectativas, inclusive o clima de desconfiança existente no mercado, pois para que as compras se realizassem, alguns dos diretores tiveram que garantir com suas próprias condições pessoais a efetivação dos pagamentos junto aos fornecedores. A

entrevista ao jornal londrinense Folha de Londrina (1989) permite dimensionar essa determinação e coragem:

Nem a gente do conselho administrativo tinha a certeza de que tudo correria bem. Eu, por exemplo, fiz uma compra de NCz\$ 6 mil junto a um fornecedor e não sabia se ia ter o dinheiro para cobrir o cheque... Bateu o medo de ser preso. (UMA COOPERATIVA...,1989, p. 3)

A primeira entrega ocorreu no saguão do CCB, junto ao Pinicão. Havia equipes para o descarregamento/empilhamento das diversas mercadorias, outros se revezavam no auxílio à entrega das mercadorias e algumas entregas eram feitas a domicílio por aqueles que não possuíam carro ou não podiam pegar a encomenda nesse dia. As equipes eram formadas por associados de cada Centro/Setor escalados de tal modo a servir na Cooperativa, pelo menos uma vez por ano. Assim não havia a necessidade de funcionários para essa finalidade. (R11).

Os dois depoimentos que se seguem relatam a dinâmica da entrega das mercadorias:

A 1ª compra foi efetuada por uma “ação entre amigos” que hipotecou seus salários com “cheque especial” pré-datado para garantir a compra dos mantimentos pedidos, conforme lista previamente entregue a cada representante de centro/setor da UEL. A lista continha apenas gêneros não perecíveis. Assim, após a devolução das listas preenchidas pelos interessados com as quantidades solicitadas (com 15/20 dias de antecedência), o grupo gestor dessa ação, depois de tabular os totais solicitados, partia para a tomada de preços de pelo menos três fornecedores para adquirir pelo melhor preço os gêneros solicitados por cada interessado. (R11).

A consolidação do processo, sua organização e dinâmica vieram a acontecer com a segunda entrega em 03 de dezembro do mesmo ano, conforme noticiou o jornal da UEL:

Os 500 integrantes da Associação Pró-Cooperativa de Consumo dos Servidores da UEL terão sua segunda rodada de compras neste final de semana. Será no sábado, dia 3, com as mercadorias sendo entregues no Pinicão, no CCB, das 8 às 18 horas. Serão distribuídos mais de 80 produtos e a expectativa é que se consiga uma economia de pelo menos 20 por cento em relação ao preço de mercado. (PRÓ-COOPERATIVA...,1988b, p. 6).

Observa-se que, na visão dos associados entrevistados, estes descrevem o funcionamento básico do processo que vivenciaram, lembrando da forma e da estrutura, mesmo tendo ocorrido há mais de duas décadas.

Alguns recordam do processo, inclusive do grupo e da forma que era “comandada” e dos objetivos que foram propostos:

Uma Cooperativa de Consumo criada formal e legalmente por um grupo de funcionários da UEL que fornecia produtos alimentícios e de higiene básicos (dezenas de itens), adquiridos mediante a cotação de preços e qualidade de

mercado mais favorável, resultando em significativa economia a seus participantes, em uma época em que o descontrole generalizado da economia nacional gerava uma corrosão violenta na renda dos trabalhadores assalariados, notadamente os das classes mais baixas. Seu gerenciamento e operacionalização ocorriam mediante a livre participação e adesão de seus associados, implicando certos deveres inerentes e basilares nesse tipo de instituição social. (R10).

A cooperativa tinha uma equipe que coordenava as compras visando o menor preço e qualidade do produto. Todos atuavam de maneira voluntária. Havia uma listagem com itens de compra para que os cooperados tivessem opção de compra e de produto. A equipe que mais trabalhava à frente da organização das compras e dos itens na cooperativa eram sempre os mesmos que idealizaram a cooperativa como alternativa para economia de compras (gênero alimentício e higiene) pois na época vivíamos num período de inflação muito alta. (R20).

A Servicoop foi criada por um grupo de funcionários em forma de cooperativa, com o objetivo de adquirir gêneros alimentícios e produtos de limpeza com um custo menor aos praticados nos mercados. Os produtos eram vendidos a preço de custo e apenas com uma pequena taxa de administração para cobrir algumas despesas. Foi composta uma diretoria que era responsável pela organização de todo o trabalho. Na primeira quinzena do mês era encaminhada a lista dos produtos aos associados (via malote da UEL), os quais escolhiam os produtos/quantidade que queriam e devolviam à diretoria. Enquanto isso, a diretoria fazia a cotação de preços com os distribuidores. As listas de compras eram totalizadas e se procedia à compra dos produtos. No último sábado do mês, as compras eram entregues aos cooperados, no barracão da Servicoop (que foi construído pelos associados e voluntários, em espaço cedido pela UEL). (R32).

Outros frisam o sistema de trabalho e sua operacionalização, baseado no projeto principal da Cooperativa, a espiral de compras em comum, com a execução sendo realizada a partir de um pedido prévio:

O associado preenchia um pedido de compra e encaminhava para a diretoria, que fazia o levantamento da quantidade dos produtos, da marca dos produtos, pesquisava os preços dos produtos, efetuava as compras onde encontrava os melhores preços e distribuía para os associados conforme seus pedidos. (R12).

Inicialmente cada cooperado recebia uma lista pré-definida com produtos que seriam adquiridos pela Cooperativa e cada cooperado preenchia com a quantidade dos produtos. Com a relação dos produtos e quantidades solicitadas pelos cooperados, eram efetuadas negociações com fornecedores com melhores ofertas, barateando o custo de cada produto, sendo repassado para os cooperados os descontos conseguidos na negociação. (R21).

Tínhamos um grupo de servidores que se organizaram e criaram a cooperativa. Fazíamos nossas listas de compras e esse grupo fazia as cotações e as compras. Ao final de cada mês, os cooperados buscavam suas compras. Foi idealizado um barracão onde podíamos armazenar os produtos e fazer as distribuições. (R37).

Funcionava por meio de um grupo de servidores voluntários que encaminhava as listas de compra para todos os associados, recebia as

listas e tabulava as quantidades de produtos a serem adquiridos dos fornecedores. Em uma data previamente combinada, os produtos eram organizados num barracão e, ainda com ajuda de voluntários, eram entregues aos associados. (R42).

Nos relatos dos associados, podemos verificar a presença do modelo de operação praticado:

A SERVICOOOP funcionava através do modelo cooperativista. Os funcionários cooperados recebiam uma lista dos produtos a serem oferecidos e marcavam a quantidade a ser adquirida de cada item. Com as listas em mãos, os funcionários responsáveis pela Cooperativa faziam a pesquisa de mercado, buscando o melhor preço para a realização da compra coletiva. (R26).

A logística era o seguinte: 1. Eram distribuídas planilhas para a solicitação de compras e uma data para a entrega das listas com os pedidos. 2. Outros membros coletavam os dados e faziam a cotação e contatos para melhor preço e forma de pagamento. 3. No dia pré-estabelecido tínhamos a entrega dos mantimentos e o controle de entrega domiciliar. 4. Contagem de estoque para próxima compra. 5. Acredito eu que um relatório de custo/lucro. (R29).

Outros ainda recordam e relatam, além do funcionamento, o sistema voluntário de participação que era adotado:

Havia uma lista de compra, os funcionários faziam seus pedidos, um grupo voluntário efetuava as compras e elas eram entregues também por um grupo voluntário no dia marcado, alguns pediam para entregar em casa. (R28).

A cooperativa funcionava como uma família, trabalhávamos muito, mas também havia muita diversão. Como participante da SERVICOOOP principalmente nos dias de descarregar os mantimentos o trabalho era desgastante, mas os companheiros eram solidários. (R29).

Os servidores colaboravam voluntariamente com recursos financeiros e a Servicoop realizava pesquisa de preços de produtos da cesta básica para compra em grandes volumes, conseguindo menor preço junto aos fornecedores. Os produtos eram armazenados em depósito e posteriormente entregues a funcionários/docentes beneficiados. (R36).

As comissões de trabalho para o funcionamento da associação estão se organizando e até o final deste mês, provavelmente, já será possível realizar a primeira compra. (PRÓ-COOPERATIVA..., 1988a, p. 6).

Podemos perceber nos relatos, que o propósito inicial de operar com um sistema voluntário, e que envolvia as pessoas, foi posto em funcionamento.

4.2 ORGANIZAÇÃO DAS LISTAS E OS PEDIDOS DE COMPRAS

Passamos a detalhar a sistemática e o funcionamento da associação/cooperativa. Após o término da entrega das compras, iniciava-se o processo da realização da compra seguinte: impressão dos pedidos de compras, emissão da etiqueta com o nome do associado, com o código e a data para retorno da lista. A lista emitida, era separada pelo código do representante responsável. Os depoimentos a seguir detalham o processo:

Minha participação era até a impressão e entrega à coordenação da cooperativa das listas de compras e depois ocorria a aceitação e digitação das mesmas. (R9).

Após a entrega dos produtos do mês anterior, começava a distribuição das listas para a próxima compra. Tanto a distribuição como as coletas eram feitas pelos representantes dos setores, ou quando alguém atrasava entregava diretamente para o diretor responsável pela compra. (R15).

As cópias das listas já etiquetadas, separadas em lotes por representantes, eram então encaminhadas a cada setor, e cada representante utilizava o seu método mais apropriado, ou conforme já havia previamente ajustado com o associado, como se verifica a seguir:

As listas de compras chegavam e eram distribuídas nos departamentos. As listas dos técnicos eram deixadas na secretaria geral junto ao ponto do técnico associado. (R1).

Via malote, para cada representante nos diversos centros e setores e retorno numa data pré-determinada. (R2).

Era enviada aos representantes dos centros que distribuíam aos associados e a coleta da mesma forma, os associados entregavam aos representantes dos setores que encaminhavam para a diretoria, para que fossem totalizadas. (R10).

O retorno dos pedidos de compras ocorria novamente por meio do representante que entregava na secretaria da cooperativa para o devido procedimento, como é relatado por três associados:

Como a informática ainda não estava disponibilizada para todos os setores e não existiam as facilidades de hoje, como PCs e “notebooks” acessíveis; mensagens por “e-mails” só eram circuladas por pesquisadores (estávamos na era embrionária da WEB), o trabalho era feito por listas xerografadas, que depois de preenchidas à mão, eram coletadas e depois remetidas para a coordenação dessa tabulação. (R3).

Na época não havia computador disponível para os servidores e principalmente um sistema que poderíamos receber as listas, então pegávamos cópias das listas e repassávamos para os associados. Muitas

vezes a lista era fornecida no momento da entrega. Para a coleta a logística era a mesma, um a um solicitávamos a lista com os pedidos. (R7).

As listas de compras eram impressas pelo antigo NPD (Núcleo de Processamento de Dados) da UEL, que traziam o nome do associado, número da chapa funcional, lotação e a lista dos produtos. Depois as listas eram entregues aos associados, através dos representantes nos centros de estudo e coordenadorias. Os associados assinalavam a quantidade dos produtos que tinham interesse e devolviam para os representantes que enviavam para a SERVICOOOP. Com base na somatória dos produtos assinalados, eram feitas as compras dos produtos, levando-se em conta os eventuais estoques já disponíveis. (R8).

Realizado o trabalho dos representantes de recolher os pedidos de compras dos associados, esses pedidos eram então digitados, no início num microcomputador, com um programa criado pelos diretores da cooperativa, que totalizava todos os itens, gerando uma lista para a compra junto aos fornecedores. Com o tempo, o Núcleo de Processamento de Dados - NPD assumiu o trabalho de digitação e emissão dos relatórios totalizados, como se verifica por estes relatos de associados:.

Eram feitas as somas dos produtos, por item, para a totalização da quantidade necessária para compra no mês. Desse total eram deduzidos os eventuais estoques disponíveis na cooperativa. (R4).

A totalização era feita pelo pessoal do Núcleo de Processamento de Dados (NPD), atual Assessoria de Tecnologia da Informação. Eles nos passavam um relatório com o total de pedidos por produto. (R5).

Eram totalizadas, somando-se uma a uma, em um programa de computador desenvolvido para essa finalidade. (R7).

No início, o trabalho de digitação e impressão era executado após o horário de expediente, pois não havia microcomputador disponível, e às vezes até nos horários de almoço. Com o tempo, a UEL disponibilizou, fora do expediente, a execução via NPD.

Antes de iniciar o processo de compra, alguns dos associados faziam uma pesquisa de preços em dois ou três mercados, geralmente, no supermercado localizado no Shopping Comtour, no supermercado da Rua Quintino Bocaiuva e no supermercado localizado na esquina da Av JK com Rua Pernambuco.

Os preços eram os balizadores das negociações junto aos fornecedores. Enviava-se a lista de mercadorias para os representantes comerciais ou vendedores da empresa distribuidora e ou atacadista, e se agendava um dia para a coleta de preços e rodada de negociação, conforme relatam os associados a seguir:

A SERVICOOOP enviava, através de fax, uma cópia da lista de compras para os fornecedores atacadistas, com a indicação da quantidade estimada de cada produto para a compra daquele mês. Posteriormente os fornecedores devolviam as listas, via fax, com os preços unitários assinalados. (R4).

Fazíamos pesquisa de preços e às vezes mesa-redonda para fechar as compras. (R6).

Após a totalização dos pedidos dos associados, os fornecedores, geralmente vendedores de atacadistas, eram convidados e, numa roda de negociações, eram expostas as quantidades de produtos que precisávamos. Comprávamos do fornecedor que oferecesse o melhor preço e a garantia de entrega da quantidade para determinado produto. (R7).

Quando se verificava que havia um produto em promoção nos supermercados, buscava-se junto a eles a possibilidade de adquirir a quantidade necessária, visando ao atendimento dos associados, pois a regra de compra era muito simples: o produto não seria ofertado se o seu preço não fosse inferior ou igual ao melhor preço de três cotações junto ao mercado, como é relatado por um associado:

Os itens em que não se conseguia um preço melhor que os oferecidos pelos supermercados locais não eram adquiridos e tal decisão informada aos cooperados. A compra era formalizada depois de tomada de preços de pelo menos três fornecedores idôneos, com o critério de menor preço e qualidade assegurada. (R2).

A organização do processo tinha duas variáveis, uma que conferia se a quantidade iria se atendida, pois não havia mecanismo de reduzir as quantidades entregues. Em alguns casos, comprava-se um lote do menor preço, completava-se com o segundo preço e estabelecia-se um preço médio.

Após os fornecedores apresentarem os preços, era feita análise do menor preço/qualidade do produto (para os que não tinham marca definida), separada por fornecedor. Diante de uma data já estabelecida, os fornecedores vinham até a pessoa que realizava as compras para buscar o pedido. (R5).

Uma vez feita a pesquisa de preços, alguns servidores associados da SERVICOOOP, que integravam a diretoria, iam até os fornecedores para fazer a compra dos produtos, fazendo o pagamento com cheque assinado pela Diretoria da cooperativa. Alguns fornecedores davam prazos para a compensação dos cheques, variando o tempo, conforme o caso. (R4).

A segunda variável era o tempo da entrega, conjugado com o prazo de pagamento: o prazo médio para pagamento das compras, no valor mais compensador, era de 15 dias, então tinha que se programar o recebimento da mercadoria na semana anterior ao sábado da entrega.

4.3 A PESQUISA E A FORMAÇÃO DO PREÇO DOS PRODUTOS

As pesquisas de preços junto aos mercados ocorriam geralmente na quarta-feira, e eram feitas por dois ou três associados, que iam até o supermercado indicado com a lista dos produtos, comparavam o preço final de gôndola e registravam a oferta daquele dia. Os relatos a seguir complementam a forma de realização das pesquisas:

Alguns voluntários eram designados para irem a determinados mercados para verificar o preço das mercadorias, às vezes havia promoções e era interessante adquiri-las no mercado convencional e era feito também pesquisas junto aos fornecedores e avaliavam-se os valores / qualidade para aquisição dos lotes. (R3).

Saíamos nos estabelecimentos e deixávamos as listas e/ou nós mesmos pesquisávamos nas gôndolas. (R6).

Dentro do processo de organização, essas pesquisas aconteciam em dois momentos, um na semana em que iria executado o processo de compra das mercadorias e outro na semana de entrega das mercadorias. Isso servia para a definição do custo a ser repassado aos associados pelo método comparativo:

Eram destacados alunos ou associados para efetuar a referida tomada de preços, utilizando a lista de produtos da cooperativa (R2).

Pessoas determinadas faziam as pesquisas de preço diretamente nos mercados varejistas, para que pudéssemos ter, de fato, um comparativo com os preços que praticávamos na Servicoop, em relação ao mercado. (R7).

A dinâmica utilizada na formação do preço final de cada produto era variável, não era um percentual fixo, pois dependia da pesquisa que era efetuada nos mercados na semana de entrega das compras.

Para efetuar a compra, como já foi relatado, efetuava-se uma pesquisa para orientar o preço e não permitir a compra de mercadorias acima do preço de mercado. Após ter o preço de custo de cada produto, quando acontecia de ser comprado de forma fragmentada, em mais de um fornecedor, o preço unitário tinha como base a média dos preços de todos os fornecedores.

Com o custo unitário de aquisição, fazia-se uma comparação com o menor preço do mercado pesquisado, e a diferença encontrada era dividida da seguinte forma: 50% para o associado, 25% para integralização de quotas-partes e

25% para custear as despesas operacionais, tais como água, luz, limpeza, manutenção, alimentação, conforme consta no Estatuto da organização:

Art. 57 - Os valores a serem cobrados para efeito de integralização de quotas-partes e para manutenção da Associação serão de, no máximo, 50% (cinquenta por cento) da diferença entre o preço de custo apurado de cada cesta de produtos de consumo e o preço médio praticado no mercado para esta mesma cesta. (ASSOCIAÇÃO PRÓ-COOPERATIVA DE CONSUMO DOS SERVIDORES DA UEL, 1988b, p. 11)

Como podemos observar, aplicava-se aquém do permitido, pois utilizava se poderia o menor preço, quando se poderia utilizar até o preço médio, mas as discussões levaram a proceder dessa forma.

Para exemplificar⁵¹, se um produto era comprado a R\$ 3,00 e no mercado a pesquisa apontava R\$ 3,60, o valor de quotas seria de R\$ 0,15 e o valor de despesas de R\$ 0,15, portanto o associado iria desembolsar R\$ 3,30 naquele produto unitariamente, conforme colocado por um associado:

O preço final era obtido pela soma do preço de aquisição da cooperativa mais a metade da diferença entre o menor preço conseguido nos supermercados e o preço de aquisição. Os 50% restantes dessa diferença eram utilizados para a capitalização da própria cooperativa. (R2).

A listagem de entrega discriminava todos os produtos, seu preço unitário, a totalização e, ao final, os totais de quotas e despesas administrativas e o valor a ser desembolsado naquela compra pelo associados.

Não sei muito bem, mas valor de aquisição, mais uma porcentagem para manutenção, custeio e capital de giro da Cooperativa. (R3).

Pelos menores preços negociávamos com fornecedores e às vezes pela média. (R6).

Eram comparados os preços de compra dos produtos feitos pela Servicoop, em relação ao varejo, estabelecida a diferença entre os dois preços, integralizada uma parte e a outra parte era o benefício da diferença do preço a menor ao associado. (R7).

Como em toda a dinâmica do processo, podemos ver, conforme relatos, que o grupo tinha conhecimento de como funcionava e de como era executado cada trabalho.

⁵¹ N.A. – Na exemplificação aqui tratada não possui base de valor específico, sendo somente para demonstrativo da forma de cálculo do produto, não utilizando um produto com o seu real valor, portanto é uma análise genérica.

4.4 DISTRIBUIÇÃO E ENTREGA DAS COMPRAS

A organização do dia de distribuição, o sábado da semana do pagamento salarial da UEL, era desenvolvida pelos associados escalados para atuarem em dois períodos, manhã e tarde, com alguns se dedicando o dia inteiro:

Com a ajuda de voluntários, alguns cooperados, separávamos os produtos para posterior entrega aos cooperados conforme solicitado na sua listagem de compra. (R2).

Funcionava por meio do trabalho coletivo dos associados. Havia uma escala de participação de todos os associados. Esta escala era organizada pelos representantes setoriais. (R3).

Era escalonado previamente, um grupo de cooperados para realizar a entrega no primeiro sábado do mês. Se não me engano, com o tempo passou-se a ter dificuldade para fechamento dos grupos. (R4).⁵²

Cada setor/unidade da UEL designava alguns dos seus associados para trabalhar na jornada de apoio no processo de distribuição (Foto 6):

O que eu lembro é que tinha alguns voluntários que ajudavam na separação dos alimentos de acordo com a lista previamente preenchida. Com relação às compras dos alimentos tinha uma equipe que fazia a compra de todos os itens de acordo com o que os cooperados preenchiam, me parece, que uma semana antes. (R7).

Em cada data definida para entrega/distribuição dos produtos, grupos de associados eram designados para desenvolver os trabalhos operacionais da SERVICOOP (agrupar, disponibilizar, repor e entregar os produtos, liberar e conferir listas de compras, organizar o ambiente interno armazenando as sobras de produtos nos estoques da Cooperativa e outros serviços correlatos). Os associados retiravam suas mercadorias e procediam ao acerto financeiro junto à tesouraria da cooperativa. (R8).

Neste sentido, todos os trabalhos eram realizados por grupos de associados. Após o recebimento dos pedidos, para cada item de produto totalizado era feita uma pesquisa junto aos fornecedores tendo em vista a melhor relação custo/benefício, sendo assim o produto adquirido, recebido e armazenado. A entrega era realizada em data predeterminada e amplamente divulgada em locais, inicialmente, cedidos pela Universidade Estadual de Londrina e sempre aos sábados. Todo o trabalho exigia o planejamento de uma logística que incluía a escalação de equipes para o transporte das mercadorias até o local de entrega, separação dos produtos segundo o pedido de cada cooperado, conferência, entrega e recebimento dos valores pertinentes. (R10).

A SERVICOOP possuía uma lista de voluntários para as pesquisas de demanda, de preços e de distribuição. Eu fiz parte de uma turma de entregas nos sábados pela manhã, nas dependências do setor de materiais da UEL. (R31).

⁵² N.A. – Esta situação, aqui exposta, da dificuldade de juntar pessoas para os grupos de trabalho, será tratada quando da discussão sobre a dissolução da cooperativa.

Foto 6 - Os associados trabalhando no sábado na entrega das compras⁵³



Fonte: Arquivo da UEL

A dinâmica do processo era de posicionar os produtos na ordem sequencial ao da lista de produtos, com uma mesa na frente para facilitar a entrega e a checagem da lista de produtos que vinha junto com o cooperado na hora da entrega.

Ao chegar no local de entrega, o primeiro passo do associado era passar numa bancada em que ficavam as listas de compras em ordem alfabética. Acontecia algumas vezes de associados perguntarem se havia um ou outro produto que não havia solicitado.

Quando isso acontecia, o responsável pelo estoque daquela compra, rapidamente, conferia se naquele item havia alguma previsão de sobra, pois, quando da montavam dos pedidos de compras, havia a necessidade de algumas compras a mais para ajustar o padrão do fornecimento (as unidades por caixa fechada)⁵⁴ e autorizava ou não a aquisição de acordo com a sobra prevista:

⁵³ N.A. - Primeira entrega de compras da Cooperativa realizada no CCB, novembro de 1988.

⁵⁴ N.A. – Ao totalizar os pedidos, a quantidade a ser comprada era adequada de acordo com as unidades por caixa, exemplo a caixa fechada de óleo tinha 24 latas, portanto o múltiplo de compras era de 24, e se o total necessário fosse 90, a compra seria de 96 latas ou seja 4 caixas de 24 unidades, e assim em todos os produtos.

Com sua lista de produtos solicitados emitidos pela cooperativa, o cooperado passava nas mesas de produtos e ia retirando as quantidades especificadas na lista. A organização dos produtos para entrega aos cooperados era feita um dia ou dois antes da entrega dos produtos. (R13)

Os produtos eram colocados sobre mesas (muitas vezes improvisadas) ou sobre paletes, na mesma sequência que apareciam na lista de compras. Aos sábados, os associados iam buscar os produtos. Os que tinham condições levavam os produtos para casa. Aos que não tinham, era feito entrega em domicílio. (R15).

Após a retirada da lista de compra, o associado passava pelo sistema de caixa e quitava a sua compra. Também verificamos que, dada a situação de alguma pessoas, era autorizado receber cheque pré-datado, mas nunca superior ao prazo que a cooperativa tinha para efetuar o acerto junto aos fornecedores.

Quitada a compra, o associado, com o auxílio de um carrinho, na sequência da sua listagem, ia “pegando” os produtos conforme a quantidade solicitada:

Era bastante organizado e rápido, funcionava de forma bastante satisfatória, com o apoio voluntário de seus membros. (R22).

Os servidores deviam retirar as mercadorias anteriormente solicitadas (por meio de um impresso), e a entrega que era feita por servidores voluntários. (R25).

Cada associado vinha buscar sua compra. Era um balcão onde ficavam as prateleiras com os produtos organizados, e os voluntários escalados para trabalhar (revezamento entre os associados) faziam a distribuição conforme o pedido de cada um. (R43).

Lembro-me que os itens ficavam separados por categoria, e com um carrinho íamos adquirindo os itens assinalados anteriormente. (R40).

Os associados relataram que houve dois períodos distintos de organização dos sábados de entrega: antes e depois da construção do barracão. Antes da construção, tinham que descarregar o caminhão vindo do depósito e carregar as sobras no final do dia para levar de volta ao depósito, e, após a construção, isso não era mais necessário, pois os produtos, quando recebidos do fornecedor, já eram destinados ao local adequado, ficando prontos pra a próxima entrega:

Quando começamos, como não tínhamos sede própria, determinávamos um local, dentro da UEL, para entrega dos produtos, em um final de semana, convocando cooperados para ajudarem nessa entrega. Os produtos eram dispostos em um balcão improvisado, na ordem de sequência da lista de compras. Eram utilizados veículos da UEL para fazer as entregas daqueles Associados que não possuíam meios de levarem

seus produtos. Os Associados que possuíam meios de levar as suas compras, assim o faziam. (R44).

Os produtos de cesta básica eram armazenados no depósito, classificados e embalados em caixas para posterior entrega. (R36).

Esta compra era entregue nas dependências da UEL no princípio, com atuações voluntárias dos administradores e associados, até a construção da sede própria, que estava sendo construída. Cada associado era comprometido em prestar 1 (um) dia de serviço, no mês da compra. Foi contratado 1(um) funcionário para limpeza e recebimento. (R6).

Após a construção da sede própria, houve a abertura para produtos complementares, que eram oferecidos aos associados, geralmente por intermédio de algum associado:

às vezes era permitida a venda diretamente aos associados (no dia da entrega) de produtos perecíveis (mel, hortifrutigranjeiros) de pequenos produtores reconhecidos, dentre os próprios professores/servidores da UEL. (R2).

O trabalho era planejado e desenvolvido de modo a atender o volume de produtos e pessoas de forma prática, percebendo-se que havia uma estruturação e organicidade na ordem e distribuição:

Com base na listagem feita pelo cooperado todos os sábados o cooperado tinha que ir a cooperativa buscar sua compra que já estava separada de acordo com os itens previamente anotados na lista de compra. A entrega era rápida e satisfatória. (R20).

A entrega era feita por ordem de chegada dos cooperados, cada um ia com sua lista e pegava os mantimentos, quanto às entregas, eram checadadas e alocadas nos veículos que faziam a entrega domiciliar por zona. (R29).

A distribuição/entrega das compras era feita em um dos barracões localizados próximos à Diretoria de Material, onde retirávamos as mercadorias solicitadas. (R34).

As mercadorias ficavam nas gôndolas e os cooperados, de posse de uma via do seu próprio pedido, circulavam pelo recinto, coletando os produtos nas quantidades pedidas. (R38).

Percebemos ainda que se valorizava o trabalho voluntário, e havia um revezamento que ocorria por um processo de chamada e de escolhas para estar presente no dia de entrega:

O trabalho era realizado por servidores da UEL, que se organizavam em mutirão, escalas feitas antecipadas para dar conta das entregas, praticamente o dia todo, mas o movimento maior era no período da manhã. (R17).

Era realizado por um grupo de voluntários, e cada funcionário separava sua compra, alguns pediam para entregar em casa. (R28).

Era efetuada uma escala para quem pudesse colaborar na distribuição dos alimentos. Houve muitos problemas na organização, pois não se tinha uma estrutura adequada para esta atividade. (R33).

Por ser um trabalho voluntário, havia dificuldades na organização, no que aponta o relato. De fato, acontecia com alguns dos associados que não eram adequadamente orientados, ocorriam atrasos na reposição e na substituição, quando do processo de entrega, mas que era aceitável junto aos próprios associados.

4.5 O ARMAZENAMENTO, A DISTRIBUIÇÃO E O TRANSPORTE DOS PRODUTOS

Quando do início dos trabalhos das comissões, após a definição da lista de produtos, foram feitas várias reuniões para avaliar o quantitativo de produtos e o espaço necessário. Era óbvio que isso seria um limitador, pois, embora comprando para a semana da entrega, haveria necessidade de armazenar, mesmo que por alguns dias, e necessitar-se-ia de espaço para a organização e a distribuição (Foto 7).

Foram vários os contatos, primeiro com a direção do Centro de Ciências Biológicas, pois ali havia um espaço, um saguão na entrada do anfiteatro, que já era muito conhecido dos servidores, pois era palco de muitas mobilizações e assembleias.

Houve um acordo com a direção e, como nos sábados não havia atividades, ela permitiu que o saguão fosse utilizado, com a condição de que fosse restrito ao sábado, portanto a área de distribuição estava a princípio resolvida:

Inicialmente o local escolhido para a entrega foi o saguão do CCB e depois o Pinicão (contávamos com o apoio da direção). Pela impossibilidade de armazenamento de sobras/estoques no Pinicão, utilizávamos um depósito localizado num barracão abaixo do prédio da Reitoria. Posteriormente, na sede da Cooperativa. (R3).

Antes da construção do espaço físico no Campus da UEL, a distribuição dos produtos foi feita no CCB (Anfiteatro Pinicão) e depois no espaço do LPM. (R4).

Foto 7 - Produtos armazenados no anfiteatro do CCB



Fonte: Arquivo pessoal do Prof. Laerte Matias

O grupo começou a avaliar como seria possível armazenar os produtos no período que antecedia o sábado da entrega. Existia um espaço simples, nos fundos do Laboratório de Produção de Medicamentos, localizado na Av. Tiradentes. Houve uma negociação com a direção do local e, com a autorização da reitoria, o espaço poderia ser utilizado, mas precisava de uma organização e limpeza, o que foi executado com a colaboração de vários associados:

A cooperativa não tinha local fixo no início, então tivemos vários locais, o que me recordo era no atual LPM (Laboratório de Medicamentos da UEL) e o armazenamento era também lá, acredito que no Campus tínhamos alguns locais para depois serem transportados para o LPM. (R7).

Inicialmente, enquanto a SERVICOOOP não tinha uma sede própria, eram utilizados locais disponibilizados pela UEL, para o estoque e distribuição dos produtos. Um dos locais utilizados foram as instalações do Laboratório de Medicamentos localizado ao lado do Parque de Exposições Ney Braga. Depois ocorreu a construção da sede própria ao lado da Diretoria de Material no Campus Universitário onde passaram a serem estocados e distribuídos os produtos. (R8).

O recebimento das mercadorias ocorria no Laboratório de Produção de Medicamentos – LPM, que, na madrugada do sábado, eram transportadas para a

distribuição no saguão do CCB (Foto 8). Após o término, as sobras eram transportadas para o LPM, exigindo trabalho, esforço físico e tempo:

Antes de a SERVICOOOP ter seu prédio próprio e adequado, os produtos eram armazenados e distribuídos em locais, inicialmente, cedidos pela Universidade Estadual de Londrina (anfiteatro maior do CCB, dependências do antigo LPM). Todo o trabalho exigia o planejamento de uma logística que incluía a escalação de equipes para o recebimento e guarda adequada das mercadorias e posterior transporte até o local de entrega. Era, por assim dizer, um trabalho delicado, porque exigia cuidados para o traslado de diversos tipos de produtos, de maneira tal que não ocorresse deterioração ou prejuízo. (R6).

Em outro contato com a Direção do CCB, houve um ajuste que permitiu a utilização do anfiteatro do CCB – o Pinicão -, e isso aliviava um pouco o trabalho, pois as sobras ficavam guardadas até a segunda, não havendo o deslocamento logo ao final do sábado, o que era muito desgastante.

Foto 8 – Servidores da UEL – associados descarregando os produtos⁵⁵



Fonte: Arquivo pessoal do Prof. Laerte Matias

Passados alguns meses, houve uma nova mudança. Com algumas adaptações no espaço do LPM, as entregas passaram a ser realizadas neste espaço, que, mesmo acanhado, diminuiria dois deslocamentos com os produtos.

⁵⁵ N.A. - Descarregamento de compras, novembro/1988 – Entrada do CCB.

Por fim, a centralização de todos os trabalhos, recebimento, armazenamento e distribuição (Foto 9), foi para o campus. Isso ocorreu com a construção da sede própria, conforme podemos precisar no informativo da UEL:

O início foi de improvisos. O presidente da Servicoop [...] lembra-se do tempo em que a entrega das compras era feita no Pinicão. Depois, a cooperativa arrumou espaço na Central de Medicamentos para manter um depósito. E finalmente conseguiu construir sua sede própria, no Campus, ao lado do almoxarifado, numa obra que teve a colaboração da UEL e da Prefeitura Municipal. Está lá desde outubro de 1989. (“ORELHA” de Jégué a moeda da UEL, 1991, p. 5).

Foto 9 - Produtos organizados para a distribuição



Fonte: Arquivo pessoal do Prof. Laerte Matias

Um tempo depois da inauguração da sede própria, passando a ter um local adequado para o armazenamento e podendo manter a organização dos produtos que sobravam no mês, a diretoria contratou um funcionário⁵⁶. Inicialmente, como diarista, esse funcionário trabalhava nos dias da semana antecedentes ao sábado da distribuição aos associados, recebendo e ordenando os produtos. Tempos depois, foi contratado em tempo integral, sendo responsável pela

⁵⁶ N.A. – As cooperativas são geradores de empregos, contratando trabalhadores no regime CLT, e segundo a OCB (2014b), fecharam o ano de 2012 com 321.467 postos de trabalho ocupados.

manutenção do espaço físico, pelo recebimento dos produtos no período de entrega por parte dos fornecedores, por auxiliar na descarga, organizando-os de forma que estivessem preparados para o sábado da distribuição, e de encaminhar outras atividades administrativas em apoio à diretoria, conforme dito pelo presidente na reportagem do Boletim Notícia da UEL (1991, n. 527, p. 5), “Temos apenas um funcionário, nosso amigo ‘Cabelo’ (Erson Gonçalves)”, confirmando o que já havia sido notícia:

[...] acreditam que a contratação do funcionário em regime integral vai possibilitar outros avanços como, por exemplo, trabalhar com algumas ofertas fora das listas, quando oportuno. (PREÇOS ...,1990, p. 6).

A situação era bem clara, nem todos os associados tinham meios próprios de transporte dos produtos adquiridos. Para isso, houve um determinado apoio, mas todos precisavam ir até a cooperativa separar os seus produtos:

O cooperado se responsabilizava por retirar a mercadoria num barracão no campus da UEL. (R4).

Houve então algumas discussões. Primeiro verificou-se quem não teria nenhum mecanismo para transportar as mercadorias, mesmo porque muitos faziam as suas compras inclusive para atendimento de seus familiares, e alguns deles recorreriam aos próprios colegas para o serviço:

Muitos cooperados não possuíam veículos para irem buscar suas compras. Para estes casos, outros voluntários organizavam os produtos em caixas, conforme as listas de compra, e se encarregavam de levá-los às casas. (R42).

A UEL cedia os veículos e a cooperativa custeava as despesas com combustíveis e outras que porventura acontecessem. Ainda para reduzir o problema, houve um trabalho junto aos próprios associados. Verificava-se quem morava próximo do companheiro de trabalho e era solicitado o apoio para que o transporte dos produtos ocorresse em conjunto. Em muitos casos isso aconteceu, demonstrando uma participação e promovendo uma ação de solidariedade e cooperação:

Usando a estrutura própria e o apoio da instituição, algumas compras eram entregues nas suas residências. (R6).

Os cooperados com veículo se ajudam mutuamente e a UEL disponibilizava um veículo para aqueles que não tinham como levar suas compras. (R37).

Além disso, associados - diretores e representantes -, disponibilizavam seus veículos e realizavam o serviço de transporte, com o ressarcimento das despesas de combustível.

No início, o transporte deveria ser viabilizado pelo próprio associado. Nesta impossibilidade eram convocados diretores ou outros voluntários para utilizar seu próprio veículo para essa finalidade. Eu mesmo disponibilizava minha "ford rural 4x4" para a entrega na periferia da cidade. (R11).

Tinham entrega nas casas sim! E eram feitas com veículos disponibilizados pela UEL, veículos de voluntários ou dos próprios associados que levavam suas próprias compras. (R12).

Por fim, o grupo buscou uma alternativa junto à administração da UEL, para que pudesse destinar um apoio logístico para atender a demanda existente, no que foi atendido:

Com veículos cedidos pela UEL e APUEL, após separação dos produtos nós entregávamos nas respectivas casas dos cooperados, que não tinham transporte. (R2).

A Servicoop fazia entrega em domicílio aos cooperados que necessitavam desse serviço. A Prefeitura do Campus disponibilizava um caminhãozinho para esse serviço e os cooperados ajudavam na entrega. (R32).

No meu caso, vinha buscar os produtos. Aqueles servidores que não tinham carro, a UEL disponibilizava, junto à Cooperativa, carros para entregar na residência dos cooperados. (R41).

Havia então a cobrança de uma taxa financeira para a cooperativa ressarcir as despesas do transporte (combustível e alimentação dos voluntários).

Os associados que não podiam levar suas mercadorias pagavam, se não me engano, pagava uma pequena taxa para entrega a domicílio. No meu caso eu mesmo buscava minhas mercadorias. (R3).

O trabalho de organização, roteiro de entrega, carga e descarga, era efetuado pelos associados voluntários.

O trabalho de transporte para entrega era feito por um grupo de funcionários/cooperados com uma escala de utilização de veículos cedidos pela Universidade para que as entregas nas casas fossem realizadas. (R16).

A SERVICOOOP organizava um "tour", um itinerário pela cidade, entregando as compras daqueles que não possuíam condução. E é importante destacar que a maioria dos servidores de menor poder aquisitivo, no período, não possuíam carros, ou equivalentes, bem diferente do que é hoje. (R31).

Podemos verificar, que essa atividade era extremamente dependente da solidariedade e do voluntariado.

4.6 AS SOBRAS - PRODUTOS NÃO RETIRADOS

Na fase inicial, como não havia um local com o espaço adequado para armazenar, e como havia muita movimentação dos produtos, o associado era chamado a retirar a sua compra, com o acréscimo de uma taxa de entrega, pois havia um custo real a mais pelo trabalho realizado.

Depois, com os ajustes e adaptações efetuadas (fixação de um mesmo local de recebimento e distribuição), equalizaram-se a operação e o custo. Assim, as pessoas eram consultadas sobre a retirada dos produtos e, quando ocorriam, as sobras eram disponibilizadas, na semana seguinte, para aquisições dos demais associados pelo mesmo preço:

Os produtos não retirados eram absorvidos como estoque pela cooperativa e depois divulgados aos demais cooperados de sua existência, para eventual arremate. (R2).

Era colocado à venda durante o mês, e, ainda, o restante do estoque era guardado para o próximo mês, sendo deduzido da totalização a ser comprada. (R5).

Eram vendidos aos associados interessados após todas as compras entregues ou retiradas, pelo mesmo preço praticado no dia da entrega dos produtos. (R7).

Os produtos que sobravam eram armazenados, contados como estoque da cooperativa e descontados no próximo lote de necessidade de compras, conforme o relato de (R4). “*Ficavam estocados e eram computados para o estoque do mês seguinte*”.

Todos os meses, durante o processo de distribuição das compras, acontecia de alguns pacotes de produtos rasgarem, ou mesmo pequenos amassados em outros. Essas mercadorias eram separadas e junto com outros produtos – adquiridos e disponibilizados por associados – serviam para a cesta básica que era encaminhada para a assistência social atender aos servidores que estavam em dificuldades. Esse processo deu a origem à ACIDUEL.

4.7 SIMULAÇÃO DO PROCESSO DE COMPRA

A simulação do processo de compras em comum foi desenvolvida no molde e no modelo original, utilizando a mesma forma que foi executada ao longo da existência da cooperativa de consumo dos servidores.

Na realização da pesquisa, foi entregue uma lista de compra contendo os 96 itens e códigos da lista distribuída à época, num processo semelhante ao da cooperativa. Como orientação para a simulação, solicitou que, no preenchimento, fosse utilizasse como parâmetro o atual consumo familiar.

Desta forma, ocorreu a distribuição da listagem junto com o instrumento de coleta de dados da fase 2 da pesquisa. Houve um retorno de 47 (quarenta e sete) listas preenchidas, nos moldes de um pedido de compra, que passa a formar um lote, que foi devidamente totalizado por itens, obtendo-se o quadro de necessidade de aquisição das compras.

Para a simulação do montante de compras em valores e parâmetros atuais, foi projetado, a partir da média por pedido de compra totalizada por itens, um fator de ponderação – 500 pedidos de compra⁵⁷ - para constituir o lote de compras para avaliação, simulando, dessa forma o volume de produtos comprados e entregues mensalmente, cuja totalização⁵⁸ é apresentada no quadro 15.

Seguindo o modelo de “compras em comum”, desenvolvido pela cooperativa, foi realizada uma pesquisa junto a três mercados (Quadro 16), em regiões diferentes - centro, oeste e sul. Neste caso, a consulta foi efetuada com a colaboração e as indicações feitas pelos associados, levando-se em conta a proximidade e executando o mesmo modelo aplicado, quando do período de funcionamento da cooperativa, que serviu para simular (Quadro 17) as compras, nos dias atuais, se o modelo estivesse em operação.

⁵⁷ N.A. – A quantidade de 500 pedidos na movimentação mensal baseou-se nas informações colhidas junto aos associados e membros da diretoria, que apontaram como sendo essa a quantidade média de entregas efetuadas durante os meses de funcionamento da cooperativa.

⁵⁸ N.A. - O quadro de 96 itens diferentes apresenta uma projeção para 500(quinzentas) compras, desenvolvida a partir da média unitária dos 47 pedidos, multiplicado por 500, totalizando 45.537 unidades, simulando um volume de compras mensais.

Quadro 15 – Totalizador - simulação de compras, projeção para 500 pedidos

Produtos	Quant	Produtos	Quant
001 - Arroz Agulha tipo 1 - pc 5 Kg	681	222 - Margarina Claybon - pc 500 g	64
002 - Arroz Agulha tipo 2 - pc 5 Kg	0	226 - Extrato de Tomate Elefante - lt 140 g	681
006 - Feijão Carioca/Rosinha - pc 1 Kg	1203	227 - Extrato de Tomate Cajamar - lt 140 g	22
011 - Açúcar Cristal - pc 5 Kg	4696	228 - Extrato de Tomate Elefante - lt 370 g	298
012 - Açúcar Refinado - pc 5 Kg	43	229 - Molho de Tomate - lt 340 g	958
013 - Açúcar Refinado - pc 1 Kg	607	231 - Puro Alho - lt 140 g	245
016 - Macarrão Sêmola Ninhado - pc 1 Kg	426	232 - Mostarda - vd 200 g	383
017 - Macarrão Sêmola Espaguete 3 1 Kg	596	233 - Ketchup - vd 400 g	511
018 - Macarrão Massas c/ ovos - pc 1 Kg	479	236 - Tempero Completo - lt 200 g	277
021 - Fubá - pc 1 Kg	256	246 - Queijo Ralado Cativa - pc 50 g	915
026 - Farinha de Milho - pc 500 g	235	251 - Vinagre de Vinho Castelo - vd 750 ml	383
031 - Farinha Trigo D. Benta - pc 5 Kg	192	252 - Vinagre Álcool Castelo - vd 500 ml	139
032 - Farinha Trigo D. Benta - pc 1 Kg	596	301 - Bombril - pc 8 uni	883
036 - Sal Refinado - pc 1 Kg	501	306 - Agua Sanitária Qboa - vd 1 lt	830
041 - Maisena - pc 500 g	362	311 - Desinfetante Pinho - vd 500 ml	479
046 - Café Itamaray - pc 500 g	788	312 - Desinfetante Genérico - vd 500 ml	224
047 - Café Cereja - pc 500 g	54	316 - Saco Lixo de 20lt - pc 20 uni	213
048 - Filtro Papel Café 102 - cx 10 uni	235	317 - Saco Lixo de 40lt - pc 20 uni	266
049 - Filtro Papel Café 103 - cx 10 uni	330	318 - Saco Lixo de 60lt - pc 10 uni	469
052 - Óleo Soja - lt 900 ml	1330	321 - Álcool p Limpeza - vd 1 lt	458
053 - Óleo Milho - lt 900 ml	437	322 - Lustra móvel - lt 200 ml	330
056 - Farinha Mandioca Pinduca - 500 g	320	323 - Limpa Vidro - vd 500 ml	341
057 - Farinha Mandioca Deusa - pc 500 g	224	324 - Karpex - vd 500 ml	54
101 - Leite em Pó Ninho - lt 400 g	203	326 - Sabão em Pó Omo - pc 500 g	1022
102 - Farinha Láctea - lt 400 g	118	327 - Sabão em Pó Minerva - pc 500 g	86
103 - Neston - lt 400 g	32	328 - Sabão em Pó Genérico - pc 500 g	107
106 - Achocolatado Nescau - lt 500 g	415	331 - Veja Multiuso - vd 500 ml	660
107 - Achocolatado Mucky - lt 500 g	75	332 - Ajax Comum - vd 500 ml	288
108 - Achocolatado Toddy - lt 400 g	383	333 - Varsol - lt 500 ml	32
111 - Fermento em Pó Royal - lt 100 g	469	341 - Sabão em Pedra Brilhante - 100 g	245
116 - Gelatina de Morango - cx 85 g	809	342 - Sabão em Pedra Ype - uni 100 g	1213
117 - Gelatina de Limão - cx 85 g	671	343 - Sabão em Pedra Rio - uni 100 g	128
118 - Gelatina de Abacaxi - cx 85 g	713	344 - Sabão em Pedra Guaira - uni 100 g	11
119 - Gelatina de Uva - cx 85 g	809	345 - Sabão em Pedra de Coco uni 100 g	458
126 - Creme de Leite - lt 300 g	1224	351 - Detergente Neutro Minerva vd 500 ml	1405
131 - Leite Condensado - lt 395 g	1149	352 - Detergente Neutro Odd - vd 500 ml	245
136 - Leite de Coco - vd 200 ml	437	356 - Amaciante Fofó - vd 500 ml	543
141 - Coco Ralado - pc 100 g	501	357 - Amaciante Confort - vd 500 ml	437
146 - Chá Mate Leão - pc 200 g	352	361 - Creme Dental Colgate - tb 90 g	1075
201 - Maço de Fosforo - pc 10 uni	341	362 - Creme Dental Kolynos - tb 90 g	181
206 - Maionese - vd 250 g	266	366 - Sabonete Lux - uni 90 g	1426
207 - Maionese - vd 500 g	383	367 - Sabonete Rexona - uni 90 g	320
211 - Ervilha - lt 200 g	618	368 - Sabonete Palmolive - uni 90 g	437
212 - Azeitona Verde - vd 200 g	607	371 - Papel Higiênico Nice - pc 4 uni	362
213 - Salsicha - lt 200 g	118	372 - Papel Higie Personal/Finesse - 4 uni	564
214 - Milho Verde - lt 200 g	735	373 - Papel Higie Neve/Charme - pc 4 uni	1352
216 - Sardinha em Óleo - lt 125 g	947	381 - Amaciante - vd 5 lt	160
221 - Margarina Doriana - pc 500 g	522	382 - Alvejante - vd 5 lt	96

Elaboração: Dias, Luís F. P.

Fonte: Informação da Pesquisa

Quadro 16 – Listagem da cotação de mercados e seleção da opção menor preço⁵⁹

Produtos	Mercado 1	Mercado 2	Mercado 3	Menor Preço
001 - Arroz Agulha tipo 1 - pc 5 Kg	11,90	9,98	14,16	9,98
006 - Feijão Carioca/Rosinha - pc 1 Kg	2,99	2,65	3,98	2,65
011 - Açúcar Cristal - pc 5 Kg	7,19	5,99	7,46	5,99
013 - Açúcar Refinado - pc 1 Kg	1,79	1,79	1,52	1,52
016 - Macarrão Semola Ninhado - pc 1 Kg	4,19	2,95	3,06	2,95
017 - Macarrão Semola Espaguetti 3 - pc 1 Kg	2,45	2,95	2,52	2,45
018 - Macarrão Massas c/ ovos - pc 1 Kg	2,49	-	3,68	2,49
021 - Fuba - pc 1 Kg	1,99	1,48	2,48	1,48
026 - Farinha de Milho - pc 500 g	-	2,78	2,88	2,78
031 - Farinha Trigo D. Benta - pc 5 Kg	10,99	-	11,98	10,99
032 - Farinha Trigo D. Benta - pc 1 Kg	2,35	-	2,45	2,35
036 - Sal Refinado - pc 1 Kg	1,05	0,98	1,25	0,98
041 - Maisena - pc 500 g	3,50	3,45	1,77	1,77
046 - Café Itamaray - pc 500 g	5,99	6,95	7,85	5,99
048 - Filtro Papel Café 102 - cx 10 uni	2,49	1,99	1,45	1,45
049 - Filtro Papel Café 103 - cx 10 uni	2,79	2,35	1,58	1,58
052 - Óleo Soja - lt 900 ml	1,99	2,79	1,94	1,94
053 - Óleo Milho - lt 900 ml	4,99	6,95	4,18	4,18
056 - Farinha Mandioca Pinduca - pc 500 g	-	2,99	3,10	2,99
057 - Farinha Mandioca Deusa - pc 500 g	4,79	4,79	5,10	4,79
101 - Leite em Po Ninho - lt 400 g	14,89	11,90	10,95	10,95
102 - Farinha Lactea - lt 400 g	12,39	10,79	8,98	8,98
103 - Neston - lt 400 g	-	6,69	11,48	6,69
106 - Achocolatado Nescau - lt 500 g	4,78	4,10	5,95	4,10
108 - Achocolatado Toddy - lt 400 g	4,19	4,75	4,90	4,19
111 - Fermento em Po Royal - lt 100 g	1,89	1,95	-	1,89
116 - Gelatina de Morango - cx 85 g	0,69	0,85	1,52	0,69
117 - Gelatina de Limão - cx 85 g	0,69	0,85	1,52	0,69
118 - Gelatina de Abacaxi - cx 85 g	0,69	0,85	1,52	0,69
119 - Gelatina de Uva - cx 85 g	0,69	0,85	1,52	0,69
126 - Creme de Leite - lt 300 g	3,59	3,59	2,74	2,74
131 - Leite Condensado - lt 395 g	2,19	2,19	3,88	2,19
136 - Leite de Coco - vd 200 ml	3,15	3,15	3,38	3,15
141 - Coco Ralado - pc 100 g	3,19	3,19	2,47	2,47
146 - Cha Mate Leão - pc 200 g	4,78	4,78	4,99	4,78
201 - Maço de Fosforo - pc 10 uni	2,50	2,45	2,80	2,45
206 - Maionese - vd 250 g	3,69	3,69	3,38	3,38
207 - Maionese - vd 500 g	4,58	4,58	4,58	4,58
211 - Ervilha - lt 200 g	1,29	1,29	1,35	1,29
212 - Azeitona Verde - vd 200 g	5,19	5,09	4,58	4,58
213 - Salsicha - lt 200 g	2,75	2,79	-	2,75
214 - Milho Verde - lt 200 g	1,18	1,18	2,10	1,18
216 - Sardinha em Óleo - lt 125 g	2,79	2,79	3,15	2,79
221 - Margarina Doriana - pc 500 g	3,29	3,29	4,16	3,29
226 - Extrato de Tomante Elefante - lt 140 g	-	-	1,47	1,47
228 - Extrato de Tomante Elefante - lt 370 g	2,48	2,48	3,48	2,48
231 - Puro Alho - lt 140 g	2,59	2,59	2,58	2,58
232 - Mostarda - vd 200 g	1,49	1,49	1,60	1,49
233 - Ketchup - vd 400 g	1,98	1,99	2,05	1,98
236 - Tempero Completo - lt 200 g	2,39	2,39	2,55	2,39
246 - Queijo Ralado Cativa - pc 50 g	2,89	3,49	2,85	2,85
251 - Vinagre de Vinho Castelo - vd 750 ml	3,49	3,49	3,65	3,49
252 - Vinagre Alcool Castelo - vd 500 ml	3,49	1,99	-	1,99
301 - Bombril - pc 8 uni	1,99	1,99	1,98	1,98
306 - Água Sanitária Qboa - vd 1 lt	1,98	4,29	1,98	1,98
311 - Desinfetante Pinho - vd 500 ml	4,29	2,99	3,05	2,99
312 - Desinfetante Generico - vd 500 ml	2,99	2,75	2,88	2,75
316 - Saco Lixo de 20lt - pc 20 uni	2,79	2,99	-	2,79
318 - Saco Lixo de 60lt - pc 10 uni	2,89	3,10	-	2,89
321 - Alcool p Limpeza - vd 1 lt	4,79	4,79	4,90	4,79
322 - Lustra movei - lt 200 ml	3,29	3,29	3,45	3,29
323 - Limpa Vidro - vd 500 ml	3,29	3,25	3,25	3,25
326 - Sabão em Pó Omo - pc 500 g	13,48	13,48	6,95	6,95
331 - Veja Multiuso - vd 500 ml	3,89	3,89	10,06	3,89
342 - Sabão em Pedra Ype - uni 100 g	4,99	4,99	4,80	4,80
345 - Sabão em Pedra de Coco - uni 100 g	1,05	1,20	1,90	1,05
351 - Detergente Neutro Minerva - vd 500 ml	1,18	1,18	1,45	1,18
352 - Detergente Neutro Odd - vd 500 ml	-	-	1,45	1,45
361 - Creme Dental Colgate - tb 90 g	2,09	2,09	3,20	2,09
366 - Sabonete Lux - uni 90 g	1,19	1,19	0,90	0,90
Elaboração: Dias, Luís F.P.				
Fonte: Informação da Pesquisa				

⁵⁹ N. A. – A coluna “menor preço” é a melhor opção de preço dos três mercados pesquisados.

Quadro 17 – Simulação: listagem das compras – 5 pedidos⁶⁰

Produtos	Pedido 08	Pedido 15	Pedido 22	Pedido 36	Pedido 42
001 - Arroz Agulha tipo 1 - pc 5 Kg	2	1	1	4	1
006 - Feijão Carioca/Rosinha - pc 1 Kg	4	1	2	6	1
011 - Açúcar Cristal - pc 5 Kg	2			3	1
013 - Açúcar Refinado - pc 1 Kg	2	1			3
016 - Macarrão Semola Ninhado - pc 1 Kg	2				
017 - Macarrão Semola Espaguetti 3 - pc 1	2	1		3	1
018 - Macarrão Massas c/ ovos - pc 1 Kg	2	1	2	1	
021 - Fuba - pc 1 Kg	1			1	1
026 - Farinha de Milho - pc 500 g	1			1	1
031 - Farinha Trigo D. Benta - pc 5 Kg	1			2	1
032 - Farinha Trigo D. Benta - pc 1 Kg		1			
036 - Sal Refinado - pc 1 Kg	1	1	1	2	1
041 - Maisena - pc 500 g	2		1	1	1
046 - Café Itamaray - pc 500 g	3	1		4	
048 - Filtro Papel Café 102 - cx 10 uni	3				
049 - Filtro Papel Café 103 - cx 10 uni		1	3		
052 - Oleo Soja - lt 900 ml	4				3
053 - Oleo Milho - lt 900 ml		2		5	
056 - Farinha Mandioca Pinduca - pc 500 g				1	
057 - Farinha Mandioca Deusa - pc 500 g		1			
101 - Leite em Po Ninho - lt 400 g	1			2	
102 - Farinha Lactea - lt 400 g				1	
103 - Neston - lt 400 g				1	
106 - Achocolatado Nescau - lt 500 g	2	1	1	1	
108 - Achocolatado Toddy - lt 400 g					1
111 - Fermento em Po Royal - lt 100 g	1	1		1	1
116 - Gelatina de Morango - cx 85 g	5	1		2	2
117 - Gelatina de Limão - cx 85 g	5	1		2	2
118 - Gelatina de Abacaxi - cx 85 g	5	1		2	2
119 - Gelatina de Uva - cx 85 g	5	1		2	2
126 - Creme de Leite - lt 300 g	4		6	2	3
131 - Leite Condensado - lt 395 g	4		1		3
136 - Leite de Coco - vd 200 ml	1			1	1
141 - Coco Ralado - pc 100 g	2	1		1	1
146 - Cha Mate Leão - pc 200 g	2			3	
201 - Maço de Fosforo - pc 10 uni	1	1		1	1
206 - Maionese - vd 250 g	0			2	2
207 - Maionese - vd 500 g	2				
211 - Ervilha - lt 200 g	2	1	3	1	1
212 - Azeitona Verde - vd 200 g	2	1		1	1
213 - Salsicha - lt 200 g				1	1
214 - Milho Verde - lt 200 g	3	1	5	2	2
216 - Sardinha em Oleo - lt 125 g			2	3	3
221 - Margarina Doriana - pc 500 g	1	1		1	
226 - Extrato de Tomante Elefante - lt 140 g		3		3	1
228 - Extrato de Tomante Elefante - lt 370 g	3			1	
231 - Puro Alho - lt 140 g		1	2	1	1
232 - Mostarda - vd 200 g	1			1	1
233 - Ketchup - vd 400 g	1	1	2	1	1
236 - Tempero Completo - lt 200 g		1	1	1	
246 - Queijo Ralado Cativa - pc 50 g		1	5	3	3
251 - Vinagre de Vinho Castelo - vd 750 ml	1		1	1	1
252 - Vinagre Alcool Castelo - vd 500 ml			1		
301 - Bombril - pc 8 uni	2	1	1	2	2
306 - Agua Sanitária Qboa - vd 1 lt	2	1	2	2	1
311 - Desinfetante Pinho - vd 500 ml		1		2	3
312 - Desinfetante Generico - vd 500 ml	2				1
316 - Saco Lixo de 20lt - pc 20 uni		1	2		
318 - Saco Lixo de 60lt - pc 10 uni	1	1	2	1	2
321 - Alcool p Limpeza - vd 1 lt	1	1	1	1	1
322 - Lustra movei - lt 200 ml	1	1			
323 - Limpa Vidro - vd 500 ml			1	1	
326 - Sabão em Pó Omo - pc 500 g	2	2	3	2	2
331 - Veja Multiuso - vd 500 ml		1	1		1
342 - Sabão em Pedra Ype - uni 100 g	3	1		5	5
345 - Sabão em Pedra de Coco - uni 100 g	2				
351 - Detergente Neutro Minerva - vd 500 ml	4		3	5	5
352 - Detergente Neutro Odd - vd 500 ml		2			
361 - Creme Dental Colgate - tb 90 g	4	2		3	
366 - Sabonete Lux - uni 90 g	4	2		10	
Elaboração: Dias, Luís F.P.					
Fonte: Informação da Pesouisa					

⁶⁰ A seleção e escolha dos 5(cinco) pedidos, dos 47 coletados na pesquisa, foi aleatória.

Com os resultados da consulta de preços, os dados foram tabulados, gerando uma tabela com ênfase à coluna de menor preço (Quadro 16) ofertado por item de cada produto. Neste trabalho verificou-se que não foi possível obter os valores de alguns itens ou por estarem em falta no mercado, ou mesmo por terem sido substituídos por outras marcas, ou por diferença de medida ou peso, o que é um processo natural, decorrente da cultura e do tempo.

Ao analisar o lote de compras e a consulta de preços de mercado, podem-se verificar algumas alterações na indicação dos itens de consumo, por parte das pessoas e do mercado, o que é indicado pela ausência de alguns produtos, nos pedidos e na oferta. Observamos que esse conceito de “evolução” nas características do consumo deve ter sido um dos motivos para a atualização das listas de compras conforme ocorreu em dois momentos na existência da cooperativa.

Depois da escolha dos cinco pedidos (Quadro 17), foi feita a quantificação dos valores, cruzando os dados com a pesquisa de mercado e de menor preço (Quadro 16), encontrando-se os resultados constantes na tabela 19.

Tabela 19 – Resultado da simulação de compras – seleção de pedidos

Número dos pedidos	Pedido 08	Pedido 15	Pedido 22	Pedido 36	Pedido 42
Números de itens de produtos solicitados	49	40	27	53	44
Valor total de compra - opção mercado 1	344,15	156,22	185,86	434,21	235,08
Valor total de compra - opção mercado 2	342,29	160,73	188,06	432,30	236,08
Valor total de compra - opção mercado 3	369,67	159,17	176,75	445,52	239,17
Valor total de compra - no menor preço	299,47	133,57	150,69	379,09	205,50

Elaboração: Dias, Luís F. P.

Fonte: Informação da Pesquisa

Analisando a tabela 19, em termos de valores, a melhor opção de compra de todos os cinco pedidos da simulação seria na seleção dos itens mais baratos de cada um. Se houvesse, porém, a necessidade de uma escolha, as opções seriam diferentes: para os pedidos 15 e 42, a opção seria pelo mercado 1, para os pedidos 8 e 36, a opção seria o mercado 2 e para o pedido 22, mercado 3, não sendo considerado na simulação, a localização ou o trajeto das pessoas e dos mercados, além de um outro fator, a opção de cada um.

Comparando os dados da tabela 19, foram verificadas as margens de economia, em percentuais, estabelecidas por meio da relação entre o valor total da opção de compra pelo menor preço e valor total da relação das compras pelos mercados (1, 2 e 3). Os dados para verificação são apresentados na tabela 20.

Tabela 20 – Margem de economia na compra entre o menor preço X opção mercado, base 2014

Número dos pedidos	Pedido 08	Pedido 15	Pedido 22	Pedido 36	Pedido 42
% de economia em relação ao mercado 1	12,98%	14,52%	18,92%	12,69%	12,58%
% de economia em relação ao mercado 2	12,51%	16,92%	19,87%	12,31%	12,95%
% de economia em relação ao mercado 3	18,99%	16,10%	14,75%	14,91%	14,08%

Elaboração: Dias, Luís F. P.

Fonte: Informação da Pesquisa

Na análise da tabela 20, verificamos que, comparando-se a opção pela montagem dos itens de menor preço com cada mercado, a menor variação, é de 12,31% e a maior é de 19,87%. Podemos, ainda, constatar que são diferentes as variações dos pedidos, isso porque depende mais do total de itens pedidos do que da quantidade de itens.

Observe-se que é possível conseguir as margens apresentadas, independentemente da existência da cooperativa. Para tanto, a pessoa deve comprar com uma lista de suas necessidades, comparando os preços de dois, três ou até mais mercados, e adquirir os itens de menor preço encontrados em cada um dos mercados, porém há que se considerar: o trabalho de pesquisa, o retorno para cada compra e o tempo para realizar, além de contabilizar os custos para o conjunto de tarefas e verificar se as vantagens obtidas seriam compensadoras.

Após o processo analisado e descrito como “compras em comum”, podemos afirmar que hoje ele acontece nas chamadas “compras coletivas”, porém a Cooperativa apresentou, a partir da dinâmica da movimentação, um modelo de operação de fazer um pedido antecipado e de ter num único local a sua distribuição. Um detalhe, no entanto, deve ser analisado: a cooperativa garantia um preço menor ou igual ao dos valores pesquisados e, sobre essa diferença a menor, era retido o equivalente a 50% para as suas despesas e quotas. Assim, é de se pensar que realmente ocorreu uma vantagem considerável no período da sua existência, pois foi com esta “parte” da diferença a menor (50%) que foram mantidas as despesas e

construído o barracão da sede própria. É preciso considerar, ainda, e explicar que a outra parte da diferença em valores iguais para o menor preço dos mercados foi repassada, na forma de “preço da cooperativa”, para os associados que efetuaram os pedidos de compra junto à cooperativa e usufruíram dessa vantagem.

5 OCORRÊNCIAS E RESULTADOS⁶¹ DA DINÂMICA ASSOCIATIVISTA

Ao ler a segunda seção deste trabalho, compreendemos que a cooperação nasceu da necessidade do homem em sobreviver e que até hoje isso acontece, fato comprovado com o estudo em tela, mesmo que aconteça de forma semelhante ou diferente dos primórdios.

No entanto, ao mesmo tempo que o indivíduo busca a cooperação como meio de sobrevivência, ele a usa, muitas vezes, sem conhecê-la por completo, não desenvolvendo ou atingindo todos os objetivos propostos, e isso deve ser uma preocupação por parte das cooperativas, textualizado por Maurer Junior (1966), de promover e difundir o conhecimento cooperativista.

É preciso que essas cooperativas promovam cuidadosa educação cooperativista, no seu sentido rochdeliano, ensinando os seus associados a pensarem como consumidores e a considerarem a atividade econômica do ponto de vista destes. (MAURER JUNIOR, 1966, p. 109).

O processo de organização das pessoas vai acontecendo, conforme o tempo e a necessidade, de forma sucessiva, ocorrendo movimentação (momentos de mobilização e momentos de acomodação), numa área de abrangência, pressionada por vários eixos que norteiam a trajetória humana, como a globalização, o avanço tecnológico, a expansão produtiva, o crescimento populacional, as restrições energéticas, a escassez de recursos, a consciência ecológica, a concentração fundiária, a velocidade das informações, a disponibilidade de acesso aos bens e produtos. Destaque-se que

O movimento cooperativo não é um fim em si. Seu objetivo não é sobreviver, mas viver para proporcionar uma vida melhor. Os pioneiros revolucionaram as relações econômicas e sociais de sua época, ao introduzirem procedimentos e organizações que visavam implantar a equidade e a solidariedade nas relações econômicas e de trabalho, tão aviltadas pelo capitalismo industrial de então. As cooperativas foram inovadoras e criativas durante muitas décadas, colocando-se na fronteira da inovação econômica e social. (SCHNEIDER, 1999, p. 79).

Alguns pontos nos obrigam a refletir como as pessoas e suas organizações, que compõem a sociedade, reagem aos fatores e fenômenos que exercem influência decisiva nas variações da forma, no espaço e no tempo,

⁶¹ N.A. – Analisada pela percepção e interpretação, no contato com os entrevistados da fase inicial e pela análise das questões abertas da fase 2, aplicadas junto aos servidores da UEL, que foram associados da Cooperativa, e com um diálogo junto a um ex-diretor da cooperativa dos funcionários do IAPAR.

provocando uma movimentação e acomodação, urbana ou rural, e assim se mobilizam buscando construir uma estrutura que possa dar condições de superar e melhorar a situação, perante as adversidades impostas pelas condições a que estão submetidos.

Dessa maneira, o associativismo/cooperativismo de consumo deve ser visto como um movimento de solidariedade, popular, comunitário e social, conforme afirmam Costa e Nami (2012, p. 160), como no caso da mobilização espontânea das pessoas (servidores da UEL), visando o seu desenvolvimento econômico e social. Assim,

O Cooperativismo vem sendo considerado, por alguns autores, como uma solução futura para os problemas causados pela sociedade capitalista. Através do Cooperativismo, é possível promover uma economia mais justa, melhor distribuição das riquezas e desenvolvimento racional. No Cooperativismo, a competição é substituída pela colaboração, e o lucro, principal objetivo da aplicação do capital, que é substituído pelas sobras líquidas, saldos positivos de recursos financeiros, então distribuídos para os cooperados, investidos em projetos ou no fundo comum da cooperativa. [...] Através das cooperativas de consumo, é possível eliminar os custos decorrentes de atravessadores, o que ocasiona uma economia e oferta de produtos a preços abaixo de mercado. (COSTA; NAMI, 2012, p. 160).

Nesse sentido, no decorrer da pesquisa, ao analisarmos a dinâmica do associativismo, verificamos que existem experiências de sucesso, mas também de fracasso, pois a operação e o funcionamento (inclusive do modelo apresentado) acontecem num contexto de uma economia global de mercado, e numa sociedade que convive com a complexidade de relações entre as pessoas. Portanto, ao confrontar as informações coletadas e os referenciais teóricos, numa análise de interpretação e de percepção, entendemos assim, e de acordo com Alves (2008).

Uma dificuldade frequente para quem estuda sistemas complexos, como a Geografia, é encontrar e adequar um método para sua utilização, pois seu objeto de estudo está em constante transformação e inclui elementos humanos, físicos e ambientais. (ALVES, 2008, p. 237).

Então passamos a discorrer sobre essas ocorrências e transformações: na dinâmica da movimentação das pessoas, por interpretações consideradas de sucessos e pela percepção de frustrações.

5.1 A DINÂMICA DA MOVIMENTAÇÃO⁶² DAS PESSOAS⁶³

O estudo do processo (terceira seção do trabalho) e do modelo da cooperativa (quarta seção) permitiu compreender a organização como um todo, seu surgimento, sua forma de atuação e de participação, que, em síntese, foram provocados pela interação e a mobilização das pessoas em torno da sua associação. Mostrou que apesar de suas contradições internas⁶⁴ no cotidiano⁶⁵ de suas ações, é formada com os processos disponíveis para a atuação junto ao mercado econômico e social. Isto é assim explicado por Santos (2004):

Através do entendimento desse conteúdo geográfico do cotidiano podemos, talvez, contribuir para o necessário entendimento (e, talvez, teorização) dessa relação entre o espaço e movimentos sociais, enxergando na materialidade, esse componente imprescindível do espaço geográfico, que é, ao mesmo tempo, uma condição para a ação; uma estrutura de controle, um limite à ação; um convite à ação. (SANTOS, 2004, p. 321).

Permitiu, também, explicar a ação e a movimentação dos servidores no seu local e as ocorrências na forma coletiva – associativista -, na constituição da cooperativa, uma organização de ajuda mútua, com suas atividades econômicas na compra e de distribuição de forma coletiva, e que ousou aprimorar as ações conscientizando-o, da sua responsabilidade como “ator” em atingir a melhoria desejada. Note-se:

A cooperativa, inserida em uma sociedade capitalista e atuando no mercado, precisa assumir certos padrões de conduta, que lhe assegurem alguma competitividade neste meio. Desta forma, a inserção no mercado projeta sobre a cooperativa uma de suas dimensões, levando-a a assumir uma aparência semelhante à empresa capitalista. (FLEURY, 1983, p. 143).

⁶² N.A. - A pesquisa trata da “movimentação das pessoas”, neste caso, especificamente ocorrida na mobilização dos servidores da UEL em torno da constituição de uma cooperativa de consumo, motivados pela situação econômico-financeira, visando à melhoria das condições de sobrevivência.

⁶³ N.A.– As pessoas estão em constante movimento, pois assim funciona a sociedade, portanto podemos verificar que, a todo momento e em todos os locais, ocorre a movimentação das pessoas em torno de algo ou alguma coisa, na busca de um novo local, uma nova maneira, um novo fazer, ou simplesmente um novo estar, sempre com o objetivo de melhorar as suas condições de vida. Esses fatos provocam as transformações no contexto geo-espacial, no caso em tela, os envolvidos são os servidores da UEL, que buscaram, como alternativa ao cenário econômico e às dificuldades da manutenção, de sua sobrevivência, a criação de uma cooperativa de consumo.

⁶⁴ N.A. – As cooperativas têm como ação central o homem, mas têm que atuar se adaptando para competir num mercado cujo centro é o capital.

⁶⁵ N.A. – São as ações que vão acontecendo no dia a dia da vida das pessoas; é comum e habitual.

As ações que compõem as realizações humana, identificam o espaço geográfico ocupado, local esse descrito na primeira seção, contemplando, nas análises, um olhar (visão) amplo(a) dos processos e das verificações feitas sobre as transformações que ocorrem em um determinado tempo, conforme apresentado por Lacoste (1988), que entendemos como uma situação local.

Pensar o espaço terrestre na sua complexidade não é, portanto, simples, e aqueles que falam do espaço “banal” julgarão que tudo isso é muitíssimo complicado. Mas o grande epistemólogo que foi Gaston Bachelard mostrou no *O racionalismo aplicado* (1949) que “a explicação científica não consiste em passar do concreto confuso ao teórico simples, mas em passar do confuso ao complexo inteligível”. É eficiente representar-se o espaço terrestre como se ele fosse uma “massa folhada”, distinguindo pelos pensamentos diferentes planos ou níveis de intersecções de conjuntos espaciais. Mas se os distinguimos metodicamente segundo as ordens de grandeza, é para melhor os *articular* uns com os outros. É para melhor compreender uma situação local, para ali eficazmente, que é necessário levar em consideração intersecções de conjuntos sobre extensões bem mais amplas e é para elaborar, com mais chances de sucesso, estratégias concebidas no plano internacional e no quadro de um Estado que se precisa analisar situações locais e o terreno (os terrenos) onde elas serão, em última análise, aplicadas. (LACOSTE, 1988, p. 232-233).

A ação ocorrida no processo de movimentação das pessoas, como pressupõe o estudo, objetivou verificar como o homem interagiu, por meio do trabalho e de atividades produtivas, no espaço ocupado. A dinâmica deve ser registrada como mecanismo de entendimento das características resultantes desse processo e das suas diferentes ações.

O tempo e o espaço movimentados pela ação do grupo de pessoas, no caso os servidores da UEL, que se agruparam e constituíram uma associação e posteriormente uma cooperativa - cuja função básica foi busca pela manutenção e pela sobrevivência, motivados pelas condições econômicas à qual estavam expostos -, já configuram que vão ocupar um “território” e nele exercer o “poder” de decidir, por meio da ajuda mútua e, neste prisma, já provocam a transformação, relacionada no mínimo, com um fator histórico. Destaque-se que

A relação sociedade-natureza é progressiva e dinâmica. A natureza vai registrando a ação do homem e por meio dele adquire diferentes feições, que correspondem às feições do respectivo momento histórico. Cada sociedade determina as características de seu território que, por sua vez, revela-se através da paisagem. (SAQUET; MACHADO, 2011, p. 121).

Nas suas referências para organizar a associação das pessoas, ocorreu um processo de busca, de como definir os limites para a atuação, tanto em

serviços e produtos a serem ofertados, como em área de abrangência, tornando-se um objeto de estudo interessante para a Geografia.

Na pesquisa realizada, percebemos elementos importantes que são destaques no estudo: estrutura e espaço, sendo que este último abre várias subcategorias, como a localização das pessoas, o processo de distribuição das atividades e de mobilização.

Esse caso torna a dinâmica estruturada ainda mais complexa nos agrupamentos de pessoas envolvidas – servidores da UEL - no sistema associativista/cooperativista, pois no processo de trabalho dessa associação existe mais um ingrediente presente: é o que trata da questão do poder estabelecido na organização do conjunto das atividades, (como exemplo na relação com o mercado, temos as negociações das compras junto aos fornecedores) e com e na forma como foi exercida (a democracia nos encaminhamentos e deliberações).

A multidimensionalidade do poder (Estado, sociedade civil e mercado) também torna a análise da dinâmica territorial mais complexa. Em razão disso, explicar-se o lugar pelo lugar tornou-se algo incoerente. Nem mesmo o lugar pode explicar a totalidade, ou seja, o local não é autossuficiente e o contrário da mesma forma. (RAMBO; RÜCKERT, 2008, p. 101).

E ainda temos a atuação com o mercado existente na cidade e região, como aconteceu nessa movimentação de compra e venda que envolveu duas ações: o ato de “comprar” junto aos fornecedores e o de “vender” para os seus associados. Nos dois casos houve uma interação e se adquiriu a confiança das pessoas, mostrando sua importância na dinâmica social, pois,

Pela lei, elas são livres para nascer e organizar suas atividades e formas de representação, tendo por base princípios e valores que caracterizam o sistema cooperativista. [...]As cooperativas participam no mercado buscando oferecer vantagens aos seus associados e, que se forem alcançadas, por vários fatores, a participação deixa de acontecer provocando o fechamento. (DIAS, 2001, p. 53).

Demonstram as ações da movimentação ocorrida, nos relatos descritos, a transformação nas pessoas e no local geográfico ocupado, pois a cooperativa explicitou isso, já no seu processo de constituição, a exemplo da obrigatoriedade de trabalhar nos dias da entrega, ato que foi contestado por muitos associados, indicando aos representantes que convocavam as pessoas uma situação, um problema a ser gerenciado. Dessa forma aponta Schneider (1999),

O cooperativismo, à luz de sua ética, também determina hábitos positivos e de tolerância nos atos cotidianos, porque cooperar é crer no homem, que se une aos semelhantes para a promoção e o bem-estar conjunto. A responsabilidade exercida em comum confere ao grupo uma experiência de amadurecimento que permite a cada um identificar-se melhor com a cooperativa. (SCHNEIDER, 1999, p. 169).

Portanto, fica evidenciada a importância da mobilização e de sua aplicação como estudo no campo da geografia, independentemente dos procedimentos metodológicos que foram conjugados, pois os resultados explicam as mudanças ocorridas.

5.2 A OCORRÊNCIA DE RESULTADOS

No processo de verificação, durante a realização da pesquisa, em que houve também uma abordagem direta, reuniões e contato direto com os servidores da UEL – associados da cooperativa –, constatamos, além das informações coletadas nos relatos, outras que foram objetos de interpretação e ou percepção dos fatos que foram transmitidos pelos entrevistados, em que pudemos verificar como as pessoas se sentiam em participar deste projeto, permitindo, assim, uma análise das ocorrências provocadas no período.

Houve ainda o detalhamento sobre a cooperativa, como os associados estavam se sentindo em participar da organização, pois a metodologia utilizada permitiu que cada um se expusesse de forma livre, possibilitando a retomada do processo experimentado por eles, executado na prática e na vivência de terem participado da cooperativa tendo atuação aberta, solidária e com boa vontade, o que resultou em conhecer as realizações na dinâmica vivenciada da existência da cooperativa, como orienta Oliveira (2007),

[...] um processo que se inicia desde a disposição inicial de se escolher um determinado tema para pesquisar até a análise dos dados com a recomendação para a minimização ou solução do problema pesquisado. Portanto, metodologia é um processo que engloba um conjunto de métodos e técnicas para ensinar, analisar, conhecer a realidade e produzir novos conhecimentos. (OLIVEIRA, 2007, p. 43).

Em se tratando de mobilização e de movimentação de pessoas – neste caso, dos servidores da UEL -, temos que considerar que existiam no meio também aqueles que estariam expressando contrariedade. Só não temos como mensurar e precisar o quanto e de que forma essas reclamações eram ou foram

tratadas no período da existência da associação, porém percebemos que as pessoas não assimilaram o conceito, pois os associados, tinham o direito e a obrigação de, se fosse o caso, indicar e propor a correção das falhas, conceito exposto por Schneider (1999).

Nas cooperativas de consumo, os sócios podem decidir sobre o sortimento e a qualidade das mercadorias, preços, serviços de informação ao consumidor, serviços de entrega a domicílio, horários mais adequados de atendimento ao público, serviços de proteção do consumidor, orientações sobre o consumo mais adequado junto à população de baixa renda, etc. (SCHNEIDER, 1999, p. 159).

Dentro dessa questão referente a reclamações e discordâncias no processo de funcionamento, ressalta-se que é retrato do sistema humano e social e das consequências de uma organização com atuação em grupo ou, ainda, porque as pessoas já estariam comparando a cooperativa de consumo com as diversas opções de mercado e do processo competitivo no consumo, e assim relataram os cooperados:

Não me lembro de um fato específico, mas parece que, com o tempo, os itens disponibilizados foram reduzindo obrigando a complementar compra em supermercados. E, ainda, a diferença de preços em alguns produtos não era significativa. (R4).

Algumas pessoas reclamavam que havia fila, que o serviço era demorado, não entendiam que alguns estavam trabalhando como colaboradores, não eram profissionais. (R28).

O processo de entrega de mercadorias não era organizado e gerava desconforto e desmotivação na continuidade das compras. Outro fato que gerava confusão era a marca dos produtos – as pessoas não podiam escolher a marca de produtos que geralmente consumiam no dia a dia. (R34).

Destacamos que a boa vontade e a generosidade das pessoas, o que foi visível na análise verificada, era uma situação originária do espírito que envolvia a dinâmica da mobilização ocorrida, como destacam Schneider (1999, p. 70): “nunca deverão esquecer as bases locais e humanas das quais partiu e se fortaleceu o cooperativismo, a caminho de uma sociedade melhor, mais justa e solidária”, e os entrevistados:

O que mais marcou foi o início, a empolgação com que todos falavam do preço baixo e da qualidade dos produtos, mas em pouco tempo o que se ouvia era mais reclamação e desconforto de ter que ir trabalhar aos sábados na entrega das compras. (R20).

Não me lembro de nada, a não ser o quanto era problemático aos sábados ir buscar as compras na cooperativa – era ao mesmo tempo legal, porque encontrávamos bastante gente, mas ao mesmo tempo era cansativo. (R27).

Na época, quando as vendas eram feitas na sede do LPM, eu era recém-casado e, num sábado de vendas, fiz um bom estoque de óleo, arroz, feijão. Quando fui realizar o pagamento, alguns colegas fizeram piadas: Quantas mulheres você tem? Vai alimentar um exército? Eu disse para não fazer tantos filhos que eles davam despesas! Você vai revender? Etc., etc.. (R39).

Na percepção das pessoas, era um sentimento generoso, que aflorava quando elas se expunham, no processo de oferecer ao outro um pouco do seu trabalho, com o objetivo de melhorar a vida dos participantes como um todo, isto também pode ser visto como um processo transformador, exposto assim em Costa e Nami (2012):

Por ser voltado para o homem, age como agente transformador e regulador da sociedade, pois dá ao homem a liberdade de si próprio, de se autoproduzir, autodeterminar-se e, principalmente, autoexplorar-se. Ele produz para si, vende para si e trabalha para si. Seu sucesso dependerá do seu próprio esforço. O Sistema Cooperativista pode melhorar a situação econômica, social e cultural das pessoas com menos recursos, abrir novas possibilidades, fomentar o espírito de iniciativa. (COSTA; NAMI, 2012, p. 209).

A solidariedade realmente acontecia nos trabalhos realizados e concorreu como fator colaborativo e decisivo, não se pode avaliar o fato concretamente, mas pode ter sido em função da participação e da presença no grupo inicial de constituição da cooperativa, de pessoas que eram vinculadas a grupos cristãos⁶⁶, por isso vemos uma consideração importante de Maurer Junior (1966), e que também é citada nos relatos da pesquisa:

O cooperativismo é uma aplicação natural das convicções cristãs fundamentais. Na realidade ele é apenas o ideal cristão tomado a sério nas relações humanas e sociais. Naturalmente, não se deve confundir aqui cristão com eclesiástico. A Igreja Cristã, nos seus vários ramos, esqueceu-se muitas vezes da mensagem cristã genuína com a sua ênfase ético-social e humana, com a sua profunda incompatibilidade com um mundo construído sobre as ambições do poder e do lucro. [...] O caráter cristão, embora nem sempre eclesiástico, do movimento cooperativo se denuncia pelas suas origens: nasceu sob a inspiração de ideais cristãos. Cristãos foram muitos de seus líderes e pensadores mais ilustres. [...] A Cooperativa de Rochdale tinha ligações estreitas com uma igreja unitária, mas teve também o apoio e a simpatia do pastor anglicano. (MAURER JUNIOR, 1966, p. 202-203).

⁶⁶ N.A. – No grupo que iniciou as reuniões de constituição da Cooperativa, havia pessoas que participavam das pastorais da juventude, universitária e operária, além de outros membros com atuações junto às suas igrejas, e por certo o espírito cristão de cada participante foi um fator que influenciou em todo o processo.

O que me marcou muito foi a união de esforços dos participantes, a alegria de trabalhar para o bem comum. (R29).

Particpei das primeiras reuniões para a composição da cooperativa e atuei na Servicoop desde a sua criação, participei da diretoria do início ao fim. Foi um trabalho muito gratificante. Por um longo período tínhamos a participação de muitas pessoas, mas com o passar do tempo essas contribuições foram ficando escassas e com isso, sobrecarregando quem estava à frente dos trabalhos. (R32).

Havia um clima de cooperação e apoio mútuo. Os funcionários se ajudavam sem esperar pagamento por isso. (R36).

Eu era um servidor novo na instituição, durante o período de funcionamento da cooperativa. Era também recém-casado. Para mim, sempre foi uma alegria poder participar deste movimento, pelo aspecto organizativo que ele provocava junto aos servidores. (R42).

Me lembro do trabalho no sábado (escala) para a distribuição dos produtos. Era o dia todo e tinha marmitta para o almoço. (R43).

Temos uma situação marcante relatada na execução dos trabalhos, que era o espírito de alegria, de confraternização com a interação que acontecia, como se estivessem num conagraçamento mútuo de partilha humana; o que provavelmente já estava estampada em uma das influências do espírito cristão dos envolvidos, mas também é obvio que isto ocorria pela satisfação pessoal e comunitária que presenciavam no momento:

Assim, a convicção de que cada pessoa humana, por mais imperfeita e humilde que seja, tem um caráter sagrado e divino e um valor infinito, e o sentimento de fraternidade universal que abrange todos os homens, constituem a inspiração fundamental para o comportamento social de todo cristão. [...] Com efeito, os postulados básicos de sua ética estabelecem a igualdade humana como fundamento e o nosso interesse em nós mesmos e nas nossas necessidades como norma para o tratamento que devemos dispensar aos outros. [...] O ideal da verdadeira grandeza cristã se exprime em termos de ação social [...] Para São Paulo o que caracteriza o comportamento cristão é o não pensar e cuidar cada um do que é seu, mas em cuidar e pensar no que é dos outros. (MAURER JUNIOR. 1966, p. 205 - 206).

Os dias de retirada dos produtos na cooperativa eram de alegria e confraternização pelo fato do encontro de funcionários de vários setores da UEL. (R21).

Lembro-me apenas da distribuição/entrega das compras, onde, além de tudo, havia a possibilidade de interagir com colegas de outras unidades da UEL. (R22).

Uma coisa que me recordo era o entusiasmo dos voluntários no desenvolvimento dos trabalhos. Poderia dizer que dava a impressão de que era muito divertido trabalhar na SERVICOOOP. (R25).

Acima de tudo, gostaria de dizer que era muito divertido. A companhia dos colegas da UEL num trabalho voluntário, atendendo os anseios de muitas pessoas que desejavam economizar em suas compras mensais. A equipe de voluntários se dividia numa escala e os produtos eram organizados numa ordem lógica, num barracão construído especialmente para este fim, no campus. A partir de um determinado horário, os cooperados vinham com suas listas e requisitavam os produtos, sempre em fila e de maneira muito ordeira. (R42).

Era visível que muitas das pessoas envolvidas o faziam preenchendo uma satisfação pessoal, que era demonstrada na forma como trabalhavam, transmitindo entusiasmo pelo processo de colaboração mútua, assim exposto nos depoimentos:

Sem arrogância, tenho orgulho de ter participado e colaborado de tão importante empreendimento, e sei que muitos outros deram muito mais de si para seu sucesso. Os problemas eram constantes e muitos associados não doavam poucos momentos de trabalho em prol daquilo que os beneficiava. (R10).

Eu ficava muito contente quando eu via as pessoas felizes ao se levar em conta que comprando cooperadamente economizavam bastante. (R31).

Além de consumidora, eu também era voluntária na escala de revezamento da mesma. Era gratificante, gostava muito. (R40).

Posso relatar um pouco sobre o dia em que fui trabalhar no sábado para entregar os produtos. Já era casada e o meu marido ficou em casa com nossa filha, que era pequena. O ambiente na cooperativa era amistoso, alegre e todos eram solícitos. Colaborávamos de fato. (R45).

Podemos verificar, nos trabalhos envolvendo a questão da cooperativa, que esta promoveu a mudança, de forma pessoal ou de forma coletiva, para uma atitude de conscientização ou de prática vivencial e social, e isso ocorreu, pois vários relatos já citados demonstraram o clima de euforia, satisfação pessoal, espírito de solidariedade e de companheirismo. Isso nos leva a analisar esses fatores oriundos das pessoas como fatores que motivaram e incentivaram na premissa o desenvolvimento da cooperativa, mobilizando a todos, como afirmam Dias (2001) e Maurer Junior (1966).

Visto como o caminho para a solução de muitos problemas no âmbito social, o cooperativismo mostra-se como agregador de valores individuais e coletivos. De um lado, visa garantir as mínimas condições de dignidade existencial e de outro busca o interesse coletivo, formando uma associação. (DIAS, 2001, p. 106).

O que é preciso é que todos venham cooperar. A nossa obrigação de seres humanos conscientes e responsáveis é uma ação, sem nos deixarmos vencer pela dúvida. Louco seria o lavrador que deixasse de semear, porque não tem a absoluta certeza de que obterá farta messe de sua seara. As

pragas, a seca, as chuvas excessivas, o granizo e outros perigos não impedem o trabalho. Da mesma forma, cabe-nos a todos o dever sacrossanto de trabalhar por um mundo novo, sem nos determos em especular a respeito de possíveis fracassos nessa luta pelo bem de todos. (MAURER JUNIOR, 1966, p. 24).

E assim completando, trata-se de uma dinâmica aberta, participativa e envolvente, características do cooperativismo, que, no caso da cooperativa da UEL, conseguiu definir, por meio de reuniões de grupos, os objetivos comuns e expandir a proposta, conforme indica Maurer Junior (1966) e os associados apresentam em seus relatos:

A reunião de pessoas em prol do mesmo objetivo, princípio basilar do Cooperativismo, permite que, no caso das cooperativas de consumo, se ofereça ao cooperado produtos mais baratos do que os provenientes das grandes corporações. Não há atravessadores. O produto vai do produtor ao consumidor com custos apenas de administração e estocagem. (COSTA; NAMI, 2012, p. 209).

O pessoal era mesmo envolvido, tinha muito trabalho, era muito cansativo e eu era voluntária também em vários sábados, mesmo não podendo, mas via a necessidade de ajudá-los. (R7).

Praticamente desde a fundação da SERVICOOOP eu fiz parte do grupo de pessoas que ajudaram na constituição e manutenção da cooperativa, seja através do trabalho manual colaborando na carga e descarga de mercadorias dos caminhões, arrumação dos produtos nas prateleiras, entrega dos produtos aos cooperados, até as atividades administrativas/fiscais/contábeis. Além da dedicação dos servidores, os episódios que mais me marcaram foram quando algumas pessoas diziam que se não fosse a cooperativa não saberiam como disponibilizar alimentos para suas famílias, pois todos os outros meios já tinham se esgotado. (R15).

Lembro-me de uma iniciativa que tivemos de entregar cestas básicas para aqueles funcionários de baixa renda, íamos no sábado até suas casas para entregar os produtos. (R26).

Um dos fatos mais marcantes foi quando fiz a entrega para um dos associados. Sempre que podia fazia a entrega para mais de um associado. Neste dia, na noite anterior caiu uma chuva torrencial. Quando cheguei ao endereço, deparei-me com uma cena muito triste. O associado estava erguendo as paredes de uma casa muito simples e morava em uma tenda improvisada com uma lona. Ele me confidenciou que ficou a noite inteira segurando um pedaço de pau que segurava a tenda para que a mesma não caísse na sua família. Além disso, o cuidado da mãe para com uma criança especial era deplorável. A criança estava coberta de mosquitos, suja, cheirava mal. Resumindo, a criança estava sem o mínimo de cuidado. Em um primeiro momento aquilo nos abalou muito. Após refletir com nossos colegas e explicar o acontecido, decidimos encaminhar o caso ao serviço social da UEL para as tratativas necessárias. Ainda ajudamos com materiais de construção e algumas cestas para esta família. Também encontramos uma família onde o servidor era alcoólatra e gastava boa parte do pagamento com a bebida, deixando a família sem o mínimo necessário para alimentação. Neste caso a família morava em um porão e isto também nos impressionava muito. Neste caso a cooperativa ajudou com cestas e encaminhamento do servidor para tratamento. (R37).

Ao conferir essa questão com o modelo de Rochdale, podemos dizer que fica perceptível que existia no grupo uma forte convicção de incentivar o princípio da solidariedade junto aos participantes, fator considerado importante conforme Maurer Junior (1966).

Uma cooperativa só pode ir bem quando tem direção competente e honesta e associados esclarecidos, dedicados à sua sociedade e sempre vigilantes, para que ela realize o seu programa. [...] Infelizmente, nem as boas cooperativas do país têm cuidado desse trabalho fundamental de formar o espírito cooperativista dos seus membros. (MAURER JUNIOR, 1966, p. 69).

Além da participação e da solidariedade, entendemos que as motivações para as ações da cooperativa foram provocadas também por um espírito de paz, conforme Costa e Nami (2012, p. 184): “o sistema cooperativista, em sua essência, possui um forte compromisso com a paz e a democracia, já que atua principalmente na esfera social”, o que poderia estar sendo proporcionado aos participantes envolvidos.

No sentido de ver a “paz de espírito”, houve até demonstração de ação pessoal e por certo proporcionou bem-estar e saúde com melhoria na qualidade de vida, podendo ter havido outras situações, como no caso exposto por R8:

Até hoje marca muito um sábado em que vim trabalhar na SERVICOOOP, resolvi vir de ônibus e experimentar voltar a pé para a casa de meus pais onde eu morava a época (próximo a atual rodoviária). Foi uma bela e inesquecível caminhada e a partir dali tomei gosto por realizar longas caminhadas. (R8).

E, assim, os efeitos positivos da cooperativa da UEL foram aparecendo e sendo visualizados, à medida que o comprometimento era mantido, pois os trabalhos eram executados com muita responsabilidade, mesmo não havendo a cobrança de uma chefia, mas a grande cobrança para o melhor desempenho acontecia com a confiabilidade, fator que esteve presente na dinâmica que envolveu a constituição e o funcionamento, pois o grupo conseguiu, além de aplicar, transmitir aos demais este compromisso, até porque um dos objetivos era o de realizar as compras em grupo e, desta forma, permeava a questão da coletividade:

Era tão importante o processo da compra coletiva que, por diversas vezes, mesmo não sendo meu dia da escala para trabalhar, acabava por ficar ajudando no trabalho de entrega, nos dias em que ia buscar minha compra. Além do que, ver professores, muitos deles doutores, ao lado de servidores da classe operacional, trabalhando juntos, atrás dos balcões, na entrega

dos produtos, era como se materializasse o sonho de uma sociedade mais solidária e menos preconceituosa. (R3).

Para constar, lembro-me de várias vezes, com algum outro(a) colega, sair antes do horário para realizar pesquisa de preços em supermercados – que àquela época cerravam as portas muito mais cedo do que hoje – pois tínhamos prazos para entregar as informações, e tudo era feito à mão, anotando em planilhas de papel, comparando marcas... Porém, no dia seguinte, o jeito era chegar mais cedo para pôr o serviço em dia. E a sensação: dever cumprido. Até hoje me sinto gratificado. Obrigado SERVICOOOP. (R10).

Desenvolvi o sistema de captura de dados dos pedidos dos cooperados e emissão de relatório de compras. (R38).

Mesmo com esse compromisso e responsabilidade apontados, era um aprendizado, e as “falhas” de operacionalização ou de “orientação” também ocorriam, lembrando que, em muitos casos, era uma primeira vez de cada um dos voluntários.

Na primeira entrega, com toda nossa vasta experiência, colocamos os produtos em saco, pois não tínhamos caixas de entrega até então, fomos fazer as entregas com o caminhão da UEL, quando começamos as entregas percebemos que não tínhamos os endereços dos associados, pois amarramos os endereços nos sacos de entregas e os mesmos voaram (caíram) tivemos de voltar no domingo para conferir as listagens com os endereços e concretizar as entregas. (R2).

Lembro na distribuição que o servidor às vezes visualizava na prateleira uma marca do produto (geralmente tinha dois ou três tipos, um mais barato outro mais caro) que ele não tinha pedido e queria levar a outra. Mas tínhamos o controle em planilhas de que o fulano iria levar tantos produtos da marca tal. (R43).

Nas primeiras compras, quando chegavam as mercadorias para entrega aos associados, como usávamos salas junto ao Laboratório de Medicamentos da UEL (próximo ao parque de exposições de Londrina), tínhamos que nos revezar e sair rapidamente (de moto), no horário de expediente para recebê-las, o que era uma “barra” e exigia muita disposição. (R44).

Nas constatações e apresentações do sentido do associativismo e cooperativismo, num de seus aspectos, podemos perceber que também apareceu, como forma de pensar, que poderia e deveria, através do projeto em curso, buscar atingir as mudanças do sistema econômico e social, ou seja, como alternativa de modelo vigente, isto posto que o associativismo solidário seja considerado um modelo alternativo, como colocou Pinho (2012, p. 8) e opinou um associado:

[..] fica evidente que as cooperativas, tanto do ponto de vista prático quanto teórico e doutrinário, continuam representando o ideal de um mundo melhor, de ‘face humana’, de igualdade, fraternidade e gestão democrática. Mundo, porém, cooperativamente realizável se as coops conseguirem, de fato,

condições para sua atuação plena como instrumento de ‘reforma do social pelo econômico’.

Por me identificar com a ideologia de uma sociedade socialista, de cooperação entre as pessoas, a SERVICOOOP representava para mim uma forma de organização dos trabalhadores visando quebrar o monopólio que o sistema capitalista nos impunha. O sentimento de solidariedade ficava aguçado em todos que participavam da SERVICOOOP. (R3).

O processo associativista, deve ser educacional, de transmissão, e de construção da mudança na forma de pensar das pessoas, promovendo o conhecimento, igual ao surgimento da “primeira cooperativa de consumo” e manter o espírito cooperativista, aproveitando para tanto, do testemunho ou do conhecimento prático e teórico, para promover a sua expansão em todos os espaços e momentos possíveis, como assinalam Lavergne (2010, p. 57) e um associado:

Chamam-se cooperativas de consumo as sociedades, espontaneamente, constituídas entre particulares e que têm por objeto vender a maior quantidade de artigos possível a preço de custo. Cabe agregar que os consumidores devem fazer uso de tais produtos ou serviços para satisfazer necessidades pessoais ou familiares e não com caráter profissional.

Num dia de chuva, quase à noitinha, fomos fazer uma última entrega (depois de um dia de intenso trabalho junto à Cooperativa). A compra se destinava a um servidor da Prefeitura do Campus, morador em um Conjunto Habitacional. Naquela época, ainda não havia asfalto no local, por isso a Rural 4x4 era o veículo adequado para a entrega. Chegamos ao local, eu e outro companheiro (que agora não me recordo o nome), para efetuar a entrega que continha vários pacotes de 5 kg, de arroz, farinha e açúcar, dentre outros mantimentos. Lembro-me que para chegar até a moradia tínhamos que seguir por uma trilha feita de tábuas para não enlamear os pés. Quando chegamos com os primeiros pacotes, o servidor beneficiado se virou para nós e disse: - Descarreguem ali naquele canto... - sem fazer menção de ajudar. Terminamos de fazer o transporte braçal das mercadorias, sem a ajuda de mais ninguém e aí achei que ao invés de falar e comentar a situação, deveria explicar melhor o fundamento de uma cooperativa e a ação coletiva para tal finalidade. Ao final da explicação, conquistamos o apoio desse servidor que prometeu emocionado, ter uma atitude mais proativa em favor da Cooperativa. (R11).

O despertar da consciência nas pessoas e no grupo, de forma coletiva, em que elas participam e estão envolvidas, é um processo de mudança, pois ocorre que é um sentimento possível de aflorar, com estímulo e incentivo à participação e à formação de ações coletivas. A dinâmica utilizada permitiu expressões de sentimento e de percepção das pessoas que participaram e relataram assim a sua participação:

Para ter eficácia, o processo de aprendizagem deve, em primeiro lugar, partir da consciência da época em que vivemos. Isto significa saber o que o mundo é e como ele se define e funciona, de modo a reconhecer o lugar de

cada país no conjunto do planeta e o de cada pessoa no conjunto da sociedade humana. (SANTOS, 1996, p. 121)

Não teve um fato específico, mas teve momentos emocionantes. Vivíamos a pior época em matéria de salários, o dinheiro mal dava pra comer. A primeira vez que fui buscar as compras, quando vi as mesas enfileiradas e aquele batalhão de gente trabalhando foi de arrepiar. As coisas nos mercados estavam caras, e ali eu podia comprar mais, senti uma força grande que posso chamar de – poder -, de repente estávamos concorrendo com mercados da cidade, eu também era proprietária, a união faz a força. Nós éramos mais pobres e mais unidos, sinto falta disso aqui na UEL. (R18).

Dessa forma, o projeto da cooperativa realmente contemplou os seus objetivos e expectativas, pois a pesquisa, pela interpretação e percepção, e por relatos, indica que, na movimentação provocada, os associados se sentiram satisfeitos e realizados no atendimento às suas necessidades, e conseguiram melhorar as condições a que estavam expostos, pois

Era um tempo em que havia uma inflação exacerbada, que castigava a vida dos trabalhadores brasileiros. Tudo era muito caro e o meu salário, compatível com o meu cargo da época, era baixo. Assim, o surgimento da SERVICOOOP foi de boa ventura, pois ajudou a mim e meus familiares a atravessarmos aquele período de recessão econômica pelo qual o país passava. (R45).

E, como o princípio da solidariedade foi realmente uma marca que envolveu o grupo inicial, ocorreu um processo de expansão além da UEL, quando, na busca de uma alternativa para atender o sistema de armazenagem dos produtos, soube-se que o “pessoal do IAPAR” tinha um barracão disponível e, numa reunião, um grupo foi autorizado a ir “negociar” uma possível utilização do barracão.

Durante o processo de negociação, houve uma sensibilização do pessoal do IAPAR que solicitou o apoio da cooperativa da UEL para que o mesmo modelo fosse implantado, realizando o sexto princípio do cooperativismo, a “intercooperação”, e assim ocorreu, conforme relata um cooperado da COOEMPAR:

A Cooperativa de Consumo dos Empregados do IAPAR - COOEMPAR foi constituída em 1989 e operou até o início de 1995. [...] Na constituição da Cooempar tivemos o apoio dos fundadores da Cooperativa da UEL, de quem nós recebemos todo o apoio, orientação e modelo de funcionamento (R1).

O processo de expansão não ficou restrito aos funcionários do IAPAR, pois além da constituição acontecer na forma comunitária, permitiu a inserção de outras unidades de servidores públicos:

A compra comunitária não era apenas uma alternativa econômica, permitia uma integração muito grande entre os Cooperados, pois uma vez ao mês

era realizada a entrega e com isso acabava sendo um ponto de encontro entre todos os cooperados. A Cooempar contava com cooperados do IAPAR, EMATER, EMBRAPA e Receita Estadual, ao todo contava com mais de 250 cooperados / famílias. (R1).⁶⁷

Reafirmando a condição do modelo aplicado (lotes de compras em comum) e o envolvimento provocado pela movimentação dos servidores da UEL, que motivaram a criação da “co-irmã”, aplicando os mesmos conceitos, estes são visualizados pelo depoimento a seguir:

A Cooempar foi aprendizado e acredito que nos permitiu trabalhar em Grupo e cada um dos participantes contribuiu com aquilo que mais sabia fazer. Na Cooperativa não havia hierarquia, cada um se dedicava aos trabalhos separando os produtos, arrumando as mercadorias, limpando o chão, fazendo as entregas, etc. Existiam cooperados que não dispunham de veículos para buscar suas compras, nós cooperados nos encarregávamos de fazer a entrega em suas residências. [...]Na minha avaliação, a criação da COOEMPAR possibilitou a integração entre funcionários de 4 (quatro) Instituições, que dificilmente teria ocorrido se não tivesse existido a Cooperativa. O relacionamento como cooperados nos tornava amigos, gerando um círculo de amizade como se de fato fôssemos todos colegas de trabalho da mesma Empresa. Outro ponto interessante é que na Cooperativa não existia hierarquia, todos eram iguais independentemente da função que exerciam em suas Instituições. (R1).

O interessante foi verificar que o grupo inicial de uma cooperativa foi orientar um novo grupo, aplicando o mesmo “modelo”, e obteve o mesmo resultado, inclusive na linha da aceitação e alegria provocadas, conforme o relato:

Podemos afirmar que o final de semana da entrega era uma espécie de reunião dos Cooperados, o funcionamento era das 7 às 17 horas e no final dos trabalhos normalmente havia uma confraternização entre os Cooperados. [...] No meu caso específico, além das demais atividades realizadas na Cooperativa, acabei ficando responsável pela elaboração do lanche dos cooperados que eram escalados para o trabalho, missão que executei durante mais de cinco anos com muita satisfação e orgulho. (R1).

Há que se destacar uma modificação nas relações de compras existentes à época: do modelo de compras nos supermercados por meio de requisições mensais debitadas junto à folha de pagamento para o modelo posto em operação pela Servicoop, que utilizava um único dia de entrega mensal com pagamento à vista. O modelo da cooperativa auxiliaria a reduzir a dependência financeira dos servidores, em muitos casos, oriundos do sistema de crédito e de

⁶⁷ N.A. – Neste grupo de servidores e funcionários públicos, o IAPAR, a EMATER e a Receita são do sistema estadual do Paraná, e a EMBRAPA pertencente ao sistema federal, mas com muita ligação de afinidade e parceria com o IAPAR.

consignações nos salários. A afirmação de Maurer Junior (1966) reforça esta situação:

Pode parecer estranho que se mantenha esta regra como um dos princípios essenciais do cooperativismo, pois que ela não parece ter relação direta com o espírito humano e solidarista que o inspira. Antes haverá quem veja em tal medida uma imposição cruel a muitos associados sem recursos! [...] Entretanto a realidade é outra. Do ponto de vista econômico nada ameaça tanto a independência e, pois, a dignidade e o caráter do homem como a sua escravização às dívidas. Um movimento que tem por ambição restituir a toda pessoa a consciência de sua dignidade humana não pode ser indiferente ao sentimento de segurança e independência que o equilíbrio e a boa ordem das finanças trazem consigo. (MAURER JUNIOR, 1966, p. 89 - 90).

Na prática, isso ocorreu, com muitos associados que estavam num ciclo de dependência da requisição do mercado, pois no salário do mês era debitado a requisição do mês anterior e dessa forma era preciso de outra requisição para as compras mensais. Mas, como estratégia, o pessoal da cooperativa orientava esses associados a iniciar os seus pedidos de compras com parte da sua necessidade e progressivamente ir aumentando, e na forma inversamente proporcional, ir reduzindo a cada mês o valor das requisições, sendo que ao final de seis a sete meses ficaria livre da dependência do sistema de requisições.

Portanto, conforme foi diagnosticado e constatado pela pesquisa, na vivência no cotidiano das pessoas, analisado num recorte histórico de um determinado período ocorrido há mais de duas décadas, observamos que houve uma transformação no modo de agir, de pensar, de tomada de consciência, de espírito de liderança e de grupo, de atitude pessoal e coletiva e que se promoveu uma mudança no espaço e no cotidiano das pessoas que participaram do processo da cooperativa, pois

A ação é um processo, mas um processo dotado de propósito no qual um agente, mudando alguma coisa, muda a si mesmo. Esses dois movimentos são concomitantes. Quando, através do trabalho, o homem exerce ação sobre a natureza, isto é, sobre o meio, ele muda a si mesmo, sua natureza íntima, ao mesmo tempo em que modifica a natureza externa. (MOLES, 1974, p. 264).

No processo realizado pela dinâmica da movimentação e da mobilização, os servidores da UEL, que confiaram um nos outros, acreditaram num projeto construído solidariamente, em que tiveram a oportunidade e ou a necessidade de estarem presentes, alterando e marcando o seu próprio tempo, com o trabalho desenvolvido, construíram com as próprias mãos a história de uma ação

coletiva e solidária, que alcançou os seus objetivos, melhorando as condições de vida de seus participantes.

Portanto, ao reafirmar o legado de Rochdale, não se trata de repetir os mesmos caminhos e métodos clássicos percorridos pelos pioneiros e seus imediatos sucessores. Inspirados na essência da cooperação por eles propostas, nos ideais, objetivos e valores como elementos permanentes do cooperativismo, trata-se de sabermos traduzi-los e adequá-los com métodos e percursos apropriados para o nosso tempo. (SCHNEIDER, 1999, p. 71).

Tem em conta o conceito apontado por Schneider (1999), a pesquisa mostrou que ocorreram ao longo do período de existência da cooperativa da UEL, adaptações nas condições atuais, visando atender melhor às necessidades dos associados.

5.3 FATOS QUE MOTIVARAM A DISSOLUÇÃO⁶⁸

Na primeira fase, ao aplicar o instrumento de coleta de dados, foi possível entender e perceber no contato com as pessoas envolvidas, enquanto eram respondidas as questões, um certo saudosismo, com as citações de boas lembranças sobre a cooperativa e todas as suas ações, que por certo são tratadas no campo das abstração, apontado por Castro (2007).

Embora estas acepções sejam necessárias e adequadas aos problemas aos quais elas se propõem mensurar, a complexidade do espaço geográfico e as diferentes dimensões e medidas dos fenômenos sócio espaciais exigem maior nível de abstração. (CASTRO, 2007, p. 119)

Na resposta sobre os motivos e as explicações da dissolução da cooperativa, apesar de a questão ser fechada, eram permitidas múltiplas respostas, e o quadro 18 leva em consideração o número de participantes como base de cálculo e o número de respostas em cada item.

⁶⁸ N.A. – Relatando a ocorrência da dissolução, poderíamos afirmar simplesmente que “a cooperativa deixou de existir”, porém tal fato foi avaliado e analisado com base na pesquisa realizada na fase inicial do trabalho, e foi por nós tratada como uma das ocorrências do processo associativo, pois existia a possibilidade de a mesma ainda estar em pleno funcionamento, mas, como podemos verificar, algumas situações aconteceram e ocorreu o seu encerramento.

Quadro 18 – Motivações que provocaram a dissolução da cooperativa

Por que a cooperativa foi extinta (deixou de existir)?

56% por perceber que surgiram alternativas e opções de mercado ou produtos;
41% por sentir que perdeu a vantagem financeira ou competitiva;
28% por não se dispor a trabalhar voluntariamente aos sábados;
6% por entender que perdeu a confiança.

Elaboração: Dias, Luís F. P.

Fonte: Informação da Pesquisa

No instrumento da pesquisa, havia a possibilidade de os participantes que demonstrassem interesse de ampliar a sua abordagem apresentarem outras justificativas que possivelmente tenham ocorrido nesta situação, e assim declararam, conforme quadro 19:

Quadro 19 – Outras justificativas para a dissolução da cooperativa

Com a redução da inflação, os mercados ficaram mais atrativos;
O problema da conjuntura econômica, a estabilidade financeira;
A recuperação do nível salarial;
Faltou apoio institucional;
Faltou capacidade de investimento;
Problemas de infraestrutura e organização falha;
A maioria dos diretores/fundadores saiu, foi realizar outros projetos;
Melhores produtos com preços menores;
Preferência por outras marcas.

Elaboração: Dias, Luís F. P.

Fonte: Informação da Pesquisa

O problema do trabalho aos sábados, atendendo a uma exigência estatutária, (deveria ocorrer voluntariamente) para sustentar o sistema de entrega e distribuição dos produtos, gerava uma constante “guerra dos representantes” para conseguir o número necessário de colaboradores, principalmente no período da tarde, pois muitos tinham outros compromissos. Conforme Serra (1987), seriam situações que teriam que ser enfrentadas e, para a sua sustentação, teria de se adaptar o modelo, surgindo como uma das dificuldades apresentadas na forma de reclamação:

Na última entrega, dos 14 voluntários do período da tarde, só apareceram quatro para trabalhar, que acabaram muito sobrecarregados. Eu não entendo por que algumas pessoas aceitam ser voluntárias para uma tarefa, se depois vão faltar. (ORELHA...,1991, p. 6).

[...] as cooperativas passaram a enfrentar em termos, por exemplo, de como confrontar-se com a filosofia da sua criação e, ao mesmo tempo, com a economia da sua sustentação. Dentro da economia, ou do sistema econômico dominante, bem ao contrário do que diz a filosofia, as cooperativas passaram a ser estruturadas de cima para baixo. (SERRA, 1987, p. 58).

Além das reclamações quanto às condições do trabalho, com a recuperação salarial, surgiu um sentimento de que não havia mais a necessidade de solidarizar-se com os colegas de trabalho, tampouco a de ser atendida por este processo que se baseava na solidariedade, pois a economia brasileira e a situação dos servidores estavam melhores.

Para a análise das respostas, buscamos conferir a sequência dos dados da tabela 1 da página 54, em que, segundo o IBGE, a taxa anual do INPC era, em 1994, de 929,32%; em 1995, de 21,98%; em 1996, de 9,14%; atingindo em 1997 a taxa anual de 4,34%, entrando definitivamente num cenário de estabilidade econômica.

Na sequência dessa informação, o temos a análise dos salários dos servidores da UEL. De acordo com os dados da UEL/PRORH, a média dos salários nos meses de maio de 1995, era de R\$ 884,13; em maio de 1996, de R\$ 991,82; e em maio de, 1997 de R\$ 1.429,57; mostrando também uma recuperação.

Portanto, a recuperação salarial e a estabilização da moeda impactaram diretamente um dos itens do processo de criação e de manutenção da Cooperativa: o da vantagem financeira que, nesse contexto, havia sido reduzido, conceito já destacado por Pinho (1973). Logo, o desgaste de deslocamento não compensava, haja vista que a necessidade básica estava, de certa forma, suprida.

Se a cooperativa perder sua capacidade de maximizar o lucro e minimizar os custos, desaparece a vantagem financeira para os associados e a evasão do quadro social é inevitável, o que implica no desaparecimento da cooperativa (PINHO, 1973, p. 19).

Percebemos que o sentimento geral era de acreditar no sistema cooperativista, mas não se conseguia enfrentar o modelo econômico existente. Verificou-se, então, que os servidores buscavam a comodidade de adquirir no sistema convencional, que estava mais próximo das suas residências. Além disso surgiram novas opções com a expansão e a vinda de grupos supermercadistas estabelecendo novos hipermercados.

Na mesma linha ainda temos, como forma de confirmação, a resposta de um participante da entrevista, pessoa que havia sido associada da cooperativa do IAPAR, cuja dissolução também ocorreu no mesmo período. Em resposta a essa questão, indicou como motivos a perda da vantagem financeira e o surgimento de outras opções:

Com a estabilização da moeda e o surgimento de outros supermercados, reduziu drasticamente o interesse dos cooperados, o que acabou inviabilizando a manutenção dos serviços da cooperativa. (R1).

Ao ter essa condição de “outras opções de mercado” apontada na pesquisa, foi realizado um levantamento de informações dos dados populacionais e, conforme os dados do quadro 20, podemos verificar que a taxa de crescimento da população, no período de 1991 para 1996, foi de 7,29%; no período de 1996, para 2000 a taxa foi de 6,82%; no período de 2000 para 2007, foi de 11,36%; de 2007 para 2010; de 1,78%. So considerarmos a variação do período de 1991 a 2010, verificamos um aumento 116.601 habitantes, que corresponde a uma taxa de crescimento da ordem de 29,9%.

Encontramos ainda, na análise do quadro 20, uma variação nas taxas médias anuais acumuladas ⁶⁹, de acordo com cada período exposto, com uma significativa redução das taxas a partir de 2007: de 1991 a 1996, a população cresceu a uma taxa anual acumulada em torno de 1,42%;, de 1996 até 2000 a taxa anual acumulada foi de 1,66%; de 2000 até 2007, o crescimento anual acumulado foi da ordem de 1,55%, apresentando, no período de 2007 a 2010, uma redução percentual de crescimento, ficando a taxa anual acumulada em 0,59%.

Quadro 20 – População do município de Londrina

Ano / População	População
1991	390.100
1996	418.526
2000	447.065
2007	497.833
2010	506.701

Fonte: IBGE (2014b)

⁶⁹ N.A. – O valor da taxa média anual acumulada significa o índice percentual, que, ao ser aplicado, a partir do quantitativo do ano inicial, ano após ano, atinge o valor corresponde ao ano final.

Ainda nesta análise, conforme a informação da Prefeitura (LONDRINA, 2014b, p.3), em 2013, a população de Londrina era de 537.566 habitantes. Comparando com o quadro 20, verifica-se que, de 1991 até 2013, ocorreu um aumento da ordem de 147.466 habitantes, o que perfaz um taxa de crescimento de 37,8%.

Para uma avaliação da questão “outras opções de mercado”, pesquisamos junto à Secretaria de Fazenda da Prefeitura de Londrina e, em contato com as listagens disponibilizadas, obtivemos uma distribuição por períodos dos mercados e supermercados em operação na cidade de Londrina ⁷⁰, que demonstramos no quadro 21.

Quadro 21 – Quantidade de supermercados em Londrina por região

Ano / Região	Centro	Norte	Sul	Leste	Oeste	Totais
1987	35	9	6	6	14	70
1990	39	15	12	11	26	103
1993	41	19	20	20	37	137
1996	43	28	24	22	44	161
2013	57	50	43	32	67	249

Elaboração: Dias, Luís F. P.

Fonte: Informações da Pesquisa - PML/Secretaria da Fazenda (2014).

O quadro 21 nos mostra a distribuição dos dados sobre a quantidade existente e a expansão. Uma análise desses dados indica uma evolução dos índices de crescimento, em percentuais, de 1987 a 1990 ,foi de 47,14%; de 1990 a 1993, foi de 33,0%;, de 1993 a 1996, foi de 21,05% e de 1996 até 2013 foi de 54,66%, sendo que de 1997 a 2013, de acordo com os dados do quadro 21 foi de 255,7%.

Ao compararmos os dados analisados sobre a taxa de crescimento populacional (dados da PML e do Quadro 20), temos que no período de 1991 até 2013 foi de 37,8%, portanto um número inferior ao taxa apresentada no quadro 21 (255,7%), ficando claramente demonstrada a grande expansão supermercadista,

⁷⁰ N.A. – Os dados tabulados são de origem da PML, proveniente de uma listagem, contendo somente endereço, data de início e de encerramento das atividades, o que proporcionou a definição do quantitativo existente e seu agrupamento em períodos e a distribuição de localização por região da cidade.

confrontado com o comparativo populacional, um indicador expresso do número potencial de consumidores no sistema de consumo.

A média total de crescimento, no período de 1987 a 2013, (dados do Quadro 21) foi de 255,7%, e somente na região central ocorreu um percentual inferior na ordem de 62,8%. As demais regiões superaram a média geral, sendo que a região sul cresceu 616,7% e a região norte 455,5% no mesmo período, o que expressa uma expansão ou redistribuição da ocupação de moradias das pessoas, fato também verificado na transferência de percentuais de moradias dos associados da Servicoop de 1988 a 2013 (dados da Tabela 13 na página 115 e Tabela 14 na página 116), com dados semelhantes na locomoção para as regiões sul e norte da cidade.

Analisando a distribuição percentual entre as regiões, verificamos que em 1987, a região central possuía 50%, seguida da oeste com 20%, norte 12,8% e sul e leste na casa dos 8,5%. Em 2013, a configuração foi alterada com uma distribuição mais homogênea, a região oeste com 27%, a central com 23%, a norte com 20%, a sul com 17% e a leste com 13%, o que mostra que os consumidores passaram a ter opções mais próximas dos seus locais de moradia.

Isto posto, a afirmativa de que “outras opções de mercado” realmente foi uma das situações que impactou e motivou a dissolução, até porque a cooperativa não conseguiu estrutura para extrapolar a sua lista básica, modelo pelo qual ela foi instituída e no seu tempo cumpriu o seu papel. Lavergne (2010) explica tal fato contextualizando de forma global.

Nos países mais cooperativistas da Europa ocidental, onde as cooperativas são resultado da livre adesão, a população cooperativa raramente excede 20 ou 25% da população total: como a quase totalidade dos cooperativistas são chefes de família, essa população se eleva para 60% a 75% da população total. Contudo, esse tipo de cooperação é muito parcial, pois só alcança a provisão de um pequeno número de artigos. Mesmo no setor de alimentos, peça mestra da atividade cooperativa, a venda cooperativa raramente excede 15% ou 20% do total das vendas desse setor. [...] não cabe esperar, nem mesmo nestes, acreditar no fim das empresas capitalistas competidoras. [...] os supermercados – estabelecimentos que têm capitais abundantes, gestão eficaz, preços vantajosos como consequência da concentração das compras – tais firmas gozam de vantagens idênticas às de muitos organismos cooperativos grandes. (LAVERGNE, 2010, p. 68).

Verificamos então para termos uma comparação dos períodos, o quadro 22, no qual temos as informações dos índices inflacionários acumulado ano a ano, medido pelo IBGE, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC,

agrupando-os numa análise em blocos de três anos, sendo o primeiro de 1992 a 1994 com a cooperativa ainda em funcionamento, o segundo de 1995 a 1997 onde ocorreu a dissolução e o terceiro de 2011 a 2013 considerando o período atual.

Quadro 22 - Índice anual do INPC (IBGE) -1992 - 2013

Ano	INPC	Media - 3 anos ⁷¹
1992	1.149,05%	1.522,49%
1993	2.489,11%	
1994	929,32%	
1995	21,98%	11,81%
1996	9,12%	
1997	4,34%	
2011	6,07%	5,94%
2012	6,19%	
2013	5,56%	

Elaboração: Dias, Luís F. P.

Fonte: IBGE (2014a)

Com os parâmetros do quadro 22, podemos verificar que a entrada em vigor do “Plano Real” de junho de 1994, os índices inflacionários mensais e o acumulado anual, tiveram uma redução significativa, entrando num período considerado de estabilidade econômica, sendo que nos anos imediatamente seguintes a sua implantação reduz-se de uma média trianual (período de hiperinflação) de 1.522,49% para um a média, já nos três anos seguintes, para 11,81%, e nos anos de 2011 a 2013, estando na média de 5,94%, ou seja, uma taxa anual 256 vezes menor.

Portanto, quando as pessoas, neste caso os servidores da UEL, associados da cooperativa, em respostas da pesquisa, apontaram que houve uma melhora nas condições econômicas e por consequência nas salariais. Ao analisar os dados do quadro 22, fica devidamente evidenciado um dos motivos que provocou o envolvimento na movimentação e a dinâmica associativista naquele período (1988 a 1994), mas este mesmo quadro 22 demonstra a melhoria do cenário econômico, que justifica a desmotivação dos participantes e deve ser apontado como um dos fatores

⁷¹ N.A. – Foi calculada na forma aritmética, para efeitos de comparação, executando a soma dos índices dos três anos e divisão por três.

da dissolução da cooperativa confirmando as respostas do quadro 18 da página 197, “perdeu a vantagem competitiva” e ainda as afirmações do quadro 19 da página 197 que indicava “redução da inflação” e “estabilidade financeira”.

Ainda na análise do quadro 22, o triênio 2011 a 2013, aponta um cenário econômico estabilizado, o que reduz a possibilidade de provocação para uma nova dinâmica da movimentação das pessoas em outro processo associativista.

Para essa superação, que também foi relatada no apontamento da falta de infraestrutura, de investimentos e de apoio institucional, nos contatos com os envolvidos, foi pesquisado e percebeu-se que existia uma expectativa junto aos associados de que o prédio sede pudesse ser transformado no estilo “mercado”, em que todos pudessem buscar os seus produtos, abolindo a necessidade da lista básica. Quando a diretoria foi questionada sobre isso, a resposta assim foi divulgada: “Não temos infraestrutura ainda para bancar as compras antecipadamente a não ser dos produtos que o associado se comprometa a assumir”. (PREÇOS...,1990, p. 6).

Fica evidente que havia uma expectativa de transformação e de ajuste no modelo colocado em prática, pois os associados e demais servidores esperavam ter a possibilidade de funcionar nos moldes de um mercado, com os produtos expostos, em que cada qual retirava, de acordo com a sua necessidade, após os dias de trabalho, o que na prática eliminaria o sábado de entrega, desconcentraria o fluxo de movimentação e, possivelmente, com mais um trabalhador contratado atenderia o volume mensal de compra e venda.

Para que isso ocorresse, era necessário um valor razoável de aporte de capital, valor que a cooperativa não tinha em caixa, porém foi aventada, como esperança, uma possível captação de recursos, por meio de um empréstimo, o que de fato não ocorreu, conforme noticiado:

No entanto, não descartam a possibilidade disso acontecer em breve, se surtirem efeito as negociações que deverão ser entabuladas junto à nova administração – que deverá assumir no mês de junho – no sentido de levantar um capital de giro capaz de sustentar a compra de um mês. [...] a proposta será no sentido da UEL custear, a título de empréstimo, esse capital – hoje em torno de Cr\$ 3 milhões. (PREÇOS..., 1990, p. 6).

Conforme relatos de alguns dos membros do grupo de coordenação, ocorreu uma frustração generalizada, pois eles também almejavam essa meta.

Consideravam que haveria a consolidação e que com a conquista do armazém, isso poderia até acontecer. Tal fato já era alertado nos primórdios do cooperativismo, conforme diz Lavegne (2010, p. 68) “resulta puro idealismo confiar que algum dia uma estrutura cooperativa substituirá totalmente as empresas capitalistas mesmo na área de distribuição de produtos”.

Considerar uma frustração foi decorrente de uma discussão de apoio dos membros da administração da UEL, que indicaram a possibilidade de ser realizado um aporte de capital para o chamado “enxoval”, linguagem comercial que se refere ao primeiro lote de compras a ser disponibilizado para as vendas mensais. Ao possuir o primeiro lote, a cooperativa passaria a ter necessidade de comprar para repor o que fosse vendido, situação que na realidade não veio a acontecer, gerando um clima de desilusão.

Ao analisar a questão da não possibilidade de expansão do funcionamento e de em consequência, não ter como atender na forma de um mercado convencional, ainda que a opção fosse mantida em operar com produtos não perecíveis e básicos, de alimentação, higiene e limpeza, verificamos uma divergência em relação ao modelo de Rochdale: a não oferta para que outras pessoas se associassem, além dos servidores da UEL, fato perfeitamente explicável, pois o modelo de compras em grupos, com uma única data de entrega, dificultaria para as pessoas de fora do ambiente da UEL, como Maurer Junior (1996) também explica:

As cooperativas de classe, tão comuns, limitam o seu quadro social a um determinado grupo, por exemplo, aos empregados de uma firma ou aos membros de um sindicato, esquecendo-se de que um dos princípios do cooperativismo é a admissão de qualquer pessoa como associado. Com isto elas deixam de ser um fator de união e de paz social, isolam-se em pequenos núcleos locais e, fechando as portas ao público, não conseguem desempenhar uma função moralizadora eficaz no comércio. Só cooperativas abertas a todos podem coagir o comércio a adotar os seus métodos de honestidade e de serviço real ao povo. (MAURER JUNIOR, 1996, p. 68).

Ao final desse ponto exposto nas respostas, fica uma dúvida conforme consta na reportagem, Orelha de jegue: “falta gente até na diretoria: dos 15 cargos existentes, só três estão ocupados [...] porque os outros diretores deixaram a Universidade devido aos baixos salários”. (ORELHA..., 1991, p. 5) Quanto a isso resta-nos somente conjecturar, pois houve a saída e a mudança de muitas pessoas (servidores associados e diretores que pediram demissão ou

solicitaram licenças sem vencimentos) que foram responsáveis pela dinâmica, motivação e mobilização dos servidores, na constituição e no processo de desenvolvimento. Ainda na pesquisa, também é apresentado um índice alto de confiabilidade nas pessoas que comandavam. Fica a questão em aberto: será que “se”⁷² isto não tivesse acontecido o resultado seria outro?

5.4 SERIA VIÁVEL A OCORRÊNCIA DO PROCESSO E DO MODELO HOJE⁷³?

Analisando a dinâmica da movimentação ocorrida na vivência e no cotidiano dos servidores da UEL, que foram protagonistas na constituição, implantação e manutenção de uma organização no modelo de uma associação e posteriormente de uma cooperativa, verificamos e discorremos suas ações e ocorrências positivas e negativas.

Por meio dessa dinâmica de participação e interação das pessoas, ocorreu uma expansão do conhecimento sobre o associativismo e o cooperativismo, não tanto pelos meios formais (estudo ou cursos) e sim pelo processo vivencial e pela prática, com grande ênfase na solidariedade e na disposição, com um forte traço da confiabilidade nas pessoas envolvidas.

Resta-nos, porém, uma questão, pela interpretação ou percepção do sentimento, que aflora, em relação a uma probabilidade ou possibilidade em realizar, novamente, uma movimentação e mobilização das pessoas, nos mesmos moldes do que aconteceu há mais de duas décadas, encontrando três ocorrências de pensamento nos grupos, com suas argumentações, as quais apresentamos a seguir: os que não acreditam; os que creem na adaptação do modelo e os que confiam no processo.

⁷² N.A. Não temos como aprofundar esta análise, pois o “se” é uma hipótese que não existe no campo real, não aconteceu, portanto, não temos como apurar e analisar para obter uma resposta.

⁷³ N.A. – O fator “hoje” foi considerado e, na dinâmica do trabalho foi analisado de forma aberta e direta, junto aos associados que responderam à questão, na fase 2 da pesquisa, sobre a possibilidade de a mobilização dos servidores,, ocorrer novamente na UEL, dividida em três: não acreditam, com a possibilidade se mudar a forma e os que acreditam.

5.4.1 Os Que não Acreditam e as Suas Argumentações

A ampla maioria foi enfática no posicionamento de que a primeira alternativa não seria mais possível e argumentaram expondo diversas situações e várias posições respondendo negativamente.

Diante da abordagem feita, alguns dos posicionamentos apresentam a clara argumentação de que o objetivo primordial, o “consumo de gêneros de primeira necessidade” e o momento econômico do período, hoje não seria mais o fator que atingiria as pessoas, a ponto de motivar e gerar uma nova movimentação nos moldes do que ocorreu no passado, como evidenciam os depoimentos:

Poderia ser, mas hoje acho que não teria a adesão das pessoas que na época se uniram num objetivo comum, que era a compra de gêneros alimentícios e de material de limpeza mais baratos. Na época a inflação era muito alta e os preços dos produtos eram reajustados todos os dias e a compra em grande quantidade apresentava-se mais econômica. (R16).

Não sei. Acredito que seria necessário fazer uma consulta/pesquisa na comunidade da UEL para verificar o interesse dos servidores. (R43).

Hoje o acesso aos produtos da cesta básica está mais acessível, visto que naquele tempo a inflação era exorbitante. Acho que não. (R40).

Acredito que terá dificuldades para adesões. Hoje, além da economia hoje estar mais estável, Londrina oferece uma diversidade muito grande para aquisições em grandes mercados varejistas e atacadistas, com bons preços e prazos de pagamentos, além de constantes promoções. Naquela época, a inflação alta contínua foi fator determinante para aquisições solidárias e parcerias em busca de melhores preços. (R46).

Há o apontamento de condições simples e operacionais, tais como a diversificação de marcas, indicando assim uma dificuldade na criação de um rol de produtos.

O problema é a diversidade de marcas de produtos, muitos já têm a sua preferência. (R17).

Além dos argumentos apresentados, verifica-se que o consumo, com a expansão da oferta, e dos locais disponibilizados para as pessoas, gerou uma maior facilidade no comércio dos produtos, oriundo dos efeitos da globalização⁷⁴ e

⁷⁴ Globalização é o conjunto de transformações na ordem política e econômica mundial que vem acontecendo nas últimas décadas. O ponto central da mudança é a integração dos mercados numa “aldeia global”, exploradas pelas grandes corporações internacionais. [...] Outro ponto neste processo são as mudanças significativas nos modos de processo das mercadorias. Auxiliadas pelas facilidades na comunicação e nos transportes, as multinacionais instalam as suas fábricas

consequente expansão supermercadista, que ocorreu na cidade de Londrina, com explicação e detalhamento nos quadros 17 e 18, tendo as seguintes percepções expostas:

Para a continuação foram vários fatores que não se apresentaram: diferença reduzida de custo com o mercado, e pouca contribuição dos associados, não todos. (R6).

Acho que, com os mesmos moldes, seria difícil, pois até os atacadistas (Atacadão e Atacados ASSAI) abriram possibilidades de aquisição pelos clientes sem o CGC (empresa), ficando difícil a negociação para barateamento dos custos dos produtos, além das ofertas constantes dos supermercados. (R21).

Acredito que o sistema cooperativo ainda tem muito espaço nos dias de hoje, porém, para a venda de produtos alimentícios, acredito que seria difícil tendo em vista a variedade de marcas dos produtos existentes e o número elevado de hipermercados, que pela quantidade que compram conseguem preços reduzidos e a possibilidade de promoções. (R32).

Difícilmente, haja vista as promoções diárias feitas por grandes redes de mercados, e mesmo os pequenos mercados que se associam para conseguirem produtos com o valor baixo, (procedimento inexistente à época). (R41).

Nos relatos, tem-se a percepção de que o processo e a forma utilizada no funcionamento da Cooperativa naquele período foram importantes e atenderam às condições e necessidades do momento. Hoje, porém, com a oferta de novos pontos de vendas (a expansão de pequenos e grandes mercados), aliada, ainda, a uma melhoria da condição sócio econômica, ocorrida pela recuperação do salário dos servidores, a reinstalação do mesmo processo não seria possível.

Nos mesmos moldes, acredito que não. Teria que inovar. O poder aquisitivo melhorou muito, então, não temos mais a pressão que tínhamos, ou seja, a de buscar preços menores. Os salários eram miseráveis, não dava para chegar ao final do mês, então, isso fez a união e, então, buscaram-se unir forças, inteligências para encontrar uma alternativa. E o cooperativismo foi a saída para aquele momento. (R31).

Devido a grande concorrência de preços e falta de pessoal acredito ser um pouco difícil, vejo também que à época tínhamos grande inflação, assim as compras na cooperativa eram favoráveis e o salário parecia ser menor. (R29).

Para completar a análise do grupo que tem o posicionamento da impossibilidade de que possa acontecer novamente um processo semelhante, estes

abordam um item que é fundamental, conforme já descrito na dinâmica do processo: a mobilização a partir das pessoas e o voluntariado.

A proposta é interessante, mas, como na época já havia dificuldade dos voluntários participarem dos momentos de separação das compras e atendimento dos cooperados na entrega das compras, penso que haverá dificuldade de convencimento e, diante da variedade de empresas que fornecem preços e produtos com qualidade, não percebo ambiente para retorno da cooperativa nesse momento. (R20).

Acho muito difícil, não existe mais amizade entre os funcionários, eles competem uns com os outros. (R28).

Sem apoio de pessoal, com horas de trabalho destinadas para a função específica de atendimento à cooperativa e de veículos para entregas das compras, quando necessário, acredito ser pouco viável, visto que sobrecarrega algumas pessoas com essas atividades, além daquelas normais que desempenha na UEL. (R44).

Os entrevistados apresentaram argumentos importantes e com conhecimento da situação e do modelo em discussão. Ressaltamos que, apesar de “não acreditar em um novo processo”, todos afirmaram que continuam a dar crédito ao sistema cooperativista, o que configura o êxito da experiência vivenciada por eles. Um outro argumento também é destacado:

Olha, com a vinda da Internet, redes sociais, acredito que não, pois hoje existem sites em que podemos pesquisar qual mercado ou produto se encontra mais barato no mercado. Acredito que não teríamos mais voluntários para isso. (R7).

Reforçamos a existência de *sites* que promovem a oferta de produtos (de forma coletiva e individual) e de outros que estimulam e promovem a pesquisa da melhor oferta escolhida pelo consumidor. Este não foi objeto do presente estudo, mas fica o registro da informação a ser analisada, a da utilização dos sistemas disponíveis de tecnologia da informação, visando ao atendimento das necessidades de consumo da sociedade em geral.

Resta saber como o movimento cooperativista vai se adaptar, procurando manter os seus princípios, criar formas de utilizar e disponibilizar estes “meios de acesso da população” nas condições de benefício pleno e direto aos consumidores.

5.4.2 Discussões de Adaptações no Processo e no Modelo

Na mesma linha de que existem pessoas que não acreditam em um novo processo, há um grupo que não é contra e até acredita, mas pensa que teria que se adequar ao momento econômico diferente que vivemos hoje, em relação ao de duas décadas atrás, e, portanto, entendem que o projeto não teria a mesma aceitação ou facilidade de abordagem e expansão:

Seria. Somente não sei, se a mesma se viabilizaria devido à grande concorrência entre os supermercados existentes hoje. Esta concorrência gerou uma queda nos preços. Não sei se os custos operacionais de uma cooperativa conseguiria competir com a estrutura desses grandes mercados. (R3).

Tenho dúvida. A economia do País está relativamente estável, houve ampliação e diversificação das opções de produtos e instalação de várias redes atacadistas na região, reduziu o tamanho das famílias, aumentou o hábito de fazer refeição fora de casa, e ainda, infelizmente, não temos uma cultura de pesquisa de preços. (R4).

conseguiremos constituir capital de giro para garantir um estoque mínimo de produtos básicos para a SERVICOOOP? (R8).

Isso dependeria do grau da demanda e interesse dos servidores da UEL. À época em que a SERVICOOOP funcionou havia um quadro inflacionário muito alto que fazia com que as compras, no atacado, tivessem uma redução de preços que compensava o processo, em relação ao mercado varejista. Atualmente, e infelizmente, a inflação parece estar ganhando força. Em algumas situações já seria interessante a pesquisa de preços e aquisição no mercado atacadista, até pelas ofertas pontuais de alguns produtos que às vezes o mercado oferece ciclicamente. (R15)

Houve um apontamento que sugere que sejam discutidos as estruturas e as ações existentes que atendem e em que giram os servidores da UEL. Após esse “fórum”, e pela nossa interpretação, seria possível pensar em como viabilizar uma ação conjunta ou mesmo única:.

A Cooperativa no início era muito forte, entretanto, em um determinado momento ela começou a se esvaziar perdendo capacidade financeira para sua permanência e subsistência. Sou totalmente favorável ao cooperativismo, face os benefícios sociais e econômicos que podemos obter, entretanto, atualmente entendo ser necessário reavaliar os seguintes aspectos: as ações desenvolvidas pela ACIDUEL (assistencial) e o tipo de serviço prestado pela APUEL (compras consignadas – desconto em folha de associados) podem interferir na constituição da SERVICOOOP; conseguiremos resgatar a confiança do pessoal da UEL no sistema cooperativo, após a SERVICOOOP não ter subsistido? ; conseguiremos recuperar o prédio onde funcionava a SERVICOOOP para a sua instalação? ;

Nesta visão, a adaptação não seria somente pela questão do momento econômico, mas também da dinâmica de envolvimento das pessoas, pois

não se acredita que aconteceria o mesmo espírito de doação do dia de trabalho. Com isso, seria necessário promover um sistema com custeio da mão de obra – contratação de pessoal -, o que, em síntese, com a adaptação a ser promovida, pela não disponibilidade das pessoas ao serviço voluntário, ou mesmo em alguns casos em que não poderiam mais executá-lo, teriam que arcar com as despesas de pessoal, por meio de uma contribuição financeira.

Não diria, nos mesmos moldes! Mas seria sim, perfeitamente possível e viável constituir e funcionar de novo uma cooperativa de consumo na UEL. Primeiro passo seria fazer tudo o que foi feito na constituição e na formação da primeira diretoria. Que seria, gastar algumas solas de sapatos passando de centro em centro, departamento por departamento, diretoria por diretoria, discutindo com funcionários e professores as vantagens financeiras de uma cooperativa bem organizada, bem estruturada e muito confiada, como foram as lideranças surgidas destas reuniões, que formaram a nossa primeira diretoria. Poderíamos incluir nos preços uma taxa administrativa que tirasse o custo operacional. Teríamos assim, e sem sobrecarregar ninguém, um trabalho de excelência! E o associado teria ainda um preço melhor que o de mercado normal. Pois evitaríamos os atravessadores e os grandes lucros dos supermercados, que não são poucos! (R12).

Eu acho que pode constituir e funcionar de novo, mas não nos mesmos moldes. Hoje os funcionários da UEL estão mais velhos, a maioria não pode pegar peso, nem para trocar o galão de água do setor, imagina só carregar e descarregar caminhões, etc. O poder aquisitivo também aumentou, havendo assim necessidade de aumentar os itens da lista de compras. Também há, na cidade, inúmeras opções de mercados com muita propaganda e promoções que provocam o consumidor a ir até o mercado e comprar além do que necessita. Eu acho que precisa, antes de constituir uma nova Cooperativa, fazer uma pesquisa de opinião, pois o perfil do consumidor mudou, quase não existe aquele que compra apenas uma vez por mês, as pessoas vão ao supermercado quase todos os dias, até porque a maioria dos consumidores passou a comprar carnes e verduras no mercado o que provoca a compra de outros itens. (R18).

Se analisarmos o crescimento das cooperativas existentes, diria que sim, porém, acho que nos mesmos moldes não. Nós tínhamos um grupo de abnegados. Pessoas interessadas no bem-estar coletivo, preocupados em ajudar e se ajudar. Quando foi criada a cooperativa, nós tínhamos muitos colaboradores e com o passar do tempo foi diminuindo o interesse e sobrecarregando aqueles que permaneceram. Talvez se tivesse expandido a cooperativa, gerado algum tipo de dividendo, as coisas poderiam ter sido diferentes. (R37).

Também encontramos, nas análises e percepções sobre a organização e o funcionamento, aqueles que apontam para um modelo mais atualizado, na questão da forma organizativa e de operacionalização, e indicam o molde estabelecido e executado pelo mercado (opção que não foi possível executar no passado por falta de capital financeiro), e ou com a utilização de recursos

modernos, o que avaliamos ser o uso de tecnologia de informação, mas pensam que os princípios devem ser mantidos.

Não creio nisso, pois acredito que a atual realidade social é diferente daquela época. Entretanto, havendo uma adaptação/atualização, seria bastante viável retomar este projeto. (R22).

Nos mesmos moldes, penso que seria possível somente para a retomada das atividades, dentro de um projeto de expansão da cooperativa, que possa prever a entrega de mercadorias, ou pelo menos, o funcionamento permanente em horário comercial. (R25).

Primeiro penso que para a “constituição” é necessário justificar a existência da SERVICOOP, demonstrando aos servidores os benefícios desta cooperativa. Sobre os mesmos moldes, penso que a organização, da compra à retirada de mercadoria, precisa ser repensada. (R34).

Poderia, mas teria que constituir um forte fundo participativo para suportar a demanda de vendas e a concorrência com os grandes supermercados. (R39).

Não sei se nos mesmos moldes, mas penso que se houver a manutenção dos princípios do cooperativismo, com propostas inovadoras que acompanhem as transformações do mundo contemporâneo, sempre será possível realizar ações que visem o benefício da coletividade. (R45).

Temos ainda a avaliação sobre a condição de estar atendendo por meio de um sistema que leva em consideração a questão social e que o participar não somente o ajuda, mas ajuda principalmente os servidores que estão mais necessitados, isto é, um dos princípios da solidariedade, que também foi percebida no processo de análise e avaliação.

Teria que ser bem estudado, pois temos hoje a ACIDUEL, onde contribuimos mensalmente para que se possa estar dando algum suporte para os mais necessitados, inclusive com doação de cestas de alimentos. Uma vez que, acredito que a cooperativa deva estar voltada para os mais necessitados, pois para quem se utiliza de cartão de crédito, não teria vantagem nenhuma. (R33).

Para finalizar este ponto, há dúvidas quanto ao retorno da organização nos mesmos moldes, sugerindo que se faça um processo embrionário, colocando a questão a sustentabilidade do cooperativismo de consumo, alterando o foco de atendimento e de oferta de serviços, acreditando que, assim, o projeto associativista teria uma aceitação maior, como se constata no depoimento a seguir:

Naquela época tínhamos uma motivação muito forte (um instrumento de apoio em caso de nova greve prolongada). Havia também um bom diferencial de preços, entre a compra por atacado versus varejo. Por outro lado, a intenção da criação da Cooperativa de Consumo era de fomentar num segundo momento a criação de uma Cooperativa de Crédito (a exemplo da UNICRED) e posteriormente até uma Cooperativa Habitacional,

visto que o déficit de moradia própria do pessoal da UEL ainda era (ou é) relativamente grande. Acredito que hoje deveríamos estimular a criação de uma Cooperativa de Crédito, pela facilidade do desconto em folha de pagamento. (R11).

Buscando verificar a opção apresentada, podemos até entender à opção pelo crédito (cooperativa de crédito), pois, de certa forma, ter o crédito disponibilizado, fácil, em boas condições, a um custo aceitável, e, ainda, com o retorno do resultado do serviço prestado por ele (uso do crédito) seria uma opção, que tornaria o seu usuário (neste caso o associado) livre para efetuar a melhor opção de compra, porém isto só estimularia o sistema de consumo vigente e globalizado.

5.4.3 Demonstração de Confiança no Processo e no Modelo

Ao analisar as respostas, encontramos um grupo que acredita e pensa de forma extremamente entusiasta e otimista, quando da avaliação do processo e do modelo cooperativista. Em relação ao questionamento suscitado da retomada do projeto nos mesmos moldes, entenderam que seria positiva a retomada. Apesar de justificar empiricamente, apresentaram as suas argumentações.

Na fase inicial da pesquisa, 87,5% dos entrevistados se declararam conhecedores do sistema cooperativista e, ainda, destes, 100% acreditam no sistema, o que podemos considerar uma alta avaliação, confirmando o ponto forte do processo, que foi o ato de confiar – no associativismo, no cooperativismo e principalmente nas pessoas que lideraram a mobilização. Tendo vivenciado toda a situação, enfrentaram um cenário de dificuldade e conseguiram, na base da “ajuda mútua”, amenizar as condições de sua sobrevivência, considerando o resultado positivo e, assim, um grupo continua acreditando que podem provocá-lo novamente.

Mesmo sendo conhecedores de todo o trabalho ocorrido, e sabendo que não foi possível suplantar as condições adversas frente ao mercado globalizado, que apresenta uma grande expansão supermercadista na cidade de Londrina, essas pessoas veem um cenário diferente, quando o quesito analisado refere-se ao acreditar que seria possível retomar a Cooperativa de Consumo dos Servidores da UEL, nos mesmos moldes do que existiu:

Resguardada minha ignorância sobre aspectos conceituais e legais sobre o assunto, minha percepção é que o Cooperativismo é um ótimo segmento e opção, que deve ser perseguido e fortemente incentivado pela sociedade e pelo Estado, para fazer face ao atual modelo econômico mundial que privilegia desmedidamente o surgimento e manutenção de grandes corporações que dominam os processos e a cadeia produtiva, que visam à replicação de lucros cada vez maiores através da exploração de contingentes crescentes de trabalhadores, causando imensuráveis danos sociais, humanitários e ecológicos. Sim, acho que, dado a um contexto objetivo e para o bem comum de grupos menos favorecidos, é possível a Cooperativa obter sucesso como foi o caso da SERVICOOOP, que como modelo é referencial. (R10).

Como argumento básico e simples, um apontou o exemplo da construção da APUEL, a associação que atende aos servidores da UEL, que conseguiu o engajamento e motivou seus associados a construírem uma sede campestre em Alvorada do Sul, cidade próxima a Londrina.

Sim, se houver engajamento das pessoas pode dar certo, um exemplo recente foi da construção da Sede Campestre da APUEL, na cidade de Alvorada do Sul. (R2).

Ainda dentro da questão, verificamos que, além das considerações expostas pelas pessoas, outra ainda manifesta o seu pensamento positivo em relação à possibilidade de conseguir constituir o mesmo processo novamente.

Eu acredito que sim! Sempre queremos preço e qualidade e de preferência num único lugar. Fazemos pesquisas e ficamos de olho em ofertas em supermercados, se tivesse um lugar onde aliasse preço justo com qualidade, claro que teriam pessoas interessadas para comprar. (R23).

Ficam, dessa forma, uma avaliação e uma análise: ocorreu realmente uma mudança na forma de pensar das pessoas envolvidas, pois elas sentiram confiança e passaram a acreditar nelas mesmas e ou no grupo a que pertencem, a ponto de proporem que seria possível e viável a retomada de uma mobilização das pessoas, mesmo com o cenário confortável que se apresenta hoje em relação ao cenário a que estavam expostas à época da origem do processo, ou seja, o cotidiano vivenciado por todos os envolvidos foi devidamente modificado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objeto estudado trata da dinâmica da movimentação dos servidores da UEL, analisando o período de 1988 a 1995. Por meio da própria mobilização, buscaram superar a situação de arrocho salarial que estavam vivenciando.

Como alternativa, resolveram, por meio da aglutinação e da mobilização em torno da dinâmica de ajuda mútua e solidariedade, preponderante na atividade associativista, criar uma cooperativa de consumo que reduziu os custos dos gêneros alimentícios e artigos de higiene e limpeza, para melhorar a condição de subsistência.

A abordagem do sistema cooperativo, consagrado mundialmente por estudos da geografia e de outras ciências como uma forma de desenvolvimento econômico e social, de atuação local e regional, teve no caso concreto, a sua localização em Londrina, no Norte do Paraná, região configurada na história pelas ações das cooperativas agropecuárias, demonstrada pela dinâmica de colonização e expansão na região, tendo o seu desenvolvimento e sua ocupação territorial baseados na agricultura.

O início da cidade de Londrina, da abertura e comercialização de suas terras, promovido pela CTNP e pela chegada das pessoas que foram incentivadas pelas condições oferecidas para a aquisição, mas, principalmente, pela qualidade da terra para a agricultura, primordialmente no cultivo do café, proporcionou uma intensa migração e atraiu pessoas de todos os cantos. De forma intensa, essas pessoas trabalharam no processo de transformação do espaço e dinamização da economia, derrubando as matas⁷⁵ e plantando extensas áreas de cafezais, gerando um rápido povoamento da região e o surgimento das cooperativas dos cafeicultores.

Depois, com o advento das geadas, principalmente a “negra” de 1975, aconteceu novamente um processo de migração na região. Desta vez da área rural para a urbana, pois no campo já ocorria o avanço do cultivo da soja, do trigo, do milho, que foi acelerado pelas erradicações dos cafezais.

⁷⁵ N.A. – Hoje, seria uma ação ecologicamente incorreta.

As cooperativas existentes acompanharam essa dinâmica dos agricultores. As cooperativas de cafeicultores passaram a cooperativas agroindustriais no processo de expansão ocorrido, aproveitaram a oportunidade e o cenário propício tornando-se gigantes, algumas delas, no setor agropecuário.

Ficou demonstrado que o cooperativismo teve destacada atuação na expansão da região e da cidade, e as pessoas – no caso, os servidores da UEL, até porque a Universidade está umbilicalmente envolvida desde sua criação com a cidade e a região - tiveram contato com a realidade rural, mesmo os que viviam o cotidiano urbano, pelo conhecimento e pelo desenvolvimento provocado.

Vimos, pelo resultado da pesquisa aplicada, que mais de 80% dos entrevistados declararam que conheciam o sistema cooperativista., Isso podem estar relacionado com os comentários sobre a origem da cidade e da região, mas também com as declarações da ampla maioria na pesquisa. Por meio das quais podemos interpretar, que os servidores da UEL tiveram alguma vinculação, sou ou familiares, com a questão rural, proporcionando a indicação de conhecimento do cooperativismo no quadro de respostas.

O trabalho foi realizado numa cidade colonizada e desenvolvida com base na agricultura, onde a maioria das pessoas teve contato e conhecimento com a realidade do campo - até porque, há décadas, um grande atrativo da cidade é a realização anual da que é considerada a maior feira e exposição agropecuária do país. E, num período em que aconteceu uma migração rural-urbana, surge a UEL, com o incentivo e apoio da cidade, auxiliando o desenvolvimento local e regional.

No vínculo da origem agrária, fica o pressuposto para o apontamento efetuado pelos servidores da UEL no seu conhecimento declarado sobre o cooperativismo, portanto, nesse ponto, encontramos um dos motivos que nortearam a indicação e o surgimento da ideia de utilizar, como alternativa para o enfrentamento da dificuldade de sobrevivência em que se encontravam, a promoção e a organização de uma cooperativa de consumo.

Na pesquisa da dinâmica da movimentação e da mobilização dos servidores da UEL, as respostas apresentadas: de terem “ouvido falar”; de “já conhecerem” e de “acreditar” no sistema cooperativo, fica a interpretação de ser uma provável hipótese do surgimento da “ideia” de “criar” uma cooperativa de consumo, como alternativa para a solução de um problema vivido.

Seguindo o desenvolvimento do trabalho, após a localização e sua vinculação com o cooperativismo, ficou demonstrado pela apresentação dos cenários econômicos e políticos, pelas condições e dificuldades enfrentadas, no recorte histórico estudado, por intermédio da análise documental (anotações, documento, notícias e de referencial teórico) do período, e compreendendo para poder comparar, a história da origem da cooperativa de Rochdale, como aconteceu no processo histórico de seus iniciadores, a difusão e a expansão da primeira cooperativa até o cooperativismo moderno.

Verificando o papel dos pensadores e “criadores” do sistema cooperativo, descrevendo como foi o papel de cada um, o cenário do período inicial, a motivação e seus ideais, antes e após o surgimento da “ideia” do “armazém”, e, ainda, como ocorreram as discussões originais que consolidaram os princípios, virtudes e as estruturas aplicadas no mundo.

Os cenários do Brasil e da UEL, descritos de 1987 a 1988, período inicial da associação dos servidores, e o cenário econômico de 1989, período da sua consolidação, mostraram momentos de turbulências e instabilidades, econômicas e políticas. Verificou-se que no período ocorreu uma situação de hiperinflação, em que ficou evidenciado que os trabalhadores eram diretamente afetados na sua condição de emprego e de renda, inclusive restando um destaque negativo para o período de maio de 1989 a abril de 1990, em que em 12 meses aconteceu uma inflação de 6.554,52% e, no mesmo período, o salário mínimo foi corrigido em 4.413,59%, sendo a década de 1980, considerada como perdida, segundo o IBGE⁷⁶.

A esse cenário estavam expostos os servidores da UEL, que, por meio da organização nos sindicatos, atuavam no enfrentamento e na busca da recuperação do poder aquisitivo dos salários. Mas, em contrapartida, percebendo a situação precária em que já se encontravam, começaram a ver a necessidade de atenuar as condições básicas de vida de alguns servidores, começando a “pensar” um processo alternativo.

Com essa motivação, passaram a provocar discussões e análises de alternativas e, aliada às considerações sobre o conhecimento dos servidores sobre o

⁷⁶ Uma das consequências da década perdida dos anos de 1980 foi a perda de fontes de financiamento do desenvolvimento devido a expectativas crescentemente voláteis em um ambiente de inflação cronicamente elevada. Isso dificultou enormemente a gestão da política econômica nos anos imediatamente seguintes (IBGE, 2006, p.405).

sistema cooperativo, surge a proposta de constituir uma cooperativa, apoiada no processo da ajuda mútua, que foi viabilizada com a dinâmica de ampliação e de participação, ocasião em que foram aglutinados outros grupos existentes, que também atuavam em meio aos servidores da Universidade, tornando-se possível a criação da cooperativa de consumo.

Desse modo, configurou-se a origem da motivação que provocou uma dinâmica de movimentação das pessoas – servidores da UEL - visando ao alcance de um objetivo, que era comum a todos.

Como resposta às indagações iniciais e fazendo parte de um estudo da Geografia, ao relacionar os tópicos trabalhados, percebe-se que a análise dos cenários apontou algumas semelhanças com o processo histórico ocorrido em Rochdale. Também os “tecelões”, após várias discussões, quando verificado o cenário econômico do período, extrema dificuldade, procuraram o processo de união solidária para melhorar a situação de sobrevivência, culminando com a realização do projeto de abrir um “armazém” cooperativo de consumo, origem de todo o sistema cooperativista.

Considerando-se esclarecidos os aspectos como a localização do objeto de estudo, a ideia, a origem, os motivos, as semelhanças históricas do processo, e tendo o objetivo definido de constituição da “Cooperativa”, o grupo de servidores desenvolveu reuniões explicando e determinando o modelo a ser implantado: criação de um grupo de compras em comum, buscando a eliminação do atravessador com o abastecimento direto dos atacadistas, na perspectiva de que, com um volume maior, obteriam um maior poder de “barganha” e alcançariam um preço melhor (considerando isso um preço justo). Assim visualizamos o processo da dinâmica de movimentação dos servidores da UEL.

Apresentado o modelo e a sua definição, a pesquisa mostrou o processo e a forma de funcionamento da cooperativa, - compras em grupos por meio de uma listagem básica –, e como a “fórmula apresentada” foi envolvente e ainda assimilada pelos servidores da UEL, indicada nas respostas, como um fator decisivo para o êxito na movimentação, provocada pelos servidores da UEL, em prol do funcionamento da associação e posteriormente da cooperativa.

Ao avaliar o modelo desenvolvido, percebe-se que ocorreu por meio de um processo democrático, com o envolvimento dos servidores e também da

direção da UEL, proporcionado um aumento no grau de satisfação dos participantes, vez que todos estavam motivados.

O reflexo foi demonstrado na estrutura de controle e na organização criada, e, assim, conseguiram fazer as pessoas a expor o “espírito” de solidariedade “uns com os outros”, alcançando, com isso o objetivo comum do grupo.

Constatou-se também que a UEL utilizou e foi beneficiada pela existência de uma cooperativa de servidores. O clima organizacional de satisfação ficou estampado, e a atenção imediata dos servidores melhorando a sua subsistência. Além disso, a UEL, no processo de contratação de novos servidores, apresentava como um dos benefícios a existência da cooperativa de consumo dos servidores. Assim resta confirmada a sua importância também para a Instituição, o que demonstra que ocorreu uma transformação espacial, ocasionada pela dinâmica organizacional da instituição e pela mudança provocada, conforme relatos expostos pela pesquisa, na vida cotidiana dos servidores da UEL.

No trabalho foi identificado que a movimentação dos servidores para a realização da cooperativa de consumo provocou uma dinâmica de envolvimento nas pessoas que acreditaram e assim construíram, “em sistema de mutirão”, um prédio de 675m², utilizado como base de toda a sua operação, estrutura que, após a sua dissolução, foi disponibilizada para acomodar alguns setores de trabalho da UEL e duas associações que atuam em benefícios dos próprios servidores: a APUEL e a ACIDUEL.

Restou então um prédio, construído com os valores originários das quotas-partes dos associados e do esforço voluntário de seu trabalho em forma de mutirão, que teve uma destinação aplicada de forma social, demonstrando a transformação de uma pequena área na UEL, que, após a cessão de uso, ocorreu a construção da sede própria da cooperativa.

Ainda como avaliação no sentido de transformação social, promovida pela dinâmica da movimentação dos servidores da UEL no processo associativista, temos a ação desenvolvida pela cooperação na transferência de conhecimento, o estímulo e incentivo no surgimento de uma “co-irmã”, ocorrida quando o grupo, ao procurar e buscar uma possibilidade para atender a sua necessidade de ter um local para utilizar como armazém – antes da construção da

sua sede própria, ainda na fase inicial de sua constituição -, descobriu a existência de um barracão dos servidores do IAPAR.

Durante o processo de negociação para a utilização do espaço, entendendo que a sua situação era a mesma vivenciada pelos colegas trabalhadores do IAPAR, com um espírito altruísta, o grupo desiste da ideia de negociar o espaço de armazenagem e termina por promover a expansão do cooperativismo, com a transferência do conhecimento adquirido, auxiliando na constituição de outra cooperativa de consumo, a dos servidores do IAPAR – COOEMPAR -, cooperando com as pessoas que ali trabalhavam e, por certo, melhorando as condições de vida de outro grupo de pessoas.

Percebemos pela pesquisa que o processo em desenvolvimento, ao longo do tempo, foi gerando um cansaço e a falta de disposição e de motivação dos servidores no desempenho das atividades em torno da cooperativa, principalmente na disponibilidade de atuação nos sábados de entrega. Isso caracterizou-se como um dos fatores que causaram a dissolução da cooperativa, pois perdia-se um dos itens que promovia a redução dos custos a serem repassados no preço dos produtos, já que não era empregada mão de obra operária no funcionamento da cooperativa.

Por meio da interpretação das respostas, percebemos um outro item que dá a indicação de uma certa frustração no seio dos servidores. Existia uma premissa de se adaptar o modelo com um funcionamento distribuído ao longo do mês, no qual os produtos ficassem disponíveis durante o mês todo em gôndolas ou em prateleiras, à disposição dos associados, em qualquer tempo, e ainda seriam respostas semanalmente, conforme a sua retirada. Isso não foi possível por exclusiva falta de “capital de giro” ⁷⁷, ou seja, um aporte financeiro inicial que permitisse a compra de um lote mensal antecipado, sendo isso uma adaptação para competição com o mercado. Nesse quesito restou exposto por alguns diretores, inclusive com declarações de compromisso e de apoio da administração da UEL, que, de fato, não foi possível a sua concretização.

Nesse contexto, a pesquisa indica que a dissolução foi provocada por três pontos cruciais: 1) a melhoria do cenário econômico com reflexo direto nas

⁷⁷ N.A. – Valor financeiro destinado a manutenção e reposição visando ao funcionamento do sistema de compra e venda de produtos de uma organização.

condições salariais; 2) o surgimento de outros pontos de venda de produtos pela expansão supermercadista em Londrina, facilitando as condições de oferta para as compras; e 3) o desgaste causado nas pessoas pelo modelo de utilizar o trabalho voluntário, somado à desilusão resultante da frustração ocasionada pela impossibilidade da adaptação do modelo por outro a ser efetivado, aproximando-se, assim, da operação do sistema convencional de “compra e venda”, com a liberdade de escolha e de quantidade e com os produtos expostos em gôndolas, modelo esse que fora inviabilizado pela falta absoluta do aporte de volume de capital financeiro.

Ficou demonstrada também a situação negativa da dinâmica de expansão e de consolidação do cooperativismo de consumo, na medida em que apresenta uma grande dificuldade para a sua implantação que é a necessidade e a dependência de um aporte de capital financeiro logo no início, ou na sua sequência de expansão.

Como consequência, inviabilizou-se o processo para os pequenos grupos ou para grupos com poucos recursos disponíveis, sobrando a lógica do mercado: o grande tende a incorporar os pequenos que ainda lutam, muitas vezes, somente tentando sobreviver.

A ação provocada pelo processo de mobilização, objeto da pesquisa, foi almejada por “algumas” pessoas, que acreditaram e conseguiram ampliar o grupo, em que atuar de forma participativa e democrática resultou, conforme relatos colhidos, na transformação da vida das pessoas envolvidas, no seu modo de pensar e de viver, na forma de solidarizar-se com o outro. Além disso, a colaboração e a participação incentivaram outro grupo de servidores, do IAPAR, a se organizar e, num curto espaço de tempo, em regime de mutirão, construíram um prédio de 675m² (prédio sede), podendo-se dizer que a constituição da cooperativa foi um sucesso.

Dessa maneira, fica evidenciada a importância do estudo sobre a movimentação das pessoas, no caso específico, os servidores da UEL, como um parâmetro sobre o aproveitamento da ciência em verificar, nas ocorrências que são provocadas pela vivência popular, a sua capacidade de buscar alternativas para sobreviver e ainda evoluir.

Podemos concluir que as pessoas quando se sentem pressionadas e submetidas a condições que atingem a dignidade humana e tomam consciência

desse fato, optam e se dispõem a formação de grupos e, assim, criam uma dinâmica capaz de promover uma mobilização superando os obstáculos que surgem, passando, em conjunto, a buscar alternativas que visam melhorar a sua sobrevivência ou mesmo a sua evolução.

Portanto, torna-se um desafio aprimorar o saber popular, o saber crítico e científico, estudando os fenômenos provocados por essa dinâmica de movimentação das pessoas, como uma ciência que surge e utiliza a experiência do cotidiano e da luta pela vida, ocorrida por meio de vários sujeitos que querem e que sonham com uma nova sociedade, fazendo assim a sua própria “história”.

Para corroborar com essa visão, aponto um relato espontâneo de um questionário: *“Podemos dizer que foi uma experiência extremamente importante e marcante, não há nada que possa apagar isso das nossas mentes e de nossos corações (R1).”*.

Por fim, espera-se que este trabalho que apresenta uma estrutura em que o conhecimento pesquisado e desenvolvido instigue a outros, sustentado na afirmativa de Santos (1996, p. 184) que “o conhecimento dos objetos e dos seus processos passa a ser fundamental, para uma ação deliberada e renovadora, e o papel da geografia também se renova, na análise social e na construção do futuro”, e aos que tiverem acesso, que dele façam uso, aplicando-o comparativamente a novas ações de cooperativismo/associativismo ou em outros processos de mobilização de pessoas, avaliando suas dinâmicas e suas movimentações, seus objetivos e resultados alcançados, possibilitando assim, entender e evoluir por meio do cotidiano da sociedade.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIAS da ONU lançam Ano Internacional das Cooperativas 2012. **ONUBR – Nações Unidas no Brasil**. 3 nov. 2011. Disponível em: <<http://www.onu.org.br/agencias-da-onu-lancam-ano-internacional-das-cooperativas-2012>>. Acesso em: 23 jun. 2012.

ALÉM da inércia. **Conjuntura Econômica**. Rio de Janeiro, v. 40, n. 03, p. 2, mar. 1986.

ALVES, Flamarion D. Considerações sobre métodos e técnicas em geografia humana. **Dialogus**, Ribeirão Preto, v. 4, n. 1, p. 227-241, 2008.

ASARI, Alice Y.; TUMA, Magda M. **Aspectos históricos, físicos, econômicos e institucionais do município de Londrina**. Londrina: Prefeitura Municipal de Londrina, 1978.

ASSEMBLEIAS Definem Indicativo de Greve. **Notícia – UEL**. Londrina, n. 444, 18 set. 1987. p. 2.

ASSOCIAÇÃO PRÓ-COOPERATIVA DE CONSUMO DOS SERVIDORES DA UEL. **Ata da Assembleia de Constituição, registrada sob nº 34.897 do 1º Ofício**, Londrina, 04 nov. 1988a.

_____. **Estatuto social, registrado sob nº 34.898 do 1º Ofício**. Londrina, 04 nov. 1988b.

AUTONOMIA Assegurada. **Notícia – UEL**. Londrina, n. 435, 30 abr. 1987. p.1.

AUTONOMIA é uma conquista: não se Dá e nem se Tira. **Notícia – UEL**. Londrina, n. 433, 15 abr. 1987. p.1.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Moedas emitidas pelo BC**. Brasília. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/?moedasbc>>. Acesso em: 01 ago. 2014a.

_____. **Padrão monetário**. Brasília. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/?padmonet>>. Acesso em: 01 ago. 2014b.

BUTARELLO, Neiva A. L. **Comportamento informacional na licitação: Pregão Eletrônico**. 2011. 139f. Dissertação (Mestrado em Gestão da Informação) - Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2011.

BRASIL, Lei nº 5764, de 16 de dezembro de 1971. Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, D.F., 16 dez. 1971.

CALLAI, Helena C. O ensino de geografia: recortes espaciais para análise. In: CASTROGIOVANNI, Antônio C. (Org.). **Geografia em sala de aula: práticas e reflexos**. Porto Alegre: UFRGS, 2001. p. 57-63.

CARDÁPIO mais picante. **Folha de Londrina**, Londrina, 9 out. 1988. Caderno Notícia, p 30.

CASA CIVIL DO PARANÁ. **Governadores do Estado**. Curitiba: Governo do Estado do Paraná, 2014, Disponível em: <<http://www.casacivil.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=95>> Acesso em 21 out. 2014.

CASTRO, Iná E. O problema da escala. In: CASTRO, Iná E.; GOMES, Paulo C. C.; CORRÊA, Roberto L. (Org.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. p. 117-139.

CHARLES Gide. **Biografias y Vidas**. Disponível em: <http://www.biografiasyvidas.com/biografia/g/gide_charles.htm>. Acesso em: 24 jul. 2014.

COMUNIDADE universitária responde ao governador. **Notícia – UEL**. Londrina, n. 431, 02 abr. 1987.

CONJUNTURA ECONÔMICA. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1947-2014. Disponível em: <<http://www.docpro.com.br/bibliotecavirtual/conjuntura/pesquisalivre.htm>>. Acesso em: 01 ago. 2014.

COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO URBANO. **Ano internacional das cooperativas**. Disponível em: <<http://www.eucoopero.com.br/onu-2012>>. Acesso em: 01 ago. 2014.

COOPERATIVA dá descontos apesar das dificuldades. **Notícia - UEL**. Londrina, n. 511, 12 mar. 1991. p. 4.

COOPERATIVA DE CONSUMO DOS SERVIDORES DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA LTDA – “SERVICOOP”. **Estatuto social, registrado sob nº 414.00002012 da JUCEPAR**. Londrina, 20 out. 1989.

COSTA, Ilza S.; NAMI, Márcio R. P. Preenchendo as Lacunas do Capitalismo – Cooperação como alternativa. In: NAMI, Márcio R. P. (Coord.). **Visões do Cooperativismo**. Brasília: Confabras, 2012. p. 157 - 210.

COSTA, Wanderley M.; MORAES, Antônio C. R. **Geografia crítica a valorização do espaço**. São Paulo: Hucitec, 1984.

CORRÊA, Roberto L. **Região e organização espacial**. São Paulo: Ática, 1991.

CORRÊA, Roberto L. Espaço: um conceito chave da geografia. In: CASTRO, Ina E. **Geografia: conceitos e temas**. 10. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. p. 15-47.

CRIADA associação para baratear compras. **Notícia - UEL**, Londrina, n. 464, 23 set. 1988. p.2

C.U. deve analisar decisões da Assembleia. **Notícia - UEL**, Londrina, n. 459, 29 mar. 1988. p. 4,

DEMO, Pedro. **Pesquisa participante saber pensar e intervir juntos**. Brasília: Liber Livro, 2008.

DIAS, Luis F. P. **Transformações Sócio-Espaciais decorrentes da Ação das Cooperativas Agropecuárias**: O Caso da Cooperativa Agropecuária Vale do Tibagi Ltda – VALCOOP – Londrina – Pr. 2001. 140. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2001.

FLEURY, Maria T. L. **Cooperativas agrícolas e capitalismo no Brasil**. São Paulo: Global, 1983.

FOLHA DE SÃO PAULO. Mercado. São Paulo: **Real, 20 anos**. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2014/06/1477505-pais-teve-varios-planos-economicos-para-controlar-a-inflacao-conheca.shtml>> acesso em 21 out. 2014.

FUNCIONALISMO se mobiliza pela URP. **Notícia da UEL**, Londrina, n. 459, 29 mar. 1988. p. 3.

FUNCIONÁRIOS decretam greve: professores fazem nova assembleia. **Notícia - UEL**, Londrina, n. 446, 28 set. 1987. p. 2.

GIAMBIAGI, Fábio. **Economia brasileira contemporânea**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

GIDE, Charles. **O cooperativismo**. Tradução de Egídio Francisco Schimitz. Brasília: Confabras, 2008.

GOVERNO muda de estratégia. **Notícia – UEL**. Londrina, n. 460, 08 abr. 1988. p.3.

GREVE traz reflexão. **Notícia – UEL**. Londrina, n. 437, 22 jun. 1987. p. 2-3.

HOLYOAKE, George J. **Os 28 tecelões de Rochdale**: história dos probos pioneiros de Rochdale. Tradução de Archimedes Taborda. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1933.

IBGE, **Estatísticas do século XX**. Rio de Janeiro, 2006.

_____. **Sistema nacional de índices de preços ao consumidor**. Brasília. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/precos/inpc_ipca/defaulttab1.shtml>. Acesso em: 01 ago. 2014a.

_____. **Paraná » Londrina» infográficos: dados gerais do município**. Brasília. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/painel/painel.php?codmun=411370>>. Acesso em: 08 out. 2014b.

INFLAÇÃO zero. **Conjuntura Econômica**, Rio de Janeiro, v. 40, n. 03, p. 2, mar. 1986.

INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO DE LONDRINA – IPPUL **Mapas Temáticos**. Londrina: Prefeitura Municipal, 2014, Disponível em: http://www1.londrina.pr.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=587&Itemid=705. Acesso em 02 jun. 2014.

LACOSTE, Yves. **A geografia isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra**. Tradução de Maria Cecília França. 5. ed. Campinas: Papyrus, 1988.

LAVERGNE, Bernard. **O Socialismo com Rosto Humano**. Brasília: Confabras, 2010.

LONDRINA. Prefeitura Municipal. **Perfil de Londrina**. Londrina, 2013. Disponível em: <http://www.londrina.pr.gov.br/dados/images/stories/Storage/sec_planejamento/perfil/perfil_de_londrina_2013.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2014.

_____. **Londrina em Dados 2013**. Londrina, 2014. Disponível em: <http://www.londrina.pr.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=543&Itemid=558&limitstart=2>. Acesso em 15 out. 2014b.

KREIS, Steven. **The history guide**: vida e obra de George J. Holyoake. Disponível em: <<http://www.historyguide.org/intellect/owen.html>>. Acesso em: 24 jul. 2014.

MARTINS, Gilberto. A. **Estudo de caso**: uma estratégia de pesquisa. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MATOS, Patrícia F. de; PESSÔA, Vera L. S. A Observação e Entrevista: construção de dados para a pesquisa qualitativa em geografia agrária. in: RAMIRES, Julio C. de L.; PESSÔA, Vera L. S. **Geografia e Pesquisa Qualitativa nas Trilhas da Investigação**. Uberlândia: Assis, 2009. p. 123-138.

MAURER JUNIOR, Theodoro H. **O Cooperativismo uma Economia Humana**. São Paulo: Metodista, 1966.

MENDONÇA, Marly Terezinha Calux. Geografia em escala local: um estudo de caso do município de Londrina. In: PARANÁ, Secretaria de Educação. **O professor PDE e os desafios da escola pública paranaense: produção didática-pedagógica**. Curitiba, 2007. (Cadernos PDE, v. 2).

MLADENATZ, Gromoslav. **Historia das doutrinas cooperativistas**. Tradução de José Carlos Castro, Maria da Graça Leal e Carlos Potiara Castro. Brasília: Confabras, 2003.

MOLES, Abraham A. **Sociodinâmica da cultura**. São Paulo: Edusp, 1974.

MOREIRA, Ruy. Conceitos, categorias e princípios lógicos para o método e o ensino da geografia. In: _____. **Pensar e ser em Geografia**. São Paulo: Contexto, 2007. p. 107-118.

NAKAGAWARA, Yoshiya; SANTANA, Moises. Estrutura fundiária note-paranaense: concentração e capitalização – situação 70 – 80. **Boletim de Geografia**, Maringá, ano 2, n. 2, p. 31-33, jan. 1984.

NOVO indicativo de Greve. **Notícia - UEL**, Londrina, n. 433, 15 abr. 1987. p. 2.

OLIVEIRA, Maria M. de. **Com fazer pesquisa qualitativa**. Petrópolis: Vozes, 2007.

ONOFRE, Gisele R.; SUZUKI, Júlio C. Embates e debates sobre o cooperativismo rural. In: ENCONTRO DE PRODUÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA, 4., 2009, Campo Mourão. **Anais...** Campo Mourão: NUPEM, 2009.

“ORELHA de jegue” a moeda de troca da UEL. **Notícia - UEL**, Londrina, n. 527, 29 out. 1991. p. 4 e 5.

ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS. **A parceria ideal**. Brasília: SDR/DENACOOP, 1998a.

_____. **Associativismo**. Brasília: SDR/DENACOOP, 1998b.

_____. **Cooperativismo**. Brasília: SDR/DENACOOP, 1998c.

_____. **Ano Internacional das Cooperativas - ICA**. Disponível em: <http://www.brasilcooperativo.coop.br/gerenciador/ba/arquivos/cartaz_ano_2012___instrucoes.pdf>. Acesso em: 23 jul. 2012a.

_____. **Rumos da liderança jovem no cooperativismo - Módulo I – Básico** Disponível em: <http://www.brasilcooperativo.coop.br/GERENCIADOR/ba/arquivos/modulo_i___basico.pdf>. Acesso em: 23 jun. 2012b.

_____. **Sete linhas orientam o cooperativismo**. Disponível em: <<http://www.brasilcooperativo.coop.br/site/cooperativismo/principios.asp>>. Acesso em: 31 ago. 2013a.

_____. **Promoção e defesa dos interesses das cooperativas**. Disponível em: <<http://www.brasilcooperativo.coop.br/site/ocb/>>. Acesso em: 31 ago. 2013b.

_____. **Apresentação institucional sistema cooperativista**. 2011. Disponível em: <http://www.ocb.org.br/GERENCIADOR/ba/arquivos/140311_appinstitucional_2011_dados2010_2.pdf>. Acesso em: 18 jun. 2014a.

_____. **Panorama nacional do cooperativismo 2012**. Disponível em: <http://www.brasilcooperativo.coop.br/GERENCIADOR/ba/arquivos/numeros_do_cooperativismo___ano_referencia_2012.pdf>. Acesso em: 01 ago. 2014b.

OS MITOS da inflação. **Conjuntura Econômica**, Rio de Janeiro, v. 42, n. 10, p. 9, out. 1988.

PETTICREW, Ian. **Minor Victorian poets and authors**. Disponível em: <<http://gerald-massey.org.uk/holyaoke>>. Acesso em: 23 jun. 2014.

PINHO, Diva B. **A doutrina cooperativa nos regimes capitalista e socialista**. São Paulo: Pioneira, 1966.

_____. A Doutrina Cooperativa e a Problemática do Desenvolvimento Econômico. In: **A Problemática Cooperativista no Desenvolvimento Econômico**. São Paulo: Artegráfico, 1973.

_____. **Economia e cooperativismo**. São Paulo: Saraiva, 1977.

_____. **O cooperativismo passado a limpo**. Brasília: Gestão Cooperativa, 2012.

POLÍTICA econômica. **Conjuntura Econômica**, Rio de Janeiro, v. 42, n. 7, p. 18, jul. 1988.

POLONIO, Wilson A. **Manual das sociedades cooperativas**. São Paulo: Atlas, 1998.

PREÇOS acessíveis. **Notícia- UEL**, Londrina, n. 490, 8 a 14 mai. 1990. p. 6.

PRÓ-COOPERATIVA. **Notícia - UEL**, Londrina, n. 466, 07 out. 1988a. p. 6.

_____. **Notícia - UEL**, Londrina, n. 473, 02 dez. 1988b. p. 6.

_____. **Notícia - UEL**, Londrina, n. 478, 10 mar. 1989. p. 7.

PUPO, Benedito B. Como nasceu Londrina. **A Pioneira**, Curitiba, ano 5, n. 11, [p.40-45], jul./ago. 1952.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia de poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

RAMBO, Anelise G.; RÜCKERT, Aldomar A. Desenvolvimento territorial e escalas. **Geosul**, Florianópolis, v. 23, n. 46, p. 95-114, jul./dez. 2008.

RIBEIRO, Guilherme. Paul Vidal de La Blache e a formação do campo história do pensamento geográfico. **Geo UERJ**, Rio de Janeiro, ano 13, n. 22, p. 232-249, jul./dez. 2011. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/geouerj>>. Acesso em: 18 jun. 2014.

RUBIN, Issak I. **A teoria Marxista do valor**. São Paulo: Polis, 1987.

SANDRONI, Paulo. **Dicionário de economia do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 1999.

SANTOS, Milton. **Por uma geografia nova**. São Paulo: Hucitec, 1978.

_____. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1985.

_____. **Técnica, Espaço, Tempo Globalização e Meio Técnico-Científico Informacional**. 2. Ed.. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. **A natureza do espaço**. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2004.

SANTOS, Joelma C. dos; PESSÔA, Vera L. S. A Pesquisa de Campo nos Canaviais do Oeste Paulista: o universo dos trabalhadores entre a “sua forma de ser” e a exploração do seu “ser” in: RAMIRES, Júlio C. de L.; PESSÔA, Vera L. S. **Geografia e Pesquisa Qualitativa nas Trilhas da Investigação**. Uberlândia: Assis, 2009. p. 123-138.

SAQUET, Marcos A.; MACHADO, Gilnei. Espaço, território, paisagem: em busca de uma ligação conceitual. **Varia Scientia**, Cascavel, v. 10, n. 11, p. 119-135, 2011.

SCHNEIDER, João E. O Cooperativismo agrícola na dinâmica social do desenvolvimento periférico dependente: o caso brasileiro. In: LOUREIRO, Maria R. (Coord.). **Cooperativas agrícolas e capitalismo no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1981. p. 11-40.

SCHNEIDER, José O. **Democracia, participação e autonomia cooperativa**. São Leopoldo: Unisinos, 1999.

_____. A fidelidade societária en el contexto de la globalización. In: RUBIO, Mario Radrigán. **El rol de las cooperativas en un mundo globalizado**. Montréal: Université de Sherbrooke UniRcoop, 2007. p. 63-89.

SECRETÁRIO não acredita que UEL volte à greve. **Folha de Londrina**, Londrina, 07 jul. 1987. Caderno Local, p. 5.

SERRA, Elpídio. **Contribuição ao estudo do cooperativismo na agricultura do Paraná**: o caso da cooperativa de cafeicultores e agropecuaristas de Maringá. 1986. 251. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 1986.

_____. Algumas Contradições entre a Teoria e a Prática Cooperativista. **Geografia – UEM**, Maringá, Ano 5, n. 1, p. 53-69, mar. 1987.

SERVIDORES pedem Salários Atualizados. **Notícia - UEL**, Londrina, n. 456, 4 mar. 1988. p. 3.

SILVA, William R. da. A formação do centro principal de Londrina e o estudo da centralidade urbana. **Geografia – UEL**, Londrina, v. 12, n. 2, p. 21-44, 2003.

TEM INÍCIO a Campanha 87/88. **Notícia - UEL**, Londrina, n. 439, 23 jul. 1987. p. 2,

TRT Decide Parcelas Reajuste. **Notícia - UEL**, Londrina, n. 447, 23 out. 1987. p. 5.

UEL pode parar. Londrina: **Notícia - UEL**, Londrina, n. 435, 30 abr. 1987. p. 4

_____. **Notícia - UEL**, Londrina, n. 460, 08 abr. 1988. p. 3.

UM PASSO da gratuidade. **Notícia - UEL**, Londrina, n. 435, 30 abr. 1987. p. 2.

UMA COOPERATIVA contra a crise. **Folha de Londrina**, Londrina, 25 out. 1989. Caderno Cidade, p. 3.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA. Conselho de Administração. **Ata da 332ª reunião do Conselho de Administração da UEL**. Londrina, 09 nov. 1988a.

_____. **Ata da 352ª reunião do Conselho de Administração da UEL**. Londrina, 05 abr. 1989b.

_____. **Ata da 355ª reunião do Conselho de Administração da UEL**. Londrina, 03 maio 1989c.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA. Pró-Reitoria de Planejamento. **Plano desenvolvimento institucional – PDI: 2010-2015**. Londrina. Disponível em: <http://www.uel.br/proplan/pdi/PDI_2010-2015_V2.pdf>. Acesso em 18 jun. 2014a.

_____. **Plano diretor de desenvolvimento físico territorial: 2007**. Londrina. Disponível em: <<http://www.uel.br/proplan/?content=planodiretor.html>> Acesso em 18 jun. 2014b.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA. Gabinete da Reitoria. Londrina: **Galeria dos Reitores**. Disponível em: <<http://www.uel.br/gabinete/?content=galeria-reitor.html>> Acesso em 21 out. 2014c.

WEBB, Beatrice P. **The co-operative movement in great britin**. London: Swan Sonnenschein & Co, 1891.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Instrumento inicial de coleta de dados

Eu, Luís Fernando Pinto Dias, doutorando em Geografia, estou coletando dados e informações que farão parte da análise para minha Tese de Doutorado, quais sejam:

- sobre a constituição e funcionamento da Cooperativa de Consumo dos Servidores da UEL – SERVICOOOP, constituída em 1988;
- sobre a organização e o sistema cooperativo;
- e sobre a participação e movimentação das pessoas neste processo.

Se você é servidor (docente, técnico ou aposentado) que iniciou na carreira antes de 1989, e concordar em colaborar, poderia preencher os dados do questionário logo a seguir.

Com os dados deste questionário, vou retomar eletronicamente um informativo sobre o cooperativismo, e na sequencia se houver necessidade, para a ampliação da pesquisa, solicitarei por meio eletrônico (e-mail), novos questionamentos.

Solicito ainda que, se você possuir algum documento, fotos ou anotações referente à Cooperativa de Consumo dos Servidores da UEL - SERVICOOOP, e que pudesse disponibilizar para consulta, isto seria muito importante para a pesquisa.

Desde já agradeço a sua participação e colaboração.

Nome: _____ Fone: _____

Email Pessoal: _____ Assin. _____

- 1 - É de livre vontade que participa e responde as questões a seguir?
() SIM () NÃO
- 2 - Autoriza a publicação das informações prestadas?
() SIM () NÃO
- 3 - Você conhece sobre o Sistema Cooperativista?
() SIM () NÃO
- 4 - Você conhece sobre ROBERT OWEN (considerado o pai do cooperativismo)?
() SIM () NÃO
- 5 - Você conhece, os princípios e as virtudes do cooperativismo?
() SIM () NÃO
- 6 - Você acredita no sistema cooperativo?
() SIM () NÃO Outra: _____
- 7 - Como você teve conhecimento da Cooperativa da UEL - SERVICOOOP?
() Participou de Reunião
() Intermediário de Colegas
() Divulgação, panfleto, boletim
() Não Teve

- 8 - Você se **associou** a Cooperativa da UEL - **SERVICOOP**
 SIM, Se você respondeu **SIM**, pule a questão 9.
 NÃO Se você respondeu **NÃO**, responda a questão 9 e vá para a 14
- 9 - O que o **levou** a **NÃO** se associar na Cooperativa, na época?
 Não acreditava
 Não conheceu
 Não teve vontade
 Outro da Família se associou
 Outros: Especifique_____
- 10 - Você se **associou** à Cooperativa no:
 Início/fundação
 no meio / já em funcionamento.
- 11 - Na Cooperativa, em algum momento, você foi:
 Obs: pode assinalar mais de uma opção.
 Diretor,
 Representante,
 Consumidor
- 12 - O que o **levou** a se associar na Cooperativa da UEL - **SERVICOOP**?
 Obs: pode assinalar mais de uma opção.
 Economia, vantagem financeira
 Espírito de Solidariedade
 Acreditar no Cooperativismo
 Confiança nas Pessoas
 Outros motivos: Especifique:_____
- 13 - Você acreditava na Cooperativa da UEL - **SERVICOOP**
 SIM **NÃO**
- 14 - Comente, na sua visão porque a Cooperativa foi extinta (deixou de existir).
 Perdeu a vantagem Financeira
 Trabalho Voluntário aos Sábados
 Perdeu a Confiança
 Surgiram outras opções de mercado
 Outros motivos: Especifique:_____
- 15 - Onde você **morava** em 1988 ?
 Bairro_____ Cidade_____

Se desejar fazer algum outro comentário que você julga que possa acrescentar ao meu trabalho de doutorado, fique à vontade, podendo inclusive enviar via e-mail: luisfernando.uel@gmail.com

Agradeço pela atenção e fico à disposição para quaisquer esclarecimentos telefone 9991-3258, ou no e-mail luisfernando.uel@gmail.com

Luís Fernando Pinto Dias

APÊNDICE B – Boletim de retorno da pesquisa inicial

Olá, tudo bem? Desejo que sim. Muito obrigado por aceitar participar do nosso projeto, pela disponibilidade e colaboração.

Hoje peço um momento de sua atenção, como colaboração e solicito a leitura do texto até o final, e após o retorno, “Ok material lido”.

Recordando, o questionário inicial, perguntamos sobre o conhecimento do sistema cooperativo, Robert Owen e sobre os princípios e as virtudes do cooperativismo.

A seguir tem um pequeno informativo com esclarecimento e explicações das questões iniciais para orientador a sequência do trabalho, o que unifica o entendimento e posteriormente estarei enviando um próximo questionário solicitando outros dados.

- O SURGIMENTO DO COOPERATIVISMO

Idealizado por vários precursores, o cooperativismo surgiu de fato em 1844, quando, em Manchester na Inglaterra, 28 tecelões do bairro Rochdale, organizaram uma associação, que mais tarde viria ser chamada de Cooperativa. Nascida da ideia destes, que buscavam não serem mais explorados na venda de alimentos e roupas no comércio local, estes artesãos montaram, primeiro, um armazém próprio. Depois, apoiaram a construção ou a compra de casas para os tecelões e montaram uma linha de produção para os trabalhadores com salários muito baixos ou desempregados. De um aparentemente armazém fornecedor de artigos de suma necessidade e serviços de ordem econômica-social, inicia-se o movimento cooperativista.

- A FILOSOFIA DO COOPERATIVISMO

Robert Owen, nascido no ano de 1771, é considerado o pai do cooperativismo. Seus princípios sobrevivem desde 1844, quando, na Inglaterra, em Rochdale, surgiu a primeira cooperativa de consumo como uma reação à exploração capitalista, passando a ser espelho a outros grupos. As cooperativas de consumo multiplicaram-se por toda Europa, chegando a cerca de mil sociedades e 550 mil cooperantes no ano de 1881 e não parou de evoluir, conquistando seu espaço próprio definido por uma nova forma de pensar o homem, o trabalho e o desenvolvimento social.

- FORMA DE ORGANIZAÇÃO

Cooperativismo é um movimento, filosofia de vida e modelo socioeconômico capaz de unir desenvolvimento econômico e bem-estar social. Seus referenciais fundamentais são: participação democrática, solidariedade, independência e autonomia.

É o sistema fundamentado na reunião de pessoas e não no capital. Visa às necessidades do grupo e não do lucro. Busca prosperidade conjunta e não individual.

Estas diferenças fazem do cooperativismo a alternativa socioeconômica que leva ao sucesso com equilíbrio e justiça entre os participantes.

Associado a valores universais, o cooperativismo se desenvolve independentemente de território, língua, credo ou nacionalidade.

- OS PRINCÍPIOS COOPERATIVOS

São as linhas orientadoras a que as cooperativas levam seus valores à prática, que formam os princípios cooperativos:

I. Adesão voluntária e livre - são organizações voluntárias, abertas a todas as pessoas aptas a utilizar seus serviços e assumir suas responsabilidades como membros, sem discriminações de sexo, sociais, raciais, políticas e religiosas.

I. **Gestão democrática e livre** - são organizações democráticas, controladas por seus membros, que participam ativamente na formulação de suas políticas e tomada de decisões. Os eleitos como representantes dos demais membros, são responsáveis perante estes. Nas cooperativas de primeiro grau os membros têm igual direito de voto (um membro, um voto); as cooperativas de grau superior são também organizadas de maneira democrática.

II. **Participação econômica dos membros** - Os membros contribuem equitativamente para o capital das suas cooperativas e controlam-no democraticamente. Parte desse é, normalmente, propriedade comum da cooperativa. Os membros recebem, habitualmente, se houver, uma remuneração limitada ao capital integralizado, como condição de sua adesão, e destinam os excedentes a uma ou mais das seguintes finalidades:

- a) desenvolvimento das suas cooperativas, eventualmente através da criação de reservas, parte das quais, pelo menos será, indivisível.
- b) benefício aos membros na proporção das suas transações com a cooperativa.
- c) apoio a outras atividades aprovadas pelos membros.

III. **Autonomia e independência** - são organizações autônomas, de ajuda mútua, controladas pelos seus membros. Caso firmem acordos com outras organizações, incluso instituições públicas, ou recorrerem a capital externo, devem fazê-lo em condições que assegurem o controle democrático por seus membros e mantenham a autonomia da cooperativa.

IV. **Educação, formação e informação** - promovem educação e formação de seus membros, representantes eleitos e trabalhadores, de forma que estes possam contribuir, eficazmente, para o desenvolvimento das suas cooperativas. Informam o público em geral, particularmente os jovens e os líderes de opinião, sobre a natureza e as vantagens da cooperação.

V. **Intercooperação** - servem de forma mais eficaz os seus membros e dão mais força ao movimento cooperativo, trabalhando em conjunto, através das estruturas locais, regionais, nacionais e internacionais.

VI. **Interesse pela comunidade** - através de políticas aprovadas pelos membros, as cooperativas trabalham para o desenvolvimento sustentado das suas comunidades.

- OS VALORES COOPERATIVISTAS

Cooperativa é uma organização de pessoas que se baseia em valores de **ajuda mútua e responsabilidade, democracia, igualdade, equidade e solidariedade**. Seus objetivos econômicos e sociais são comuns a todos. Os aspectos legais e doutrinários são distintivos de outras sociedades. Seus associados acreditam nos valores **éticos da honestidade, transparência, responsabilidade social e preocupação pelo seu semelhante**.

Os conceitos que dão identidade ao cooperativismo são:

Cooperar – unir-se a outras pessoas para conjuntamente enfrentar situações adversas, no sentido de transformá-las em oportunidade e bem-estar econômico e social.

Cooperação – método de ação pelo qual indivíduos ou familiares com interesses comuns constituem um empreendimento. Os direitos são todos iguais e o resultado alcançado é repartido somente entre os integrantes, na proporção da participação de cada um.

Sócios – indivíduo, profissional, produtor de qualquer categoria ou atividade econômica que se associa a uma cooperativa para exercer atividade econômica ou adquirir bens de consumo e/ou duráveis.

- AS DOZE VIRTUDES DO COOPERATIVISMO

Em 1886, durante o II Congresso das cooperativas de consumo, realizada em Lyon na França, foram aprovadas junto aos participantes – associados, trabalhadores, professores e estudantes – as “doze virtudes” da doutrina cooperativista que se mantém: atuais até hoje

Viver melhor - Através da solução coletiva dos problemas.

Pagar a dinheiro - Este sadio hábito evita o endividamento que gera a dependência.

Poupar sem sofrimento - A satisfação das necessidades dos cooperados deve ser prioritária, isso é importante para a definição do que pode ser feito com as sobras.

Suprimir os parasitas - Afastar os atravessadores na compra e na venda de produtos e serviços.

Combater o alcoolismo - Viver de maneira sadia, evitando os vícios e enfrentando a realidade com coragem.

Integrar as mulheres nas questões sociais - Ressalta a importância da participação feminina.

Educar economicamente o povo - A educação é uma ferramenta para o desenvolvimento do homem.

Facilitar a todos o acesso à propriedade - É essencial unir esforços para conquistar os meios de produção.

Reconstituir uma propriedade coletiva - Para ter acesso à propriedade, o passo inicial é investir em um patrimônio coletivo.

Estabelecer o justo preço - O trabalho tem de ser remunerado e os preços definidos sem intenção especuladora.

Eliminar o lucro capitalista - O objetivo da produção é a satisfação das necessidades humanas.

Abolir os conflitos - As disputas diminuem pelo fato de que o associado é dono e usuário da cooperativa.

O meu muito obrigado, pela atenção, participação e colaboração.

No aguardo do seu email com “OK material lido”.

APÊNDICE C – Instrumento de coleta de dados – Fase 2

Após o questionário inicial e a leitura sobre o que é o sistema cooperativo, seus princípios e as virtudes do cooperativismo, solicito a sua participação no segundo questionário que é mais específico, pedindo clareza nas respostas incluindo o máximo de informações possíveis.
Obs: a partir de agora, vou tratar a Cooperativa de Consumo da UEL, por **SERVICOOP**.

O meu sincero obrigado, pela participação e colaboração.

Luís Fernando.

1 – Descreva como funcionava a **SERVICOOP**.

2 – Como era o trabalho de distribuição/entrega das compras nos sábados na **SERVICOOP**?

3 – Como era o trabalho de transporte das compras na **SERVICOOP**, tinha entrega nas casas.

4 – Você lembra como foi o processo de construção do prédio da **SERVICOOP**?

5 – Você acha que nos mesmos moldes, hoje seria possível constituir e funcionar de novo.

6 - Relembre e relate algum fato ocorrido com você no período de associado junto à **SERVICOOP**.

Vamos simular um processo de compra para tanto basta preencher um simulador do pedido de compra, colocando em cada item de produto da sua necessidade, a quantidade que você compraria (hoje), portanto solicito o preenchimento da coluna quantidade na planilha em anexo e o reenvio para simulação.

APÊNDICE D – Instrumento de coleta de dados – Fase 3

Na sequência da pesquisa, solicito a sua participação respondendo com clareza e incluindo o máximo de informações possíveis.

O meu sincero obrigado, pela participação e colaboração.

Luís Fernando.

1 – Como era a participação nas reuniões ou assembleia da SERVICOOP.

2 – Como era o trabalho de representante de setores na SERVICOOP.

3 – Como foi o trabalho de divulgação e ampliação dos sócios após a criação da SERVICOOP.

4 – Como era o trabalho de distribuição e coleta das listas de compras dos associados.

5 – Quais os locais utilizados para armazenamento e distribuição dos produtos.

6 – Sabe descrever como efetivamente a SERVICOOP surgiu.

APÊNDICE E – Instrumento de coleta de dados – Fase 4

Volto a consulta-lo e peço para ser mais específico, pedindo clareza nas respostas incluindo o máximo de informações possíveis.

O meu sincero obrigado, pela participação e colaboração.
Este eh o último questionário.

Luís Fernando.

1 – Após a coleta das listas de compras dos associados como eram totalizadas para formação lotes.

2 – Como eram realizadas as compras junto aos fornecedores.

3 – Como eram realizadas as pesquisas de preços junto aos mercados

4 – Como era formado o preço final dos produtos na SERVICOOOP.

5 – O que era feito com os Produtos não retirados.

6 – Como foi definida a lista básica de produtos da SERVICOOOP.

APÊNDICE F – Instrumento de coleta de simulação de compras

Produtos	Quant	Produtos	Quant
001 - Arroz Agulha tipo 1 - pc 5 Kg		222 - Margarina Claybon - pc 500 g	
002 - Arroz Agulha tipo 2 - pc 5 Kg		226 - Extrato de Tomate Elefante - lt 140 g	
006 - Feijão Carioca/Rosinha - pc 1 Kg		227 - Extrato de Tomate Cajamar - lt 140 g	
011 - Acucar Cristal - pc 5 Kg		228 - Extrato de Tomate Elefante - lt 370 g	
012 - Acucar Refinado - pc 5 Kg		229 - Molho de Tomate - lt 340 g	
013 - Açucar Refinado - pc 1 Kg		231 - Puro Alho - lt 140 g	
016 - Macarrão Semola Ninhado - pc 1 Kg		232 - Mostarda - vd 200 g	
017 - Macarrão Semola Espaguetti 3 - pc 1		233 - Ketchup - vd 400 g	
018 - Macarrão Massas c/ ovos - pc 1 Kg		236 - Tempero Completo - lt 200 g	
021 - Fuba - pc 1 Kg		246 - Queijo Ralado Cativa - pc 50 g	
026 - Farinha de Milho - pc 500 g		251 - Vinagre de Vinho Castelo - vd 750 ml	
031 - Farinha Trigo D. Benta - pc 5 Kg		252 - Vinagre Alcool Castelo - vd 500 ml	
032 - Farinha Trigo D. Benta - pc 1 Kg		301 - Bombril - pc 8 uni	
036 - Sal Refinado - pc 1 Kg		306 - Agua Sanitária Qboa - vd 1 lt	
041 - Maisena - pc 500 g		311 - Desinfetante Pinho - vd 500 ml	
046 - Café Itamaray - pc 500 g		312 - Desinfetante Generico - vd 500 ml	
047 - Café Cereja - pc 500 g		316 - Saco Lixo de 20lt - pc 20 uni	
048 - Filtro Papel Café 102 - cx 10 uni		317 - Saco Lixo de 40lt - pc 20 uni	
049 - Filtro Papel Café 103 - cx 10 uni		318 - Saco Lixo de 60lt - pc 10 uni	
052 - Oleo Soja - lt 900 ml		321 - Alcool p Limpeza - vd 1 lt	
053 - Oleo Milho - lt 900 ml		322 - Lustra movel - lt 200 ml	
056 - Farinha Mandioca Pinduca - pc 500 g		323 - Limpa Vidro - vd 500 ml	
057 - Farinha Mandioca Deusa - pc 500 g		324 - Karpex - vd 500 ml	
101 - Leite em Po Ninho - lt 400 g		326 - Sabão em Pó Omo - pc 500 g	
102 - Farinha Lactea - lt 400 g		327 - Sabão em Pó Minerva - pc 500 g	
103 - Neston - lt 400 g		328 - Sabão em Pó Generico - pc 500 g	
106 - Achocolatado Nescau - lt 500 g		331 - Veja Multiuso - vd 500 ml	
107 - Achocolatado Mucky - lt 500 g		332 - Ajax Comum - vd 500 ml	
108 - Achocolatado Toddy - lt 400 g		333 - Varsol - lt 500 ml	
111 - Fermento em Po Royal - lt 100 g		341 - Sabão em Pedra Brilhante - uni 100 g	
116 - Gelatina de Morango - cx 85 g		342 - Sabão em Pedra Ype - uni 100 g	
117 - Gelatina de Limão - cx 85 g		343 - Sabão em Pedra Rio - uni 100 g	
118 - Gelatina de Abacaxi - cx 85 g		344 - Sabão em Pedra Guaira - uni 100 g	
119 - Gelatina de Uva - cx 85 g		345 - Sabão em Pedra de Coco - uni 100 g	
126 - Creme de Leite - lt 300 g		351 - Detergente Neutro Minerva - vd 500 ml	
131 - Leite Condensado - lt 395 g		352 - Detergente Neutro Odd - vd 500 ml	
136 - Leite de Coco - vd 200 ml		356 - Amaciante Fofo - vd 500 ml	
141 - Coco Ralado - pc 100 g		357 - Amaciante Confort - vd 500 ml	
146 - Cha Mate Leão - pc 200 g		361 - Creme Dental Colgate - tb 90 g	
201 - Maço de Fosforo - pc 10 uni		362 - Creme Dental Kolynos - tb 90 g	
206 - Maionese - vd 250 g		366 - Sabonete Lux - uni 90 g	
207 - Maionese - vd 500 g		367 - Sabonete Rexona - uni 90 g	
211 - Ervilha - lt 200 g		368 - Sabonete Palmolive - uni 90 g	
212 - Azeitona Verde - vd 200 g		371 - Papel Higienico Nice - pc 4 uni	
213 - Salsicha - lt 200 g		372 - Papel Higie Personal/Finesse - pc 4 uni	
214 - Milho Verde - lt 200 g		373 - Papel Higie Neve/Charme - pc 4 uni	
216 - Sardinha em Oleo - lt 125 g		381 - Amaciante - vd 5 lt	

ANEXOS

ANEXO A - Cópia do ofício do grupo enviado em 10/1987 a SEET

Exmo. Sr.
Dr. ASCÊNCIO GARCIA LOPES
DD. Secretário Especial de Ensino Superior,
Ciência e Tecnologia
Rua Marechal Hermes - nº 999
Ed. Castelo Branco - Centro Cívico
80530 - Curitiba - PR

Londrina, 29 de outubro de 1987.

Excelentíssimo Senhor:

Confirmando nosso contato anterior, estamos enca
minhando a V. Exa., anexee~~s~~ os seguintes documentos:

- . Projeto Arquitetônico da Cooperativa dos Servidores da UEL -
COOPESUEL; e
- . Orçamento do Material a ser utilizado na Construção da Obra.
Observe que, do custo total estimado, 40% refere-se a mão-de-obra
que será utilizada em regime de mutirão entre os associados, redu
zindo assim o custo final.

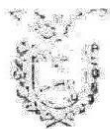
Como V. Exa. pode notar, trata-se de projeto de
grande alcance social e contamos com sua colaboração no sentido de a
nalisar a possibilidade de conseguir, através de doação, o material que
for possível, para torná-lo realidade.

Contando com sua colaboração, antecipamos nossos
melhores agradecimentos.

Atenciosamente

José Carlos de Almeida
Representante do Grupo

ANEXO B - Cópia do ofício 425/88 da SEET



ESTADO DO PARANÁ

SECRETÁRIO ESPECIAL DO ENSINO SUPERIOR, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Of.nº 425/88/GAB - SEET

Curitiba, 08 de abril de 1988.

Senhor Presidente.

Encaminhamos à Secretaria do Trabalho e Ação Social o protocolado 419.400-4, em que consta o pedido da Comissão Organizadora Pró-Cooperativa dos Servidores da UEL de recursos para auxiliá-la na construção de um Barracão, para que estudasse a possibilidade de atendimento da referida solicitação, e após análise da Secretaria supra citada, fomos informados da impossibilidade de atendimento, conforme cópia do ofício anexo.

Sendo o que tínhamos para o momento, apresentamos os protestos de consideração.

Atenciosamente.

Ascêncio Garcia Lopes
Ascêncio Garcia Lopes,
SECRETÁRIO ESPECIAL.

Ilustríssimo Senhor:
Presidente da Comissão Organizadora Pró-Cooperativa
da Universidade Estadual de Londrina.
LONDINA - PR

ANEXO C - Cópia do ofício 226/88 da SETA

ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DO TRABALHO E DA AÇÃO SOCIAL

OF. Nº 226/88-CDC

Curitiba, 25 de Março de 1.988

Senhor Secretário:

Através do presente comunico que recebi o ofício nº 314/88 GAB e que o projeto constante do mesmo foi submetido à análise técnico-financeira por esta Secretaria.

Tenho a informar que a SETA não dispõe de rubrica orçamentária que possibilite a construção do "barracão" para instalação da Cooperativa de consumo da UEL.

Sem outro particular para o momento, subscrevo-me.

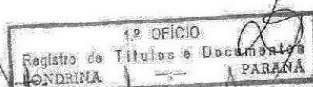
Atenciosamente,

RUBENS BUENO

Deputado Estadual
Secretário do Trabalho
e da Ação Social

Excelentíssimo Senhor
ASCÊNCIO GARCIA LOPES
DD. Secretário Especial do Ensino
Superior, Ciência e Tecnologia
CURITIBA - PARANÁ.

ANEXO D - Ata de constituição da Associação Pró-Cooperativa da UEL



1

Ata da Assembleia de Constituição da Associação Pró-Cooperativa de Consumo dos Servidores da U.E.L.

Aos 16 (dezesseis) dias do mês de setembro do ano de um mil novecentos e oitenta e oito, às dezesseis horas, no auditório do Centro de Ciências Biológicas, da Universidade Estadual de Londrina, nesta cidade de Londrina, Estado do Paraná, reuniram-se de livre e espontânea vontade as pessoas cujos nomes constam mais adiante, do corpo desta, com o objetivo de constituir uma associação pró-cooperativa, de acordo com as leis em vigor, indicando para coordenar os trabalhos o Sr. Laerte Matias e, para secretariar a reunião, a minha pessoa, João Luiz Sonzella, ficando assim constituída a mesa. Aberta a sessão pelo Coordenador, declarou este aos presentes que o fim da reunião era de constituir uma associação, com sede em Londrina, Município de Londrina, com a denominação de "Associação Pró-Cooperativa de Consumo dos Servidores da U.E.L.", e com os objetivos de atender aos associados através da aquisição, em grupo, de mercadorias de primeira necessidade ou que tenham aceitação geral, nas melhores condições de qualidade e preço, divulgando-os do comércio intermediarista, conforme previsto no capítulo segundo, artigo segundo dos Estatutos que devem reger a vida da



sociedade e a relação dos associados entre si; a leitura mandou proceder; lidos e explicados artigo por artigo, foi o Estatuto submetido à discussão e aprovado por unanimidade. Depois de declarar definitivamente constituída a "Associação Pró-Cooperativa de Consumo da U.E.L.", foi posto em discussão os seguintes itens: período máximo sem movimentação; valor mínimo por aquisição; forma de funcionamento; prazo para inscrições; eleições e posse. Após as discussões, foram aprovados os seguintes: o período máximo que um associado poderá deixar de movimentar com a Associação é de 90 (noventa) dias, desde que o mesmo atinja no mínimo 30 (trinta) O.T.Ns no ano em aquisições, salvo os casos de licença em que o servidor/associado tenha que se ausentar do município com a ausência da U.E.L., sendo que no seu retorno deverá regularizar a sua situação junto a Associação. O valor mínimo de aquisição aprovado é de 2,5 (duas e meia) O.T.Ns. Foi aprovado, para funcionamento da Associação, a estruturação das seguintes comissões de trabalho, coordenadas pelo Conselho de Administração: Comissão de Pesquisa de Preços - responsável pela pesquisa dos preços de mercado; Comissão de Compras - responsável pela tomada de preços e aquisições; Comissão de Distribuição - responsável pela distribuição dos lotes de produtos adquiridos; Comissão de Controle de Pedidos - responsável pela coordenação e coleta dos pedidos para formação do lote para aquisição; Comissão de Controle de

2

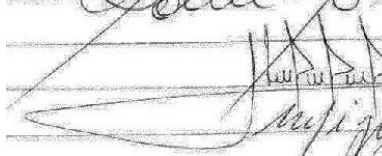
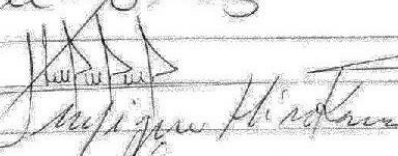

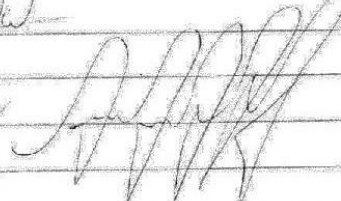
1º OFÍCIO
Registro de Títulos e Documentos
P. 77

Dados - responsável pela ordenação dos dados de aquisição e controles da Associação e; Comissão de Sede e Projeto - responsável pelos encaminhamentos de arrecadação de recursos para construção e estruturação da sede. Foi aprovado a data de 30 (trinta) de setembro como prazo máximo para filiação na Associação, sendo que após esta data ficam suspensas as inscrições, que somente serão reabertas após a avaliação que será feita em Assembleia a se realizar no mês de novembro próximo vindouro. Após estes pontos, o Coordenador abriu espaço para apresentações de chapas para eleições dos cargos administrativos e fiscais, tendo sido apresentada apenas uma chapa, que foi eleita por aclamação, com os seguintes associados eleitos: para o Conselho de Administração, para o cargo de Diretor Presidente, o Sr. Laerte Matias; para Diretor Vice Presidente, o Sr. Lysias Mamoni Júnior; para Diretor Secretário, a Sra. Lucia Regina Marques Giordano; para Diretor Tesoureiro, o Sr. Luis Fernando Pinto Dias; e para Diretor de Patrimônio e Aquisição, o Sr. Roberto Mantovani; para o Conselho Fiscal os seguintes associados, membros efetivos: Sr. Nelson Yasuo Fugita, Sra. Amy Maria Lamas e o Sr. Antonio Benedito Quirro e, como membros suplentes: Sra. Rosa Helena Monteiro Olivetti, Sr. João Luiz Sonella e o Sr. Sérgio Luiz Bula. Após, o coordenador proclamou os eleitos empossados nos respectivos cargos. Ao final, o Sr. Presiden-



te solicitou a Assembleia uma salva de palmas, como homenagem ao Sr. José Carlos de Almeida pelo empenho na formação desta Associação. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente solicitou que relatassem os nomes dos associados presentes: Luis Fernando Pinto Dias, João Luiz Soucella, Sérgio Luiz Bula, Laerte Imatias, Nelson Yassuo Fugita, José Carlos de Almeida, Vera Lúcia Mendes Rosa, Gisele Helena dos Santos Silva, Vera Lúcia Costa, Marcia Cristina França, Rosa Helena M. Olivetti, Roberto Mantoani, Sidney Rodrigues de Oliveira, Francisca Sancevero, Carlos Alberto Cardozo, Mizue Hirakawa, Edson José H. Leme, Elizabeth Cristiani Caldas, Aurora D. Rodrigues, Lúzia Leme de Souza, Iraci Soares Reis Micheletti, Lysias Mamoni Junior, Amy Maria Camara, Antonio Benedito Guerra, Danill S. M. Maruque, Antonio de Alves L. Neto, Antonio Toshio Yamada, Elizabeth Leão Corvalho, Maria Alice M. Cruz Malassisse, Danill Martinus Neto e Lucia Regina Marques Giordano, conforme assinaturas apostas em livro de presença. Após, o mesmo declarou encerrada a sessão. Em, João Luiz Soucella, secretário designado pelos presentes, lavrei a presente ata, a qual, lida e julgada, vai assinada por mim e pelos presentes.

Assinaturas

1.º OFÍCIO
Registro de Títulos e Documentos
LONDRINA - PARANÁ

3

Luís Carlos Gradano

[Handwritten signature]

Luís Carlos Gradano

Luís Carlos Gradano

Martinho

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Large handwritten signature]

Amy Maria Comara

[Handwritten signature]

LYSIAS MAMONI JUNIOR

[Handwritten signature]

IRACI SOARES DOS R. MICHELETTI

[Handwritten signature]

ELIZABETH CRESTANI CALDAS

[Handwritten signature]

AURORA DIONÍSIO RODRIGUES

[Handwritten signature]

LUZIA LEME DE SOUZA

[Handwritten signature]

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
1.º OFÍCIO - LONDRINA - PR
Apresentado nesta data, Protocolado e Microfilmado
em nº 116.403, Registrado
em nº 31.997
cond. ns. 04 de setembro de 1989
deixa d. c. mendo

Registro de Títulos e Documentos
1.º OFÍCIO
Rua Nicol. SA - Caixa Postal de
LONDRINA - PARANÁ - BR
13001-900
TELEFONO (043) 331-1111
FAX (043) 331-1111
ANEXA MARCA D'ÁGUA
TIPO: OBRIGATORIA

DISTRIBUÍDO SOB N.º
10711
AO 1.º OF. REG. TÍTULO
26 OUT 1988

ANEXO E - Estatutos da Associação Pró-Cooperativa da UEL



Estatuto da Associação Pró-Cooperativa de Consumo dos Servidores da Universidade Estadual de Londrina.

Capítulo I - Denominação, Foro, Circunscrição, Prazo, Duração

Art. 1 - A Associação Pró-Cooperativa de Consumo dos Servidores da Universidade Estadual de Londrina, fica desde já organizada, nos termos do presente estatuto, ficando estabelecido o seguinte:

- a) Sede e administração localizadas em Londrina - Pr;
- b) Fica eleito o foro especial da Comarca de Londrina - Pr;
- c) Circunscrição, Estado do Paraná;
- d) Prazo de duração, indeterminado, coincidindo o ano social com o ano civil.

Capítulo II - Das Finalidades

Art. II - A Associação tem por finalidade atender aos associados através da aquisição, em grupo, de mercadorias de primeira necessidade ou que tenham aceitação geral, nas melhores condições de qualidade e de preço, livrando-os do comércio intermediarista.

§ único: A Associação não terá fins lucrativos, e deverá tomar possível a geração de condições para a criação da coope-



4

rativa de Consumo dos Servidores da UEL.

Capítulo III - Dos Associados, Deveres, Direitos e Responsabilidades

Art. 3 - Poderão fazer parte da Associação, servidores da UEL - Universidade Estadual de Londrina, inclusive os aposentados e pensionistas, desde que de pleno acordo com os propósitos da Associação e que preencham condições estipuladas neste estatuto.

Art. 4 - O candidato a sócio deverá preencher os requisitos expostos no Art. 3, assinando juntamente com o Presidente da Associação e o respectivo termo de admissão.

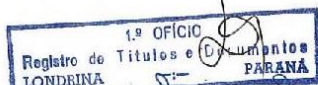
§ único: no ato da admissão, o candidato deverá proceder ao pagamento da respectiva quantia determinada para inscrição equivalente a 0,50TV.

Art. 5 - Cumprindo tudo o que dispõe o artigo anterior, o associado adquire todos os direitos e deveres decorrentes da Lei e deste Estatuto.

Seção I - Dos Direitos

Art. 6 - É direito do associado:

- a) adquirir produtos de consumo oferecidos, digo, tomar parte nas assembleias, discutir e votar os



assuntos que ~~as~~ ~~suas~~ sejam tratados;

- b) votar e ser votado para os cargos da Associação, observada as devidas restrições dos arts. 52 e 53 deste Estatuto
- c) participar de todas as atividades inerentes à Associação;
- d) efetuar pedidos de esclarecimentos a respeito de qualquer operação feita pela associação;
- e) fazer consulta aos livros de registros, ou outro qualquer, desde que necessários para os esclarecimentos devidos.

Seção II - Dos deveres

Art 7.º - É dever do associado

- a) adquirir produtos de consumo oferecidos pela associação;
- b) pagar a taxa no ato da inscrição;
- c) cumprir fielmente as disposições do presente estatuto e respeitar as deliberações da assembleia geral;
- d) zelar pelo patrimônio moral e material da associação;
- e) participar das assembleias gerais;
- f) conhecer os estatutos;
- g) comparecer, quando escalado, para colaborar nas atividades específicas da Associação, ou apresentar um associado para sua substituição, ou ainda apresentar uma justificativa válida e acutável.



Seção III - Das responsabilidades

Art. 8 - O associado responde, dentro dos limites de sua quota parte, pelas obrigações assumidas pela Associação com terceiros.

§ único: Entende-se como obrigações, aquelas que estiverem sendo juridicamente exigidas.

Art. 9 - As obrigações do associado falecido para com a Associação se transmitem para os herdeiros, desde que haja transferência de patrimônio.

Art. 10 - O associado que estabelecer relações empregatícias com a Associação, perde o direito de votar e ser votado.

Seção IV - Da saída do associado

Art. 11 - A saída do associado se dará feita unicamente a seu pedido, e deverá ser requerida ao Presidente da Associação, sendo por este levada ao Conselho de Administração e averbada no livro de registro.

§ único: As quotas - partes serão pagas ao associado que pedir sua saída, de acordo com a situação financeira da Associação e de acordo com o



Conselho de Administração, reajustadas de acordo com a taxa de correção determinadas nas AGO.

Seção V - Da exclusão do associado

Art. 12 - O Conselho de Administração e, somente este deverá, além dos motivos legais, excluir o associado, nas seguintes situações:

- a) quando praticar atos considerados prejudiciais à Associação;
- b) quando deixar de cumprir suas obrigações.

§ único: A votação deverá ser feita por maioria absoluta dos Conselheiros, sendo que a exclusão e o motivo que lhe deu causa deverão ser lavrados no livro de matrícula devidamente assinada pelo presidente.

Art. 13 - Da decisão do Conselho caberá recurso, impetrado pelo associado excluído no prazo máximo de 3 dias após comunicado da decisão do CA ao associado.

Art. 14 - Os herdeiros do associado falecido terão direito aos créditos do "de cujus" perante a associação.



6

Capítulo IV - Capital Social

Art. 15 - O capital social limitar-se-á, ao máximo, de acordo com o número de total quotas - partes dos associados e, no mínimo não poderá ser inferior a 20 (vinte) quotas - partes.

Art. 16 - O capital será dividido em quotas partes, cujo valor será de R\$ 1.000,00 (um mil cruzeiros).

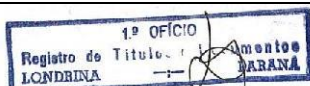
Art. 17 - O associado realizará sua integralização de quota parte com a sua movimentação junto a Associação, até a formação da cooperativa.

§ único - Fica limitado a 40% (quarenta por cento) número total de quotas, o número máximo de quotas - partes possível de serem adquiridas pelo associado.

Art. 18 - As quotas - partes responderão pelos compromissos assumidos junto a Associação.

Capítulo V - Da Assembleia Geral

Art. 19 - A Assembleia Geral dos associados é suprema dentro dos limites legais e aqui estatuidos, podendo decidir quaisquer negócios relativos a Associação, objetivando sempre o desenvolvimento da mesma.



nt. 20 - Suas decisões gozarão de total abrangência, no que diz respeito a vontade dos demais associados.

nt. 21 - As Assembleias Gerais serão convocadas pelo Presidente ou Conselhos, ou pela assinatura de pelo menos 20% (vinte por cento) dos associados, quando houver assunto de competência das assembleias e não houver o acordo com a Presidência ou Conselhos para que os mesmos a convoquem, com a antecedência mínima de 10 dias, mediante publicação em editais fixados nos locais de trabalho dos associados, ou por qualquer outro meio admitido em lei, desde que chegue ao conhecimento dos associados.

nt. 22 - Deverão constar dos editais:

- a) a denominação da Associação;
- b) o dia, a hora e o quorum para a realização da assembleia;
- c) o local, com endereço completo;
- d) a pauta de discussão;
- e) a assinatura do responsável pela convocação;
- f) nome dos associados, caso por eles tenha sido convocada.

nt. 23 - O quorum para instalação de assembleia será sempre de 2/3 dos associados.



7

em 1.º (primeira) convocação, 50% mais um em 2.º (segunda) convocação e de, no mínimo, 20% em 3.º (terceira) convocação, sendo que, em caso de convocação por associados, estes deverão comparecer, obrigatoriamente.

Art. 24 - É de competência exclusiva das Assembleias Gerais a destituição de qualquer um dos membros do Conselho de Administração ou do Conselho Fiscal e votar qualquer alteração nos estatos, digo estatutos.

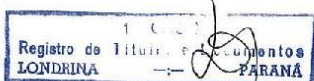
§ único: Será necessária a votação de pelo menos 2/3 do número total de associados, nas decisões sobre os assuntos mencionados no "caput" deste artigo.

Art. 25 - Para os demais assuntos, e quando exigido para as Assembleias Gerais, será de 50% mais um, em maioria simples de votos.

Art. 26 - Caberá às Assembleias decidir a forma de votação, que poderá ser por voto secreto, manifestação aberta ou por aclamação.

§ único: Em caso de empate caberá voto de minerva ao Presidente.

Art. 27 - Cada associado terá direito apenas



a um voto, não importando a quantidade de quotas - partes que possua.

nt. 28 - Nas Assembleias Gerais lavrar-se-á uma ata.

Seção I - Da Assembleia Geral Ordinária

nt. 29 - A Assembleia Geral Ordinária reunir-se-á anualmente e, obrigatoriamente, nos meses de março e novembro.

nt. 30 - Compete a Assembleia Geral Ordinária:

- a) aprovar a prestação de contas do exercício anterior;
- b) apreciar o relatório do exercício do ano;
- c) aprovar o balanço, na AGO do mês de março;
- d) aprovar o orçamento anual na AGO de novembro;
- e) eleger os membros do Conselho de Administração, quando for o caso;
- f) discutir o plano de trabalho;
- g) quaisquer outros assuntos que se fizerem necessários no momento.

nt. 31 - Os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal não poderão participar de qualquer tipo de votação.

nt. 32 - A aprovação dos relatórios e balanços pela AGO, desincumbirá de responsabilidade



8

os membros do C.A.

Secção II - Da Assembleia Geral Extraordinária

Art. 33 - A Assembleia Geral Extraordinária realiza-se sempre que necessário, e versará sobre qualquer assunto, desde que de extremo interesse para a Associação.

§ único: Haverá a necessidade da convocação pública estabelecida no Art. 21.

Art. 34 - É de sua competência exclusiva

- a) a dissolução voluntária da Associação;
- b) determinar a extinção da Associação, com a criação da Cooperativa;
- c) reforma dos estatutos.

Capítulo VI - Dos Órgãos de Administração

Art. 35 - A Associação será administrada por um Conselho de Administração composto de 5 (cinco) membros:

- Diretor Presidente
- Diretor Vice-Presidente
- Diretor Secretário
- Diretor Tesoureiro
- Diretor de Patrimônio e Aquisição

Art. 36 - O mandato dos membros será de 2 (dois) anos, podendo ser reconduzidos por mais uma gestão.



Art. 37 - Os membros do Conselho de Administração não poderão ter entre si quaisquer laços de parentesco até o terceiro grau.

Art. 38 - Compete ao Conselho de Administração traçar normas para as seguintes operações e serviços:

- a) fixar valores, qualidade, quantidade, prazos e demais condições às atividades da associação;
- b) providenciar meios necessários ao atendimento das operações e serviços;
- c) elaborar regimento (s) interno (s);
- d) verificar o estado econômico da sociedade;
- e) receber doações;
- f) adquirir, onerar ou alienar bens móveis e/ou imóveis; exceto nos casos previstos no Artigo 60;
- g) contrair obrigações;
- h) fixar as despesas em orçamentos anuais;
- i) admitir / demitir empregados;
- j) zelar pelo cumprimento dos estatutos.

§ único: O Conselho de Administração reunir-se-á uma vez por mês.

Art. 39 - Ao Diretor Presidente, compete:

- a) representar a Associação em juízo e/ou fora dele;
- b) orientar os negócios



9

- c) presidir as assembleias;
- d) assinar correspondências e convocações, o que deverá ser feito conjuntamente com o diretor secretário;
- e) assinar cheques ou outros títulos, o que deverá ser feito conjuntamente com o diretor tesoureiro;
- f) zelar pela Associação em todos os aspectos.

§ único : Em caso de vacância, o Vice-Presidente assume.

Art. 40 - Ao Vice-presidente compete substituir o Presidente em sua falta ou impedimento.

§ único : Em caso de vacância, o diretor secretário assume.

Art. 41 - Ao Diretor Secretário compete:

- a) substituir o diretor vice-presidente em sua falta ou impedimento;
- b) cuidar de toda a documentação expedida ou recebida pela Associação, mantendo-as atualizadas e em ordem;
- c) secretariar as assembleias, verificando o quorum e elaborando as atas.



- Art. 42 - Ao Diretor Tesoureiro compete:
- a) responder pela movimentação e controle financeiro da Associação;
 - b) zelar pela contabilidade da Associação;
 - c) assinar, conjuntamente com o diretor presidente, cheques e títulos;
 - d) propor anualmente o orçamento da Associação à Assembleia Geral Ordinária;
 - e) realizar e divulgar o Balanço Geral, anualmente, após apreciação e aprovação da Assembleia Geral Ordinária;
 - f) prestar contas à Associação, quando dele for exigido.

Art. 43 - Ao Diretor de Patrimônio e Aquisição compete:

- a) coordenar e orientar o processo de aquisição de bens de consumo;
- b) manter o controle dos bens patrimoniais;
- c) manter, em conjunto com o Diretor Tesoureiro, o controle atualizado dos valores de integralização de quotas, por cota básica.

Capítulo VII - Conselho Fiscal

Art. 44 - O Conselho Fiscal será constituído por 3 (três) membros efetivos, eleitos em Assembleia Geral, por maioria simples de votos, para um mandato de 2 (dois)



anos, ficando vedado o exercício cumu-
lativo de cargos junto a administração,
além de não poder ter nenhum grau
ou tipo de parentesco com os mem-
bros do Conselho de Administração.

Art. 45 - Os membros do Conselho Fiscal po-
derão ser reconduzidos ao cargo após
cada mandato, desde que pelo me-
nos um terço do Conselho seja reno-
vado.

Art. 46 - As vagas que forem sendo criadas se-
rão preenchidas pelos suplentes, e serão
em número igual aos dos efetivos.

Art. 47 - Compete ao Conselho Fiscal exercer,
de forma constante, a fiscalização so-
bre a Associação, podendo, a qualquer
momento, auditar quaisquer documen-
tos referentes as operações da Associa-
ção, emitindo pareceres sobre qualquer
assunto pertinente a ela.

Capítulo VIII - Do Balanço

Art. 48 - O balanço anual será apresentado na
Assembleia Geral Ordinária, juntamen-
te com o relatório anual e parecer
do Conselho Fiscal.

Art. 49 - As sobras resultantes serão incorpora-
das ao fundo Pró-Cooperativa, que tem



como finalidade a geração de recursos para a formação da Cooperativa.

Art. 50 - As perdas serão rateadas entre os associados.

Capítulo IX - Das eleições

Art. 51 - As eleições serão realizadas por escrutínio secreto, mediante chapa inscrita até 24 horas antes da assembleia de eleição.

Art. 52 - Só poderão ser eleitos associados inscritos e atuantes no mínimo há 6 (seis) meses.

Art. 53 - Só poderão votar associados inscritos e atuantes no mínimo há 3 (três) meses.

Capítulo X - Das disposições gerais

Art. 54 - Os cargos efetivos ou de nomeação não terão remuneração a qualquer título.

Art. 55 - Os membros do Conselho de Administração não respondem solidariamente ou subsidiariamente pelas obrigações sociais em nome da Associação, exceto nas partes que lhes couberem como associados.



11

Art. 56 - No caso de vacância em mais de um cargo do Conselho de Administração, deverá ser convocada uma Assembleia Geral Extraordinária, para que se realizem eleições para preenchimento dos cargos vagos neste Conselho. Nesta mesma AGE, dois AGE e pleito serão eleito(s) o(s) membro(s) para ocupar(em) o(s) cargo(s) vago(s) do Conselho Fiscal, se existir(em).

Art. 57 - Os valores a serem cobrados para efeito de integralização de quotas-partes e para manutenção da Associação, serão de, no máximo 50% (cinquenta por cento) da diferença entre o preço de custo apurado de cada cesta de produtos de consumo e preço médio praticado no mercado para esta mesma cesta.

Art. 58 - Os casos omissos neste Estatuto serão dirimidos pelo Conselho de Administração, até a realização de uma Assembleia Geral para tomada de decisão definitiva.

Capítulo XI - Das disposições transitórias

Art. 59 - A Assembleia Geral de Constituição da Associação Pro-Cooperativa dos Servidores da Fundação Universidade Estadual de Londrina elegará o primeiro Conselho de Administração, que terá mandato até a

1.º OFÍCIO
 Registro de Títulos e Documentos
 LONDRINA PARANÁ

Assembleia Geral de 1990 e o primeiro Conselho Fiscal, que terá mandato até a Assembleia Geral de 1990.

Art. 50: O mandato dos Conselhos de Administração e Fiscal, se encerrará antes dos prazos previstos nos artigos 36 e 39, e no artigo 41, em caso de dissolução da Associação ou transformação e/ou criação de Cooperativa de Consumo dos Servidores da Universidade Estadual de Londrina.

Art. 60 - Os bens móveis e imóveis que forem oriundos de doação para a formação da Cooperativa - objetivo desta Associação - não poderão ser dados em garantias e nem alienados, a não ser nos casos em que o doador autorize, por escrito, tal ato.

Art. 61 - Em caso de dissolução desta Associação, sem a formação da Cooperativa, todos os bens oriundos de doação passarão ao patrimônio da Fundação Universidade Estadual de Londrina.

Registro de Títulos e Documentos
 Rua Paraná, 211 - 1.º Ofício
 Londrina, Jd. 2 - LONDRINA - PR
 FONE: 22-4100
 LUIZA ISEI COUTINHO MENDES
 OFICIAL
 ANE MARIA LOSI
 FUNC. JUBILEANINA

O presente Estatuto entrará em vigor na data em que for aprovado pela Assembleia Geral de Constituição e registrado no Cartório de Registros de Títulos e Documentos.

DISTRIBUIÇÃO SUB N.º
 10712

ANEXO F - Ata de Constituição da Cooperativa de Consumo

ATA DA ASSEMBLEIA DE CONSTITUICAO DA COOPERATIVA DE CONSUMO DOS SERVIDORES DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA LTDA.

Aos 28 (vinte e oito) dias do mes de agosto do ano de hum mil novecentos e oitenta e nove, as dezoito horas, no auditorio do Centro de Ciencias Biologicas, da Universidade Estadual de Londrina, nesta Cidade de Londrina, Estado do Parana, reuniram-se de livre e espontanea vontade as pessoas cujos nomes constam mais adiante, no corpo desta, com o objetivo de constituir uma cooperativa, de acordo com as leis em vigor, indicando para coordenar os trabalhos o Sr. Laerte Matias e, para secretariar a reuniao, a minha pessoa, Lucia Regina Marques Giordano, ficando assim constituída a mesa. Aberta a sessao pelo Coordenador, declarou este aos presentes que o fim da reuniao era de constituir uma cooperativa, com sede em Londrina, Municipio de Londrina, com a denominacao de "Cooperativa de Consumo dos Servidores da Universidade Estadual de Londrina Ltda", e com os objetivos de atender aos associados atraves da aquisicao, em grupo, de mercadorias de primeira necessidade ou que tenham aceitacao geral, nas melhores condicoes de qualidade e preco, livrando-os do comercio intermediarista, conforme previsto no capitulo segundo dos Estatutos que devem reger a vida da sociedade e a relacao dos associados entre si; a leitura mandou proceder, lidos e explicados artigo por artigo, foi o Estatuto submetido a discussao e aprovado por unanimidade. Depois de declarar definitivamente constituído a "Cooperativa de Consumo da Universidade Estadual de Londrina Ltda", convidou os presentes a subscreverem as quotas partes de capital necessarias a cobertura do capital minimo estabelecido no artigo 17 capitulo IV, dos Estatutos Sociais, e que foi feito pelos seguintes: 01- Amy Maria Camara, brasileira, separada, residente a rua Mato Grosso, 218; 02- Antonio Alves de Lima Neto, brasileiro, casado, residente a rua Mõncoes 22; 03- Antonio Benedito Guirro, brasileiro, solteiro, residente a rua Souza Naves 170; 04- Antonio Toshio Yamada, brasileiro, casado, residente a rua Jurua 238; 05- Carlos Alberto Cardoso, brasileiro, casado, residente a rua Francisco Xavier da Silva 512; 06- Celina Dutra Vieira, brasileira, solteira, residente a rua Canudos 118; 07- Daniel Martins Neto, brasileiro, casado, residente a rua Ipora 53; 08- Daniel Segundo Mantion Monrique, Espanhol, casado, residente a rua Marques de Valenca 379; 09- Aurora Dionizio Rodrigues, brasileira, casada, residente a rua Jorge Velho 699; 10- Edson Jose Motz Leme, brasileiro, solteiro, residente a av Higienopolis 1339; 11- Elizabeth Crestani Caldas, brasileira, casada, residente a rua Joao Alberto Godoi 187; 12- Elizabeth Leao de Carvalho, brasileira, solteira, residente a av J. K. 2727; 13- Felisberto Pereira de Barros Filho, brasileiro, casado, residente a rua Garcia Rodrigues Paes 1092; 14- Francisca Sancevero, brasileira, solteira, residente a rua Uruguaí 1008; 15- Genival Jose Severino, brasileiro, casado, residente a rua Charles R Darwin 41; 16- Gisele Helena dos Santos Silva, brasileira, casada, residente av J.K. 2727; 17- Iraci Soares dos Reis Micheletti, brasileira, casada, residente a rua Mangaba 202; 18- Jose Carlos de Almeida, brasileiro, casado, residente a rua Samuel Morsl 733; 19- Joao Luiz Soncella, brasileiro, solteiro, residente a rua Pedra Verde 109; 20- Laerte Matias, brasileiro, casado, residente a av Rio de Janeiro 719; 21- Lucia Regina Marques Giordano, brasileira, casada, residente a rua Itajai 557; 22- Luis Fernando Pinto Dias, brasileiro, casado, residente a rua Jordania 136; 23- Lyzias Mamoni Junior, brasilei-

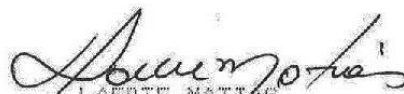


ro, divorciado, residente a rua Henrique dos Santos 121; 24- Luzia Leme de Souza, brasileira, viuva, residente a rua Arleio Dipierre 46; 25- Marcia Cristina Franca, brasileira, solteira, residente a rua Murilo Alvarenga 453; 26- Maria Alice Mantovi Cruz Malassise, brasileira, solteira, residente a rua Cristiano Machado 98; 27- Mizue Hirarukawa, japonesa, solteira, residente a av J.K. 1248; 28- Nelbner Edvaldo Colomera, brasileiro, casado, residente no Conj Agua Verde ap 42; 29- Nelson Yasuo Fujita, brasileiro, casado, residente a rua Fernando Ferrari 523; 30- Roberto Mantoani, brasileiro, casado, residente a rua Hong Kong 155; 31- Rosa Helena Monteiro Olivetti, brasileira, casada, residente a av Garibaldi Deliberador 336; 32- Rosemeri Francisquini, brasileira, solteira, residente a rua Piaui 191; 33- Sergio Luiz Bula, brasileiro, solteiro, residente a rua Paraiba 533; 34- Sidney Rodrigues de Oliveira, brasileiro, solteiro, residente a rua Chile 142; 35- Vera Lucia da Costa, brasileira, solteira, residente a rua da Esperanca, 36- Vera Lucia Mendes Rosa, brasileira, solteira, residente no Conj Agua Verde Ap 11; todos servidores da UEL, e subscreveram um numero de 19 quotas cada um, no montante de NCz\$ 19,00 (dezenove cruzados novos) cada um. A seguir foi posto em discussao os seguintes itens: periodo maximo sem movimentacao; valor minimo por aquisicao; forma de funcionamento; prazo para inscricoes; eleicoes e posse. Apes as discussoes, foram aprovados os seguintes: o periodo maximo que um associado podera deixar de movimentar com a cooperativa e de 90 (noventa) dias, desde que o mesmo atinja no minimo 250 (duzentas e cincoenta) BTNs no ano em aquisicoes, salvo os casos de licenca em que o servidor/associado tenha que se ausentar do municipio com a anuencia da UEL, sendo que no seu retorno devera regularizar a sua situacao junto a sociedade. O valor minimo de aquisicao ficou liberado. Foi aprovado, para funcionamento da associacao, a estruturacao das seguintes comissoes de trabalhos, coordenadas pelo Conselho de Administracao: Comissao de Pesquisa de Precos - responsavel pela pesquisa dos precos de mercado; Comissao de Compras - responsavel pela tomada de precos e aquisicao; Comissao de Distribuicao - responsavel pela distribuicao dos lotes de produtos adquiridos; Comissao de Controle de Pedidos - responsavel pela coordenacao e coleta dos pedidos para formacao do lote para aquisicao; Comissao de Controle de Dados - responsavel pela coordenacao dos dados de aquisicao e controles da sociedade. Apes estes pontos, o coordenador abriu espaco para apresentacao de chapas visando a eleicao para o provimento dos cargos administrativos e fiscais, tendo sido apresentada somente uma chapa que foi eleita por aclamacao, com os seguintes associados eleitos: para o Conselho de Administracao, para Diretor Presidente, o Sr. Laerte Matias; para Diretor Vice Presidente, o Sr. Lusias Mamoni Junior; para Diretor Secretario, a Sra Lucia Regina Marques Giordanoy para Diretor Tesoureiro, o Sr. Luis Fernando Pinto Dias; e para Diretor de Patrimonio e Aquisicao, o Sr. Roberto Mantoani; e para Conselheiros os Srs Genival Jose Severino e Celina Dutra Vieira; para o Conselho Fiscal os seguintes associados membros efetivos: Sr. Nelson Yasuo Fujita, Sra Amy Maria Camara e Sr Antonio Benedito Guirro e como membros suplentes Sra Rosa Helena Monteiro Olivetti, Sr Joao Luiz Soncella e Sr Sergio Luiz Bula. Apes, o coordenador proclamou os eleitos empossados nos respectivos cargos. Ao final, nada mais havendo a tratar, o Sr Presidente solicitou que relatassem os nomes dos associados presentes: Luis Fernando Pinto Dias, Joao Luis Soncella, Sergio Luiz Bula, Laerte Matias, Nelson Yasuo Fujita, Jose Carlos de Almeida, Vera Lucia Mendes Rosa, Gisela Helena dos Santos Silva, Vera Lucia Costa, Marcia Cristina Franca, Rosa

Helena M. Olivetti, Roberto Mantoani, Sidney Rodrigues de Oliveira, Francisca Sancevero, Carlos Alberto Cardozo, Mizue Hirakawa, Edson Jose H. Leme, Elizabeth Cristani Caldas, Aurora D. Rodrigues, Luzia Leme de Souza, Iraci Soares Reis Micheletti, Lysias Mamoni Junior, Amy Maria Camara, Antonio Benedetto Guirro, Daniel S. M. Marriquet, Antonio A. L. Neto, Antonio Toshio Yamada, Elizabeth Leao Carvalho, Maria Alice M. Cruz Malassisse, Daniel Martins Neto, Lucia Regina Marques Giordano, Celina Dutra Vieira, Genival Jose Severino, Nelber Edvaldo Colomera, Rosemeri Francisquini e Felisberto Pereira Barros Filho, conforme assinaturas aposta em livro de presenca. Apos, o mesmo declarou encerrada a sessao. Eu, Lucia Regina Marques Giordano, secretaria designada pelos presentes, lavrei a presente ata, a qual lida e julgada, vai assinada por mim e pelos presentes.

Londrina, 28 (vinte e oito) de agosto de 1.989.

"Esta Ata e Cópia Autentica da que foi lavrada em livro proprio, onde as assinaturas constam de proprio punho."


LAERTE MATIAS
Diretor Presidente


LUCIA REGINA MARQUES GIORDANO
Diretora Secretária

ANEXO G - Estatutos da Cooperativa de Consumo dos Servidores da UEL

Estatuto Social da
 COOPERATIVA DE CONSUMO DOS SERVIDORES DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE
 LONDRINA LTDA - "SERVICOOP" - Aprovado pela Assembleia Geral
 Extraordinária realizada no dia 28, do mês de agosto de 1989.

CAPITULO I DENOMINACAO, SEDE, FORO, PRAZO DE DURACAO, AREA DE ACAO E ANO SOCIAL

ARTIGO 1 A Cooperativa de Consumo dos Servidores da Universidade Estadual de Londrina Ltda, com a sigla "SERVICOOP" e organizada de acordo com a Lei 5764 de 16/12/74, rege-se pelo presente Estatuto Social e pelas disposicoes legais vigentes, tendo:

- A) Sede administrativa em Londrina, municipio de Londrina, foro juridico na comarca de Londrina, Estado do Parana;
- B) Area de acao, para efeito de admissao de associados, abrangendo os municipios de Londrina, Ibitora, Cambé, Rolândia, Arapongas, Apucarana, todos do Estado do Parana;
- C) Prazo de duracao indeterminado e ano social compreendido no periodo da 1.ª de Janeiro a 31 de dezembro de cada ano.

CAPITULO II OBJETIVO SOCIAL

ARTIGO 2 A Cooperativa, com base na colaboracao reciproca a que se obrigam seus associados, objetiva:

- I Promover o estimulo, o desenvolvimento progressivo e a mais ampla defesa de suas atividades e interesses economicos, de caracter comum, visando livrar seus associados do comercio intermediarista;
- II Operar, basicamente, na aquisicao de generos de primeira necessidade e outras de consumo obrigatorio ou que tenham inequivoca aceitacao geral, nas melhores condicoes de preco e qualidade.

ARTIGO 3 Para a consecucão de seus objetivos a SERVICOOP deve:

- A) Instalar e manter, na medida das possibilidades, armazem para distribuicao aos associados, nas melhores condicoes de precos e qualidade;
- B) Criar, na medida das possibilidades, servicos de manufatura, beneficiamento ou embalagem de artigos de seu programa operacional, tendo em vista a melhoria de qualidade e preco ou facilidade de abastecimento aos associados;
- C) Propugnar pela expansao e difusao do sistema cooperativista, modernizacao de suas tecnicas, pela educacao cooperativista dos associados, bem como pelo seu desenvolvimento cultural e tecnico-profissional.

Assinado



Paragrafo Unico Para consecucão dos objetivos sociais, poderá a Cooperativa participar de sociedades não cooperativistas, ou centrais formadas por cooperativas.

CAPITULO III ASSOCIADOS

SECCAO I ADMISSÃO, DIREITOS, DEVERES E RESPONSABILIDADES

ARTIGO 4 Fode associar-se a Cooperativa, salvo se houver impossibilidade técnica de prestação de serviços por parte desta, qualquer pessoa física, servidor da Universidade Estadual de Londrina, que tendo livre disposição de sua pessoa e bens, concorde com as determinações deste Estatuto, não pratique outra atividade que possa colidir com os interesses e objetivos da entidade.

Paragrafo Unico O numero de associados é limitado quanto ao maximo, não podendo, em hipótese alguma, ser inferior a 20(vinte) pessoas físicas.

ARTIGO 5 Para se associar, o interessado preenche a respectiva proposta de admissão fornecida pela Cooperativa, assinando-a com outro associado proponente.

Paragrafo 1^o Aprovada pela Diretoria a sua proposta, o candidato fornecerá todos os dados para o preenchimento de sua ficha cadastral, subscrevendo as quotas partes de capital, e pagando a joia de admissão, nos termos e condições previstas neste Estatuto e, juntamente com o Diretor Presidente da Cooperativa, assinara o livro de matrícula.

Paragrafo 2^o O processo de admissão do candidato a socio da SERVICOOOP só se aperfeiçoara e só sera entendido como completo, após a subscrição das quotas partes do capital, pagamento da joia de admissão e a assinatura no livro de registro, pelo associado.

Paragrafo 3^o A joia de Admissão fica estipulada em 6,00 BTN's.

ARTIGO 6 Cumprindo o que dispõem os artigos anteriores o associado adquire todos os direitos e assume as obrigações decorrentes da Lei, deste Estatuto e das deliberações tomadas pelos orgaos da Cooperativa, podendo ser eliminado por infringência estatutária.

ARTIGO 7 O Associado tem direito a:

- A) tomar parte nas Assembleias Gerais; discutir e votar os assuntos que nelas forem tratados;
- B) votar e ser votado para os cargos sociais, observadas as restrições de ordem legal e estatutária;
- C) participar de todas as atividades que constituam objeto da sociedade e efetuar operações de consumo, com pagamentos feitos no ato ou conforme as disposições deste Estatuto ou normas baixadas pelos órgãos da Cooperativa;
- D) efetuar operações a prazo na aquisição de produtos, desde que as condições econômico-financeiras da Cooperativa o permitam, a critério do Conselho de Administração e dentro das normas que vierem a ser fixadas a este respeito;
- E) solicitar, em qualquer época, esclarecimentos sobre atividades da Cooperativa, podendo ainda, dentro do mês que antecede a Assembleia Geral Ordinária, consultar, na sede social, os livros e registros contábeis, bem como o balanço geral e documentos que o acompanham;
- F) participar, na forma deste Estatuto, do rateio correspondente às sobras líquidas do exercício, proporcionalmente às operações realizadas com a Cooperativa, salvo deliberação em contrário da Assembleia Geral;
- G) receber em restituição, no caso de demissão, eliminação ou exclusão, o capital integralizado na sociedade, dentro das condições estipuladas neste Estatuto.

ARTIGO 8 O associado tem o dever e a obrigação de:

- A) abastecer-se nos armazéns da Cooperativa com os artigos e produtos com os quais esteja operando e realizar com ela, em todos os setores, as demais operações que constituem seus objetivos econômico-sociais;
- B) subscrever ou integralizar, pontualmente, as quotas-partes do capital, nos termos deste Estatuto e contribuir com as taxas de serviços e encargos operacionais que forem estabelecidos;
- C) cumprir disposições da Lei, do Estatuto, resoluções regularmente tomadas pelo Conselho de Administração e deliberações de Assembleia Geral;
- D) prestar a esclarecimentos Cooperativa relacionados com suas necessidades de abastecimento;
- E) satisfazer, pontualmente, seus compromissos para com a Cooperativa, dentre os quais, o de participar ativamente da sua vida societária e empresarial;
- F) comparecer, assistir e participar ativamente das Assembleias Gerais;
- G) concorrer com o que lhe couber, em conformidade com as disposições deste Estatuto, para a cobertura das despesas da sociedade;
- H) pagar, na forma prevista neste Estatuto, sua parte nas perdas eventualmente apuradas em Balanço, se o Fundo de Reserva não for suficiente para cobri-las;
- I) participar das atividades coletivas de organização, conforme escala de revezamento pre-estabelecidas;

Luís José

d) zelar pelo patrimônio e materiais da Cooperativa, colocando os interesses da coletividade acima dos seus interesses individuais.

ARTIGO 9 O associado responde subsidiariamente pelas obrigações contraídas pela Cooperativa perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes de capital que subscreveu, perdurando essa responsabilidade até quando forem aprovadas pela Assembleia Geral as contas do exercício em que se deu a retirada.

Paragrafo Unico A responsabilidade do associado somente poderá ser invocada depois de judicialmente exigida da Cooperativa.

ARTIGO 10 As obrigações do associado falecido, contraídas com a Cooperativa e as oriundas de sua responsabilidade como associado, em face de terceiros, passam aos herdeiros, prescrevendo, porém, após um ano do dia da abertura da sucessão e somente pelos compromissos assumidos até a mesma data.

ARTIGO 11 O associado que aceitar e estabelecer relação empresarial com a Cooperativa perde o direito de votar e ser votado, até que sejam aprovadas, pela assembleia geral ordinária, as contas do exercício em que ele tenha deixado o emprego.

SECCAO II - DEMISSAO, ELIMINACAO E EXCLUSAO

ARTIGO 12 A demissão do associado dar-se-á unicamente a seu pedido e será requerida ao presidente, sendo por este levada ao conhecimento do Conselho de Administração e averbada no livro de matrícula, mediante termo assinado pelo presidente.

ARTIGO 13 Além dos motivos de direito, o Conselho de Administração deverá eliminar o associado que:

- A) venha a exercer qualquer atividade ou praticar atos considerados prejudiciais à Cooperativa ou que colidam com os seus objetivos;
- B) deixe, comprovadamente, de cumprir disposições da Lei, deste Estatuto, da Assembleia Geral ou as regularmente tomadas pelos demais órgãos da Cooperativa;
- C) deixe de operar com a Cooperativa por um período superior a 90 (noventa) dias consecutivos;

ARTIGO 14 A eliminação será decidida pelo Conselho de Administração os motivos que a determinarem deverão constar do termo lavrado no livro matrícula e assinado pelo presidente.

Paragrafo 1º Cópia autenticada do termo de eliminação será remetida ao associado dentro de 30 (trinta) dias após a decisão do Conselho de Administração mencionada no Caput deste.

Assinado



Paragrafo 2º O associado eliminado podera interpor recurso dentro do prazo maximo de 30 (trinta) dias após a data do recebimento da notificacao, e este que tera efeito suspensivo, ate a primeira Assembleia Geral que se realizar apos sua eliminacao.

Paragrafo 3º O associado eliminado nao mais sera aceito em hipotese alguma na Cooperativa.

ARTIGO 15 Em qualquer um dos caso -demissao, eliminacao ou exclusao-, o associado tera direito a restituicao do capital que integralizou, acrescimo das respectivas sobras que lhe tiverem sido somadas, alem de outros creditos legitimos e legais em conta corrente.

Paragrafo 1º A restituicao de que trata este artigo somente podera ser exigida depois da aprovacao, pela Assembleia Geral, do balanço referente ao exercicio em que o associado tenha sido desligado da Cooperativa.

Paragrafo 2º Ocorrendo demissoes, eliminacoes ou exclusoes de associados em numero tal que as restituicoes das importancias referidas no "Caput" do presente artigo possam ameacar a estabilidade economico-financeira da Cooperativa ou implicarem na reducao do Capital Social aquem do minimo fixado neste Estatuto, podera a sociedade restituí-las, mediante criterios que resguardem a sua continuidade.

Paragrafo 3º O Conselho de Administracao da Cooperativa podera determinar que a restituicao de capital ao associado, seja feita em parcelas mensais e sucessivas, a partir do exercicio financeiro seguinte ao do desligamento.

ARTIGO 16 Os deveres do Associado perduram, para os demitidos, eliminados ou excluidos, ate que sejam aprovadas, pela Assembleia Geral, as contas do exercicio em que se deu o desligamento.

CAPITULO IV CAPITAL SOCIAL

ARTIGO 17 O Capital Social e ilimitado quanto ao maximo, variavel conforme o numero de quotas-partes subscritas, nao podendo, entretanto, ser inferior a NCZ\$ 300,00 (trezentos cruzados novos), sendo que o valor de cada quota parte sera de NCZ\$ 1,00 (um cruzado novo).

ARTIGO 18 O associado devera integralizar as quotas-partes de uma so vez, a vista e em dinheiro ou mediante financiamento bancario ou, ainda, excepcionalmente, em parcelas mensais, iguais e sucessivas, no prazo maximo de (6) seis meses, mediante a emissao de notas promissorias em favor da Cooperativa, sujeita a juros e demais encargos decorrentes da forma de obtencao do capital correspondente e resgataveis pontualmente, independente de novo aviso ou chamada.

Paragrafo 1^o As quotas-partes, depois de integralizadas e averbado o pagamento a credito da respectiva conta de capital no livro de matricula, poderao ser transferidas entre associados, devendo ser igualmente feita a averbacao no livro de matricula, mediante termo que contera as assinaturas do cedente, do cessionario e do presidente.

Paragrafo 2^o Ao ser admitido cada associado devera subscrever um Capital Social minimo de 2,30 BTN's

Paragrafo 3^o Respeitando o minimo estipulado neste Artigo, paragrafo 2^o, o associado nao podera subscrever quotas-partes de capital superior a 1/3 (um terço) do total do capital social da Cooperativa.

Paragrafo 4^o As quotas-partes subscritas e integralizadas respondem sempre como garantia pelos compromissos assumidos pelo associado perante a Cooperativa.

Artigo 19 Cada associado, ao efetuar aquisicoes de produtos, devera pagar, a titulo de Taxa de Capital, 25% sobre a diferenca apurada entre o custo de aquisicao e o menor preco deste produto no mercado (conforme pesquisa nos supermercados da cidade), valor este que sera integralizado como quota parte no seu capital.

Artigo 20 Cada associado, ao efetuar aquisicoes de produtos, devera pagar, a titulo de Taxa de Administracao, o mesmo valor estipulado para Taxa de Capital, conforme determina o ARTIGO 19 deste Estatuto.

CAPITULO V ASSEMBLEIA GERAL

ARTIGO 21 A Assembleia Geral dos associados e orgao supremo da Cooperativa, dentro dos limites legais e estatutarios, tendo poderes para decidir quaisquer negocios relativos ao objetivo da Cooperativa e tomar as resolucoes que julgar convenientes ao desenvolvimento e defesa desta e suas deliberacoes vinculam a todos, ainda que ausentes ou discordantes.

ARTIGO 22 As Assembleias Gerais serao convocadas com antecedencia minima de 10 (dez) dias, em primeira convocacao, mediante editais afixados na sede social, publicacao em jornal de grande circulacao local e comunicacao aos associados por meio de circulares distribuidas nas dependencias da UEL. Nao havendo, no horario estabelecido, quorum para a instalacao, as Assembleias poderao ser realizadas em segunda ou terceira convocacao, desde que assim conste do respectivo edital, quando entao sera observado o intervalo minimo de 1 (uma) hora entre a realizacao por uma ou outra convocacao.

Luiz *Am*

ARTIGO 23 A convocação será feita pelo presidente, ou pelo Conselho Fiscal, ou ainda após solicitação não atendida, no prazo de 30 (trinta) dias, por 30 (trinta) dos associados em pleno gozo de seus direitos.

ARTIGO 24 Os editais de convocação das Assembleias Gerais deverão conter:

- A) A denominação da Cooperativa seguida da expressão: "CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL.. - ORDINARIA OU EXTRAORDINARIA -";
- B) O dia e a hora da reunião em cada convocação, assim como o local da sua realização, o qual, salvo motivo justificado, será sempre o da sede social;
- C) A sequência numérica da convocação;
- D) A ordem do dia dos trabalhos, com as devidas especificações;
- E) O número de associados existentes na data da expedição do edital, para efeito de cálculo de "quorum" de instalação;
- F) A assinatura do responsável pela convocação;
- G) As assinaturas de pelo menos 5 (cinco) signatários, no caso da convocação ter sido realizada por associados.

ARTIGO 25 É da competência das Assembleias Gerais, ordinárias ou extraordinárias, a destituição dos membros da diretoria ou do Conselho Fiscal.

ARTIGO 26 Ocorrendo destituição que possa afetar a regularidade da administração ou fiscalização da Entidade, poderá a Assembleia designar administradores e conselheiros provisórios, até a posse dos novos, cuja eleição se efetuará no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

ARTIGO 27 Nas Assembleias Gerais o "quorum" de instalação será o seguinte:

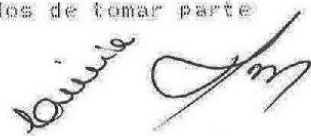
- A) 2/3 (dois terços) do número de associados, em primeira convocação;
- B) Metade mais um dos associados, em segunda convocação; e
- C) Mínimo de 50 (cincoenta) associados, em terceira convocação.

Parágrafo Único As deliberações nas Assembleias Gerais serão tomadas por maioria de votos dos associados presentes com direito a voto, exceto nos casos previstos no ARTIGO 36.

ARTIGO 28 A votação poderá ser pela forma direta e simbólica, nominal ou secreta, conforme seja requerida verbalmente por qualquer dos associados participantes da Assembleia.

Parágrafo Único Quando houver empate nas votações, o presidente tem voto de qualidade para desempatar.

ARTIGO 29 Os associados particularmente interessados e/ou envolvidos em um assunto, sobre ele não poderão votar, embora não fiquem, por isso, privados de tomar parte nos debates.



ARTIGO 30 Cada associado só terá direito a um voto, independente do número de quotas-partes que possua, sendo vedada a sua representação por meio de procuração.

ARTIGO 31 O associado não poderá tomar parte em Assembleia Geral cuja convocação tenha sido feita antes de sua admissão.

ARTIGO 32 Das ocorrências nas Assembleias Gerais lavrar-se-á ata que será assinada pela mesa, por uma comissão designada pela Assembleia e pelos associados presentes que o desejarem.

SECCAO I - DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINARIA

ARTIGO 33 A Assembleia Geral Ordinária reunir-se-á anualmente e obrigatoriamente no mês de março.

ARTIGO 34 Compete a Assembleia Geral Ordinária deliberar sobre os seguintes assuntos, que deverão constar da ordem do dia:

- A) Prestação de contas do Conselho de Administração, acompanhada de parecer do Conselho Fiscal, compreendendo:
- 1) relatório do exercício findo em 31 de dezembro do ano anterior;
 - 2) balanço, e;
 - 3) demonstrativo das sobras apuradas ou das perdas decorrentes da insuficiência das contribuições para cobertura das despesas da Cooperativa e do parecer do Conselho Fiscal;
- B) Destinação das sobras apuradas ou rateio das perdas decorrentes da insuficiência das contribuições para cobertura das despesas da Cooperativa, deduzindo-se, no primeiro caso, as parcelas para os fundos obrigatórios e outros fixados em Assembleia Geral, quando for o caso;
- C) Eleição, quando for o caso, dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal;
- D) Apresentação, discussão e aprovação de um plano de trabalho para o exercício seguinte;
- E) Quaisquer outros assuntos de interesse social.

Parágrafo 1º Os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, não poderão participar da votação das matérias referidas no item A deste artigo, não ficando, entretanto, privados de participar dos debates e esclarecimentos solicitados na oportunidade.

Parágrafo 2º A aprovação do relatório, balanço e contas do Conselho de Administração desonerará seus componentes de responsabilidades, ressalvados os casos de erro, dolo, fraude, simulação, bem como infração da Lei ou deste Estatuto.

SECCAO II - DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINARIA

ARTIGO 35 A Assembleia Geral Extraordinária realizar-se-á sempre que necessário e poderá deliberar sobre qualquer assunto de interesse da Cooperativa, desde que mencionado no edital de convocação.

ARTIGO 36 É da competência exclusiva da Assembleia Geral Extraordinária deliberar sobre os seguintes assuntos:

- A) Reforma do Estatuto;
- B) Fusão, incorporação ou desmembramento;
- C) Mudança de objetivo da Cooperativa;
- D) Dissolução voluntária da Cooperativa e nomeação de liquidante, e
- E) Contas do liquidante.

Parágrafo Único São necessários os votos de no mínimo 2/3 (dois terços) dos associados presentes, para tornar válidas as deliberações de que trata este artigo.

CAPÍTULO VI ORGAOS DE ADMINISTRACAO

ARTIGO 37 A Cooperativa será administrada por um Conselho de Administração composto de 7 (sete) membros, todos associados, eleitos em Assembleia Geral, constituído pelo Presidente, Vice-presidente, Secretário, Tesoureiro, Diretor de Patrimônio e 2 (dois) Conselheiros, que serão especificamente designados pela Assembleia Geral, sendo, os 5 (cinco) primeiros, os componentes da Diretoria Executiva.

Parágrafo 1º Serão inelegíveis, além das pessoas impedidas por lei, os condenados a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos ou crimes falimentares, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade.

Parágrafo 2º Os membros do Conselho de Administração não poderão ter entre si laços de parentesco consanguíneo ou por afinidade, até segundo grau, em linha reta ou colateral.

ARTIGO 38 O mandato dos membros do Conselho de Administração será de 3 (três) anos, sendo obrigatória a renovação de, pelo menos, 3 (três) de seus elementos a cada período eletivo, não podendo nenhum membro permanecer no cargo por mais de 2 (dois) mandatos consecutivos.

Parágrafo 1º Somente os membros da Diretoria Executiva, que forem colocados a disposição da Cooperativa pela Universidade Estadual de Londrina, sem onus para esta, farão jus a honorários mensais, que serão equivalentes a remuneração que percebiam na instituição.

Parágrafo 2º Os membros da Diretoria Executiva que não forem cedidos à Cooperativa pela Universidade Estadual de Londrina, é vedada a remuneração ou vantagens, a não ser o ressarcimento de despesas ou prejuízos que os mesmos tenham sofridos em prol da Sociedade.

Duvid

ARTIGO 39 Vagando um cargo na Diretoria Executiva, o cargo sera preenchido por um dos Conselheiros do Conselho de Administracao, Respeitando-se a ordem de substituiçao de cargos, prevista nos estatutos.

Paragrafo Unico No caso de vagar dois ou mais cargos do Conselho de Administracao, devera ser convocada uma AGE no prazo maximo de 90 (noventa) dias, que elegera novos membros para preenchimento dos cargos, devendo cumprir o termino do mandato restante do Conselho de Administracao.

ARTIGO 40 Compete ao Conselho de Administracao, sem prejuizo de outras recomendacoes da Assembleia Geral, planejar e tratar normas para as operacoes e servicos e controlar seus resultados.

Paragrafo Unico No desempenho de suas funcoes, compete-lhes, entre outras, as seguintes atribuicoes:

- A) programar as operacoes e servicos, estabelecendo qualidade e fixando quantidade, valores, prazos, taxas de servicos e demais condicoes necessarias as suas atividades;
- B) elaborar instrucoes e regimentos internos necessarios a boa ordem dos servicos;
- C) verificar, no minimo mensalmente, o estado economico-financeiro da Cooperativa, o desenvolvimento dos negocios e atividades em geral, atraves de balancetes de contabilidade e demonstrativos especificos;
- D) contratar, desde de que necessario, servicos de contabilidade e auditoria;
- E) adquirir, alienar ou onerar bens imoveis com autorizacao previa da Assembleia Geral;
- F) baixar normas disciplinadoras nas eleicoes sociais, contendo requisitos que deverao ser preenchidos pelos associados interessados em ocupar postos eletivos na Cooperativa, ou que pretendam, se for o caso, se reeleger;
- G) deliberar sobre admissao, demissao, eliminacao e exclusao de associados;
- H) deliberar sobre a convocacao das Assembleias Gerais;
- I) zelar pelo cumprimento dos Estatutos, do Regimento Interno e da legislacao em vigor, bem como pelo atendimento da legislacao trabalhista e fiscal.

ARTIGO 41 O Conselho de Administracao reunir-se-a, ordinariamente uma vez por mes e, extraordinariamente, tantas vezes quantas forem necessarias, por convocacao do Presidente, da maioria do Conselho ou, ainda, por solicitacao do Conselho Fiscal, e suas deliberacoes, tomadas por maioria de votos, serao consignadas em atas, lavradas em livro proprio, lidas, aprovadas e assinadas, ao final dos trabalhos, pelos membros presentes.

ARTIGO 42 A Diretoria Executiva sera composta pelo Presidente, Vice-presidente, Secretario, Tesoureiro e Diretor de Patrimonio, consoante estipulado no ARTIGO 37.

Paragrafo 1º

Ao Presidente compete:

- A) representar a Cooperativa, inclusive em juízo;
- B) convocar e presidir as Assembleias Gerais e as reuniões do Conselho de Administração;
- C) assinar com o Tesoureiro, os contratos, escrituras e documentos que possam onerar a Cooperativa;
- D) assinar, em conjunto com o Tesoureiro, cheques e outros títulos que importem em movimentação de fundos;
- E) assinar os termos de admissão, demissão, eliminação e exclusão no livro matriculas;
- F) elaborar, assessorado pelos demais membros do Conselho de Administração, o relatório do ano social, que será apresentado a Assembleia Geral;
- G) assinar, em conjunto com o Secretário, os documentos e correspondências;
- H) nomear e demitir os empregados da Cooperativa;
- I) orientar os negócios, auxiliado pelo Vice-presidente;
- J) o direito do voto de qualidade, em decisões no Conselho de Administração.

Paragrafo 2º

Ao Vice-presidente compete:

- A) substituir o Presidente em sua falta ou impedimento;
- B) auxiliar o Presidente na orientação dos negócios.

Paragrafo 3º

Ao Secretário compete:

- A) substituir o Vice-presidente em sua falta ou impedimento;
- B) cuidar de toda a documentação expedida ou recebida pela Cooperativa;
- C) assinar, em conjunto com o presidente, os documentos e correspondências;
- D) secretariar as Assembleias, verificar o quorum e elaborar as Atas.

Paragrafo 4º

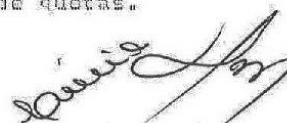
Ao Tesoureiro compete:

- A) responder pela movimentação e controle financeiro da Cooperativa;
- B) zelar pela contabilidade da Cooperativa;
- C) assinar, em conjunto com o Presidente, os contratos, escrituras e documentos que onerem a Cooperativa;
- D) assinar, em conjunto com o Presidente, cheques e títulos que importem em movimentação de fundos;
- E) realizar e divulgar o Balanço Geral anualmente e, após, levar a apreciação e aprovação da AGO.

Paragrafo 5º

Ao Diretor de Patrimônio compete:

- A) coordenar e orientar o processo de aquisição de bens de consumo;
- B) manter o controle dos bens patrimoniais;
- C) manter o controle atualizado dos valores subscritos e integralizados de quotas.



Paragrafo 6º No caso de vacancia do cargo de Presidente, o Vice-presidente assume; no caso de vacancia do cargo de Vice-presidente, o Secretario assume.

Paragrafo 7º No caso de vacancia do Secretario, Tesoureiro ou Director de Patrimonio, o cargo sera preenchido por um dos dois Conselheiros do Conselho de Administracao.

ARTIGO 43 O Conselho Fiscal sera constituído por 3(tres) membros efetivos e 3(tres) membros suplentes, sendo que qualquer um destes podera substituir qualquer um daqueles, devendo todos serem associados, eleitos pela Assembleia Geral por um mandato de um ano, sendo permitida a reeleicao de apenas 1/3 (um terço) dos seus componentes.

Paragrafo 1º Não podem fazer parte do Conselho Fiscal, alem dos inelegiveis mencionados em Lei em vigor os parentes dos membros do Conselho de Administracao ate o segundo grau, em linha reta ou colateral, bem como os parentes entre si ate esse grau.

Paragrafo 2º Os componentes do Conselho Fiscal nao poderao perceber remuneracao de especie alguma.

Paragrafo 3º O Associado nao pode exercer cumulativamente cargos no Conselho de Administracao e no Conselho Fiscal.

ARTIGO 44 O Conselho Fiscal reunir-se-a ordinariamente uma vez por mes e extraordinariamente sempre que necessario, com a participacao de tres de seus membros.


Paragrafo 1º Em sua primeira reuniao, escolhera entre os seus membros efetivos, um coordenador, incumbido de convocar as reunioes e dirigir os trabalhos desta, bem como um secretario, que ira redigir as respectivas atas das reunioes.

Paragrafo 2º As reunioes poderao ser convocadas, ainda, por qualquer de seus membros, por solicitacao do Conselho de Administracao ou Assembleia Geral.

Paragrafo 3º Na ausencia do coordenador, os trabalhos serao dirigidos por substituto escolhido na ocasioe; o mesmo criterio sera tomado na falta do secretario.

Paragrafo 4º As deliberacoes serao tomadas por maioria simples de voto, proibida a representacao e constatacao de ata lavrada em livro proprio, lida, aprovada e assinada, ao final dos trabalhos, pelos membros presentes.

ARTIGO 45 Ocorrendo duas ou mais vagas nos cargos do Conselho Fiscal, o Conselho de Administracao convocara a Assembleia Geral que elegera novos membros para o seu preenchimento.

Bullido 

ARTIGO 46 Compete ao Conselho Fiscal exercer assidua fiscalização sobre as operações, atividades e serviços da Cooperativa, cabendo-lhe, entre outras, as seguintes atribuições:

- A) Conferir, mensalmente, o saldo do numerário existente em caixa, verificando, também, se o mesmo está dentro do limite estipulado pelo Conselho de Administração;
- B) Verificar se os extratos de contas bancárias conferem com a escrituração da Cooperativa;
- C) Examinar se o montante das despesas e investimentos realizados estão em conformidade com os planos e decisões do Conselho de Administração;
- D) Verificar se as operações realizadas e os serviços prestados correspondem em volume, qualidade e valor as previsões feitas e as conveniências econômico-financeiras da Cooperativa;
- E) Certificar-se que o Conselho de Administração vem se reunindo regularmente e se existem vagas na sua composição;
- F) Averiguar se existem reclamações dos associados quanto aos serviços prestados, inclusive o atendimento dos empregados da Cooperativa;
- G) Inteirar-se se o recebimento dos créditos é feito com regularidade e se os compromissos são atendidos com pontualidade;
- H) Averiguar se existem problemas com empregados;
- I) Certificar se existem exigências fiscais, trabalhistas, previdenciárias ou administrativas, assim também quanto aos órgãos normativos do cooperativismo;
- J) Estudar os balancetes e outros demonstrativos mensais, o balanço e o relatório anual da Diretoria, emitindo parecer sobre estes para decisão da Assembleia Geral;
- L) Informar ao Conselho de Administração sobre as conclusões de seus trabalhos, denunciando a este, a Assembleia Geral ou autoridades competentes, as irregularidades constatadas e convocar a Assembleia Geral se ocorrerem motivos graves e urgentes;
- M) Emitir opiniões sobre os assuntos em relação aos quais o Conselho de Administração julgar conveniente ouvi-lo.

CAPITULO VII BALANÇO, FUNDOS, SOBRAS E SUA DIVISÃO E PERDAS

ARTIGO 47 O balanço Geral, incluindo o demonstrativo da conta sobras e perdas, será levantado em 31 de dezembro de cada ano.

ARTIGO 48 Das sobras líquidas apuradas no balanço anual serão deduzidas as parcelas correspondentes aos fundos de reserva e fundo de assistência técnica, educacional e social.

ARTIGO 49 Ao fundo de reserva deverá ser atribuído 30% (trinta por cento) do valor das sobras líquidas, que deverá ser destinada a reparar perdas eventuais da Cooperativa.

ARTIGO 50 Ao fundo de assistência técnica, educacional e social, deverá ser atribuído 10% (dez por cento) do valor das sobras líquidas, que deverá ser destinado à prestação de assistência aos associados, seus familiares e empregados da Cooperativa, aos trabalhos de controle de qualidade de alimentos, à modernização das técnicas de prestação de serviços e aperfeiçoamento profissional do quadro de funcionários.

ARTIGO 51 Em caso de dissolução ou liquidação da Cooperativa, o saldo remanescente dos fundos de reserva e assistência técnica, educacional e social reverterão em favor do Banco Nacional de Crédito Cooperativo.

ARTIGO 52 Deduzidos os percentuais destinados aos fundos as sobras, serão distribuídas aos associados, com retorno na proporção do volume de operações que tenham realizado com a Cooperativa, salvo decisão em contrário da Assembleia Geral.

Parágrafo Único O retorno das sobras líquidas não reclamado dentro do prazo de 2 (dois) anos, após a data do encerramento do exercício a que se referem, reverterão em favor do fundo de reserva.

ARTIGO 53 As perdas verificadas, que não tenham cobertura do fundo de reserva, serão rateadas entre os associados após a aprovação do balanço, pela Assembleia Geral Ordinária.

CAPITULO VIII ELEICOES

ARTIGO 54 Os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal serão eleitos conforme o ARTIGO 26, prevalecendo o princípio majoritário por ocasião das Assembleias Gerais convocadas para a finalidade de que trata o ARTIGO 32, item C, devendo os candidatos preencher as condições exigidas pela regulamentação que nesse sentido for baixada pelo Conselho de Administração, consoante o Parágrafo Único, Letra F, do ARTIGO 40 deste Estatuto, vedada a representação.

Parágrafo Único A relação nominal dos candidatos a cargos de direção e fiscalização, deverá ser apresentada com até 10 (dez) dias de antecedência ao previsto para a realização das eleições.

CAPITULO IX LIVROS

ARTIGO 55 A Cooperativa deverá possuir os seguintes livros:

- I) de Matrícula;
- II) de Atas das Assembleias Gerais;
- III) de Atas dos Órgãos de Administração;
- IV) de Atas do Conselho Fiscal;
- V) de presença dos associados nas Assembleias Gerais;
- VI) outros, fiscais e contábeis, obrigatórios.

Paragrafo Unico E facultada a adocao de livros, de folhas soltas ou fichas.

ARTIGO 56 No livro de matricula, os Associados serao inscritos por ordem cronologica de admissao, dele constando:

- I) o nome, idade, estado civil, nacionalidade e residencia do associado;
- II) a data de sua admissao e, quando for o caso, de sua demissao, eliminacao ou exclusao;
- III) a conta corrente das respectivas quotas-partes do capital social.

CAPITULO X DISSOLUCAO E LIQUIDACAO

ARTIGO 57 A Cooperativa se dissolvera de pleno direito:

- I) quando assim deliberar a Assembleia Geral, desde que os associados, totalizado o numero minimo exigido por este Estatuto, nao se disponham a assegurar a sua continuidade;
- II) devido a alteracao de sua forma juridica;
- III) pela reducao do numero minimo de associados, ou do capital social minimo se, ate a Assembleia Geral subsequente, realizada em prazo nao superior a 6(seis) meses, eles nao forem restabelecidos;
- IV) pelo cancelamento da autorizacao para funcionar;
- V) pela paralizacao de suas atividades por mais de 120 (cento e vinte) dias.

Paragrafo 1º Quando a dissolucao da Cooperativa nao for promovida voluntariamente, nas hipoteses previstas neste artigo, a medida deve ser tomada judicialmente, a pedido de qualquer associado.

Paragrafo 2º A dissolucao da Cooperativa, em todos os casos enumerados neste artigo, sera sempre complementada pela liquidacao.

ARTIGO 58 Quando a dissolucao for deliberada pela Assembleia Geral, esta nomeara um liquidante, ou mais, e um Conselho Fiscal composto por 3 (tres) membros, para proceder a sua liquidacao.

Paragrafo unico A Assembleia Geral, nos limites de suas atribuicoes, pode, em qualquer epoca, destituir os liquidantes e os membros do Conselho Fiscal, designando, no entanto, outros para substitui-los.

ARTIGO 59 O liquidante deve proceder a liquidacao de conformidade com os dispositivos da Lei cooperativista.

Assinado



CAPITULO XI
DISPOSICOES GERAIS E TRANSITORIAS

ARTIGO 60 A Cooperativa podera receber doacao de quaisquer bens moveis ou imoveis, corporeos ou incorporeos, suscetiveis de avaliacao pecuniaria, com condicoes ou encargos.

Paragrafo Unico No caso de dissolucao e liquidacao do patrimonio, fica estabelecido que o bem doado revertese-a ao doador, caso em que tais bens nao serao divididos entre os associados e nem sobre eles cabera qualquer direito por parte do ex-associado.

ARTIGO 61 A Cooperativa mantera a mais absoluta neutralidade politico-partidaria e indiscriminacao religiosa, racial e social, conforme manda a Lei.

ARTIGO 62 A Assembleia Geral de Constituicao da Cooperativa de Consumo dos Servidores da Universidade Estadual de Londrina, elegera o primeiro Conselho de Administracao, que tera mandato ate a Assembleia Geral de marco de 1993 e o primeiro Conselho Fiscal, que tera mandato ate a Assembleia Geral de marco de 1994.

ARTIGO 63 Os casos omissos ou duvidosos serao resolvidos supletivamente pela legislacao cooperativista vigente, ouvido os orgaos assistenciais e normativos do cooperativismo.

Aprovado na Assembleia Geral de Constituicao, realizada no dia 28 de agosto de 1989.

"Copia Autentica do que foi lavrado em livro proprio"

Laerte Matias

LAERTE MATIAS
Presidente

Lucia Regina Marques Giordano
LUCIA REGINA MARQUES GIORDANO
Secretaria

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO PARANA
CERTIDAO. Certifico que esta documentacao representa
sco o numero e data estampada indubitavelmente
BUREAU GOVERN. DE VALORES
Secretaria

20 OUT 1989

JUCEPAR Nº 44.00002012
REG. 608

Am

ANEXO H - Edital de convocação de assembleia geral ordinária

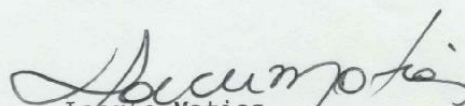
ASSOCIAÇÃO PRÓ COOPERATIVA DE CONSUMO DOS SERVIDORES DA UEL
EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA

O presidente da Associação Pró Cooperativa de Consumo dos servidores da UEL, no uso de suas atribuições, convoca os senhores associados, cujo o número nesta data é de 499 associados, a se reunirem em Assembléia Geral Ordinária, a ser realizada no dia 24 de fevereiro de 1989 (sexta) no Auditório do CCB (Pinicão) localizado no Campus Universitário, às 16:00 horas em 1a. convocação com a presença de 2/3 dos Associados, em 2a. convocação às 17:00 horas, com a presença de metade mais 1 dos associados ou em 3a. convocação às 18:00 horas com a presença de 20 associados para deliberarem sobre a seguinte:

Ordem do dia.

- 1 - Prestação de contas de 88 - balanço;
- 2 - Criação da Cooperativa;
- 3 - Construção da Sede;
 - a - Chamada de Capital (Valor);
 - b - Novos sócios (Valor de Ingresso);
 - c - Formas de Pagamento;
- 4 - Compras no Período de Construção;
- 5 - Entrega de Compras;
- 6 - Novos Sócios e as Compras;
- 7 - Contratação de Funcionário;
- 8 - Outros assuntos de interesse gerais.

Londrina, 14 de fevereiro de 1989.


Laerte Matias
Presidente

ANEXO I - Termo de cessão de uso de terreno na UEL

Pelo presente instrumento particular de Termo de Cessão de Uso, de um lado a FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA, pessoa jurídica de Direito Público, inscrita no CGC/MF sob o n. 78.640.489/0001-33, com sede no Campus Universitário, na cidade de Londrina, Estado do Paraná, neste ato representada pelo seu Reitor, Jorge Bounassar Filho, brasileiro, casado, professor, portador da Carteira de Identidade n. 752.733-PR e CPF n. 208.181.299-00, residente e domiciliado na cidade de Londrina-Pr, doravante denominada FUEL e, de outro lado, a COOPERATIVA DE CONSUMO DOS SERVIDORES DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA LTDA - SERVICOP, com sede em Londrina, Pr, Campus Universitário, inscrita no CGC/MF sob n. 81.675.837/0001-32 representado pelo Sr. Laerte Matias, diretor presidente, portador da Carteira de Identidade n. 7.221.002- SP e CPF 538.912.698/72, brasileiro, casado, residente e domiciliado em Londrina, Pr, doravante denominado SERVICOP, tem justo e constante nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA

A FUEL cede, neste ato, à SERVICOP, área igual à da projeção do edifício definido pelo projeto arquitetônico e o restante do terreno que completará 1.000 m², que integrará o presente termo, destinado à exploração do ramo de atividade de instituição cooperativista. A área cedida situa-se entre a Diretoria de Material da FUEL e o prédio hoje destinado a CAE, de acordo com o desenho de implantação anexo.

PARÁGRAFO ÚNICO

Passam a fazer parte integrante deste instrumento, independente de suas transcrições, os seguintes documentos, os quais deverão ser anexados ao presente:

- a) Planta de ocupação física do Campus com características e confrontações da área cedida;
- b) Projetos arquitetônico.

The image shows several handwritten signatures in black ink. There are three distinct signatures, likely representing the Reitor of FUEL, the representative of SERVICOP, and a witness or official. The signatures are written in a cursive style.

CLÁUSULA SEGUNDA

A SERVICCOOP arcará com toda responsabilidade pela edificação mencionada na cláusula primeira.

CLÁUSULA TERCEIRA

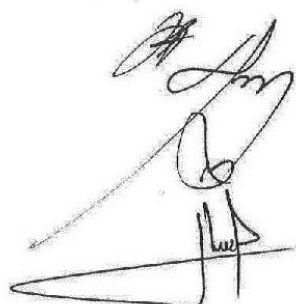
O presente termo de cessão de uso será por prazo indeterminado, sendo que em qualquer época, nas hipóteses de liquidação judicial ou extrajudicial da SERVICCOOP, a edificação mencionada na cláusula primeira será automaticamente incorporada ao patrimônio da FUEL, e destinada ao uso pelas associações, reconhecidas pela FUEL, por decisão do Conselho Universitário.

CLÁUSULA QUARTA

Se, eventualmente ocorrer mudança da cooperativa para um novo local do "Campus Universitário" ou para um novo "Campus Universitário", esta desde já concorda com a consequente incorporação automática da edificação ao domínio da FUEL, desde que no novo local do "Campus Universitário", seja destinado área, localização e construção equivalente à utilizada pela SERVICCOOP, mediante prévia construção de edifício com a mesma semelhança e estilo do anterior, por conta integral e exclusiva da semelhança e estilo do anterior, por conta integral e exclusiva da FUEL, que arcará com toda responsabilidade pela edificação mencionada, seja em relação a empreitada, mão de obra, todos os tributos ou contribuições fiscais ou parafiscais que vierem a incidir sobre a obra.

CLÁUSULA QUINTA

A SERVICCOOP não poderá desviar a finalidade de uso da presente cessão, sob pena de rescisão imediata, independentemente de interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial, e não terá direito a qualquer indenização.

Handwritten signature and initials in black ink, appearing to be a stylized signature followed by the initials 'JL'.

CLÁUSULA SEXTA

A SERVICOOOP autoriza, desde já que a FUEL, através de sua prefeitura do "Campus Univer.itário", supervisione e fiscalize a construção prevista na cláusula primeira e, caso contrarie os projetos, cálculos e memoriais, autoriza inclusive a paralisar a obra, sem incidência de quaisquer perdas e danos, desde que anteriormente tenham mantido contato por ofício.

CLÁUSULA SÉTIMA

O serviço de vigilância e segurança necessários ao funcionamento da cooperativa serão prestados pela FUEL, por estar a SERVICOOOP instalada em áreas comuns da mesma. Tal serviço não implicará em reparação a qualquer título.

CLÁUSULA OITAVA

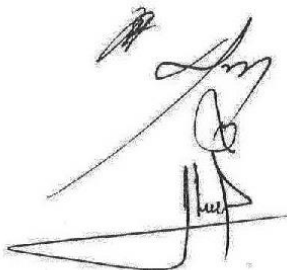
A FUEL cederá a SERVICOOOP um ramal telefônico do seu sistema de PABX para fins de comunicação com a comunidade externa e os outros setores da FUEL.

PARÁGRAFO ÚNICO

A cessão do ramal telefônico em nenhuma hipótese implicará em serviço.

CLÁUSULA NONA

Caberá à FUEL efetuar o serviço de limpeza diária da cooperativa, cabendo a SERVICOOOP o fornecimento dos materiais de limpeza.

Handwritten signatures and initials, including a large signature at the top and several initials below it.

CLÁUSULA DÉCIMA

A SERVICOOOP só poderá efetuar modificações, benfeitorias ou ampliações na edificação, mediante expressa autorização da FUEL.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

A FUEL não se responsabiliza por eventual dificuldade ou impedimento de acesso de funcionários ou clientes ao edifício, decorrentes de força maior ou de motivos alheios à sua vontade, não cabendo a SERVICOOOP, o pleito de indenizações a qualquer título ou a reparação por perdas e danos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

A vigência do presente termo inicia na sua assinatura, podendo ser alterado mediante a assinatura de termo aditivo, com o acordo de ambas as partes.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

O não cumprimento de qualquer das cláusulas aqui estabelecidas, implicará na imediata rescisão deste termo, sendo que se o descumprimento for por parte da FUEL, caberá a SERVICOOOP, indenização plena da construção, benfeitorias, assim como de perdas e danos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

Fica eleito o foro da Comarca de Londrina, para dirimir as questões proventura surgidas em decorrência do presente instrumento, com renúncia prévia e expressa das partes e qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

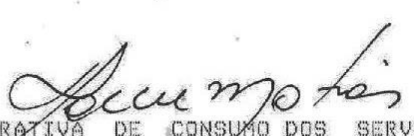
4

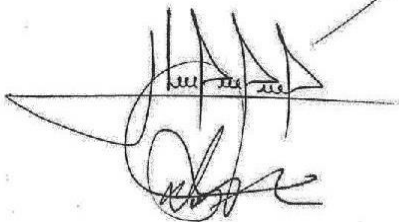


E por estarem assim ajustadas, firmam este instrumento em 03 (tres vias de igual teor e forma para um só fim, na presença das testemunhas abaixo, para que surta seus devidos e legais efeitos.

Londrina, 26 de abril de 1.990.


FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA
Jorge Bounassar Filho - Reitor


COOPERATIVA DE CONSUMO DOS SERVIDORES DA
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA LTDA - SERVICOP
Laerte Matias - Presidente



ANEXO J – Cópia do ofício-convite para Inauguração da sede própria.

Londrina, 18 de outubro de 1989.

Prezado(a) Senhor(a):

Muito nos honra convidá-lo(a) para a solene
dade de inauguração da sede da ASSOCIAÇÃO PRÓ-COOPERATIVA DOS SER
VIDORES DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA, a ser realizada dia
21.10.89, próximo à Diretoria de Material, no Campus.

19:00 horas - Inauguração Solene

20:00 horas - Forró

Contando com sua presença, subscrevemo-nos.

Atenciosamente,

Lúcia Regina Marques Giordano
DIRETORA SECRETÁRIA

Ilmo(a) Sr(a):

ANEXO K - Folha de pedido de compra de agosto de 1990.

SERVICOCOP-COOPERATIVA DE CONSUMO DOS SERVIDORES DA UEL				LUPRLOT			
LISTA DE COMPRAS REFERENTE							
AGOSTO / 90							
LONDRIANA, _____							
ASS. _____							
				PR			
				14			
PRODUTO	UNIDADE	COD	QTD	PRODUTO	UNIDADE	COD	QTD
ARROZ AGULHA TIPO 1	PC	5KG	001	MARGARINA CLAYBOM	PC	500G	222
ARROZ AGULHA TIPO 2	PC	5KG	002	EXTRATO TOMATE ELEFANTE	LT	140G	225
FEIJAO CARIOCA/ROSIKHA	PC	1KG	005	EXTRATO TOMATE CAJAMAR	LT	140G	227
ACUCAR CRISTAL	PC	5KG	011	EXTRATO TOMATE ELEFANTE	LT	370G	228
ACUCAR REFINADO	PC	5KG	012	MGLHO DE TOMATE	LT	340G	229
ACUCAR REFINADO	PC	1 KG	013	PURQ ALHO	LT	140G	231
MACARRAO SEMOLA NINHADO	PC	500G	016	MOSTARDA	VD	200G	232
MACARRAO SEMOLADO ESP 3	PC	1KG	017	KETCHUP	VD	200G	233
MACARRAO MASSAS O/ OVOS	PC	500G	018	TEMPERQ COMPLETO	LT	200G	238
FUBA	PC	1KG	021	QUEIJO RALADO CATIVA	PC	30 G	248
FARINHA MILHO	PC	500G	025	VINAGRE VINHO CASTELO	VD750ML		251
FARINHA TRIGO D. BENTA	PC	5KG	031	VINAGRE MARCA CASTELO	VD500ML		252
FARINHA TRIGO D. BENTA	PC	1KG	032	BOMBREL	PC	60ND	301
SAL REFINADO	PC	1KG	036	AGUA SANITARIA Q80A	VD	1LT	308
MAIZENA	PC	500G	041	DESINFETANTE PINHO	VD500ML		311
CAFE ITAMARATY	PC	500G	046	DESINFETANTE GENERICO	VD500ML		312
CAFE CEREJA	PC	500G	047	SACO DE LIXO DE 20LT	PC	200N	315
FILTRO PAPEL CAFE M.102	CX		048	SACO DE LIXO DE 40LT	PC	100N	317
FILTRO PAPEL CAFE M.103	CX		049	SACO DE LIXO 80 LT	PC	100N	318
OLEO SOJA	LT	900ML	052	ALCOOL P/ LIMPEZA	VD	1LT	321
OLEO MILHO	LT	900ML	053	LUSTRA MOVEL	LT	200ML	322
FARINHA MANDIOCA PINDUC	PC	1 KG	055	LIMPA VIDRO	VD300ML		323
FARINHA MANDIOCA DEUSA	PC	500G	057	KARPEX	VD500ML		324
LEITE PD NINHO	LT	400G	101	SABAO EM PD DRQ	PC	600G	325
FARINHA LACTEA	LT	400G	102	SABAO EM PD MINERVA	PC	600G	327
NESTON	LT	400G	103	SABAO PD GENERICO	PC	600G	328
ACHOCOLATADO NESCAU	LT	500G	106	VEJA MULTIUSO	VD500ML		331
ACHOCOLATADO MUCKY	LT	500G	107	AJAX COMUM	VD500ML		332
ACHOCOLATADO TODDY	VD	400G	108	VARSOL	LT	500ML	333
FERMENTO EM PD ROYAL	LT	100G	111	SABAO PEDRA BRILHANTE	UNIDADE		341
GELATINA DE MORANGO	CX	85G	116	SABAO PEDRA IPE	UNIDADE		342
GELATINA DE LIMAO	CX	85G	117	SABAO PEDRA RIO	UNIDADE		343
GELATINA DE ABACAXI	CX	85G	118	SABAO PEDRA GUAIRA	UNIDADE		344
GELATINA DE UVA	CX	85G	119	SABAO DE COCO PEDRA	UNIDADE		345
CREME DE LEITE	LT	300G	126	DETERG. NEUTRO MINERVA	VD500ML		351
LEITE CONDENSADO	LT	395G	131	DETERG. NEUTRO OOO	VD500ML		352
LEITE DE COCO	VD	200ML	136	AMACIANTE FOFQ	VD500ML		356
COCO RALADO	PC	100G	141	AMACIANTE CONFORT	VD500ML		357
CHA MATE LEAO	PC	200G	146	CREM DENTAL COLGATE	TB	90 G	361
MACO DE FOSFORO	PC	10CX	201	CREM DENTAL KOLYNOS	TB	90 G	362
MAIONESE	VD	250G	206	SABONETE LUX	UN	90 G	368
MAIONESE	VD	500G	207	SABONETE REXONA	UN	90 G	367
ERVILHA	LT	200G	211	SABONETE PALMOLIVE	UN	90 G	368
AZEITONA VERDE	VD	200G	212	PAPEL HIGIENICO NICE	UNIDADE		371
SALSICHA	LT	180G	213	PAPEL HIG PERS./FINESSE	UNIDADE		372
MILHO VERDE	LT	200G	214	PAPEL HIGIE NEVE/CHARME	UNIDADE		373
SARDINHA EM OLEO	LT	135G	216	AMACIANTE	VD	5 LT	381
MARGARINA DURIANA	PC	500G	221	ALVEJANTE	VD	1 LT	382

DEVOLVER ESTA REQUISICAO ATE 06/08/90 ==> SEVA PONTUAL.
 DEIXE EM BRANCO O CAMPO DOS PRODUTOS QUE NAO LHE INTERESSA.

ANEXO L - Anotação da ata da assembleia da associação - 1989.

Associação Pró-Cooperativa dos Funcionários da UEL
Ata da Assembleia do dia 24/02/89

- 1º - Aprovado o Balancete do exercício 88, em vista do parecer favorável do Conselho Fiscal.
- Criação de um caixa relativo de 2 pisos nacionais de salário para evitar cheques pequenos.
- 2º - Será creditado na cota de cada associado 1,20 que sobrou da inscrição independente dele ter comprado ou não, este dinheiro é movimentado pela cooperativa normalmente.
- 3º - A Associação Pró-Cooperativa será transformada em Cooperativa tão logo a documentação fique pronta.
- 4º - Construção da Sede
Já foi solicitada à várias pessoas ajuda a fundo perdido:
Oswaldo Macedo
José Tavares
E a outros órgãos em Brasília
Belinati - 10.000 tijolos e mais terraplanagem do terreno já está acertado.
- Ao Reitor foi pedido 1.000 metros quadrados em frente ao Almoxarifado, já tem parecer favorável e o Conselho precisa oficializar.
- Valor: 23.000 cruzados novos, necessários para a construção da sede.
- Capital: Será arrecadado da seguinte maneira:
Associados: 15,00 menos o que você tiver em cotas na Cooperativa em duas vezes: final de março e abril. Quem comprou mais pagará menos.
- Abertura para novos sócios: será feito um levantamento para ver quantos interessados existem até 15/03.
- Proposta: 18,00 novos, podendo ser dividido em 3 vezes corrigidos monetariamente. Uma nova Assembleia deverá ser convocada para aceitar os novos sócios.
- 5º - Foi dada autorização à atual diretoria para negociar com a Iapar uma vez que existe interesse destes funcionários em fazer parte da nossa Cooperativa. Eles tem um barracão que poderia ser usado como depósito para as mercadorias.
- Em uma nova Assembleia seria aceita ou não a negociação.
- 6º - A partir desta compra (04/03) NÃO haverá entrega domiciliar por não haver condições humanas e materiais.
- 7º - Contratação de um funcionário imediatamente.
- 8º - Escala para trabalho: deverá ser feita pelo representante de cada centro.

Q. K. Silva
Representante da GC
24/02/89

ANEXO M - Boletim de prestação de contas de março de 1993.

SERVICOOP - COOPERATIVA DE CONSUMO DOS SERVIDORES DA UEL.

Boletim Informativo

Em Assembléia Geral Ordinária realizada no dia 16/02/92, foi escolhida e empossada a nova Diretoria da Servicoop, de acordo com os estatutos da cooperativa, para um mandato de 4 anos.

Nós, representantes da Diretoria anterior, desejamos desde já a melhor boa sorte a nova Administração, cujos representantes já mostraram em outras entidades plena capacidade para poder bem administrá-la.

Aproveitando a oportunidade, colocamos ao conhecimento dos caros associados que como fundadores e primeiros diretores eleitos da Servicoop, conseguimos com muito esforço e colaboração de todos a construção de nossa sede com 675 m2 em local de fácil acesso, além de sempre termos trabalhado para conseguir benefícios em se tratando de preços, para melhor comodidade de todos.

Ao deixarmos a Administração da Servicoop, colocamos ao conhecimento dos Srs. Associados a nossa situação patrimonial atual, como também nosso saldo financeiro, esclarecendo que todos os encargos e pagamentos referentes ao mês de janeiro de 1993 foram liquidados e os referentes a fevereiro devidamente encaminhados.

Equipamentos

Quant.	Equip.
05	carrinho p/ entrega pequeno
30	carrinho p/ entrega grande
220	caixas de entrega
02	Escritivaninha
03	Cadeira de madeira
01	Cadeira giratória almofadada
10	Banqueta de madeira
10	Mesa de fórmica
03	Latão de 100 lts. p/ mantimentos
01	Armário de madeira
27	Caixa de ferro
01	Armário de aço/arquivo c/ 04 gavetas
01	Edital em madeira c/ feltro

Saldo disponível em C/C em 02/03/93	-	Cr\$ 116.295,59
Fundo de Aplicação Financeira em 02/03/93	-	Cr\$ 2.919.432,01
Saldo DER (bloqueio plano cruzado) em 02/03/93	-	Cr\$ 766.801,66

Total em dinheiro em 02/03/93	-	Cr\$ 3.802.530,35

Genival José Severino

Roberto Mantoani

ANEXO N - Relatório do conselho fiscal da associação - 1988.

PRESTAÇÃO DE CONTAS DA DIRETORIA DA ASSOCIAÇÃO PRÓ-COOPERATIVA DA UEL DO EXERCÍCIO FINDO EM 31/12/88.

RELATÓRIO DO CONSELHO FISCAL

Analisando as contas do Conselho de Administração da Associação Pró-Cooperativa de Consumo dos Servidores da UEL do exercício findo em 31/12/88, os membros titulares do Conselho Fiscal, respeitosamente, vem expor à apreciação da Assembléia Geral Ordinária de 24/02/89 desta Associação o seguinte parecer:

1º) Toda movimentação das contas da Diretoria é procedida na conta corrente do Banestado, agência/Londrina/Centro - Posto UEL;

2º) Os Cheques desta conta corrente são nominativos e emitidos com cópia carbonada para o necessário controle financeiro;

3º) As receitas da Associação foram provenientes de: a) Taxas de matrícula de Associados no valor de Cz\$ 596.804,00; b) Recebimento de numerário de Associados para aquisição de produtos de consumo, no valor de Cz\$ 23.829.696,44; c) Resultado de Aplicações Financeiras, no valor de Cz\$ 649.668,29.

4º) As despesas da Associação decorreram apenas de: a) Pagamento a Fornecedores: Cz\$ 22.902.867,56; b) Despesas com Registros em Cartório, artigos de expediente, disquetes de microcomputador, despesas com transporte e movimentação de produtos, despesas bancárias e outras despesas miúdas no valor total de Cz\$ 125.865,00.

5º) O Sistema de aquisição de produtos obedece a uma sistemática louvável. A cotação dos produtos é feita, mediante o envio de cartas-convite, aos fornecedores cadastrados. A escolha do produto é determinada em função do menor preço, desde que atenda o padrão mínimo de qualidade e os pagamentos aos fornecedores são negociados, sempre que possível, com prazo razoável para possibilitar um fluxo de caixa.

6º) As perdas decorrentes de rompimento de embalagens, ou do manuseio e transporte das mercadorias são integralmente absorvidas (rateados) pela Diretoria e não apresentam ônus para a Associação.

Assim, colocamos para a apreciação da Assembléia as seguintes propostas:

1º) Seja autorizada a existência de um Caixa-Rotativo até um valor equivalente a 02 (dois) Pisos Nacionais de Salário, para atendimento de despesas miúdas, evitando a emissão de cheques de pequeno valor;


2º) Para facilitar o controle dos pagamentos efetuados por cheques, que a cópia carbonada contenha também dados informativos dos processos de compra e as referências às Notas Fiscais e/ou recibos correspondentes;

3º) Seja autorizada a absorção, pela Associação, das perdas de mercadorias decorrentes de manuseio ou transporte até um máximo de 1% (um por cento) do valor global das mercadorias adquiridas, no próximo exercício.


4º) Finalmente, por não acusarmos nenhuma irregularidade nas contas apresentadas, propomos a sua integral aprovação.

E o parecer.

Londrina, 24 de fevereiro de 1989.


Amy Maria Câmara

Antonio Benedito Guirro


Nelson Yasuo Fujita